



CÂMARA MUNICIPAL DE LIMOEIRO DO NORTE
CAMARA MUNICIPAL DE LIMOEIRO

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO

Nº: 00016.20250320/0001-80

INEXIGIBILIDADE ELETRÔNICA

Nº: INEX. 004-2025

CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO DE SOCIEDADE DE ADVOGADOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ANÁLISE E ORIENTAÇÃO JURÍDICA, ANÁLISE DE CONCESSÃO DE REQUERIMENTOS ADMINISTRATIVOS, REVISÃO E APRIMORAMENTO DAS NORMAS INTERNAS, IMPLEMENTAÇÃO DE BOAS PRÁTICAS DE COMPLIANCE, JUNTO À CÂMARA MUNICIPAL DE LIMOEIRO DO NORTE – CE

20 DE MARÇO DE 2025

SECRETÁRIO MUNICIPAL DA CAMARA MUNICIPAL DE LIMOEIRO

Marcio Michael Do Nascimento Farias

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

Paulo Sergio Chagas Girao - Presidente

Tarcito Mendes Dos Santos - Suplente

Samara Chaves Nunes - Membro

RESPONSÁVEL PELO DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA

Paulo Sergio Chagas Girao

RESPONSÁVEL PELA ABERTURA DO PROCESSO

Paulo Sergio Chagas Girao

RESPONSÁVEL PELA PESQUISA DE PREÇOS

Janielle Rabelo Da Silva Costa

RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

Janielle Rabelo Da Silva Costa

ORDENADOR(A) DE DESPESAS

Marcio Michael Do Nascimento Farias

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

Elizangela Santos Dos Reis - Agente De Contratação

Tarcito Mendes Dos Santos - Equipe De Apoio

Joao Gledson Barreto Dos Santos - Equipe De Apoio

SUMÁRIO

1. Termo De Abertura	0001
2. Documento De Formalização De Demanda	0002
3. Despacho Pesquisa De Preços, Etp/Tr/Pb	0004
4. Pesquisa De Preços	0005
5. Documentos De Estudo Técnico Preliminar	0023
6. Termo De Referência	0034
7. Comunicação Interna	0045
8. Declaração De Adequação Orçamentária	0047
9. Autorização Início Do Processo (De)	0048
10. Termo De Autuação	0049
11. Certidão De Publicação Da Contratação Direta	0050
12. Justificativa Inexigibilidade	0051
13. Justificativa Inexigibilidade - Art. 74, lli, "C"	0060
14. Despacho À Assessoria Jurídica	0070
15. Anexo I - Minuta De Contrato	0071
16. Parecer Jurídico	0084
17. Encerramento De Fase Processual	0089
18. Proposta Registrada	0090
UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS	
19. Documentos De Complementar De Habilitação	0091
UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS	
20. Documentos De Complementar De Habilitação	0092
UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS	
21. Documentos De Complementar De Habilitação	0093
UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS	
22. Documentos De Complementar De Habilitação	0094
UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS	
23. Documentos De Complementar De Habilitação	0095
UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS	
24. Documentos De Complementar De Habilitação	0099
UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS	
25. Documentos De Complementar De Habilitação	0106
UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS	
26. Documentos De Complementar De Habilitação	0115
UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS	
27. Documentos De Complementar De Habilitação	0130
UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS	
28. Documentos De Complementar De Habilitação	0184
UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS	
29. Documentos De Complementar De Habilitação	0185
UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS	
30. Documentos De Complementar De Habilitação	0207
UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS	
31. Documentos De Complementar De Habilitação	0229
UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS	
32. Documentos De Complementar De Habilitação	0230
UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS	

33. Documentos De Complementar De Habilitação	0231
UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS	
34. Documentos De Complementar De Habilitação	0235
UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS	
35. Documentos De Complementar De Habilitação	0236
UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS	
36. Documentos De Complementar De Habilitação	0243
UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS	
37. Documentos De Complementar De Habilitação	0247
UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS	
38. Documentos De Complementar De Habilitação	0249
UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS	
39. Documentos De Complementar De Habilitação	0256
UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS	
40. Ata Do Certame	0257
41. Termo De Adjudicação	0259
42. Termo De Homologação	0261
43. Autorização De Contratação Direta	0262
44. Extrato Da Contratação Direta	0264
45. Publicação Do Extrato Do Contrato	0265
46. Termo De Convocação	0269
UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS - CAMARA MUNICIPAL DE LIMOEIRO	
47. Contrato	0270
UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS - CAMARA MUNICIPAL DE LIMOEIRO	
48. Publicação Inexigibilidade Pnc	0283
49. Publicação Contrato Inexigibilidade Pncp	0286



ESTADO DO CEARÁ

Câmara Municipal de Limoeiro do Norte
UNIÃO, CONSTRUÇÃO E INOVAÇÃO



TERMO DE ABERTURA DE PROCESSO

Aos vinte dias do mês de março de dois mil e vinte e cinco, procedeu-se a abertura do processo administrativo nº 00016.20250320/0001-80. Com este fim e para constar, eu, PAULO SERGIO CHAGAS GIRAO, lavrei o presente termo que vai por mim assinado e que tem como primeira folha a de número 01, que corresponde a este termo, tendo como objeto CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO DE SOCIEDADE DE ADVOGADOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ANÁLISE E ORIENTAÇÃO JURÍDICA, ANÁLISE DE CONCESSÃO DE REQUERIMENTOS ADMINISTRATIVOS, REVISÃO E APRIMORAMENTO DAS NORMAS INTERNAS, IMPLEMENTAÇÃO DE BOAS PRÁTICAS DE COMPLIANCE, JUNTO À CÂMARA MUNICIPAL DE LIMOEIRO DO NORTE - CE.

assinado eletronicamente

Paulo Sergio Chagas Girao

RESPONSÁVEL PELA ABERTURA DO PROCESSO

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
APONTE SUA CÂMARA PARA O QR CODE AO LADO
PARA VERIFICAR AUTENTICIDADE DA ASSINATURA
INFORMANDO O CÓDIGO: 180-782-7561
PÁGINA: 1 DE 1 - CÂMARA MUNICIPAL DE LIMOEIRO DO NORTE - 0183691300010





ESTADO DO CEARÁ

Câmara Municipal de Limoeiro do Norte
UNIÃO, CONSTRUÇÃO E INOVAÇÃO



DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA - DFD

Nº: 202503200001

INFORMAÇÕES BÁSICAS DO REQUISITANTE

Unidade requisitante: 01 - CAMARA MUNICIPAL DE LIMOEIRO DO NORTE (2025)		
Responsável pela demanda: Paulo Sergio Chagas Girao		
Cargo: RESPONSÁVEL PELO DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA	Matrícula: --	
E-mail: paulosergiogirao@icloud.com	Telefone: --	Celular: (85) 99803-2879

INFORMAÇÕES SOBRE O QUE SE PRETENDE CONTRATAR

1. Definição do objeto

CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO DE SOCIEDADE DE ADVOGADOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ANÁLISE E ORIENTAÇÃO JURÍDICA, ANÁLISE DE CONCESSÃO DE REQUERIMENTOS ADMINISTRATIVOS, REVISÃO E APRIMORAMENTO DAS NORMAS INTERNAS, IMPLEMENTAÇÃO DE BOAS PRÁTICAS DE COMPLIANCE, JUNTO À CÂMARA MUNICIPAL DE LIMOEIRO DO NORTE – CE

2. Justificativa da contratação

A contratação por inexigibilidade de licitação de sociedade de advogados visa atender às necessidades da Câmara Municipal de Limoeiro do Norte no que tange à prestação de serviços técnicos especializados em análise e orientação jurídica, análise de concessão de requerimentos administrativos, revisão e aprimoramento das normas internas, e implementação de boas práticas de compliance. A complexidade e a especialização dos serviços a serem contratados demandam expertise jurídica avançada e conhecimento profundo das especificidades legais e regulamentares pertinentes às funções desempenhadas pela Câmara Municipal. Essa contratação é imprescindível para assegurar a melhoria contínua das práticas juridico-administrativas e garantir a conformidade com as legislações vigentes, evitando riscos legais e fortalecendo a eficiência da gestão pública. Além disso, a implementação de boas práticas de compliance contribuirá para a transparência e a integridade das operações da Câmara Municipal, alinhando suas atividades aos mais elevados padrões éticos e legais. Assim, justifica-se a necessidade de contratação sem licitação dada a singularidade dos serviços e a notória especialização da sociedade de advogados que se pretende contratar, os quais são indispensáveis para o pleno atendimento das demandas institucionais e legais da Câmara Municipal de Limoeiro do Norte.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
APONTE SUA CÂMARA PARA O QR CODE AO LADO
PARA VERIFICAR AUTENTICIDADE DA ASSINATURA
INFORMANDO O CÓDIGO: 331-647-527
PÁGINA: 1 DE 2 - CÂMARA MUNICIPAL DE LIMOEIRO DO NORTE - 0183691300010





ESTADO DO CEARÁ

Câmara Municipal de Limoeiro do Norte
UNIÃO, CONSTRUÇÃO E INOVAÇÃO

3. Quantidade materiais/serviços a demandados

Sequencial	Item	Quantidade	Unidade
1	CONTRATAÇÃO DE SOCIEDADE DE ADVOGADOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ANÁLISE E ORIENTACXAO JURÍDICA, ANÁLISE DE CONCESSAO DE REQUERIMENTOS ADMINISTRATIVOS, REVISÃO E APRIMORAMENTO DAS NORMAS INTERNAS, IMPLEMENTAÇÃO DE BOAS PRÁTICAS DE COMPLIAN	12,0	Mês
Catálogo: 15177240 - Entidade		Natureza da despesa: 33903905	
Especificação: CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO DE SOCIEDADE DE ADVOGADOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ANÁLISE E ORIENTACXAO JURÍDICA, ANÁLISE DE CONCESSAO DE REQUERIMENTOS ADMINISTRATIVOS, REVISÃO E APRIMORAMENTO DAS NORMAS INTERNAS, IMPLEMENTAÇÃO DE BOAS PRÁTICAS DE COMPLIANCE, JUNTO À CÂMARA MUNICIPAL DE LIMOEIRO DO NORTE – CE. CONTEMPLANDO: 1. Análise jurídica de contratos, convênios, termos de ajuste de cooperação e instrumentos congêneres celebrados pela Câmara Municipal com órgãos e entidades da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal e Organizações da Sociedade Civil; 2. Orientação jurídica na área de gestão de pessoas, direitos e deveres de servidores e agentes públicos; 3. Análises de concessão de requerimentos de licenças, gratificações, férias, abonos, aposentadorias e etc, em conformidade jurídica com o estatuto do servidor e demais leis vigentes; 4. Revisão e aprimoramento das normas internas para assegurar a conformidade com legislações de transparência e acesso à informação; 5. Implementação de boas práticas de compliance na administração da Câmara; 6. Elaboração de relatórios e pareceres.			

4. Dotação orçamentária

Projeto / Atividade
1601.01.031.0001.2.086 - Funcionamento do Poder Legislativo Munic ipal
33903905 - SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS

5. Indicação do(s) integrante(s) da equipe de planejamento

CPF	Nome	Função	Matrícula
524.139.183-53	TARCITO MENDES DOS SANTOS	Suplente	--
659.539.593-20	Samara Chaves Nunes	Membro	--
933.486.733-72	Paulo Sergio Chagas Girao	Presidente	--

Limoeiro do Norte / CE, 20 de março de 2025

Paulo Sergio Chagas Girao
Responsável Pelo Documento De Formalização De DemandaDOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
APONTE SUA CÂMARA PARA O QR CODE AO LADO
PARA VERIFICAR AUTENTICIDADE DA ASSINATURA
INFORMANDO O CÓDIGO: 331-647-527
PÁGINA: 2 DE 2 - CÂMARA MUNICIPAL DE LIMOEIRO DO NORTE - 0183691300010



ESTADO DO CEARÁ

Câmara Municipal de Limoeiro do Norte

UNIÃO, CONSTRUÇÃO E INOVAÇÃO



DESPACHO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00016.20250320/0001-80

Interessado: Camara Municipal de Limoeiro

R.H.

Eu, MARCIO MICHAEL DO NASCIMENTO FARIAS, Ordenador(a) de Despesas do(a) Camara Municipal de Limoeiro, recebi em 20 de março de 2025, Documento de Formalização de Demanda, parte integrante do Processo Administrativo nº 00016.20250320/0001-80.

Considerando o interesse dessa entidade no atendimento da demanda apresentada no Processo Administrativo em epígrafe, determino a instrução do processo com a estimativa de despesa (valor estimado da contratação), que será obtida por meio de pesquisa de preços nos parâmetros do art. 23 da Lei 14.133/21 (art. 72, inc. II da Lei 14.133/21), elaboração do ETP - Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência/Projeto Básico e a demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido, assegurando o alinhamento das contratações e promovendo eficiência, efetividade e eficácia na contratação.

Com a manifestação dos referidos responsáveis, devolvam os autos para apreciação.

Limoeiro do Norte/CE, 26 de março de 2025

assinado eletronicamente

Marcio Michael Do Nascimento Farias
ORDENADOR(A) DE DESPESAS

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
APONTE SUA CÂMARA PARA O QR CODE AO LADO
PARA VERIFICAR AUTENTICIDADE DA ASSINATURA
INFORMANDO O CÓDIGO: 193-285-193
PÁGINA: 1 DE 1 - CÂMARA MUNICIPAL DE LIMOEIRO DO NORTE - 0183691300010





UCHÔA ADVOGADOS ASSOCIADOS

ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA

PROPOSTA DE PREÇOS

Ao

Departamento de Licitação da Câmara Municipal de Limoeiro do Norte

Pela presente, apresentamos a Vossas Senhorias a proposta de preços, no importe de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), conforme planilha abaixo, referente a CONTRATAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ANÁLISE E ORIENTAÇÃO JURÍDICA, ANÁLISE DE CONCESSÃO DE REQUERIMENTOS ADMINISTRATIVOS, REVISÃO E APRIMORAMENTO DAS NORMAS INTERNAS, IMPLEMENTAÇÃO DE BOAS PRÁTICAS DE COMPLIANCE, JUNTO À CÂMARA MUNICIPAL DE LIMOEIRO DO NORTE – CE.

Item	Especificação dos Serviços	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
01	CONTRATAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ANÁLISE E ORIENTAÇÃO JURÍDICA, ANÁLISE DE CONCESSÃO DE REQUERIMENTOS ADMINISTRATIVOS, REVISÃO E APRIMORAMENTO DAS NORMAS INTERNAS, IMPLEMENTAÇÃO DE BOAS PRÁTICAS DE COMPLIANCE, JUNTO À CÂMARA MUNICIPAL DE LIMOEIRO DO NORTE – CE.	MÊS	12	R\$10.000,00	R\$120.000,00

Registra-se que seguem anexados os documentos de habilitação.

- VALOR MENSAL - **R\$ 10.000,00 (dez mil reais).**
- VALOR GLOBAL - R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais)
- Período de contratação: 12(doze) meses
- Prazo de validade: 60 (sessenta) dias.





UCHÔA ADVOGADOS ASSOCIADOS

ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA

Razão Social: Uchôa Advogados Associados

CNPJ: 11.607.901/0001-62

Endereço: Av. Santos Dumon, nº 2789, Sala 309, Aldeota, Fortaleza-Ce.

CEP: 60.150-165

Fone: (85) 986883832



Banco: Caixa Econômica Agência nº 1111, Conta Corrente nº 578287331-7, Op. 1292.

Fortaleza, 12 de maio de 2025.

UCHÔA ADVOGADOS ASSOCIADOS

CNPJ nº 11.607.901/0001-62



		PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA SECRETARIA MUNICIPAL DAS FINANÇAS NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE SERVIÇO - NFS-e				Núm NF 5													
Data e Hora da Emissão		07/03/2025 08:51:13		Competência		03/2025		Código de Verificação		973784637									
Número do RPS				No. NFS-e substituída				Local da Prestação		FORTALEZA - CE									
DADOS DO PRESTADOR DE SERVIÇOS																			
		Razão Social/Nome		UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS															
		Nome Fantasia		UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS															
		CPF/CNPJ		11.607.901/0001-62		Insc Municipal		0268729-1		Município		FORTALEZA - CE							
		Endereço e CEP		AV SANTOS DUMONT,2789 - ALDEOTA CEP:60.150-165															
		Complemento		309		Telefone		(85)98688-3832		E-mail		karilenys@hotmail.com							
DADOS DO TOMADOR DE SERVIÇOS																			
Razão Social/Nome		PREFEITURA MUNICIPAL DE BATURITÉ																	
CPF/CNPJ		07.387.343/0001-08		Inscrição Municipal				Município		BATURITE - CE									
Endereço e CEP		PC DA MATRIZ, S/N - CENTRO CEP: 62.760-000																	
Complemento				Telefone		(85)9976-31986		E-mail		prefeitura@baturite.ce.gov.br									
DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS																			
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS JURÍDICOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DE DIREITO PÚBLICO PARA ASSESSORIA E CONSULTORIA, DESTINADO A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO. REFERENTE AO MÊS DE JANEIRO/2025.																			
CÓDIGO DE ATIVIDADE CNAE																			
17.13 / 691170101 - SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS																			
DETALHAMENTO ESPECÍFICO DA CONSTRUÇÃO CIVIL																			
Código da Obra				Código ART															
TRIBUTOS FEDERAIS																			
PIS				COFINS				IR(R\$)				INSS(R\$)				CSLL(R\$)			
Detalhamento de Valores - Prestador dos Serviços								Cálculo do ISSQN devido no Município											
Valor dos Serviços R\$		10.990,00		Natureza Operação		Valor dos Serviços R\$		10.990,00											
(-) Desconto Incondicionado				1-Tributação no Município		(-) Deduções Permitidas em Lei													
(-) Desconto Condicionado				Regime especial Tributação		(-) Desconto Incondicionado													
(-) Retenções Federais		0,00		6-Microempresário e Empresa de		Base de Cálculo		10.990,00											
Outras Retenções				Opção Simples Nacional		(X) Alíquota %		2,54											
(-) ISS Retido		0,00		1 - Sim		ISS a reter		() Sim (X) Não											
(=) Valor Líquido R\$		10.990,00		Incentivador Cultural		(=) Valor do ISS R\$		279,15											
				2 - Não															
Avisos		1- Uma via desta Nota Fiscal será enviada através do e-mail fornecido pelo Tomador dos Serviços, no sítio http://iss.fortaleza.ce.gov.br 2- A autenticidade desta Nota Fiscal poderá ser validada no site http://iss.fortaleza.ce.gov.br/ , com a utilização do Código de Verificação. 3- Documento emitido por ME ou EPP optante pelo Simples Nacional. Não gera direito a crédito fiscal de ISS e IPI. 4- Serviço sujeito ao ANEXO 4. 5- Serviços sujeitos ao Anexo IV, exceto para o exterior, sem retenção, com ISS devido ao próprio Município.																	



QUINTO TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº 1102.01/2021

MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE
PROCESSO Nº: 1001.01/2022
TIPO DE ALTERAÇÃO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO

QUINTO TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BATURITÉ, ATRAVÉS DA SECRETARIA DA SAÚDE COM A EMPRESA UCHÔA ADVOGADOS ASSOCIADOS, PARA O FIM QUE A SEGUIR SE DECLARA:

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE BATURITÉ**, pessoa jurídica de direito público interno, situada na Praça da Matriz, S/N, Palácio Entre Rios, Centro, Baturité/CE – CEP: 62.760.000, inscrita no CNPJ sob o nº 07.387.343/0001-08, neste ato representada pelo **ORDENADOR DE DESPESAS DA UNIDADE GESTORA DA SECRETARIA DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BATURITÉ/CE**, Sr. Cícero Antônio Sousa Bezerra, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa **UCHÔA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, com endereço à Av. Santos Dumont, 2789 - Aldeota, CEP: 60.150-161 - Fortaleza/CE, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.607.901/0001-62, representada por Karileny Sales Pinto Uchôa (Sócia Administradora), advogada, OAB/CE nº 21.348, portador do CPF nº 015.867.153-80, ao fim assinado, doravante denominada de **CONTRATADA**, resolvem firmar o presente Aditivo ao Contrato decorrente do processo licitatório na modalidade **INEXIGIBILIDADE Nº 1001.01/2022**, cujo objeto foi **CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS JURÍDICOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DE DIREITO PÚBLICO PARA ASSESSORIA E CONSULTORIA, DESTINADO A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BATURITÉ/CE**, em conformidade com as disposições contidas na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1 - O presente Contrato tem como fundamento o art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

2.1 - O presente aditivo tem por finalidade a prorrogação do prazo do contrato resultante do procedimento licitatório acima referido. O prazo contratual anteriormente pactuado será prorrogado pelo período referente ao período de 12 (doze) meses, tendo **01 de janeiro de 2025 até 31 de dezembro de 2025**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA JUSTIFICATIVA

3.1 - A Prorrogação Contratual é uma prerrogativa da Administração Pública, que poderá utilizá-la quando respaldada legalmente, fato este, óbvio, no caso em tela. São dois os motivos preponderantes, entre outros: **O PRIMEIRO** consiste na inconveniência da suspensão das atividades de interesse público, provenientes de serviços prestados de modo contínuo, sendo considerados essenciais de forma permanente e interrupta, conforme caracterização prevista no despacho do Ordenador de Despesas; **O SEGUNDO** é a previsibilidade de recursos orçamentários, em princípio, qualquer que seja a



distribuição de verbas no orçamento anual, certamente irá existir recursos para efetivação destes serviços.

3.2 - Considerando ainda a excelência na qualidade do serviço que vem sendo prestado ao Município, verificado pela fiscalização realizada pela secretaria contratante, bem como a essencialidade dos serviços, no qual tal interrupção caracterizaria prejuízo a administração, pois trata-se de serviços considerado contínuos, reunidos os requisitos da essencialidade do serviço pelo fato de prolongar-se no tempo de forma permanente e interrupta, tal paralisação findaria a comprometer a garantia do interesse público. Combinado com o princípio da economicidade, demonstrado através de ampla pesquisa prévia de preços, ao qual assegura a manutenção da contratação mais vantajosa para a Administração, a **CONTRATANTE**, com aquiescência da **CONTRATADA**, resolvem prorrogar o referido contrato pelo período compreendido na cláusula segunda do presente termo de aditivo.

3.3 - Ressaltamos que tal prorrogação encontra-se legal e materialmente justificada conforme parecer jurídico, elaborado pela Assessoria Jurídica do MUNICÍPIO. O que vai de encontro com a necessidade por parte da Secretaria do Município de continuidade dos serviços prestados.

3.4 - A prorrogação do contrato em apreço, não só está assegurada pelo disposto no inciso II, do art. 57, da Lei de licitações vigente, como pela sua previsibilidade no instrumento convocatório e contratual.


CLAUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 - As demais cláusulas e condições pactuadas anteriormente permanecerão inalteradas e em pleno vigor.

E, estando acertados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias, perante duas testemunhas que também o assinam, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Baturité/CE, 27 de dezembro de 2024.


Cícero Antônio Sousa Bezerra
ORDENADOR DE DESPESAS DA UNIDADE
GESTORA DA SECRETARIA DA SAÚDE
CONTRATANTE


Karileny Sales Pinto Uchôa
OAB/CE N° 21.348
UCHÔA ADVOGADOS ASSOCIADOS
CNPJ N° 11.607.901/000162
CONTRATADA

Testemunhas:

01.

NOME:

CPF: 100 186 143-45

02.

NOME:

CPF: 075 271 623-05

CONTRATO Nº 1102.01/2021
PROCESSO Nº 1002.02/2021

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO O MUNICÍPIO DE BATURITÉ/CE ATRAVÉS DA SECRETARIA DE SAÚDE, E, DO OUTRO, A EMPRESA UCHÔA ADVOGADOS ASSOCIADOS, PARA O FIM QUE NELE INDICA.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE BATURITÉ**, pessoa jurídica de direito público interno, situada na Praça da Matriz, S/N, Palácio Entre Rios, Centro, Baturité/CE – CEP: 62.760.000, inscrita no CNPJ sob o nº 07.387.343/0001-08, neste ato representada pelo Ordenador de Despesas da Unidade Gestora da Secretaria de Saúde, **Hébert Fernandes Félix**, doravante denominada **CONTRATANTE**, e, do outro lado a Pessoa Jurídica de Direito Privado **UCHÔA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, com endereço à Av. Santos Dumont, 2789 - Aldeota, CEP: 60.150-161 - Fortaleza/CE, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.607.901/0001-62, representada por Karileny Sales Pinto Uchôa (Sócia Administradora), advogada, OAB/CE nº 21.348, portador do CPF nº 015.867.153-80, doravante denominada **CONTRATADA**, de acordo com a **Inexigibilidade de Licitação nº 1002.02/2021, Processo nº 1002.02/2021**, em conformidade com o que preceitua a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, sujeitando-se os **CONTRATANTES** às suas normas e às cláusulas e condições a seguir ajustadas:

CLAUSULA PRIMEIRA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

1.1. O presente Contrato tem como fundamento a **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 1002.02/2021**, devidamente ratificada pelo Ordenador de Despesas da Unidade Gestora da Secretaria de Saúde, Sr. **Hébert Fernandes Félix**, ao fim assinado, parte integrante deste Termo Contratual, independente de transcrição, conforme previsto no caput e inciso II, do art. 25, combinado com o parágrafo único do art. 26 e incisos III do art. 13, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores bem como no Artigo 1º da Lei Federal 14.039, de 17 de agosto de 2020.

CLAUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1. O presente contrato tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS JURÍDICOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DE DIREITO PÚBLICO PARA ASSESSORIA E CONSULTORIA, DESTINADO A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BATURITÉ/CE.**

CLAUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

3.1. A **CONTRATANTE** pagará ao **CONTRATADO** pela execução do objeto deste contrato o valor global de R\$ R\$ 109.900,00 (cento e nove mil e novecentos reais), ficando o valor mensal de R\$ 10.990,00 (dez mil novecentos e noventa reais).

CLAUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

4.1. A **Contratada** deverá prestar os serviços de acordo com o que prescreve as especificações deste Projeto Básico, em conformidade ainda com o teor da Minuta do

Instrumento Contratual e em observância aos ditames da Lei Federal nº 8.666/93, independentemente de transcrição.

4.2. Disponibilizar para a prestação dos serviços somente profissionais devidamente qualificados para a prestação dos serviços objeto desta licitação, objetivando lograr êxito e segurança, avocando para si toda a responsabilidade de forma a resguardar o Município de eventuais prejuízos decorrentes de qualquer demanda judicial.

4.3. Manter sob sua guarda e total responsabilidade eventuais documentos disponibilizados pelo Município.

4.4. Prestar os serviços de Assessoria Jurídica em observância à ética profissional instituída pela Ordem dos Advogados do Brasil, avocando para si total responsabilidade quanto ao ajuizamento e eventuais ações bem como acompanhamento do andamento dos processos judiciais em que for constituído como procurador para o fim.

4.5. Prestar de Consultoria Jurídica em suas instalações durante o expediente normal e sem limite de consultas objetivando dirimir dúvidas suscitadas por servidores do Município de Baturité.

4.5.1. As eventuais consultas formuladas por servidores municipais, objetivando elucidar dúvidas, poderá ser efetuada informalmente via telefone ou pessoalmente, ou através emails, ou correspondência durante o expediente normal de funcionamento da Prefeitura, sem limite de quantidade.

4.5.2. O atendimento às eventuais consultas deverão serem elucidadas formalmente (por escrito) e devidamente assinada por profissionais devidamente qualificados para a prestação de serviços jurídicos, devendo a resposta ser dada dentro do prazo de até 48 (quarenta e oito horas) a contar da data e hora do seu recebimento.

4.5.3. Na ocorrência de parecer jurídico, que deverá ser requisitado somente através do Secretário competente, ou da Procuradoria ou Assessoria Jurídica do Município, devendo o parecer ser concluído no prazo de 07 (sete) dias exceto casos excepcionais, devendo o citado instrumento ser devidamente assinado pelo signatário da contratada.

4.6. Repassar em tempo hábil ao Município informações que julgar necessárias dentre elas para providências de pagamento de emolumentos ou taxas em tempo hábil.

4.7. Independentemente da fiscalização feita pela Contratante, a contratada é a única e exclusiva responsável por danos e prejuízos que vier a causar ao Contratante ou a terceiros, em decorrência da execução dos serviços, sem quaisquer ônus para o Município Contratante.

4.8. Aceitar as supressões e acréscimos desta licitação, objeto de contrato, em conformidade com o que prescreve o § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.

4.9. A contratada se submete as obrigações quanto a propriedade, seguranças e sigilo de informações prevista no Projeto Básico.

4.10. Pagar seus empregados no prazo previsto em lei, sendo, também, de sua responsabilidade o pagamento de todos os tributos que, direta ou indiretamente, incidam sobre a prestação dos serviços contratados inclusive as contribuições previdenciárias fiscais e parafiscais, FGTS, PIS, emolumentos, seguros de acidentes de trabalho, etc, ficando excluída qualquer solidariedade da Prefeitura Municipal de Baturité/CE por eventuais autuações administrativas e/ou judiciais uma vez que a inadimplência da CONTRATADA, com referência às suas obrigações, não se transfere a Prefeitura Municipal de Baturité/CE;

4.11. Disponibilizar, a qualquer tempo, toda documentação referente ao pagamento dos tributos, seguros, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários relacionados com o objeto do CONTRATO;

- 4.12. Responder, pecuniariamente, por todos os danos e/ou prejuízos que forem causados à União, Estado, Município ou terceiros, decorrentes da prestação dos serviços;
- 4.13. Respeitar as normas de segurança e medicina do trabalho, previstas na Consolidação das Leis do Trabalho e legislação pertinente.

CLAUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

- 5.1. A Contratante se obriga a proporcionar ao(à) Contratado(a) todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes desse instrumento, consoante estabelece a Lei no 8.666/93 e suas alterações posteriores.
- 5.2. Solicitar a execução do objeto à CONTRATADA através da emissão de Ordem de Serviço.
- 5.3. Constituir servidor devidamente habilitado para acompanhamento da execução do contrato administrativo conforme estabelece o art. 67 da Lei 8.666/93.
- 5.4. Comunicar ao(à) Contratado(a) toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do objeto contratual, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas.
- 5.5. Providenciar os pagamentos ao(à) Contratado(a) à vista das Notas Fiscais/Faturas devidamente atestadas pelo Setor Competente.
- 5.6. Notificar extrajudicialmente a futura Contratada e aplicar as sanções legais em decorrência do declínio na qualidade dos serviços, e/ou em decorrência de fatos supervenientes propensos a gerar prejuízos financeiros à Administração Pública.
- 5.7. Aplicar as penalidades previstas em lei e neste instrumento e nas demais cominações legais.
- 5.8. Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear o fornecimento dos serviços.
- 5.9. Acompanhar, controlar e avaliar os serviços prestados observando os padrões de qualidade, através da unidade responsável pela gestão do contrato.
- 5.10. Prestar à Contratada, em tempo hábil, as informações eventualmente necessárias à prestação dos serviços.
- 5.11. Atestar as faturas e relatórios correspondentes à prestação de serviços, por intermédio do servidor competente.

CLASUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

- 6.1. Disponibilizar tempo integral de "Consultoria Jurídica", em suas instalações, ou seja, na sua sede, sem limite de quantidade para realização de consultas a serem feitas por servidores do Município decorrentes de dúvidas suscitadas em face de fatos supervenientes, devendo toda e qualquer orientação ser dada de forma formal, preferencialmente no formato de "parecer jurídico", somente por profissionais devidamente habilitados, e em observância ao que prescreve o instrumento convocatório/edital e seus anexos.
- 6.2. Disponibilizar na prestação dos serviços de "Assessoria Jurídica", somente profissionais devidamente habilitados, envolvendo área de alta indagação em Direito Público e será objeto de 03 (três) visitas semanal in loco (sede do Município), avocando para si todas as despesas decorrentes tais como (custo com mão de obra, transporte, alimentação e hospedagem), isentando o Município de qualquer despesa adicional.
- 6.3. Na ocorrência de deslocamento para tratar de demandas jurídicas na capital do Estado e na Sede do Governo Federal (Brasília) o Município custeará todas as despesas dentre



elas traslado aéreo e terrestre, bem como todas as despesas com alimentação e hospedagem do Profissional, a título de reembolso, devendo ser disponibilizados todos os comprovantes que comprovam a totalidade das despesas.

6.4. Na ocorrência de continuidade na prestação dos serviços, objeto de termo aditivo, a revisão dos preços, objeto desta contratação só será realizada após decorrido o prazo de prestação de serviços, e o critério de reajuste será em observância no que couber ao que prescreve a lei federal nº 8.880/94, lei federal nº 9069/95 e lei federal nº 10.192/2001.

CLAUSULA SÉTIMA - DA SEGURANÇA E DO SIGILO

7.1. A CONTRATADA será responsável pela segurança, guarda, manutenção e integridade dos dados, programas e procedimentos físicos de armazenamento e transporte das informações existentes ou geradas durante a execução dos serviços, em conformidade com a legislação vigente.

7.2. Guardar o mais absoluto sigilo em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza a que venham tomar conhecimento, respondendo administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e/ou incorreta ou descuidada utilização.

CLAUSULA OITAVA - DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

8.1. Os serviços de consultoria, assessoria e acompanhamento, deverão ser prestados nas instalações da contratante e no escritório da contratada, ou em outro local, de acordo com a necessidade, interesse e conveniência da Contratante, com vistas a assegurar as condições imprescindíveis e específicas da execução dos serviços. Devendo toda e qualquer orientação técnica ser dada somente por profissionais devidamente habilitados.

CLAUSULA DÉCIMA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.1. Os pagamentos serão feitos de acordo com a realização dos serviços, em até 30 (trinta) dias do mês subsequente ao adimplemento da obrigação e encaminhamento da documentação tratada neste subitem, através de crédito na Conta Bancária do fornecedor ou através de cheque nominal, de acordo com os valores contidos na Proposta de Preços do licitante em conformidade com projeto básico.

10.2. Por ocasião da realização dos serviços o contratado deverá apresentar recibo em 02 (duas) vias e a respectiva Nota Fiscal. A Fatura e Nota Fiscal deverão ser emitidas em nome da PREFEITURA MUNICIPAL DE BATURITÉ/CE.

10.3. O pagamento fica condicionado, à satisfação de todas as condições estabelecidas em contrato e da comprovação de regularidade para com os encargos previdenciários, trabalhistas e fiscais;

10.3.1. Deverá vir acompanhada a fatura da nota fiscal os seguintes documentos:

a). Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional será efetuada mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, na forma da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2 de outubro de 2014; **(observado o que dispõe o art. 3º, parágrafo único da EC nº. 106, promulgada em 7 de maio de 2020)**

b). A comprovação de regularidade para com a Fazenda Estadual deverá ser feita através de Certidão Negativa de Débitos inscritos na Dívida Ativa Estadual;

c). A comprovação de regularidade para com a Fazenda Municipal deverá ser feita através de Certidão Negativa de Débitos inscritos na Dívida Ativa Municipal;

- d). Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, através de apresentação do CRF – Certificado de Regularidade do FGTS;
e). Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa.

10.4. Constatando-se, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

10.5. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.6. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

10.7. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto a regularidade fiscal e trabalhista.

10.8. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

10.9. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.10. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E VIGÊNCIA CONTRATUAL

11.1. O prazo de execução do(s) serviço(s) objeto desta contratação se dará a partir da data da assinatura do contrato pelo período de 10 (dez) meses, podendo ser prorrogado na forma da lei.

11.2. O contrato terá um prazo de vigência a partir da data da assinatura, **10 (dez) meses**, podendo ser prorrogado nos casos e formas previstos na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FONTE DE RECURSOS

12.1. As despesas decorrentes da contratação correrão por conta da Dotação Orçamentária:

UNIDADE ADMINISTRATIVA	ORGÃO - PROGRAMA/ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESAS	FONTE DE RECURSO
SECRETARIA DA SAÚDE	09.01-10.122.0100.2.044	3.3.90.39.00	1211000000

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que a contratante promova a sua reabilitação.

e) Será ainda imputada a contratada multa ou punição no caso que couber por falha da (s) eventual (is) subcontratada(s) na prestação dos serviços.

CLAÚSULA DÉCIMA QUINTA - DAS RESCISÕES CONTRATUAIS

15.1. A rescisão contratual poderá ser:

15.2. Determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVIII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93;

15.3. Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

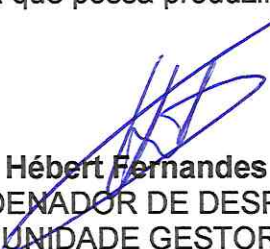
15.4. Em caso de rescisão prevista nos incisos XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, sem que haja culpa do CONTRATADO, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;

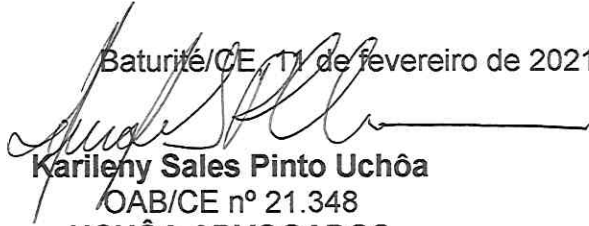
15.5. A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarreta as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei nº 8.666/93.

CLAÚSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

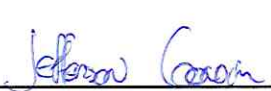
16.1. Fica eleito o foro da Comarca de Baturité, Estado do Ceará, para dirimir toda e qualquer controvérsia oriunda do presente, que não possa ser resolvida pela via administrativa, renunciando-se, desde já, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem acertados as partes, firmam o presente instrumento contratual em 02 (dois) vias para que possa produzir os efeitos legais.

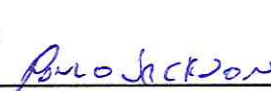

Hébert Fernandes Félix
ORDENADOR DE DESPESAS DA
UNIDADE GESTORA DA
SECRETARIA DE SAÚDE
CONTRATANTE

Baturité/CE, 11 de fevereiro de 2021.

Karileny Sales Pinto Uchôa
OAB/CE nº 21.348
UCHÔA ADVOGADOS
ASSOCIADOS
CNPJ nº 11.607.901/0001-62
CONTRATADA

Testemunhas:

1) 

Nome
CPF 058.477.863-52

2) 

Nome
CPF 063.066.343-20

Estado do Ceará
Governo Municipal de Baturité
Fundo Municipal de Saúde
RELAÇÃO DE ITENS DO CONTRATO



Processo de nº: 1002.02/2021
Modalidade : Inexigibilidade
Contrato : 20210106
Credor : UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS

Item	Descrição/especificações	Quantidade	valor unitário	valor total
070386	SERV.JURIDICOS ESPECIALIZADOS NA AREA DO DIREITO PUBLICO.	10,00	10.990,00	109.900,00
Total Geral				109.900,00



ESTADO DO CEARÁ

Câmara Municipal de Limoeiro do Norte

UNIÃO, CONSTRUÇÃO E INOVAÇÃO



Nota Técnica

Pesquisa de preços N° 202505090001



Unidade responsável

Camara Municipal de Limoeiro do Norte

[Câmara Municipal de Limoeiro do Norte](#)



Chave de Acesso

0f3ba969-35a2-4ce2-8c07-29a713c3ea69



Data da Finalização

20/05/2025



Responsável

Janielle Rabelo Da Silva Costa



Caso deseje validar os dados desta pesquisa, acesse o seguinte endereço:

http://127.0.0.1:8000/validacoes/validar_pesquisa/?codigo=0f3ba969-35a2-4ce2-8c07-29a713c3ea69

I - OBJETO DA CONTRATAÇÃO

O objeto da presente contratação é a CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO DE SOCIEDADE DE ADVOGADOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ANÁLISE E ORIENTAÇÃO JURÍDICA, ANÁLISE DE CONCESSÃO DE REQUERIMENTOS ADMINISTRATIVOS, REVISÃO E APRIMORAMENTO DAS NORMAS INTERNAS, IMPLEMENTAÇÃO DE BOAS PRÁTICAS DE COMPLIANCE, JUNTO À CÂMARA MUNICIPAL DE LIMOEIRO DO NORTE – CE.

A contratação por inexigibilidade de licitação de sociedade de advogados visa atender às necessidades da Câmara Municipal de Limoeiro do Norte no que tange à prestação de serviços técnicos especializados em análise e orientação jurídica, análise de concessão de requerimentos administrativos, revisão e aprimoramento das normas internas, e implementação de boas práticas de compliance. A complexidade e a especialização dos serviços a serem contratados demandam expertise jurídica avançada e conhecimento profundo das especificidades legais e regulamentares pertinentes às funções desempenhadas pela Câmara Municipal. Essa contratação é imprescindível para assegurar a melhoria contínua das práticas jurídico-administrativas e garantir a conformidade com as legislações vigentes, evitando riscos legais e fortalecendo a eficiência da gestão pública. Além disso, a implementação de boas práticas de compliance contribuirá para a transparência e a integridade das operações da Câmara Municipal, alinhando suas atividades aos mais elevados padrões éticos e legais. Assim, justifica-se a necessidade de contratação sem licitação dada a singularidade dos serviços e a notória especialização da sociedade de advogados que se pretende contratar, os quais são indispensáveis para o pleno atendimento das demandas institucionais e legais da Câmara Municipal de Limoeiro do Norte.





II - FONTES CONSULTADAS

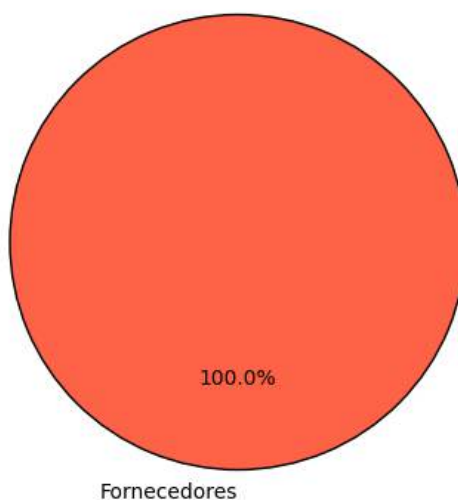
2.1. Parâmetros utilizados na definição do Valor estimado

Para a definição do valor estimado da contratação, foram aplicados os seguintes parâmetros conforme IN SEGES/ME nº 65/2021:

- **Artigo 5º, Inciso IV:** pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

O gráfico abaixo representa a distribuição dos parâmetros utilizados para definir o valor estimado.

Distribuição dos Parâmetros Utilizados



A análise dos dados permite observar a importância de cada parâmetro na estimativa de preços, oferecendo maior confiabilidade ao processo.

2.2. Justificativa para a não prioridade das consultas aos sistemas oficiais e contratações públicas

Neste caso, não foi possível priorizar as consultas aos sistemas oficiais de preços e contratações públicas similares para a definição do valor estimado, conforme recomendado pelo artigo 5º, §1º, da IN SEGES/ME nº 65/2021. As bases oficiais de preços, como o Painel de Preços e o banco de preços em saúde, não apresentaram informações suficientemente representativas ou atualizadas para o tipo específico de serviço necessário para esta contratação.

Por isso, optou-se por realizar pesquisa direta com fornecedores. As cotações coletadas junto a três fornecedores especializados permitiram a obtenção de um valor atualizado, ajustado às necessidades técnicas e especificidades do objeto. Essa abordagem garantiu que o valor estimado estivesse em conformidade com as condições de mercado e assegurasse a competitividade e





exequibilidade das propostas.

2.3. Consulta direta com fornecedores e justificativa para a escolha dos fornecedores

Para garantir um levantamento de preços confiável e atualizado, foram realizadas cotações junto a zero fornecedores especializados no setor. Abaixo estão as informações dos fornecedores consultados, incluindo as datas de envio e resposta, bem como as justificativas para a escolha de cada um:

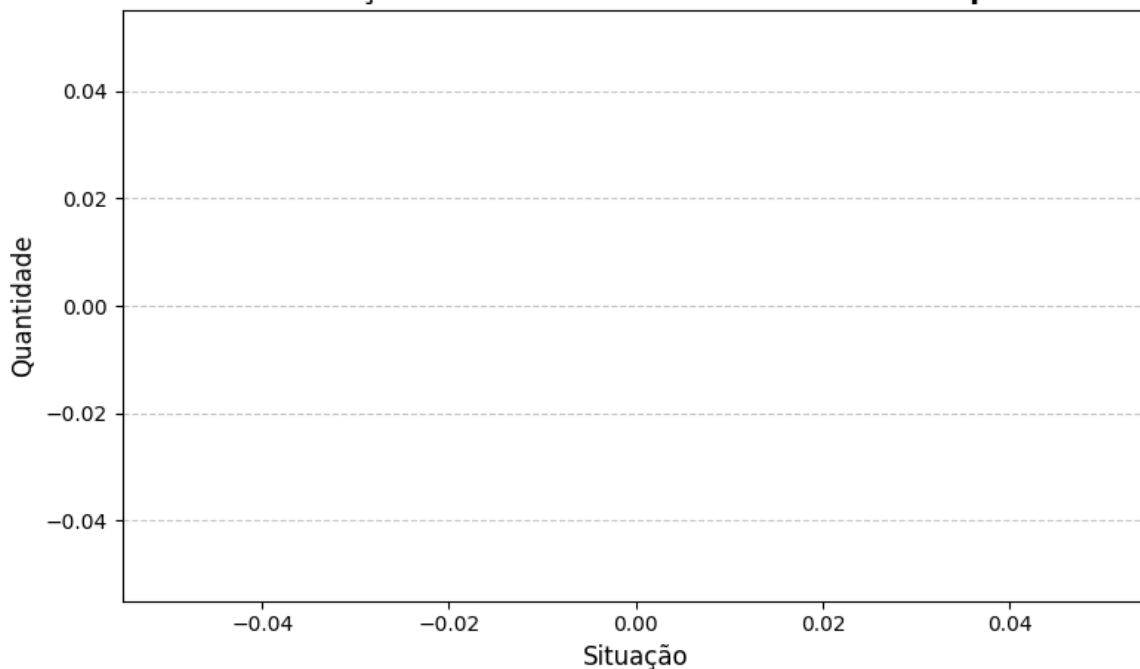
Fornecedor	Apresentou proposta	Data envio	Data proposta	Justificativa para escolha
------------	---------------------	------------	---------------	----------------------------

Justificativa Adicional:

- A seleção desses fornecedores baseou-se na experiência técnica e na capacidade comprovada de atender ao setor público, assegurando cotações que são representativas e atualizadas.
- Nenhuma empresa forneceu dados consistentes para esta análise.

Este gráfico ilustra a quantidade de pedidos de cotações enviados a fornecedores, destacando quantos apresentaram respostas e quantos não responderam. As categorias incluem cotações enviadas, respondidas e não respondidas, permitindo uma visão clara da adesão dos fornecedores ao levantamento realizado.

Pedidos de cotações aos fornecedores solicitados e apresentados



2.4. Consideração do mínimo de três cotações

Para garantir a precisão e a confiabilidade na definição do valor estimado, foram analisados preços obtidos a partir de cotações válidas, em conformidade com as parâmetros definidas no item 2.1 desta Nota Técnica. Esse procedimento busca garantir que o valor estimado seja fundamentado em informações consistentes, refletindo as condições reais do mercado e alinhando-se às melhores práticas de contratação pública.





ESTADO DO CEARÁ

Câmara Municipal de Limoeiro do Norte
UNIÃO, CONSTRUÇÃO E INOVAÇÃO

Sempre que possível, o projeto foi realizado com base em um conjunto de três ou mais cotações obtidas de fontes confiáveis e representativas do mercado. Essa abordagem promove uma amostragem robusta, conferindo maior precisão ao valor estimado e assegurando a representatividade do levantamento de preços. Além disso, tal prática reforça a transparência e a fundamentação técnica do processo de contratação, cumprindo os princípios de economicidade e de eficiência.

Conforme definido no item 2.1 desta Nota Técnica, as cotações foram selecionadas e evidenciadas de modo a excluir preços inexequíveis, inconsistentes ou esperados elevados, garantindo que o valor estimado seja construído com base em dados de qualidade e condições com a realidade mercadológica. Essa metodologia também visa evitar distorções que possam comprometer a regularidade do processo licitatório.

Esse método reforça o compromisso com uma gestão pública responsável, promovendo a aplicação criteriosa dos recursos públicos e garantindo que o processo licitatório seja prorrogado com o devido rigor técnico e alinhamento às normas aplicáveis.

III - SÉRIE DE PREÇOS COLETADOS

A tabela a seguir apresenta os preços coletados, discriminando as fontes e evidenciando a diversidade dos dados para uma visão abrangente do mercado.

Item 1 - CONTRATAÇÃO DE SOCIEDADE DE ADVOGADOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ANÁLISE E ORIENTACXAO JURÍDICA, ANÁLISE DE CONCESSAO DE REQUERIMENTOS ADMINISTRATIVOS, REVISÃO E APRIMORAMENTO DAS NORMAS INTERNAS, IMPLEMENTAÇÃO DE BOAS PRÁTICAS DE COMPLIAN**ESPECIFICAÇÃO:**

CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO DE SOCIEDADE DE ADVOGADOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ANÁLISE E ORIENTACXAO JURÍDICA, ANÁLISE DE CONCESSAO DE REQUERIMENTOS ADMINISTRATIVOS, REVISÃO E APRIMORAMENTO DAS NORMAS INTERNAS, IMPLEMENTAÇÃO DE BOAS PRÁTICAS DE COMPLIANCE, JUNTO À CÂMARA MUNICIPAL DE LIMOEIRO DO NORTE – CE. CONTEMPLANDO: 1. Análise jurídica de contratos, convênios, termos de ajuste de cooperação e instrumentos congêneres celebrados pela Câmara Municipal com órgãos e entidades da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal e Organizações da Sociedade Civil; 2. Orientação jurídica na área de gestão de pessoas, direitos e deveres de servidores e agentes públicos; 3. Análises de concessão de requerimentos de licenças, gratificações, férias, abonos, aposentadorias e etc, em conformidade jurídica com o estatuto do servidor e demais leis vigentes; 4. Revisão e aprimoramento das normas internas para assegurar a conformidade com legislações de transparência e acesso à informação; 5. Implementação de boas práticas de compliance na administração da Câmara; 6. Elaboração de relatórios e pareceres.

QUANTIDADE	UNIDADE	PREÇOS	D. PADRÃO (R\$)	C. V.	REL. MINIMO (R\$)	REL. MÁXIMO (R\$)
12,00	Mês	3	0,00	0,00%	10.000,00	10.000,00

PREÇO	ÓRGÃO/EMPRESA	FORNECEDOR	DATA PRATICADA	PREÇO
1.1	--	Comprovante	16/05/2025	10.000,00
IDENTIFICAÇÃO	FORNECEDOR		CLASSIFICAÇÃO	
8776144	UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS		Exequível	

PREÇO	ÓRGÃO/EMPRESA	FORNECEDOR	DATA PRATICADA	PREÇO
1.2	--	Comprovante	16/05/2025	10.000,00
IDENTIFICAÇÃO	FORNECEDOR		CLASSIFICAÇÃO	
8776198	UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS		Exequível	

PREÇO	ÓRGÃO/EMPRESA	FORNECEDOR	DATA PRATICADA	PREÇO
1.3	--	Comprovante	16/05/2025	10.000,00
IDENTIFICAÇÃO	FORNECEDOR		CLASSIFICAÇÃO	
8776212	UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS		Exequível	

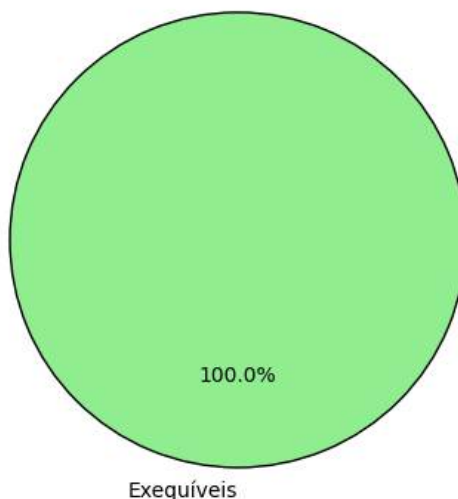
Esta tabela reflete uma análise abrangente dos preços praticados, incluindo fontes governamentais e cotações do setor privado, permitindo uma análise crítica e comparativa dos valores.





O gráfico abaixo representa as classificações gerais dos preços coletados.

Distribuição dos tratamentos de preços coletados



IV - METODOLOGIA PARA OBTENÇÃO DO PREÇO ESTIMADO

4.1. Justificativa para o uso de um único método

Para a obtenção do preço estimado, foi aplicado exclusivamente o método de **média aritmética** em toda a pesquisa. Esse método foi escolhido como o mais adequado para estimar o valor dos itens, considerando a homogeneidade das cotações obtidas e a consistência das variações entre os valores.

- **Média aritmética:** Optou-se pela média aritmética para assegurar um valor representativo e equilibrado para todos os itens, dado que as cotações apresentaram variação moderada. A média proporciona uma visão centralizada do mercado e evita distorções causadas por valores isoladamente altos ou baixos.

A aplicação de um único método trouxe uniformidade à pesquisa, garantindo uma estimativa confiável e adequada para todos os itens, cumprindo com os princípios de eficiência e economicidade.

V - MEMÓRIA DE CÁLCULO E CONCLUSÃO

5.1. Memória de cálculo





ESTADO DO CEARÁ

Câmara Municipal de Limoeiro do Norte
UNIÃO, CONSTRUÇÃO E INOVAÇÃO

ITEM	QUANTIDADE	METODOLOGIA	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1 - CONTRATAÇÃO DE SOCIEDADE DE ADVOGADOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ANÁLISE E ORIENTAÇÃO JURÍDICA, ANÁLISE DE CONCESSÃO DE REQUERIMENTOS ADMINISTRATIVOS, REVISÃO E APRIMORAMENTO DAS NORMAS INTERNAS, IMPLEMENTAÇÃO DE BOAS PRÁTICAS DE COMPLIAN	12,0	Média	10.000,00	120.000,00

5.2. Conclusão

O preço estimado para a contratação é de **R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais)**.

Esse valor, resultado de uma pesquisa de mercado ampla e criteriosa, reflete uma estimativa alinhada com as práticas atuais do setor e assegura que o processo licitatório seja fundamentado em valores justos e realistas.

Certifica-se, assim, que o preço estimado atende aos requisitos de vantajosidade e economicidade exigidos pela Administração, promovendo uma contratação pública eficiente e em conformidade com o interesse público.

VI - IDENTIFICAÇÃO DOS AGENTES RESPONSÁVEIS PELA PESQUISA DE PREÇOS

6.1. A presente pesquisa de preços foi conduzida por: **JANIELLE RABELO DA SILVA COSTA**, matrícula nº None.

Limoeiro do Norte, 20 de maio de 2025

JANIELLE RABELO DA SILVA COSTA
RESPONSÁVEL PELA PESQUISA DE PREÇOS

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
APONTE SUA CÂMARA PARA O QR CODE AO LADO
PARA VERIFICAR AUTENTICIDADE DA ASSINATURA
INFORMANDO O CÓDIGO: 173-965-2872
PÁGINA: 6 DE 6 - CÂMARA MUNICIPAL DE LIMOEIRO DO NORTE - 0183691300010





ESTADO DO CEARÁ

Câmara Municipal de Limoeiro do Norte

UNIÃO, CONSTRUÇÃO E INOVAÇÃO



Estudo Técnico Preliminar

Processo administrativo Nº 0001620250320000180



Unidade responsável

Camara Municipal de Limoeiro

[Câmara Municipal de Limoeiro do Norte](#)



Data

21/05/2025



Responsável

Comissão De Planejamento

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A Câmara Municipal de Limoeiro do Norte enfrenta um desafio significativo devido à insuficiência de recursos especializados para atender à crescente complexidade das demandas legais e administrativas. A incapacidade da estrutura atual em lidar com as exigências técnicas atualizadas, especialmente nos campos de análise e orientação jurídica, concessão de requerimentos administrativos, revisão de normas internas e práticas de compliance, ameaça a eficiência e a conformidade legal da Administração. Estes fatores são críticos para a operação eficaz e a credibilidade da Câmara junto ao público e parceiros governamentais.

Se esta demanda não for atendida, os impactos institucionais e operacionais serão potencialmente graves. Entre as consequências estão a interrupção de processos administrativos essenciais, o risco de não conformidade com legislações vigentes, e o enfraquecimento da governança institucional devido à falta de práticas adequadas de compliance. Tais problemas podem comprometer diretamente o interesse público, conforme estipulado no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, além de impactar negativamente os serviços prestados à comunidade local.

Ao contratar uma sociedade de advogados especializada, a Câmara busca assegurar a continuidade e a melhoria dos serviços jurídicos e administrativos. Os resultados esperados incluem a modernização e adequação dos processos às demandas legais atuais, a garantia de cumprimento das metas institucionais, e a implementação de regulamentos que promovam a transparência e a integridade das operações. Esta contratação está alinhada com os objetivos estratégicos maiores da Administração, promovendo eficiência e conformidade, em sincronia com os princípios de economicidade e planejamento da Lei nº 14.133/2021.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
APONTE SUA CÂMARA PARA O QR CODE AO LADO
PARA VERIFICAR AUTENTICIDADE DA ASSINATURA
INFORMANDO O CÓDIGO: 161-473-3161
PÁGINA: 1 DE 11 - CÂMARA MUNICIPAL DE LIMOEIRO DO NORTE - 0183691300010





Portanto, a contratação é imprescindível para resolver os problemas identificados no processo administrativo e alcançar os objetivos institucionais em conformidade com os princípios e objetivos estabelecidos nos artigos 5º, 6º, 11 e 18, § 2º da Lei nº 14.133/2021. Este ETP reflete, do ponto de vista do interesse público, a necessidade de suporte técnico especializado para assegurar o pleno cumprimento das funções administrativas e legais da Câmara Municipal de Limoeiro do Norte.

2. ÁREA REQUISITANTE

Área requisitante	Responsável
Camara Municipal de Limoeiro do Norte	Paulo Sergio Chagas Girao

3. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A necessidade identificada pela Câmara Municipal de Limoeiro do Norte para a contratação por inexigibilidade de licitação de uma sociedade de advogados é fundamentada na prestação de serviços técnicos especializados. A demanda está centrada em análise e orientação jurídica, concessão de requerimentos administrativos, revisão e aprimoramento das normas internas e implementação de boas práticas de compliance, visando o fortalecimento da gestão pública conforme as legislações vigentes, alinhada com objetivos estratégicos de eficiência e conformidade legal. Não obstante, tais serviços são essenciais para assegurar a qualidade e legalidade das operações administrativas.

Os padrões mínimos de qualidade e desempenho exigidos para esta contratação demandam expertise jurídica avançada, com capacidade comprovada para análise de contratos e convênios, orientação na área de gestão de pessoas, revisão de normas internas e implementação de boas práticas de compliance. Estes critérios técnicos são justificáveis, dado o cenário de risco legal e a exigência de conformidade que circundam as atividades da Câmara Municipal, onde o conhecimento especializado é imperativo. A ausência de um catálogo eletrônico adequado para padronização está justificada pela singularidade e especialização dos serviços, que não se prestam a uma seleção generalista de itens.

A vedação de escolha de marcas ou modelos específicos é mantida conforme o princípio de competitividade, admitindo-se exceção apenas quando necessário para atender características essenciais que, de outro modo, não seriam alcançadas. Para assegurar a entrega ou execução eficiente, prevê-se, ainda, a possibilidade de exigência de amostras ou provas de conceito a critério da Administração, sem detalhamento específico de prazos, para garantir eficácia ao menor custo administrativo.

Quanto à sustentabilidade, a contratação deve contemplar requisitos que minimizem impactos, de acordo com práticas de contratação sustentável, promovendo, quando possível, o uso de materiais recicláveis e a redução de resíduos. A ausência de tais critérios será apenas justificada pela natureza e urgência da demanda. Durante o levantamento de mercado, será imprescindível que os fornecedores demonstrem





condições de atender minimamente aos critérios técnicos e operacionais estabelecidos, considerando a possibilidade de flexibilização destes requisitos para não restringir a competição, desde que ainda adequados à necessidade identificada.

Os requisitos definidos nesta seção fundamentam-se na demanda do DFD e encontram-se em estrita conformidade com a Lei nº 14.133/2021, especialmente os artigos 5º e 18, servindo de base técnica para o subsequente levantamento de mercado. Eles garantirão a escolha da solução mais vantajosa para a Administração.

4. LEVANTAMENTO DE MERCADO

O levantamento de mercado, conforme art. 18, §1º, inciso V da Lei nº 14.133/2021, é crucial para o planejamento da contratação do objeto descrito na "Descrição da Necessidade da Contratação". Tem como finalidade prevenir práticas antieconômicas e embasar a solução contratual, alinhando-se aos princípios dos arts. 5º e 11 de forma neutra e sistemática.

A contratação em questão refere-se à prestação de serviços técnicos especializados em análise e orientação jurídica, análise de concessão de requerimentos administrativos, revisão e aprimoramento das normas internas, e implementação de boas práticas de compliance. Estes serviços são considerados de natureza complexa e de caráter técnico especializado.

Foi realizada uma pesquisa de mercado abrangente, incluindo consultas a três fornecedores/prestadores potenciais. Essa coleta incluiu informações sobre faixa de preços e prazos. Além disso, foram analisadas contratações similares realizadas por outras câmaras municipais e órgãos públicos, observando-se os modelos de aquisição aplicados e os valores praticados. Outras fontes públicas confiáveis, como o Painel de Preços e o Comprasnet, também foram utilizadas para compilar dados relevantes. A pesquisa identificou algumas inovações, especialmente na área de compliance, com a introdução de tecnologias digitais para monitoramento e auditoria.

Uma análise comparativa das alternativas foi conduzida, considerando critérios técnicos, econômicos, operacionais, jurídicos e de sustentabilidade. As opções analisadas incluíram: desenvolvimento interno dos serviços, terceirização a partir de contratos temporários e a assinatura de serviços especializados de longo prazo. Destacou-se que, apesar do investimento inicial mais elevado, a terceirização com uma sociedade de advogados especializada oferece benefícios significativos em termos de expertise e redução de riscos jurídicos, que são críticos para a Câmara Municipal.

A alternativa mais vantajosa selecionada é a contratação de uma sociedade de advogados com expertise comprovada. Esta decisão baseia-se em fatores de eficiência, economicidade e viabilidade operacional, assegurando o alinhamento ao "Resultados Pretendidos". O custo total de propriedade se mostrou competitivo, considerando a especialização necessária, além de garantir facilidade de manutenção e continuidade, elementos essenciais para os objetivos da Câmara Municipal.

Recomenda-se a abordagem de terceirização dos serviços jurídicos especializados,





como a opção mais eficiente e que melhor assegura competitividade e transparência, em conformidade com os artigos 5º e 11 da Lei nº 14.133/2021, sem antecipar a modalidade de licitação.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta para a Câmara Municipal de Limoeiro do Norte consiste na contratação por inexigibilidade de licitação de uma sociedade de advogados especializada para a prestação de serviços técnicos focados em análise e orientação jurídica, análise de concessão de requerimentos administrativos, revisão e aprimoramento das normas internas, e implementação de boas práticas de compliance. Este contrato cobrirá todas as necessidades legais e regulamentares da Câmara Municipal, conforme previamente identificadas, garantindo a melhoria contínua das práticas jurídico-administrativas e a conformidade com legislações vigentes.

A contratação incluirá a análise jurídica de contratos e convênios estabelecidos entre a Câmara Municipal e outros órgãos públicos ou organizações da sociedade civil, além de orientação jurídica na gestão de pessoas, análise de concessão de requerimentos diversos, e revisão de normas internas. Estes serviços são integrados para otimizar a eficiência legal e administrativa da Câmara, promovendo a transparência e a integridade em suas operações. Adicionalmente, a implementação de boas práticas de compliance e a elaboração de relatórios e pareceres robustecerão a estrutura ética e legal da instituição.

As justificativas para esta solução são sustentadas por um levantamento de mercado que demonstra a adequação técnica e econômica desta contratação, assegurando que os serviços sejam prestados em conformidade com as exigências legais pertinentes. Esta estratégia atende aos princípios de eficiência, economicidade e interesse público destacados na Lei nº 14.133/2021, representando a melhor alternativa para atender as necessidades específicas da Câmara Municipal de Limoeiro do Norte, conforme delineado no Estudo Técnico Preliminar.

6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	UND.
1	CONTRATAÇÃO DE SOCIEDADE DE ADVOGADOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ANÁLISE E ORIENTACXAO JURÍDICA, ANÁLISE DE CONCESSAO DE REQUERIMENTOS ADMINISTRATIVOS, REVISÃO E APRIMORAMENTO DAS NORMAS INTERNAS, IMPLEMENTAÇÃO DE BOAS PRÁTICAS DE COMPLIAN	12,000	Mês

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO





ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	UND.	V. UNIT (R\$)	V. TOTAL (R\$)
1	CONTRATAÇÃO DE SOCIEDADE DE ADVOGADOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ANÁLISE E ORIENTACXAO JURÍDICA, ANÁLISE DE CONCESSAO DE REQUERIMENTOS ADMINISTRATIVOS, REVISÃO E APRIMORAMENTO DAS NORMAS INTERNAS, IMPLEMENTAÇÃO DE BOAS PRÁTICAS DE COMPLIAN	12,000	Mês	10.000,00	120.000,00

Deste modo, como tendo como parâmetro as pesquisas de preços realizadas, tem-se que o valor médio estimado, conforme dados demonstrados acima, totalizam a monta de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais)

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

O parcelamento do objeto, conforme disposto no art. 40, V, b da Lei nº 14.133/2021, se destina a ampliar a competitividade (art. 11) e deve ser promovido sempre que for viável e vantajoso para a Administração. Esta análise é obrigatória no ETP, em conformidade com o art. 18, §2º. A contratação por inexigibilidade de licitação para serviços técnicos especializados de advocacia junto à Câmara Municipal de Limoeiro do Norte foi avaliada à luz dos aspectos de eficiência e economicidade do art. 5º. Avaliou-se se a divisão por itens, lotes ou etapas é técnica e operacionalmente possível, considerando também a 'Seção 4 - Solução como um Todo'.

Na análise da possibilidade de parcelamento, verificou-se que a natureza dos serviços técnicos especializados de advocacia, tais como análise jurídica, revisão de normas internas e implementação de práticas de compliance, não permite uma divisão prática por itens ou lotes. Não obstante a disponibilidade de fornecedores especializados, a fragmentação não acrescentaria competitividade relevante, pois a natureza integrada e contínua dos serviços requer uma abordagem coesa para assegurar qualidade e continuidade, conforme identificado em nossa pesquisa de mercado.

Comparativamente, a execução integral se revela não apenas viável, mas preferencial, como delineado no art. 40, §3º. Esta abordagem oferece benefícios substanciais através da economia de escala e gerenciamento contratual unificado, preservando a funcionalidade técnica e promovendo um sistema integrado único, essencial para a complexidade dos serviços jurídicos em questão. Este modelo, além de garantir a padronização, minimiza riscos à integridade técnica e à responsabilidade contratual.

Contemplando os impactos na gestão e fiscalização, a execução consolidada simplifica a supervisão contratual, centraliza a responsabilidade técnica e evita a dispersão na gestão administrativa. Embora o parcelamento pudesse facilitar o controle descentralizado, ele resultaria em complicações administrativas significativas. Portanto, a capacidade institucional e os princípios de eficiência, conforme art. 5º, suportam a decisão por execução integral, favorecendo a simplicidade e robustez na gestão.





Concluimos que a execução integral é a alternativa mais vantajosa para a Administração, assegurando o alinhamento com os 'Seção 10 - Resultados Pretendidos', facilitando a economicidade e a competitividade, em conformidade com os arts. 5º e 11, e de acordo com os critérios do art. 40. Assim, recomenda-se que a contratação ocorra de forma integral, garantindo a eficácia e a maximização dos recursos disponíveis.

9. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

O alinhamento da presente contratação com os instrumentos de planejamento da Administração Pública visa garantir coerência, eficiência e economicidade, de acordo com os princípios estabelecidos nos artigos 5º e 11 da Lei nº 14.133/2021. No entanto, não foi identificado um Plano de Contratação Anual (PCA) para o processo administrativo em questão, indicando a necessidade de uma análise detalhada sobre possíveis demandas imprevistas ou emergenciais. A ausência da previsão no PCA é justificada pela natureza complexa e especializada dos serviços jurídicos a serem contratados, os quais se demonstraram imprescindíveis para atender necessidades não previstas no planejamento inicial da Câmara Municipal de Limoeiro do Norte. Como medida corretiva, propõe-se a inclusão destes serviços na próxima revisão do PCA, assegurando que futuras contratações similares estejam em conformidade com a legislação, promovendo economicidade e transparência conforme os artigos 5º e 12 da Lei. Apesar da ausência no PCA, a contratação contribuirá eficazmente para os resultados vantajosos e a competitividade, destacando-se a transparência do processo e alinhamento aos resultados pretendidos pela Administração.

10. RESULTADOS PRETENDIDOS

Os benefícios diretos esperados da contratação da sociedade de advogados para prestação de serviços técnicos especializados à Câmara Municipal de Limoeiro do Norte incluem uma significativa contribuição para a eficiência administrativa e a otimização de recursos, como previsto nos arts. 5º e 18, §1º, inciso IX da Lei nº 14.133/2021. A contratação visa assegurar conformidade jurídica, revisão normativa, e implementação de práticas de compliance, o que é fundamental para o interesse público delineado na 'Descrição da Necessidade da Contratação'. Esses serviços permitirão não apenas o cumprimento das legislações vigentes, mas também um alinhamento estratégico com as melhores práticas administrativas.

A solução escolhida, de acordo com a análise de mercado e a necessidade pública, pretende alcançar uma economia de escala e melhor utilização de recursos humanos por meio da racionalização de tarefas jurídicas e administrativas, assim como pela capacitação direcionada de pessoal. Materiais e recursos financeiros se beneficiarão de menor desperdício e subutilização. Espera-se obter uma redução de custos operacionais, especialmente em comparação a possíveis alternativas, e uma diminuição significativa do retrabalho, conforme as premissas do princípio da competitividade explícito no art. 11 da Lei.





A fim de monitorar os serviços prestados e comprovar os ganhos almejados, será utilizado um Instrumento de Medição de Resultados (IMR), que acompanhará indicadores quantificáveis como economia de recursos, melhoria na qualidade das análises jurídicas e no tempo de resposta a requerimentos administrativos. Este acompanhamento permitirá validar a eficiência dos serviços e otimizar os recursos financeiros e materiais disponíveis, assegurando o compromisso com a economicidade e o melhor aproveitamento institucional.

Assim, os resultados pretendidos justificam plenamente o dispêndio público, promovendo maior eficiência e eficácia na administração dos recursos da Câmara Municipal de Limoeiro do Norte, e estão perfeitamente alinhados aos objetivos institucionais conforme o art. 11. A natureza contínua e crítica dessa demanda, ainda que destaquem componentes exploratórios, fundamenta tecnicamente a escolha pela contratação sem licitação, garantindo que os princípios de planejamento e eficiência sejam respeitados.

11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

As providências internas antes da celebração do contrato, conforme art. 18, §1º, inciso X, serão essenciais ao ciclo de planejamento e governança da contratação, assegurando sua execução eficiente e a consecução dos objetivos de 'Resultados Pretendidos', mitigando riscos e promovendo o interesse público (art. 5º), com base em 'Descrição da Necessidade da Contratação'. Essas medidas integrarão o planejamento e articularão com a definição da solução e o modelo de execução contratual. Os ajustes físicos, tecnológicos ou organizacionais necessários ao ambiente onde o objeto será executado (ex.: instalação de infraestrutura, adequação de espaço físico) serão descritos, justificando sua relevância para viabilizar os benefícios esperados. Essas providências serão organizadas em um cronograma detalhado, especificando ações, responsáveis e prazos, a ser anexado ao ETP, seguindo a ABNT (NBR 14724:2011), destacando que a ausência desses ajustes poderá comprometer a execução, como riscos à segurança operacional ou instalação de equipamentos. A capacitação dos agentes públicos para gestão e fiscalização do contrato (art. 116) será abordada, justificando tecnicamente como o treinamento (ex.: uso de ferramentas, boas práticas) assegurará os resultados previstos (art. 11), segmentada por perfis como gestor, fiscais e técnicos, conforme a complexidade da execução, subentendendo a metodologia e, se aplicável, utilizando listas ou cronogramas conforme ABNT (NBR 14724:2011). Essas providências integrarão o Mapa de Riscos como estratégias preventivas de mitigação, articulando-se com a unidade de gestão de riscos ou controle interno, quando houver, para evitar comprometer prazos, qualidade ou conformidade legal, garantindo os benefícios projetados. As ações preparatórias serão indispensáveis para viabilizar a contratação e assegurar os resultados esperados, otimizando recursos públicos e promovendo governança eficiente (art. 5º), alinhadas a 'Resultados Pretendidos', sendo que, se não houver providências específicas, a ausência será fundamentada tecnicamente no texto (ex.: objeto simples que dispensa ajustes prévios).

12. JUSTIFICATIVA PARA ADOÇÃO DO REGISTRO DE PREÇOS





A contratação da sociedade de advogados para a prestação de serviços técnicos especializados na Câmara Municipal de Limoeiro do Norte requer uma análise detalhada quanto à modalidade contratual mais **adequada** para atender ao interesse público, conforme a Lei nº 14.133/2021. Considerando a descrição da necessidade da contratação, a singularidade dos serviços demandados e o caráter especializado envolvido, observa-se que a contratação direta por inexigibilidade, conforme previsto no art. 74, III, da mencionada lei, parece ser a modalidade mais adequada, dado que os serviços jurídicos a serem prestados não se configuram como bens de consumo rotineiro, repetitivos ou fracionáveis, características que geralmente recomendam o uso do Sistema de Registro de Preços (SRP).

A análise da solução como um todo indica que a contratação tradicional se alinha melhor ao cenário jurídico e operacional atual. A especialização e notória capacidade técnica da sociedade de advogados, associadas às complexidades dos serviços requeridos, justificam a inexigibilidade de licitação. A contratação de serviços jurídicos desta natureza não é compatível com o SRP, que se destina a aquisições contínuas e padronizadas de objetos que envolvem entregas fracionadas e incerteza em quantitativos. Por outro lado, a natureza pontual e crítica desta necessidade, além de sua relevância estratégica, favorece a contratação direta, assegurando alinhamento aos princípios da eficiência e segurança jurídica, conforme artigos 5º e 11 da mesma legislação.

Economicamente, a contratação direta destes serviços específicos é a mais vantajosa, pois evita a sobrecarga administrativa e a oportunidade de negociação em condições mais favoráveis pela especialização necessária, ao contrário do SRP, que se aplica melhor nas economias de escala obtidas em demandas rotineiras e comuns. O levantamento de mercado reforça que a contratação direta terá melhores resultados operacionais e de custo-benefício, alinhando-se aos interesses da Câmara Municipal. Não existe, também, um atual Plano de Contratações Anual que sugira o uso do SRP nesta situação específica.

Com base nestas considerações técnicas, econômicas e operacionais, a contratação direta por inexigibilidade é declarada a opção mais **adequada** para esta demanda específica, garantindo, dessa forma, que os serviços essenciais ao pleno funcionamento jurídico da Câmara Municipal de Limoeiro do Norte sejam realizados com eficiência, agilidade e em conformidade com o interesse público, assegurando as expectativas dos resultados pretendidos conforme a nova Lei de Licitações e Contratos.

13. DA VEDAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS NA FORMA DE CONSÓRCIO

A participação de consórcios na contratação é admitida como regra pela Lei nº 14.133/2021, especificamente conforme o art. 15, salvo vedação fundamentada no Estudo Técnico Preliminar (ETP) conforme destacam o art. 18, §1º, inciso I. No presente contexto de contratação, cuja necessidade fundamentei anteriormente, analisamos a viabilidade e vantajosidade da participação de consórcios com base em critérios técnicos, operacionais, administrativos e jurídicos, assegurando o atendimento ao





interesse público, eficiência, economicidade e legalidade estabelecidos no art. 5º. Considerando a 'Descrição da Necessidade da Contratação', o objeto requer serviços jurídicos especializados que demandam conhecimento específico e profundo entendimento das peculiaridades regulatórias e legais da Câmara Municipal de Limoeiro do Norte. A natureza desses serviços, por sua complexidade, não se beneficia tecnicamente da formação de consórcios, uma vez que a expertise concentrada e focalizada tende a garantir eficiência e eficácia, preservando a segurança jurídica na execução contratual. Adicionalmente, o art. 15 prevê que consórcios exigem compromisso de constituição, escolha de empresa líder, responsabilidade solidária e impedimentos à participação múltipla ou isolada. A soma dessas condições, aliada à característica indivisível dos serviços pretendidos, torna a participação consorciada **incompatível**, impactando negativamente na simplicidade e economicidade da contratação, conforme observado no 'Levantamento de Mercado e Demonstração da Vantajosidade'. O aumento de complexidade na gestão e fiscalização de consórcios é um fator significativo, enquanto um fornecedor único oferece simplicidade operacional, facilitando a gestão administrativa e permitindo a consecução dos 'Resultados Pretendidos'. Assim, a vedação à participação de consórcios se mostra mais **adequada**, pois assegura eficiência, economicidade e segurança jurídica, alinhada aos princípios do art. 5º e ao planejamento delineado no ETP, fundamentando a decisão tecnicamente e de forma coerente com os objetivos de contratação estabelecidos.

14. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

A análise de contratações correlatas e interdependentes para a presente contratação por inexigibilidade de licitação destaca-se pela sua importância na garantia de um planejamento robusto e eficiente, visando à otimização de recursos e à eliminação de sobreposições desnecessárias. Tal análise, em conformidade com o inciso XI do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, busca integrar de forma harmônica a contratação ora proposta com outras já realizadas, em andamento ou planejadas pela Administração. Isso assegura que os recursos públicos sejam aplicados visando o máximo de economia e eficiência, além de garantir o alinhamento das iniciativas com as diretrizes de eficiência e economicidade estabelecidas no art. 5º da mesma lei.

Na presente análise, verifica-se que, para a contratação dos serviços especializados de assessoria jurídica e compliance, não há registros de contratações correlatas ou interdependentes que possam impactar diretamente ou ser impactadas pela presente solução. Isto se deve à natureza única e especializada dos serviços requisitados, que por sua singularidade e especificidade, não encontram equivalentes diretos em contratações passadas, presentes ou planejadas. Todavia, é ressaltada a necessidade de continuidade do fornecimento de infraestrutura física e tecnológica adequadas, atualmente já disponibilizadas pela Câmara Municipal de Limoeiro do Norte, para assegurar a plena execução dos serviços contratados, ainda que esses serviços em si não constituam interdependência direta desta contratação.

Conclui-se que não foram identificadas contratações correlatas ou interdependentes que requeiram ajustes de quantitativos, requisitos técnicos ou demanda por articulações contratuais adicionais. A análise evidenciou que a contratação é independente e não necessita de alterações nos termos propostos, de acordo com o





§2º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021. Recomenda-se apenas que a seção 'Providências a Serem Adotadas' inclua a manutenção da infraestrutura mencionada, com vistas a assegurar que os serviços sejam operados sob as melhores condições técnicas disponíveis. A continuidade de revisão e alinhamento das normas internas e práticas administrativas já em andamento também beneficiará o processo de implementação das boas práticas de compliance previstas nesta contratação.

15. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

A contratação de serviços de análise e orientação jurídica, análise de concessão de requerimentos administrativos, revisão e aprimoramento das normas internas e implementação de boas práticas de compliance para a Câmara Municipal de Limoeiro do Norte envolve considerações ambientais sutis devido à natureza do serviço. No entanto, possíveis impactos ao longo do ciclo de vida do serviço, como o consumo de energia em ambientes corporativos, gestão de resíduos de papel e consumo de material de escritório, devem ser avaliados em conformidade com o art. 18, §1º, inciso XII da Lei nº 14.133/2021. Para mitigar o consumo de energia, práticas sustentáveis podem ser adotadas, incluindo o uso de equipamentos com selo Procel A, a promoção de trabalho remoto para reduzir a pegada de carbono, e a implementação de sistemas de gestão eletrônica de documentos para minimizar o uso de papel. A logística reversa para o descarte adequado de toners, cartuchos e outros insumos é essencial, alinhando-se às diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis. Tais medidas promovem a eficiência de recursos, considerando a capacidade administrativa para sua implementação sem introduzir barreiras indevidas, conforme art. 5º e art. 11. As práticas sustentáveis propostas são **essenciais** para otimizar o uso de recursos, contribuir para a redução de impactos ambientais, e atender aos resultados pretendidos em termos de economicidade e melhor aproveitamento, conforme exposto no planejamento e levantamento de mercado. Assim, a implementação dessas medidas garantirá a sustentabilidade e eficiência na administração pública local.

16. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A VIABILIDADE E RAZOABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

A contratação de sociedade de advogados para a prestação de serviços técnicos especializados em análise e orientação jurídica, análise de concessão de requerimentos administrativos, revisão e aprimoramento das normas internas, e implementação de boas práticas de compliance junto à Câmara Municipal de Limoeiro do Norte é avaliada como viável e estrategicamente indispensável. Com base nos elementos técnicos, econômicos, operacionais e jurídicos analisados ao longo deste Estudo Técnico Preliminar, a contratação demonstra-se capaz de atender às necessidades identificadas, conforme prevista no art. 18, §1º, inciso XIII da Lei nº 14.133/2021.

A análise de mercado revelou que a proposta atende aos critérios de economicidade,





ESTADO DO CEARÁ

Câmara Municipal de Limoeiro do Norte
UNIÃO, CONSTRUÇÃO E INOVAÇÃO



legalidade e eficiência previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, assegurando o tratamento isonômico e a competitividade. A especificidade e a complexidade dos serviços requerem alta qualificação e expertise jurídica, justificando a escolha por inexigibilidade de licitação, representando um alinhamento preciso ao planejamento estratégico institucional e promovendo a conformidade legal e operacional das normas internas da Câmara.

As estimativas de quantidade e valor ajustam-se à realidade do mercado, refletindo preços compatíveis, de acordo com o art. 11 da mesma Lei, e a contratação proposta, portanto, é considerada vantajosa. Resultados pretendidos, como a melhoria contínua das práticas jurídico-administrativas, são fundamentais para a conformidade e eficiência da gestão pública. Esta decisão deve ser incorporada ao processo de contratação, servindo de base sólida para a autoridade competente, com atenção especial aos princípios do interesse público e desenvolvimento sustentável.

Em função das análises consolidadas, a recomendação é pela realização da contratação, destacando a relevância do processo em assegurar a integridade das operações administrativas e o cumprimento das leis vigentes, embasando-se ainda no art. 6º, inciso XXIII e art. 40 da Lei nº 14.133/2021, que orientam o planejamento e o termo de referência.

Limoeiro do Norte / CE, 21 de maio de 2025

EQUIPE DE PLANEJAMENTO

assinado eletronicamente

TARCITO MENDES DOS SANTOS
SUPLENTE

assinado eletronicamente

Paulo Sergio Chagas Girao
PRESIDENTE

assinado eletronicamente

Samara Chaves Nunes
MEMBRO

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
APONTE SUA CÂMARA PARA O QR CODE AO LADO
PARA VERIFICAR AUTENTICIDADE DA ASSINATURA
INFORMANDO O CÓDIGO: 161-473-3161
PÁGINA: 11 DE 11 - CÂMARA MUNICIPAL DE LIMOEIRO DO NORTE - 0183691300010





TERMO DE REFERÊNCIA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00016.20250320/0001-80

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO DE SOCIEDADE DE ADVOGADOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ANÁLISE E ORIENTAÇÃO JURÍDICA, ANÁLISE DE CONCESSÃO DE REQUERIMENTOS ADMINISTRATIVOS, REVISÃO E APRIMORAMENTO DAS NORMAS INTERNAS, IMPLEMENTAÇÃO DE BOAS PRÁTICAS DE COMPLIANCE, JUNTO À CÂMARA MUNICIPAL DE LIMOEIRO DO NORTE - CE, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

SEQ	DESCRIÇÃO	QTD	UND
1	CONTRATAÇÃO DE SOCIEDADE DE ADVOGADOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ANÁLISE E ORIENTAÇÃO JURÍDICA, ANÁLISE DE CONCESSÃO DE REQUERIMENTOS ADMINISTRATIVOS, REVISÃO E APRIMORAMENTO DAS NORMAS INTERNAS, IMPLEMENTAÇÃO DE BOAS PRÁTICAS DE COMPLIANCE	12,00	Mês

contratação por inexigibilidade de licitação de sociedade de advogados para prestação de serviços técnicos especializados em análise e orientação jurídica, análise de concessão de requerimentos administrativos, revisão e aprimoramento das normas internas, implementação de boas práticas de compliance, junto à câmara municipal de limoeiro do norte - ce. contemplando:

1. análise jurídica de contratos, convênios, termos de ajuste de cooperação e instrumentos congêneres celebrados pela câmara municipal com órgãos e entidades da administração pública federal, estadual e municipal e organizações da sociedade civil; 2. orientação jurídica na área de gestão de pessoas, direitos e deveres de servidores e agentes públicos; 3. análises de concessão de requerimentos de licenças, gratificações, férias, abonos, aposentadorias e etc, em conformidade jurídica com o estatuto do servidor e demais leis vigentes; 4. revisão e aprimoramento das normas internas para assegurar a conformidade com legislações de transparência e acesso à informação; 5. implementação de boas práticas de compliance na administração da câmara; 6. elaboração de relatórios e pareceres.

1.2. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO E DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E DA ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO



4.1. A descrição dos requisitos da contratação encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. DO MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

5.1. O prazo de execução dos serviços será de 12 meses, contado da emissão da assinatura do contrato .

5.2. Caso não seja possível a execução dos serviços no prazo avençado, o contratado deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência para que o pleito de prorrogação de prazo seja analisado pela contratante, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

6. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (caput do art. 115 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (§5º do art. 115 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim .

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do termo de contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante do contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.



6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (caput do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

6.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (inciso V do art. 22 do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das



prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.9.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.9.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.9.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.10. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

6.11. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na



proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.8. Recebida a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.8.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.9. Para fins de liquidação, quando cabível, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;



- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta junto ao cadastro de fornecedores ou no registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.12. A Administração deverá realizar consulta ao o cadastro de fornecedores ou no registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.13. Constatando-se, junto o cadastro de fornecedores ou no registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.



7.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao o cadastro de fornecedores ou no registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

7.17. Em atendimento ao inciso VI do art. 92 da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021, o pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

7.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

7.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.21.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.22. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.23. A antecipação de pagamento somente será permitida se propiciar sensível economia de recursos ou se representar condição indispensável para a obtenção do bem ou para a prestação do serviço, conforme determina o § 1º do art. 145 da lei Federal nº 14.133/21.

8. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização processo de inexigibilidade de licitação.



8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação Jurídica

8.3. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no site <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

8.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista



8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais/municipais ou distritais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.21. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física (alínea "c" do inciso II do art. 5º da IN Seges/ME nº 116, de 2021) ou de sociedade simples;



8.23. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante (inciso II do art. 69 da Lei nº 14.133, de 2021);

8.24. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) ÷ (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) ÷ (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) ÷ (Passivo Circulante).

8.25. Caso o licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo de 5% (cinco por cento) do valor total estimado da contratação.

8.26. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (§1º do art. 65 da Lei nº 14.133, de 2021).

8.27. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos (§6º do art. 69 da Lei nº 14.133, de 2021).

8.27.1. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigida da microempresa ou da empresa de pequeno porte a apresentação de balanço patrimonial do último exercício social, conforme dispõe o art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015.

8.28. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo licitante.

Qualificação Técnica

8.29. Comprovação de aptidão para execução dos serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da



apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.30. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.31. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento, na(s) dotação(ões) 1601.01.031.0001.2.086 - Funcionamento do Poder Legislativo Municipal, no(s) elemento(s) de despesa(s): 33903905 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica;

9.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

LIMOEIRO DO NORTE/(CE), 22 de maio de 2025

JANIELLE RABELO DA SILVA COSTA
RESPONSÁVEL

MARCIO MICHAEL DO NASCIMENTO FARIAS
ORDENADOR(A) DE DESPESAS



ESTADO DO CEARÁ

Câmara Municipal de Limoeiro do Norte
UNIÃO, CONSTRUÇÃO E INOVAÇÃO



COMUNICAÇÃO INTERNA

Limoeiro do Norte/CE, 23 de maio de 2025

A(o) Senhor(a)
MARCIO MICHAEL DO NASCIMENTO FARIAS
Ordenador de despesas
Limoeiro do Norte - CE

Assunto: **Disponibilidade orçamentária**

Por intermédio do Despacho Inicial exarado no processo administrativo nº 00016.20250320/0001-80, pelo(a) Sr(a). MARCIO MICHAEL DO NASCIMENTO FARIAS, Ordenador de Despesa do(a) Camara Municipal de Limoeiro, solicita-se informações sobre a disponibilidade orçamentária visando atender despesas com CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO DE SOCIEDADE DE ADVOGADOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ANÁLISE E ORIENTAÇÃO JURÍDICA, ANÁLISE DE CONCESSAO DE REQUERIMENTOS ADMINISTRATIVOS, REVISÃO E APRIMORAMENTO DAS NORMAS INTERNAS, IMPLEMENTAÇÃO DE BOAS PRÁTICAS DE COMPLIANCE, JUNTO À CÂMARA MUNICIPAL DE LIMOEIRO DO NORTE - CE.

De acordo com a pesquisa de preço acostada aos autos do processo administrativo, a despesa será estimada no valor total de R\$ R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), 1601.01.031.0001.2.086 - Funcionamento do Poder Legislativo Municipal, no(s) elemento(s) de despesa(s): 33903905 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais); .

Sobre o assunto, informamos que a despesa em questão encontra-se compatível com a LOA - Lei Orçamentária Anual, e que há disponibilidade orçamentária para atender à referida despesa do corrente exercício.

Diante do exposto, sugerimos que o processo seja dado prosseguimento.

À consideração superior.

assinado eletronicamente
Jacy Nunes Gondim





ESTADO DO CEARÁ

Câmara Municipal de Limoeiro do Norte

UNIÃO, CONSTRUÇÃO E INOVAÇÃO



RESPONSÁVEL PELO ORÇAMENTO

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
APONTE SUA CÂMARA PARA O QR CODE AO LADO
PARA VERIFICAR AUTENTICIDADE DA ASSINATURA
INFORMANDO O CÓDIGO: 641-054-398
PÁGINA: 2 DE 2 - CÂMARA MUNICIPAL DE LIMOEIRO DO NORTE - 0183691300010





ESTADO DO CEARÁ

Câmara Municipal de Limoeiro do Norte
UNIÃO, CONSTRUÇÃO E INOVAÇÃO



DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
(Incisos I e II, Art. 16, Lei Complementar nº 101/2000)

Na qualidade de ordenador de despesas da Câmara Municipal de Limoeiro do Norte, DECLARO, para os efeitos do incisos I e II do artigo 16 da Lei Complementar nº 101 - Lei de Responsabilidade Fiscal, que a despesa demandada no Processo Administrativo nº 00016.20250320/0001-80, possui adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual (LOA) e compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA) e com a Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO).

Limoeiro do Norte/CE, 23 de maio de 2025

assinado eletronicamente

Marcio Michael Do Nascimento Farias
ORDENADOR(A) DE DESPESAS

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
APONTE SUA CÂMARA PARA O QR CODE AO LADO
PARA VERIFICAR AUTENTICIDADE DA ASSINATURA
INFORMANDO O CÓDIGO: 479-466-612
PÁGINA: 1 DE 1 - CÂMARA MUNICIPAL DE LIMOEIRO DO NORTE - 0183691300010





DESPACHO
AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

CONSIDERANDO os elementos contidos no processo administrativo nº 00016.20250320/0001-80;

CONSIDERANDO que o processo foi instruído com os documentos elencados nos incisos I, II e IV do Art. 72 da Lei nº 14.133/2021;

APROVO a realização de Inexigibilidade Eletrônica de licitação, devendo ser precedidas de divulgação após a homologação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico oficial da entidade.

DECLARO, para os efeitos do inciso II do artigo 16 da Lei Complementar nº 101 - Lei de Responsabilidade Fiscal, que a despesa demandada no Processo Administrativo nº 00016.20250320/0001-80, possui adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual (LOA).

DETERMINO o envio do processo administrativo nº 00016.20250320/0001-80 à(o) Senhor(a) ELIZANGELA SANTOS DOS REIS, Agente de Contratação, para as providências cabíveis.

Cumpra-se.

Limoeiro do Norte/CE, 23 de maio de 2025

assinado eletronicamente

Marcio Michael Do Nascimento Farias
ORDENADOR(A) DE DESPESAS

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
APONTE SUA CÂMARA PARA O QR CODE AO LADO
PARA VERIFICAR AUTENTICIDADE DA ASSINATURA
INFORMANDO O CÓDIGO: 420-536-1546
PÁGINA: 1 DE 1 - CÂMARA MUNICIPAL DE LIMOEIRO DO NORTE - 0183691300010





ESTADO DO CEARÁ

Câmara Municipal de Limoeiro do Norte

UNIÃO, CONSTRUÇÃO E INOVAÇÃO



AUTUAÇÃO DO PROCESSO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00016.20250320/0001-80

Hoje, nesta cidade, AUTUO o processo de contratação direta, na modalidade Inexigibilidade Eletrônica, que adiante se vê, parte integrante do Processo Administrativo supra citado, do que para constar, lavrei este termo. Eu, ELIZANGELA SANTOS DOS REIS, Agente de Contratação.

Limoeiro do Norte/CE, 23 de maio de 2025

assinado eletronicamente
Elizangela Santos Dos Reis
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
APONTE SUA CÂMARA PARA O QR CODE AO LADO
PARA VERIFICAR AUTENTICIDADE DA ASSINATURA
INFORMANDO O CÓDIGO: 215-975-74-88
PÁGINA: 1 DE 1 - CÂMARA MUNICIPAL DE LIMOEIRO DO NORTE - 0183691300010





ESTADO DO CEARÁ

Câmara Municipal de Limoeiro do Norte
UNIÃO, CONSTRUÇÃO E INOVAÇÃO



CERTIDÃO DE ENVIO DE PUBLICAÇÃO

CERTIFICAMOS que, foi divulgado no(s) sítio(s) eletrônico , o aviso de Inexigibilidade Eletrônica nº INEX. 004-2025, na forma do § 3º do Art. 75, da Lei Federal nº 14.133 de 1 de abril de 2021, combinado com o inciso IV do § 1º do Art. 8º da Lei Federal nº 12.527 de 18 de novembro de 2011, nos termos abaixo:

AVISO DE INEXIGIBILIDADE ELETRÔNICA ELETRÔNICA - A(O) CAMARA MUNICIPAL DE LIMOEIRO, torna público que realizará as 12:45 do dia 26 de maio de 2025 , no endereço eletrônico compras.m2atecnologia.com.br, Inexigibilidade Eletrônica nº INEX. 004-2025. Objeto: CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO DE SOCIEDADE DE ADVOGADOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ANÁLISE E ORIENTAÇÃO JURÍDICA, ANÁLISE DE CONCESSÃO DE REQUERIMENTOS ADMINISTRATIVOS, REVISÃO E APRIMORAMENTO DAS NORMAS INTERNAS, IMPLEMENTAÇÃO DE BOAS PRÁTICAS DE COMPLIANCE, JUNTO À CÂMARA MUNICIPAL DE LIMOEIRO DO NORTE - CE . Aviso de Inexigibilidade Eletrônica Eletrônica à disposição na Comissão de Contratação, no endereço: -- e no endereço eletrônico: . Informações pelo email --.

Limoeiro do Norte/CE, 23 de maio de 2025

assinado eletronicamente
Elizangela Santos Dos Reis
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
APONTE SUA CÂMARA PARA O QR CODE AO LADO
PARA VERIFICAR AUTENTICIDADE DA ASSINATURA
INFORMANDO O CÓDIGO: 397-584-688
PÁGINA: 1 DE 1 - CÂMARA MUNICIPAL DE LIMOEIRO DO NORTE - 0183691300010





PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00016.20250320/0001-80

INEXIGIBILIDADE ELETRÔNICA DE LICITAÇÃO Nº INEX. 004-2025

A Comissão de Contratação da Câmara Municipal de Limoeiro, consoante autorização do(a) Ilustríssimo(a) Senhor(a) MARCIO MICHAEL DO NASCIMENTO FARIAS, Ordenador de Despesas da Câmara Municipal de Limoeiro, vem apresentar justificativas concernente à inexigibilidade eletrônica de licitação, para atendimento do objeto demandado no Processo Administrativo supracitado.

I - DA NECESSIDADE DO OBJETO

Trata os presentes autos de procedimento que tem por objeto a CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO DE SOCIEDADE DE ADVOGADOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ANÁLISE E ORIENTAÇÃO JURÍDICA, ANÁLISE DE CONCESSÃO DE REQUERIMENTOS ADMINISTRATIVOS, REVISÃO E APRIMORAMENTO DAS NORMAS INTERNAS, IMPLEMENTAÇÃO DE BOAS PRÁTICAS DE COMPLIANCE, JUNTO À CÂMARA MUNICIPAL DE LIMOEIRO DO NORTE - CE, junto à UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS.

Após análise da proposta apresentada eletronicamente pela indigitada proponente, verificamos que atende as necessidades do(a) Câmara Municipal de Limoeiro, visando atender a demanda da edilidade, restando, portanto, caracterizada a oportunidade, conveniência e necessidade da presente contratação.

II - DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O Processo administrativo de inexigibilidade está devidamente instruído e autuado com os elementos necessários à sua instauração, incluindo:

- a) Exposição de motivos firmada atestando as necessidades de contratação, acompanhada do termo de referência/projeto básico;
- b) Documentos comprovando a habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista do futuro contratado;
- c) Estimativa de despesas;
- d) Pesquisa de preços;

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
APONTE SUA CÂMARA PARA O QR CODE AO LADO
PARA VERIFICAR AUTENTICIDADE DA ASSINATURA
INFORMANDO O CÓDIGO: 348-007-8246
PÁGINA: 1 DE 9 - CÂMARA MUNICIPAL DE LIMOEIRO DO NORTE - 0183691300010





e) demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

f) comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

g) Razão da escolha do fornecedor;

h) Justificativa do preço.

A partir daí passamos a mencionar as razões para que a presente inexigibilidade de licitação seja formalizada nos termos da Lei.

III - NOÇÕES GERAIS

As aquisições e contratações públicas seguem, em regra, o princípio do dever de licitar, previsto no artigo 37, inciso XXI da Constituição. Porém, o comando constitucional já enuncia que a lei poderá estabelecer exceções à regra geral, com a expressão "ressalvados os casos especificados na legislação".

O fundamento principal que reza por esta iniciativa é o artigo 37 inciso XXI da Constituição Federal de 1988, no qual determina que as obras, os serviços, compras e alienações devem ocorrer por meio de licitações.

A licitação foi o meio trazido para a Administração Pública, via aprovação e sanção de lei na esfera federal, para tornar isonômica a participação de interessados em procedimentos que visam suprir as necessidades dos órgãos públicos acerca dos serviços disponibilizados por pessoas físicas e/ou pessoas jurídicas nos campos mercadológicos distritais, municipais, estaduais e nacionais, e ainda procurar conseguir a proposta mais vantajosa às contratações.

Para melhor entendimento, vejamos o que dispõe o inciso XXI do Artigo 37 da CF/1988:

(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual





somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Portanto, a lei poderá criar hipóteses em que a contratação será feita de forma direta. O novo regulamento geral das licitações, a Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021, a exemplo da Lei nº 8.666/93, também prevê os casos em que se admite a contratação direta, podendo a licitação ser dispensável ou inexigível.

Dentre as hipóteses de contratação direta, destaca-se a inexigibilidade de licitação, que assim preconizou a legislação vigente:

Da Inexigibilidade de Licitação

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação: [...] c) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;

IV - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO NOS TERMOS DA LEI FEDERAL 14.133/2021 de 01/04/2021

Os contratos da administração pública são regidos pelo princípio da estrita legalidade. Os requisitos formais para sua concretização são rígidos e o seu conteúdo se sujeita a limitações.

Para que o contrato administrativo se concretize, há necessidade, em regra, da realização de licitação, que vem a ser o procedimento pelo qual são realizados vários atos destinados a verificar a proposta mais vantajosa para a administração.

A licitação é, portanto, o procedimento administrativo, que envolve a realização de diversos atos administrativos de acordo com as regras previstas na





lei. A Constituição Federal prevê que a licitação é a regra e que é excepcional a contratação direta (art. 37, inciso XXI):

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e também ao seguinte: XXI – Ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública, que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (BRASIL, 1988).

Estão sujeitas às normas gerais de licitação e contratação a Administração Pública, direta e indireta, dentre as quais se incluem as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, nas diversas esferas do governo e as empresas sob seu controle, nos termos do art. 22, XXVII, da CF.

Cabe à União legislar sobre o assunto, podendo os Estados, Distrito Federal e Municípios efetuar normas meramente suplementares.

O legislador constitucional, ao inserir a obrigatoriedade da licitação no texto constitucional, teve a finalidade de preservar os princípios gerais da administração pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, previstos no “caput” do art. 37, da CF/1988.

Como visto, a obrigatoriedade de realização do procedimento licitatório é excepcionada pela própria Constituição Federal que estabelece a possibilidade de ou a necessidade de a contratação pela administração pública ser realizada sem um procedimento licitatório.

A desnecessidade de licitação, entretanto, não significa que o administrador poderá contratar qualquer pessoa, por qualquer preço. Em 1º de abril de 2021, entrou em vigor a nova Lei de Licitações e Contratos (Lei no 14.133) que visa compilar diplomas normativos esparsos e modernizar as licitações e contratos.





A Lei nº 14.133/2021, diferentemente da Lei nº 8.666/1993, traz um capítulo específico sobre a contratação direta (capítulo VIII, da Lei nº 14.133/2021), subdividido em três seções, o que demonstra a importância que o legislador atribuiu ao assunto.

O art. 72 (que compõe a seção I, do capítulo VIII, de mencionada lei) dispõe acerca das regras do processo de contratação direta, tendo sido mantida a divisão desta em hipóteses de dispensa e inexigibilidade.

O art. 73 (que compõe a seção I, do Capítulo VIII, da mencionada Lei) prevê hipóteses de responsabilidade solidária se houver contratação direta de forma indevida.

O art. 74 (que compõe a seção II do capítulo VIII da referida lei) trata da inexigibilidade de licitação.

O art. 75 (que compõe a seção II do Capítulo VIII da mencionada Lei) trata da dispensa de licitação (licitações dispensáveis).

O art. 76 trata das licitações dispensadas (capítulo IX da referida Lei).

Como bem explica José dos Santos Carvalho Filho, “[...] na dispensa, a licitação é materialmente possível, mas em regra inconveniente; a inexigibilidade, é inviável a própria competição”.

A Lei nº 8.666/93, enumerava os casos de inexigibilidade de licitação em seu artigo 25. No caput de tal dispositivo legal havia a indicação de ser inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, sendo enumeradas as hipóteses.

Houve alterações pontuais nas hipóteses de inexigibilidade, na Lei nº 14.133/2021, sendo inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos do art. 74, III, c da Lei Federal 14.133 de 1 de abril de 2021, assim preconizado:

--

Consoante dispõe o art. 74 da Lei nº 14.133/2021, a inexigibilidade de licitação deriva da inviabilidade de competição, ou seja, são aquelas situações em que não é possível se escolher a proposta mais vantajosa, pois a estrutura legal do procedimento licitatório não é adequada para a obtenção do resultado pretendido.

Em resumo, a partir da leitura atenta do art. 74 da nova [lei de licitações](#) é possível afirmar que, via de regra, a inexigibilidade de licitação restará configurada quando houver:





- a) ausência de pluralidade de alternativas;
- b) ausência de mercado concorrencial;
- c) ausência de objetividade na seleção do objeto;
- d) ausência de definição objetiva da prestação a ser executada.

V - REQUISITOS MÍNIMOS PARA UM PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

I - ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA E/OU PROJETO BÁSICO

Apesar de menos formalista, em comparação com o processo licitatório, o processo administrativo para compra e/ou contratação por inexigibilidade de licitação possui vários requisitos essenciais ao alcance de suas finalidades de forma eficiente e econômica.

Na verdade, o processo de **inexigibilidade de licitação** neste caso, muito se assemelha à fase interna de uma licitação. A elaboração das especificações técnicas do objeto e das condições da contratação ou fornecimento constitui elemento essencial na condução de qualquer processo administrativo para contratação.

A sua importância está assim definida na nova Lei de Licitações, capítulo

II - Fase Preparatória, artigo 18, o qual dentre diversos incisos, descrevemos alguns, senão vejamos:

Lei nº 14.133/2021

CAPÍTULO II - DA FASE PREPARATÓRIA

Seção I - Da Instrução do Processo Licitatório

Art. 18. (...)

(...)

II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;





III - a definição das condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento;

IV - o orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação;

(...)

VI - a elaboração de minuta de contrato, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;

VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

(...)

Isso se deve ao fato de que o termo de referência (ou projeto básico) contém as principais informações referentes ao objeto, as quais servirão de parâmetro tanto para o julgamento das propostas (e escolha da proposta mais vantajosa), quanto para a formalização e execução do contrato ou fornecimento.

VI - JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO E/OU CONTRATAÇÃO

A justificativa da contratação, elaborada pela unidade requisitante, especificou as razões de fato e de direito que fundamentam a demanda da contratação que se pretende contratar, apontando claramente os benefícios a serem alcançados pela contratação.

Portanto, a justificativa apresentada, demonstrou que a contratação se encontra plenamente adequada ao seu objetivo, além de evidenciar que o objeto da inexigibilidade de licitação seria a solução capaz de satisfazer as necessidades do(a) Câmara Municipal de Limoeiro.

Esse mesmo suporte fático de que utiliza o gestor para justificar a contratação também servirá de base para a caracterização da hipótese de inexigibilidade verificada no caso concreto, a exemplo da contratação fundamentada no Art. 74, III, c da Lei Federal 14.133 de 1 de abril de 2021.





VII - DA RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR OU EXECUTANTE

A proponente UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS foi selecionada através de inexigibilidade eletrônica de licitação, apresentando sua proposta compatível com a realidade dos preços praticados no mercado em se tratando de produto ou serviço similar, tendo inclusive a proponente comprovado de que preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária. Portanto, pode a Administração realizar a contratação sem qualquer afronta à lei de regência dos certames licitatórios.

VIII - JUSTIFICATIVA DO PREÇO

O art. 72, inciso II, da Lei nº 14.133/21 estatui que o processo de contratação direta deve ser instruído com a estimativa de despesa que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 da Lei.

Este último dispositivo estatui que “o valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto”. Vale destacar que o § 4º do art. 23 da Lei nº 14.133/01 especificou que nas contratações diretas por inexigibilidade, quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida nos §§ 1º, 2º e 3º deste artigo, o contratado deverá comprovar previamente que os preços estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo.

Acostado aos autos os valores colhidos, foram submetidos ao tratamento por meio da utilização de método destinado à obtenção do preço estimado, o qual, a rigor, orientou a elaboração da proposta e a justificativa do preço para a contratação direta, subsidiando e motivando a decisão administrativa sob os especiais enfoques da razoabilidade e da economicidade, considerando a situação concreta.

Dando atendimento aos dispositivos supra citados, procedeu-se a inexigibilidade de licitação na forma eletrônica, concluindo ao final da sessão pública que a proposta apresentada pelo(a) proponente UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS, inscrita no CNPJ/MF Nº 11.607.901/0001-62, com o valor de R\$ R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), reflete o verdadeiro exercício da discricionariedade administrativa, mediante uma avaliação adequada da





conveniência e da oportunidade da contratação considerando todos os fatores envolvidos, à luz dos objetivos a serem alcançados.

IX - DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O Agente de Contratação do(a) Câmara Municipal de Limoeiro, no uso de suas atribuições legais e, considerando o que consta deste processo administrativo, vem emitir a presente Declaração de Inexigibilidade de Licitação, fundamentada no Art. 74, III, c da Lei Federal 14.133 de 1 de abril de 2021, para a contratação pretendida através da proponente UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS, inscrita no CNPJ/MF Nº 11.607.901/0001-62.

E, sendo assim comunicamos à(a) Sr(a) MARCIO MICHAEL DO NASCIMENTO FARIAS da presente declaração, para que se proceda à análise dos procedimentos adotados e a devida ratificação e publicidade da Inexigibilidade de Licitação.

Este é o entendimento do Agente de Contratação, pelas razões expostas neste documento, o qual sugerimos ainda, que a presente justificativa, seja encaminhada à assessoria jurídica, para a elaboração de parecer sobre o assunto.

Limoeiro do Norte/CE, 23 de maio de 2025

assinado eletronicamente
Elizangela Santos Dos Reis
AGENTE DE CONTRATAÇÃO





PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00016.20250320/0001-80
INEXIGIBILIDADE ELETRÔNICA DE LICITAÇÃO Nº INEX. 004-2025

A Comissão de Contratação da Câmara Municipal de Limoeiro, consoante autorização do(a) Ilustríssimo(a) Senhor(a) MARCIO MICHAEL DO NASCIMENTO FARIAS, Ordenador de Despesas da Câmara Municipal de Limoeiro, vem apresentar justificativas concernente à inexigibilidade eletrônica de licitação, para atendimento do objeto demandado no Processo Administrativo supracitado.

I - DA NECESSIDADE DO OBJETO

Trata os presentes autos de procedimento que tem por objeto a CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO DE SOCIEDADE DE ADVOGADOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ANÁLISE E ORIENTAÇÃO JURÍDICA, ANÁLISE DE CONCESSÃO DE REQUERIMENTOS ADMINISTRATIVOS, REVISÃO E APRIMORAMENTO DAS NORMAS INTERNAS, IMPLEMENTAÇÃO DE BOAS PRÁTICAS DE COMPLIANCE, JUNTO À CÂMARA MUNICIPAL DE LIMOEIRO DO NORTE - CE, junto à UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS.

Após análise da proposta apresentada eletronicamente pela indigitada proponente, verificamos que atende as necessidades do(a) Câmara Municipal de Limoeiro, visando atender a demanda da edilidade, restando, portanto, caracterizada a oportunidade, conveniência e necessidade da presente contratação.

II - DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O Processo administrativo de inexigibilidade está devidamente instruído e autuado com os elementos necessários à sua instauração, incluindo:

- a) Exposição de motivos firmada atestando as necessidades de contratação, acompanhada do termo de referência/projeto básico;
- b) Documentos comprovando a habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista do futuro contratado;
- c) Estimativa de despesas;
- d) Pesquisa de preços;
- e) demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;
- f) comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;
- g) Razão da escolha do fornecedor;
- h) Justificativa do preço.

A partir daí passamos a mencionar as razões para que a presente inexigibilidade de licitação seja formalizada nos termos da Lei.

III - NOÇÕES GERAIS





As aquisições e contratações públicas seguem, em regra, o princípio do dever de licitar, previsto no artigo 37, inciso XXI da Constituição. Porém, o comando constitucional já enuncia que a lei poderá estabelecer exceções à regra geral, com a expressão "ressalvados os casos especificados na legislação".

O fundamento principal que reza por esta iniciativa é o artigo 37 inciso XXI da Constituição Federal de 1988, no qual determina que as obras, os serviços, compras e alienações devem ocorrer por meio de licitações.

A licitação foi o meio trazido para a Administração Pública, via aprovação e sanção de lei na esfera federal, para tornar isonômica a participação de interessados em procedimentos que visam suprir as necessidades dos órgãos públicos acerca dos serviços disponibilizados por pessoas físicas e/ou pessoas jurídicas nos campos mercadológicos distritais, municipais, estaduais e nacionais, e ainda procurar conseguir a proposta mais vantajosa às contratações.

Para melhor entendimento, vejamos o que dispõe o inciso XXI do Artigo 37 da CF/1988:

(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Portanto, a lei poderá criar hipóteses em que a contratação será feita de forma direta. O novo regulamento geral das licitações, a Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021, a exemplo da Lei nº 8.666/93, também prevê os casos em que se admite a contratação direta, podendo a licitação ser dispensável ou inexigível.

Dentre as hipóteses de contratação direta, destaca-se a inexigibilidade de licitação, que assim preconizou a legislação vigente:

Da Inexigibilidade de Licitação

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação: [...] c) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;

IV - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO NOS TERMOS DA LEI FEDERAL 14.133/2021 de 01/04/2021





Os contratos da administração pública são regidos pelo princípio da estrita legalidade. Os requisitos formais para sua concretização são rígidos e o seu conteúdo se sujeita a limitações.

Para que o contrato administrativo se concretize, há necessidade, em regra, da realização de licitação, que vem a ser o procedimento pelo qual são realizados vários atos destinados a verificar a proposta mais vantajosa para a administração.

A licitação é, portanto, o procedimento administrativo, que envolve a realização de diversos atos administrativos de acordo com as regras previstas na lei. A Constituição Federal prevê que a licitação é a regra e que é excepcional a contratação direta (art. 37, inciso XXI):

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e também ao seguinte: XXI – Ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública, que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (BRASIL, 1988).

Estão sujeitas às normas gerais de licitação e contratação a Administração Pública, direta e indireta, dentre as quais se incluem as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, nas diversas esferas do governo e as empresas sob seu controle, nos termos do art. 22, XXVII, da CF.

Cabe à União legislar sobre o assunto, podendo os Estados, Distrito Federal e Municípios efetuar normas meramente suplementares.

O legislador constitucional, ao inserir a obrigatoriedade da licitação no texto constitucional, teve a finalidade de preservar os princípios gerais da administração pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, previstos no “caput” do art. 37, da CF/1988.

Como visto, a obrigatoriedade de realização do procedimento licitatório é excepcionada pela própria Constituição Federal que estabelece a possibilidade de ou a necessidade de a contratação pela administração pública ser realizada sem um procedimento licitatório.

A desnecessidade de licitação, entretanto, não significa que o administrador poderá contratar qualquer pessoa, por qualquer preço. Em 1º de abril de 2021, entrou em vigor a nova Lei de Licitações e Contratos (Lei no 14.133) que visa compilar diplomas normativos esparsos e modernizar as licitações e contratos.

A Lei no 14.133/2021, diferentemente da Lei no 8.666/1993, traz um capítulo específico sobre a contratação direta (capítulo VIII, da Lei no 14.133/2021), subdividido em três seções, o que demonstra a importância que o legislador atribuiu ao assunto.





O art. 72 (que compõe a seção I, do capítulo VIII, de mencionada lei) dispõe acerca das regras do processo de contratação direta, tendo sido mantida a divisão desta em hipóteses de dispensa e inexigibilidade.

O art. 73 (que compõe a seção I, do Capítulo VIII, da mencionada Lei) prevê hipóteses de responsabilidade solidária se houver contratação direta de forma indevida.

O art. 74 (que compõe a seção II do capítulo VIII da referida lei) trata da inexigibilidade de licitação.

O art. 75 (que compõe a seção II do Capítulo VIII da mencionada Lei) trata da dispensa de licitação (licitações dispensáveis).

O art. 76 trata das licitações dispensadas (capítulo IX da referida Lei).

Como bem explica José dos Santos Carvalho Filho, “[...] na dispensa, a licitação é materialmente possível, mas em regra inconveniente; a inexigibilidade, é inviável a própria competição”.

A Lei nº 8.666/93, enumerava os casos de inexigibilidade de licitação em seu artigo 25. No caput de tal dispositivo legal havia a indicação de ser inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, sendo enumeradas as hipóteses.

Houve alterações pontuais nas hipóteses de inexigibilidade, na Lei nº 14.133/2021, sendo inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos do art. Art. 74, III, c da Lei Federal 14.133 de 1 de abril de 2021, assim preconizado:

--

Consoante dispõe o art. 74 da Lei nº 14.133/2021, a inexigibilidade de licitação deriva da inviabilidade de competição, ou seja, são aquelas situações em que não é possível se escolher a proposta mais vantajosa, pois a estrutura legal do procedimento licitatório não é adequada para a obtenção do resultado pretendido.

Em resumo, a partir da leitura atenta do art. 74 da nova lei de licitações é possível afirmar que, via de regra, a inexigibilidade de licitação restará configurada quando houver:

- a) ausência de pluralidade de alternativas;
- b) ausência de mercado concorrencial;
- c) ausência de objetividade na seleção do objeto;
- d) ausência de definição objetiva da prestação a ser executada.

A Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, por sua vez, seguiu a Lei nº 13.303/16, afastando a exigência de que o serviço prestado tenha natureza singular:

“Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

[...]

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou





empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

- a) estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos ou projetos executivos;
- b) pareceres, perícias e avaliações em geral;
- c) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;
- d) fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços;
- e) patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas;
- f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;
- g) restauração de obras de arte e de bens de valor histórico;
- h) controles de qualidade e tecnológico, análises, testes e ensaios de campo e laboratoriais, instrumentação e monitoramento de parâmetros específicos de obras e do meio ambiente e demais serviços de engenharia que se enquadrem no disposto neste inciso;

[...]

§ 3º Para fins do disposto no inciso III do caput deste artigo, considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

§ 4º Nas contratações com fundamento no inciso III do caput deste artigo, é vedada a subcontratação de empresas ou a atuação de profissionais distintos daqueles que tenham justificado a inexigibilidade.”

Observa-se, desta forma, que a exclusão da exigência de comprovação de singularidade do objeto não é um mero acidente ou casualidade, mas constitui-se em verdadeira política legislativa, que tem o claro propósito de autorizar a contratação direta de serviços técnicos profissionais especializados independentemente de prova de eventual singularidade do objeto.

V - REQUISITOS MÍNIMOS PARA UM PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

I - ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA E/OU PROJETO BÁSICO

Apesar de menos formalista, em comparação com o processo licitatório, o processo administrativo para compra e/ou contratação por inexigibilidade de licitação possui vários requisitos essenciais ao alcance de suas finalidades de forma eficiente e econômica.

Na verdade, o processo de **inexigibilidade de licitação** neste caso, muito se assemelha à fase interna de uma licitação. A elaboração das especificações técnicas do objeto e das condições da contratação ou fornecimento constitui





elemento essencial na condução de qualquer processo administrativo para contratação.

A sua importância está assim definida na nova Lei de Licitações, capítulo

II - Fase Preparatória, artigo 18, o qual dentre diversos incisos, descrevemos alguns, senão vejamos:

Lei nº 14.133/2021

CAPÍTULO II - DA FASE PREPARATÓRIA

Seção I - Da Instrução do Processo Licitatório

Art. 18. (...)

(...)

II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;

III - a definição das condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento;

IV - o orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação;

(...)

VI - a elaboração de minuta de contrato, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;

VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

(...)

Isso se deve ao fato de que o termo de referência (ou projeto básico) contém as principais informações referentes ao objeto, as quais servirão de parâmetro tanto para o julgamento das propostas (e escolha da proposta mais vantajosa), quanto para a formalização e execução do contrato ou fornecimento.

VI - JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO E/OU CONTRATAÇÃO

A justificativa da contratação, elaborada pela unidade requisitante, especificou as razões de fato e de direito que fundamentam a demanda da contratação que se pretende contratar, apontando claramente os benefícios a serem alcançados pela contratação.

Portanto, a justificativa apresentada, demonstrou que a contratação se encontra plenamente adequada ao seu objetivo, além de evidenciar que o objeto da inexigibilidade de licitação seria a solução capaz de satisfazer as necessidades do(a) Câmara Municipal de Limoeiro.





Esse mesmo suporte fático de que utiliza o gestor para justificar a contratação também servirá de base para a caracterização da hipótese de inexigibilidade verificada no caso concreto, a exemplo da contratação fundamentada no Art. 74, III, c da Lei Federal 14.133 de 1 de abril de 2021.

VII - DA RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR OU EXECUTANTE

Dentro do espectro das contratações públicas, a Administração Pública se depara, por vezes, com a necessidade de contratar serviços cuja natureza exige uma especialização notória, identificada não apenas pela qualificação técnica, mas também pelo grau de confiança e singularidade na execução do objeto contratado. Este documento visa justificar a escolha do prestador de serviços UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS, enfatizando a motivação para tal seleção com base em critérios objetivos e subjetivos que ultrapassam a simples capacidade técnica.

A decisão pela contratação direta do UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS fundamenta-se na reconhecida notória especialização do profissional/empresa, conforme delineado pelo inciso III do art. 74 da Lei nº 14.133/2021. Tal escolha é reforçada pelas lições de Jacoby Fernandes, que destaca a necessidade de o gestor público evidenciar, de maneira concreta e objetiva, o porquê de um determinado prestador, entre vários detentores de notória especialização, ser considerado essencial e indiscutivelmente o mais adequado para satisfazer plenamente o objeto do contrato. Eis suas conclusões:

“Portanto, a conclusão a que se chega é que, mesmo não mais sendo a singularidade do objeto requisito essencial da contratação, não foi generalizada a contratação de notórios especialistas. Satisfeitos os demais requisitos exigidos expressamente em lei, a motivação do ato deve evidenciar por que o gestor público considera que uma empresa ou profissional, já notório especialista nos termos da lei, é ‘essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato’.

[...]

A exigência da lei ficou agora mais clara e objetiva; sai da discussão de singular, que poderia até ser sinônimo de único no mundo, para uma discussão de confiar que uma empresa ou um profissional é o mais adequado para a execução do serviço.”

UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS destaca-se não apenas por sua capacidade técnica, mas pelo reconhecimento de sua expertise específica na área de [especificar a área], o que vai além do conhecimento médio esperado. Sua experiência prévia, demonstrada através de [exemplos específicos de projetos, reconhecimentos ou publicações], atesta sua habilidade de entregar soluções





inovadoras e efetivas, atendendo de maneira excepcional às demandas complexas apresentadas por este projeto.

A escolha transcende a mera análise técnica, inserindo-se no âmbito da confiança. Este prestador foi selecionado não apenas por suas qualificações, mas pelo elevado grau de confiança que a Administração deposita em sua capacidade de atender às especificidades do projeto com a máxima eficiência e qualidade.

Conforme evidenciado pelos julgamentos do Superior Tribunal de Justiça, a seleção do UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS está alinhada com a atual legislação, que não mais exige a singularidade do serviço para a contratação direta, mas enfatiza a importância da notória especialização e do trabalho intelectual. Esta escolha respeita integralmente os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, garantindo que a contratação direta seja a mais vantajosa para a Administração Pública.

Em suma, a motivação para a contratação direta do UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS por inexigibilidade de licitação baseia-se em uma análise criteriosa e detalhada que vai além das capacidades técnicas, englobando um profundo senso de confiança na excepcionalidade do prestador para atender às necessidades específicas do projeto em questão. A escolha está fundamentada em bases sólidas, refletindo o comprometimento da Administração com a eficiência, a transparência e o interesse público.

A proponente UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS foi selecionada através de inexigibilidade eletrônica de licitação, apresentando sua proposta compatível com a realidade dos preços praticados no mercado em se tratando de produto ou serviço similar, tendo inclusive a proponente comprovado de que preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária. Portanto, pode a Administração realizar a contratação sem qualquer afronta à lei de regência dos certames licitatórios.

VIII - JUSTIFICATIVA DO PREÇO

O art. 72, inciso II, da Lei nº 14.133/21 estatui que o processo de contratação direta deve ser instruído com a estimativa de despesa que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 da Lei.

Este último dispositivo estatui que “o valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto”. Vale destacar que o §4º do art. 23 da Lei nº 14.133/01 especificou que nas contratações diretas por inexigibilidade, quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida nos §§ 1º, 2º e 3º deste artigo, o contratado deverá comprovar previamente que os preços estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo.

Acostado aos autos os valores colhidos, foram submetidos ao tratamento por meio da utilização de método destinado à obtenção do preço estimado, o qual, a





rigor, orientou a elaboração da proposta e a justificativa do preço para a contratação direta, subsidiando e motivando a decisão administrativa sob os especiais enfoques da razoabilidade e da economicidade, considerando a situação concreta.

Dando atendimento aos dispositivos supra citados, procedeu-se a inexigibilidade de licitação na forma eletrônica, concluindo ao final da sessão pública que a proposta apresentada pelo(a) proponente UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS, inscrita no CNPJ/MF Nº 11.607.901/0001-62, com o valor de R\$ R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), reflete o verdadeiro exercício da discricionariedade administrativa, mediante uma avaliação adequada da conveniência e da oportunidade da contratação considerando todos os fatores envolvidos, à luz dos objetivos a serem alcançados.

IX - DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

À luz das prerrogativas conferidas pela legislação em vigor e em virtude da análise meticulosa dos elementos constitutivos deste processo administrativo, na qualidade de Agente de Contratação da Câmara Municipal de Limoeiro, venho emitir a presente Declaração de Inexigibilidade de Licitação, conforme delineado no Art. 74, III, c da Lei Federal 14.133 de 1 de abril de 2021. Esta declaração fundamenta-se na intenção de contratação do(a) proponente UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS, registrado(a) sob o CNPJ/MF Nº 11.607.901/0001-62, após rigorosa avaliação das propostas apresentadas.

A decisão pela inexigibilidade de licitação baseia-se na notória especialização do proponente e pela sua capacidade excepcional de atender às necessidades específicas do serviço em questão. A Lei nº 14.133/2021 moderniza o entendimento sobre as situações de inexigibilidade de licitação, transcendendo a antiga exigência de singularidade do serviço e reconhecendo a especialização notória como critério suficiente para a contratação direta, sempre que a competição se mostre tecnicamente inviável ou desnecessária para a satisfação do interesse público.

Portanto, comunico ao(à) Sr(a). MARCIO MICHAEL DO NASCIMENTO FARIAS a emissão desta Declaração de Inexigibilidade de Licitação, solicitando que os procedimentos adotados sejam analisados para a subsequente ratificação e divulgação conforme os ditames legais e regulamentares aplicáveis.

Recomenda-se, também, a submissão deste documento à apreciação da Assessoria Jurídica, com o propósito de obter um parecer jurídico que fundamente ainda mais a escolha pela inexigibilidade e assegure a aderência aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, e sobretudo, ao interesse público.

Este procedimento reflete a decisão criteriosa e a diligência deste Agente de Contratação em promover uma contratação que atenda às melhores condições de eficácia e adequação às necessidades da Câmara Municipal de Limoeiro, reforçando o compromisso com a administração pública eficiente e responsável.

Limoeiro do Norte/CE, 26 de maio de 2025





ESTADO DO CEARÁ

Câmara Municipal de Limoeiro do Norte

UNIÃO, CONSTRUÇÃO E INOVAÇÃO



assinado eletronicamente

Marcio Michael Do Nascimento Farias

ORDENADOR(A) DE DESPESAS

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
APONTE SUA CÂMARA PARA O QR CODE AO LADO
PARA VERIFICAR AUTENTICIDADE DA ASSINATURA
INFORMANDO O CÓDIGO: 248-371-6872
PÁGINA: 10 DE 10 - CÂMARA MUNICIPAL DE LIMOEIRO DO NORTE - 0183691300010





ESTADO DO CEARÁ

Câmara Municipal de Limoeiro do Norte
UNIÃO, CONSTRUÇÃO E INOVAÇÃO



MEMORANDO INTERNO

Limoeiro do Norte/CE, 26 de maio de 2025

A Sua Senhoria o(a) Senhor(a)
Dário Igor Nogueira Sales
Assessor(a) Jurídico da(o) Câmara Municipal de Limoeiro do Norte
Limoeiro do Norte - CE

Assunto: Controle prévio de legalidade da contratação

Senhor(a) Assessor(a),

CONSIDERANDO a justificativa alusiva a inexigibilidade da licitação apresentada pelo(a) Sr(a) ELIZANGELA SANTOS DOS REIS, em anexo, REMETO o Processo Administrativo nº 00016.20250320/0001-80, para controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação, nos termos do artigo 53 da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021.

assinado eletronicamente
Marcio Michael Do Nascimento Farias
ORDENADOR(A) DE DESPESAS



MINUTA DE CONTRATO Nº
INEXIGIBILIDADE ELETRÔNICA Nº INEX. 004-2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00016.20250320/0001-80

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS,
QUE FAZEM ENTRE SI O(A) --E --.

O(A) --, com sede no(a) --, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o --, neste ato representado(a) pelo(a) Sr(a) MARCIO MICHAEL DO NASCIMENTO FARIAS, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) --, inscrito(a) no --, sediado(a) na --, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) --, portador(a) do --, tendo em vista o que consta no Processo nº 00016.20250320/0001-80 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO DE SOCIEDADE DE ADVOGADOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ANÁLISE E ORIENTAÇÃO JURÍDICA, ANÁLISE DE CONCESSÃO DE REQUERIMENTOS ADMINISTRATIVOS, REVISÃO E APRIMORAMENTO DAS NORMAS INTERNAS, IMPLEMENTAÇÃO DE BOAS PRÁTICAS DE COMPLIANCE, JUNTO À CÂMARA MUNICIPAL DE LIMOEIRO DO NORTE - CE, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND	V. UNIT	V. TOTAL
1	CONTRATAÇÃO DE SOCIEDADE DE ADVOGADOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ANÁLISE E ORIENTAÇÃO JURÍDICA, ANÁLISE DE CONCESSÃO DE REQUERIMENTOS ADMINISTRATIVOS, REVISÃO E APRIMORAMENTO DAS NORMAS INTERNAS, IMPLEMENTAÇÃO DE BOAS PRÁTICAS DE COMPLIANCE	12.0	Mês		
CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO DE SOCIEDADE DE ADVOGADOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ANÁLISE E ORIENTAÇÃO JURÍDICA, ANÁLISE DE CONCESSÃO DE REQUERIMENTOS ADMINISTRATIVOS, REVISÃO E APRIMORAMENTO DAS NORMAS INTERNAS, IMPLEMENTAÇÃO DE BOAS PRÁTICAS DE COMPLIANCE, JUNTO À CÂMARA MUNICIPAL DE LIMOEIRO DO NORTE - CE. CONTEMPLANDO: 1.Análise jurídica de contratos, convênios, termos de ajuste de cooperação e instrumentos congêneres celebrados pela Câmara Municipal com órgãos e entidades da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal e Organizações da Sociedade Civil; 2.Orientação jurídica na área de gestão de pessoas, direitos e deveres de servidores e agentes públicos; 3.Análises de concessão de requerimentos de licenças, gratificações, férias, abonos, aposentadorias e etc, em conformidade jurídica com o estatuto do servidor e demais leis vigentes; 4.Revisão e aprimoramento das normas internas para assegurar a conformidade com legislações de transparência e acesso à informação; 5.Implementação de boas práticas de compliance na administração da Câmara; 6.Elaboração de relatórios e pareceres.					

1.3.Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;



1.3.2. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de .de 12 meses, podendo ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;

e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.



5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de -- ().

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice do IGPM, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;



- 8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.10.1. A Administração terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 1 (um) mês.
- 8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.



9.3. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.5. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Cadastro de Fornecedores, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

9.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.



9.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na contratação direta;

9.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

9.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

9.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

9.24. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;

10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD



10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.



11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV) Multa:

1) Moratória de 1% (um. por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

2) Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

a. O atraso superior a 30 (TRINTA) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.



3) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 10 % a 30.% do valor do Contrato.

4) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 20% a 30% do valor do Contrato.

5) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 20.% a 30% do valor do Contrato.

6) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 5% a 20% do valor do Contrato.

7) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 8% a 25% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).



12.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual

13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.



13.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.5.1.. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.5.2.. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.5.3.. Indenizações e multas.

13.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Câmara Municipal de Limoeiro, na dotação: 1601.01.031.0001.2.086 - Funcionamento do Poder Legislativo Municipal, no(s) elemento(s) de despesa(s): 33903905 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais); .

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.



16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA- FORO (art. 92, §1º)

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Limoeiro do Norte para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

LIMOEIRO DO NORTE/CE,

CAMARA MUNICIPAL DE LIMOEIRO
MARCIO MICHAEL DO NASCIMENTO FARIAS
Responsável legal da CONTRATANTE

CONTRATADA
Responsável legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____



ESTADO DO CEARÁ

Câmara Municipal de Limoeiro do Norte
UNIÃO, CONSTRUÇÃO E INOVAÇÃO



2. _____

**PARECER JURÍDICO****PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00016.20250320/0001-80**

Assunto: Avaliação da inexigibilidade de licitação para contratação de serviços técnicos especializados com fundamento no Art. 74, inciso III, alínea "c" da Lei nº 14.133/2021 e análise da notória especialização.

1. Introdução

Este parecer analisa a contratação direta, por inexigibilidade de licitação, de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, embasada no inciso III, alínea "c", do art. 74 da Lei nº 14.133 de 2021, em virtude da notória especialização do prestador de serviço. A consulta é orientada pelo processo administrativo nº 00016.20250320/0001-80.

2. Análise Jurídica Detalhada**2.1. A Inexigibilidade de Licitação e a Notória Especialização**

Conforme a doutrina de Luciano Ferraz, o legislador, na Lei nº 14.133/2021, reconhece explicitamente a inviabilidade de competição para contratações diretas, fundamentada na especialização notória dos profissionais ou empresas contratadas. Essa disposição legislativa reflete a ponderação entre os princípios de isonomia e eficiência, privilegiando a eficiência quando se trata da contratação de profissionais de notória especialização.

A capacidade técnica superior e comprovada do profissional justifica sua seleção por inexigibilidade de licitação, uma vez que tal capacitação excepcional é considerada razão suficiente para a contratação direta, conforme estabelecido no art. 74, § 3º da Lei nº 14.133/21.

2.2. Requisitos para a Inexigibilidade de Licitação

A inexigibilidade de licitação, segundo Ronny Charles Lopes de Torres, está condicionada à demonstração de que a abertura de um certame competitivo representaria um prejuízo inaceitável ao interesse público. Isso implica na necessidade de o gestor público motivar sua decisão com base na confiança depositada no prestador de serviço escolhido, conforme previsão da Lei de Introdução às normas do Direito brasileiro, art. 20.





O processo de inexigibilidade foi instruído com todos os documentos necessários, incluindo a justificativa da aquisição, a razão da escolha do fornecedor, e a justificativa do preço, atendendo integralmente aos requisitos formais para sua concretização. Estes documentos confirmam a habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista do futuro contratado, além de demonstrar a compatibilidade dos preços com o mercado.

Conforme o Art. 74 da Lei nº 14.133/2021, a inexigibilidade de licitação é aplicável quando a competição é inviável. Esta inviabilidade pode decorrer da ausência de pluralidade de alternativas, mercado concorrencial, objetividade na seleção do objeto ou definição objetiva da prestação a ser executada. A seleção da UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS reflete essa inviabilidade, justificada pela exclusividade de conhecimento técnico e pela capacidade de atendimento às necessidades específicas do projeto.

2.3. Da Não Exigência da Singularidade do Serviço

Sob a Lei nº 14.133/21, a demonstração da singularidade do serviço torna-se desnecessária. Em contrapartida, o gestor público deve fundamentar sua decisão na confiança no prestador de serviço escolhido. Isso implica uma análise criteriosa da notória especialização do profissional ou empresa, ultrapassando o conhecimento médio da área e atendendo de forma excepcional às necessidades da Administração.

2.4. Da Motivação da Escolha e Demonstração da Notória Especialização

A escolha do prestador de serviços encontra-se fundamentada em uma análise detalhada de sua trajetória profissional, reconhecida expertise técnica e contribuições significativas ao campo do objeto demandado no processo administrativo supra citado, que demonstram sua notória especialização. Os seguintes aspectos foram considerados essenciais para decisão:

Desempenho Anterior: O prestador de serviços possui um histórico comprovado de sucesso em projetos de complexidade e relevância comparáveis ao objeto de nossa contratação. Suas realizações anteriores incluem os serviços constantes do objeto demandado neste processo administrativo, destacando os resultados alcançados.

Capacidade de Atenção aos Requisitos Específicos: A adaptação e a resposta às necessidades particulares de nosso objeto destacam sua capacidade de entender e atender às demandas específicas da Administração Pública, garantindo uma solução sob medida que maximiza o valor público.





2.4.1. Confiança na Capacidade Excepcional do Prestador

A confiança na capacidade excepcional do prestador de serviços não é apenas baseada em sua trajetória e reconhecimento profissional, mas também em uma avaliação criteriosa de sua abordagem metodológica e técnica proposta para a execução do serviço contratado. Sua proposta demonstra uma compreensão profunda do escopo do projeto, apresentando abordagens inovadoras e estratégias eficientes que asseguram a superação das expectativas da Administração Pública quanto à qualidade e aos resultados do serviço.

Além disso, a confiança é reforçada pelo alinhamento do proponente com os princípios de transparência, integridade e ética, essenciais para a formação de uma parceria de sucesso com o setor público. Seu comprometimento com a entrega de resultados que atendam ou superem os padrões de qualidade estabelecidos contribui para a decisão de sua contratação direta.

Portanto, a motivação para a escolha de UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS por inexigibilidade de licitação, baseada na notória especialização e na confiança excepcional em sua capacidade técnica e profissional, é robusta e fundamentada. A contratação direta do prestador está plenamente justificada pela necessidade de se obter um serviço técnico especializado que satisfaça os objetivos estratégicos da Administração Pública, assegurando a maximização do valor público e o atendimento eficaz às demandas da sociedade.

3. Análise da Minuta de Contrato sob o Prisma da Lei nº 14.133/2021

A minuta de contrato apresentada para análise é regida pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações no âmbito dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. A minuta detalha aspectos fundamentais para a legalidade, transparência e eficácia da contratação direta pela Administração Pública, atendendo ao controle prévio de legalidade mediante análise jurídica, conforme exigido pelo artigo 53 da referida lei.

3.1 Observância aos Princípios Legais

A minuta cumpre com o disposto no art. 89 da Lei nº 14.133/2021, ao especificar as partes contratantes, a finalidade do contrato, o ato que autorizou sua lavratura, o número do processo da contratação direta, e a sujeição dos contratantes às





normas desta Lei e às cláusulas contratuais. Adicionalmente, estabelece com clareza e precisão as condições para sua execução, em linha com os requisitos do § 2º do mesmo artigo, garantindo a transparência e a adequação às normativas vigentes.

3.2 Formalização e Publicidade

Conforme o Art. 91, a minuta assegura a formalização escrita do contrato e a sua divulgação em sítio eletrônico oficial, atendendo às diretrizes de publicidade e transparência. A inclusão de cláusulas que permitem a manutenção do sigilo em casos específicos está alinhada ao §1º do Art. 91, preservando a segurança da sociedade e do Estado.

3.3 Cláusulas Necessárias

A minuta inclui todas as cláusulas necessárias conforme o Art. 92, detalhando o objeto do contrato, a vinculação ao processo de contratação direta, o regime de execução, o preço, e as condições de pagamento, entre outros. Essas cláusulas garantem a definição dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes, promovendo uma execução contratual eficaz e alinhada aos princípios da administração pública.

3.4 Vigência e Prorrogação

O contrato prevê um prazo de vigência específico, com possibilidade de prorrogação, conforme Art. 105 e 107, respeitando as condições estabelecidas para a manutenção da vantajosidade e eficiência na execução do objeto contratado.

3.5 Aspectos de Alteração e Rescisão

A minuta contempla procedimentos para alteração e rescisão contratual, assegurando flexibilidade na gestão do contrato frente a eventuais necessidades de ajustes, em conformidade com os Artigos 94 e 95, que orientam sobre a eficácia do contrato e suas possíveis substituições.

3.6 Da Análise Jurídica da Minuta de Contrato

Conclui-se que a minuta de contrato apresentada está em conformidade com os requisitos legais estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021, refletindo os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, e eficiência que regem as contratações públicas.

O processo de análise jurídica detalhada, realizada sob o controle prévio de legalidade, confirma a adequação da minuta às disposições legais aplicáveis, promovendo uma base sólida para a





formalização da contratação direta prevista no Processo Administrativo nº 00016.20250320/0001-80.

4. Conclusão

Com base na legislação vigente, doutrina e jurisprudência relacionadas, conclui-se que a contratação direta por inexigibilidade de licitação, fundamentada na notória especialização do prestador de serviços, conforme delineado no Art. 74, inciso III, alínea "c", da Lei nº 14.133/2021, é juridicamente viável. A adequação do processo de contratação direta, mediante a devida justificação da escolha do prestador e a observância dos princípios norteadores das contratações públicas, garante a legitimidade e a eficiência da ação administrativa.

Por tanto, é favorável a justificação apresentada para a inexigibilidade de licitação e recomenda-se o prosseguimento do processo administrativo nº 00016.20250320/0001-80, assegurando a contratação do serviço técnico especializado que melhor atenda ao interesse público.

LIMOEIRO DO NORTE/CE, 26 DE MAIO DE 2025

Dário Igor Nogueira Sales

--





ESTADO DO CEARÁ

Câmara Municipal de Limoeiro do Norte
UNIÃO, CONSTRUÇÃO E INOVAÇÃO



MEMORANDO

À sua senhoria, o(a) Senhor(a)
MARCIO MICHAEL DO NASCIMENTO FARIAS
Ordenador(a) de Despesas
Limoeiro do Norte - CE

Assunto: Encerramento de fase processual

Cumprimentando-o cordialmente, sirvo-me do presente para comunicar à Vossa Senhoria que encontram-se encerradas as fases de justificativa da inexigibilidade da licitação, constante do processo administrativo nº 00016.20250320/0001-80.

Em observância ao estabelecido no § 4º do art. 71 da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021, encaminho à Vossa Senhoria o processo de contratação direta para que adote as providências cabíveis.

LIMOEIRO DO NORTE/CE, 26 de maio de 2025

assinado eletronicamente
Elizangela Santos Dos Reis
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
APONTE SUA CÂMARA PARA O QR CODE AO LADO
PARA VERIFICAR AUTENTICIDADE DA ASSINATURA
INFORMANDO O CÓDIGO: 356-182-0097
PÁGINA: 1 DE 1 - CÂMARA MUNICIPAL DE LIMOEIRO DO NORTE - 0183691300010



UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS
11.607.901/0001-62

PROPOSTA REGISTRADA

Dados do Processo

Município: Limoeiro do Norte / CE **Unidade gestora:** Camara Municipal de Limoeiro
Número do processo: 00016.20250320/0001-80 **Modalidade:** Inexigibilidade Eletrônica
Número do certame: INEX. 004-2025 **Data da abertura:** 26/05/2025 às 12:45

Dados do Fornecedor

Razão social: UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS **Telefone:** **** / ****
CNPJ/MF: 11.607.901/0001-62 **E-mail:** ****
Endereço: AVENIDA SANTOS DUMONT, 2789, SALA 309, ALDEOTA, Fortaleza / CE - CEP: 60.150-161

Dados da Proposta de Preços

1 - CONTRATAÇÃO DE SOCIEDADE DE ADVOGADOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ANÁLISE E ORIENTACXAO JURÍDICA, ANÁLISE DE CONCESSAO DE REQUERIMENTOS ADMINISTRATIVOS, REVISÃO E APRIMORAMENTO DAS NORMAS INTERNAS, IMPLEMENTAÇÃO DE BOAS PRÁTICAS DE COMPLIAN

Especificação: --

Quantidade: 12,0 **Unidade:** Mês
Valor ofertado: R\$ 10.000,00 **Valor total:** R\$ 120.000,00
Fabricante/Marca: SERVIÇO PROPRIO **Modelo:** --
Valor de referência: R\$ 10.000,00



Total geral da proposta: R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais)



Validade da Proposta



Proposta válida por: 60 dias



Dados de Registro da Proposta

Data de finalização do registro da proposta: 26 de Maio de 2025 às 11:37

		PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA SECRETARIA MUNICIPAL DAS FINANÇAS NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE SERVIÇO - NFS-e				Núm NF 5													
Data e Hora da Emissão		07/03/2025 08:51:13		Competência		03/2025		Código de Verificação		973784637									
Número do RPS				No. NFS-e substituída				Local da Prestação		FORTALEZA - CE									
DADOS DO PRESTADOR DE SERVIÇOS																			
		Razão Social/Nome		UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS															
		Nome Fantasia		UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS															
		CPF/CNPJ		11.607.901/0001-62		Insc Municipal		0268729-1		Município		FORTALEZA - CE							
		Endereço e CEP		AV SANTOS DUMONT,2789 - ALDEOTA CEP:60.150-165															
		Complemento		309		Telefone		(85)98688-3832		E-mail		karilenys@hotmail.com							
DADOS DO TOMADOR DE SERVIÇOS																			
Razão Social/Nome		PREFEITURA MUNICIPAL DE BATURITÉ																	
CPF/CNPJ		07.387.343/0001-08		Inscrição Municipal				Município		BATURITE - CE									
Endereço e CEP		PC DA MATRIZ, S/N - CENTRO CEP: 62.760-000																	
Complemento				Telefone		(85)9976-31986		E-mail		prefeitura@baturite.ce.gov.br									
DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS																			
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS JURÍDICOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DE DIREITO PÚBLICO PARA ASSESSORIA E CONSULTORIA, DESTINADO A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO. REFERENTE AO MÊS DE JANEIRO/2025.																			
CÓDIGO DE ATIVIDADE CNAE																			
17.13 / 691170101 - SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS																			
DETALHAMENTO ESPECÍFICO DA CONSTRUÇÃO CIVIL																			
Código da Obra				Código ART															
TRIBUTOS FEDERAIS																			
PIS				COFINS				IR(R\$)				INSS(R\$)				CSLL(R\$)			
Detalhamento de Valores - Prestador dos Serviços								Cálculo do ISSQN devido no Município											
Valor dos Serviços R\$		10.990,00		Natureza Operação		Valor dos Serviços R\$		10.990,00											
(-) Desconto Incondicionado				1-Tributação no Município		(-) Deduções Permitidas em Lei													
(-) Desconto Condicionado				Regime especial Tributação		(-) Desconto Incondicionado													
(-) Retenções Federais		0,00		6-Microempresário e Empresa de		Base de Cálculo		10.990,00											
Outras Retenções				Opção Simples Nacional		(X) Alíquota %		2,54											
(-) ISS Retido		0,00		1 - Sim		ISS a reter		() Sim (X) Não											
(=) Valor Líquido R\$		10.990,00		Incentivador Cultural		(=) Valor do ISS R\$		279,15											
				2 - Não															
Avisos		1- Uma via desta Nota Fiscal será enviada através do e-mail fornecido pelo Tomador dos Serviços, no sítio http://iss.fortaleza.ce.gov.br 2- A autenticidade desta Nota Fiscal poderá ser validada no site http://iss.fortaleza.ce.gov.br/ , com a utilização do Código de Verificação. 3- Documento emitido por ME ou EPP optante pelo Simples Nacional. Não gera direito a crédito fiscal de ISS e IPI. 4- Serviço sujeito ao ANEXO 4. 5- Serviços sujeitos ao Anexo IV, exceto para o exterior, sem retenção, com ISS devido ao próprio Município.																	

		PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA SECRETARIA MUNICIPAL DAS FINANÇAS NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE SERVIÇO - NFS-e				Núm NF 5													
Data e Hora da Emissão		18/03/2025 08:39:49		Competência		03/2025		Código de Verificação		803280758									
Número do RPS				No. NFS-e substituída				Local da Prestação		FORTALEZA - CE									
DADOS DO PRESTADOR DE SERVIÇOS																			
		Razão Social/Nome		UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS															
		Nome Fantasia		UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS															
		CPF/CNPJ		11.607.901/0001-62		Insc Municipal		0268729-1		Município		FORTALEZA - CE							
		Endereço e CEP		AV SANTOS DUMONT, 2789 - ALDEOTA CEP: 60.150-165															
		Complemento		309		Telefone		(85)98688-3832		E-mail		karilenys@hotmail.com							
DADOS DO TOMADOR DE SERVIÇOS																			
Razão Social/Nome		PREFEITURA DE MARCO/ CAMARA MUNICIPAL																	
CPF/CNPJ		03.855.618/0001-21		Inscrição Municipal				Município		FORTALEZA - CE									
Endereço e CEP		RUA RIOS, S/N - CENTRO CEP: 62.560-000																	
Complemento				Telefone		(88)3664-1951		E-mail		ouvidoria@cmm.ce.gov.br									
DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS																			
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS PARA ASSESSORIA E CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL.																			
CÓDIGO DE ATIVIDADE CNAE																			
17.13 / 691170101 - SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS																			
DETALHAMENTO ESPECÍFICO DA CONSTRUÇÃO CIVIL																			
Código da Obra				Código ART															
TRIBUTOS FEDERAIS																			
PIS				COFINS				IR(R\$)				INSS(R\$)				CSLL(R\$)			
Detalhamento de Valores - Prestador dos Serviços								Cálculo do ISSQN devido no Município											
Valor dos Serviços R\$		7.000,00		Natureza Operação		Valor dos Serviços R\$		7.000,00											
(-) Desconto Incondicionado				1-Tributação no Município		(-) Deduções Permitidas em Lei													
(-) Desconto Condicionado				Regime especial Tributação		(-) Desconto Incondicionado													
(-) Retenções Federais		0,00		6-Microempresário e Empresa de		Base de Cálculo		7.000,00											
Outras Retenções				Opção Simples Nacional		(X) Alíquota %		2,54											
(-) ISS Retido		0,00		1 - Sim		ISS a reter		() Sim (X) Não											
(=) Valor Líquido R\$		7.000,00		Incentivador Cultural		(=) Valor do ISS R\$		177,80											
				2 - Não															
Avisos		1- Uma via desta Nota Fiscal será enviada através do e-mail fornecido pelo Tomador dos Serviços, no sítio http://iss.fortaleza.ce.gov.br 2- A autenticidade desta Nota Fiscal poderá ser validada no site http://iss.fortaleza.ce.gov.br/ , com a utilização do Código de Verificação. 3- Documento emitido por ME ou EPP optante pelo Simples Nacional. Não gera direito a crédito fiscal de ISS e IPI. 4- Serviço sujeito ao ANEXO 4. 5- Serviços sujeitos ao Anexo IV, exceto para o exterior, sem retenção, com ISS devido ao próprio Município.																	

		PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA SECRETARIA MUNICIPAL DAS FINANÇAS NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE SERVIÇO - NFS-e				Núm NF 6													
Data e Hora da Emissão		24/04/2025 09:32:57		Competência		04/2025		Código de Verificação		614752700									
Número do RPS				No. NFS-e substituída				Local da Prestação		FORTALEZA - CE									
DADOS DO PRESTADOR DE SERVIÇOS																			
		Razão Social/Nome		UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS															
		Nome Fantasia		UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS															
		CPF/CNPJ		11.607.901/0001-62		Insc Municipal		0268729-1		Município		FORTALEZA - CE							
		Endereço e CEP		AV SANTOS DUMONT,2789 - ALDEOTA CEP:60.150-165															
		Complemento		309		Telefone		(85)98688-3832		E-mail		karilenys@hotmail.com							
DADOS DO TOMADOR DE SERVIÇOS																			
Razão Social/Nome		PREFEITURA MUNICIPAL DE BATURITÉ																	
CPF/CNPJ		07.387.343/0001-08		Inscrição Municipal				Município		BATURITE - CE									
Endereço e CEP		PC DA MATRIZ, S/N - CENTRO CEP: 62.760-000																	
Complemento				Telefone		(85)9976-31986		E-mail		prefeitura@baturite.ce.gov.br									
DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS																			
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS JURÍDICOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DE DIREITO PÚBLICO PARA ASSESSORIA E CONSULTORIA, DESTINADO A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO. REFERENTE AO MÊS DE FEVEREIRO/2025.																			
CÓDIGO DE ATIVIDADE CNAE																			
17.13 / 691170101 - SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS																			
DETALHAMENTO ESPECÍFICO DA CONSTRUÇÃO CIVIL																			
Código da Obra				Código ART															
TRIBUTOS FEDERAIS																			
PIS				COFINS				IR(R\$)				INSS(R\$)				CSLL(R\$)			
Detalhamento de Valores - Prestador dos Serviços								Cálculo do ISSQN devido no Município											
Valor dos Serviços R\$		10.990,00		Natureza Operação		Valor dos Serviços R\$		10.990,00											
(-) Desconto Incondicionado				1-Tributação no Município		(-) Deduções Permitidas em Lei													
(-) Desconto Condicionado				Regime especial Tributação		(-) Desconto Incondicionado													
(-) Retenções Federais		0,00		6-Microempresário e Empresa de		Base de Cálculo		10.990,00											
Outras Retenções				Opção Simples Nacional		(X) Alíquota %		2,58											
(-) ISS Retido		0,00		1 - Sim		ISS a reter		() Sim (X) Não											
(=) Valor Líquido R\$		10.990,00		Incentivador Cultural		(=) Valor do ISS R\$		283,54											
				2 - Não															
Avisos		1- Uma via desta Nota Fiscal será enviada através do e-mail fornecido pelo Tomador dos Serviços, no sítio http://iss.fortaleza.ce.gov.br 2- A autenticidade desta Nota Fiscal poderá ser validada no site http://iss.fortaleza.ce.gov.br/ , com a utilização do Código de Verificação. 3- Documento emitido por ME ou EPP optante pelo Simples Nacional. Não gera direito a crédito fiscal de ISS e IPI. 4- Serviço sujeito ao ANEXO 4. 5- Serviços sujeitos ao Anexo IV, exceto para o exterior, sem retenção, com ISS devido ao próprio Município.																	

		PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA SECRETARIA MUNICIPAL DAS FINANÇAS NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE SERVIÇO - NFS-e				Núm NF 6													
Data e Hora da Emissão		25/04/2025 09:07:32		Competência		04/2025		Código de Verificação		450747258									
Número do RPS				No. NFS-e substituída				Local da Prestação		FORTALEZA - CE									
DADOS DO PRESTADOR DE SERVIÇOS																			
		Razão Social/Nome		UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS															
		Nome Fantasia		UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS															
		CPF/CNPJ		11.607.901/0001-62		Insc Municipal		0268729-1		Município		FORTALEZA - CE							
		Endereço e CEP		AV SANTOS DUMONT,2789 - ALDEOTA CEP:60.150-165															
		Complemento		309		Telefone		(85)98688-3832		E-mail		karilenys@hotmail.com							
DADOS DO TOMADOR DE SERVIÇOS																			
Razão Social/Nome		PREFEITURA MUNICIPAL DE BATURITÉ																	
CPF/CNPJ		07.387.343/0001-08		Inscrição Municipal				Município		BATURITE - CE									
Endereço e CEP		PC DA MATRIZ, S/N - CENTRO CEP: 62.760-000																	
Complemento				Telefone		(85)9976-31986		E-mail		prefeitura@baturite.ce.gov.br									
DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS																			
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS JURÍDICOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DE DIREITO PÚBLICO PARA ASSESSORIA E CONSULTORIA, DESTINADO A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO. REFERENTE AO MÊS DE MARÇO/2025.																			
CÓDIGO DE ATIVIDADE CNAE																			
17.13 / 691170101 - SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS																			
DETALHAMENTO ESPECÍFICO DA CONSTRUÇÃO CIVIL																			
Código da Obra				Código ART															
TRIBUTOS FEDERAIS																			
PIS				COFINS				IR(R\$)				INSS(R\$)				CSLL(R\$)			
Detalhamento de Valores - Prestador dos Serviços								Cálculo do ISSQN devido no Município											
Valor dos Serviços R\$		10.990,00		Natureza Operação		Valor dos Serviços R\$		10.990,00											
(-) Desconto Incondicionado				1-Tributação no Município		(-) Deduções Permitidas em Lei													
(-) Desconto Condicionado				Regime especial Tributação		(-) Desconto Incondicionado													
(-) Retenções Federais		0,00		6-Microempresário e Empresa de		Base de Cálculo		10.990,00											
Outras Retenções				Opção Simples Nacional		(X) Alíquota %		2,58											
(-) ISS Retido		0,00		1 - Sim		ISS a reter		() Sim (X) Não											
(=) Valor Líquido R\$		10.990,00		Incentivador Cultural		(=) Valor do ISS R\$		283,54											
				2 - Não															
Avisos		1- Uma via desta Nota Fiscal será enviada através do e-mail fornecido pelo Tomador dos Serviços, no sítio http://iss.fortaleza.ce.gov.br 2- A autenticidade desta Nota Fiscal poderá ser validada no site http://iss.fortaleza.ce.gov.br/ , com a utilização do Código de Verificação. 3- Documento emitido por ME ou EPP optante pelo Simples Nacional. Não gera direito a crédito fiscal de ISS e IPI. 4- Serviço sujeito ao ANEXO 4. 5- Serviços sujeitos ao Anexo IV, exceto para o exterior, sem retenção, com ISS devido ao próprio Município.																	

Empresa: UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS
C.N.P.J.: 11.607.901/0001-62
Balanço encerrado em: 31/12/2024

Folha: 0001

BALANÇO PATRIMONIAL

Descrição	Saldo Atual
ATIVO	368.216,84 D
ATIVO CIRCULANTE	368.216,84 D
DISPONIVEL	67.615,91 D
CAIXA	4.116,33 D
CAIXA GERAL	4.116,33 D
BANCOS CONTA MOVIMENTO	31.197,25 D
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	31.197,25 D
APLICAÇÕES FINANCEIRAS LIQUIDEZ IMEDIATA	32.302,34 D
APLICAÇÃO CEF	32.302,34 D
CLIENTES	11.039,74 D
DUPLICATAS A RECEBER	11.039,74 D
CLIENTES DIVERSOS	11.039,74 D
OUTROS CRÉDITOS	289.561,19 D
ADIANTAMENTO AOS SOCIOS	289.561,19 D
KARILENY SALES PINTO UCHOA	289.561,19 D
PASSIVO	368.216,84 C
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	368.216,84 C
CAPITAL SOCIAL	5.000,00 C
CAPITAL SUBSCRITO	5.000,00 C
CAPITAL SOCIAL	5.000,00 C
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	363.216,84 C
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	363.216,84 C
LUCROS ACUMULADOS	279.225,18 C
LUCRO DO EXERCÍCIO	83.991,66 C

KARILENY SALES PINTO UCHOA: 01586715380
Assinado digitalmente por KARILENY SALES PINTO UCHOA/01586715380
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Presencial, OU=07267479000176, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A3, OU=(em branco), CN=KARILENY SALES PINTO UCHOA/01586715380
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Data: 2025-05-12 13:46:29
Font Reader Versão: 10.0.0

KARILENY SALES PINTO UCHOA
SOCIA ADMINISTRADORA
CPF: 015.867.153-80

José Valdemar de O. Neto
Contador
CPF: 779.454.843-87
CRC CE 016705/0-0
JOSE VALDEMAR DE OLIVEIRA NETO
Reg. no CRC - CE sob o No. 016705
CPF: 779.454.843-87

Empresa: **UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS**
C.N.P.J.: 11.607.901/0001-62

Folha: 0001

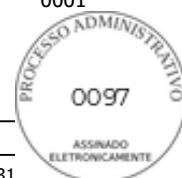
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2024

Descrição	Saldo	Total
RECEITA BRUTA		
SERVIÇOS PRESTADOS	330.282,59	<u>330.282,59</u>
CUSTOS		
SIMPLES NACIONAL	(24.356,90)	(24.356,90)
RECEITA LÍQUIDA		305.925,69
LUCRO BRUTO		305.925,69
DESPESAS OPERACIONAIS		(225.493,79)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS		
ALUGUÉIS DE IMÓVEIS	(4.161,43)	
TAXAS DIVERSAS	(6.638,73)	
ENERGIA ELÉTRICA	(1.472,05)	
ÁGUA E ESGOTO	(165,58)	
TELEFONE	(487,03)	
MATERIAL DE ESCRITÓRIO	(2.256,10)	
MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA	(3.953,75)	
ASSISTÊNCIA CONTÁBIL	(5.115,83)	
SERVIÇOS PRESTADOS POR TERCEIROS	(144.461,19)	
DESPESAS LEGAIS E JUDICIAIS	(46.305,80)	
COMBUSTÍVEIS	(1.663,29)	
DESP SISTEMAS	(3.285,78)	
DESP INTERNET	(1061,18)	
DESP DIVERSAS	(3.487,59)	
DESP ALIMENTACAO	(87,50)	
DESPESAS BANCARIAS	(891,00)	(225.493,79)
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		
OUTRAS RECEITAS		3.559,76
RESULTADO OPERACIONAL		83.991,66
RESULTADO ANTES DO IR E CSLL		83.991,66
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		83.991,66

KARILENY SALES PINTO UCHOA:
01586715380
Assinado digitalmente por KARILENY SALES PINTO UCHOA:
01586715380
DN: C=BR, O=CP-Brasil, OU=Presencial, OU=07267479000176,
OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB
e-CPF AS, OU=(sem brancos), CN=KARILENY SALES PINTO
UCHOA.01586715380
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Data: 2025-05-12 13:46:47
Font Reader Versão: 10.0.0

KARILENY SALES PINTO UCHOA
SOCIA ADMINISTRADORA
CPF: 015.867.153-80

José Valdemar de O. Neto
Contador
CPF: 779.454.843-87
CRC-CE 016705-0-0
JOSE VALDEMAR DE OLIVEIRA NETO
Reg. no CRC - CE sob o No. 016705
CPF: 779.454.843-87



BALANÇO PATRIMONIAL

Descrição	2023	
	31/12/2023	31
ATIVO	294.573,47D	229.577,87D
ATIVO CIRCULANTE	294.573,47D	229.577,87D
DISPONÍVEL	54.092,73D	34.025,16D
CAIXA	3.293,06D	4.040,79D
CAIXA GERAL	3.293,06D	4.040,79D
BANCOS CONTA MOVIMENTO	24.957,80D	0,00
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	24.957,80D	0,00
APLICAÇÕES FINANCEIRAS LIQUIDEZ IMEDIATA	25.841,87D	29.984,37D
APLICAÇÃO CEF	25.841,87D	29.984,37D
CLIENTES	8.831,79D	8.831,79D
DUPLICATAS A RECEBER	8.831,79D	8.831,79D
CLIENTES DIVERSOS	8.831,79D	8.831,79D
OUTROS CRÉDITOS	231.648,95D	186.720,92D
ADIANTAMENTO AOS SOCIOS	231.648,95D	186.720,92D
KARILENY SALES PINTO UCHOA	231.648,95D	186.720,92D
PASSIVO	294.573,47C	229.577,87C
PASSIVO CIRCULANTE	0,00	2.197,73C
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	0,00	461,68C
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	0,00	461,68C
SIMPLES NACIONAL A RECOLHER	0,00	461,68C
OUTRAS OBRIGAÇÕES	0,00	1.736,05C
CONTAS A PAGAR	0,00	450,00C
HONORÁRIOS CONTÁBEIS	0,00	450,00C
ENERGIA ELÉTRICA, ÁGUA E TELEFONE A PAGA	0,00	1.286,05C
ALUGUEL A PAGAR	0,00	1.000,00C
CONDOMINIO A PG	0,00	286,05C
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	294.573,47C	227.380,14C
CAPITAL SOCIAL	5.000,00C	5.000,00C
CAPITAL SUBSCRITO	5.000,00C	5.000,00C
CAPITAL SOCIAL	5.000,00C	5.000,00C
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	289.573,47C	222.380,14C
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	289.573,47C	222.380,14C
LUCROS ACUMULADOS	420.014,27C	352.820,94C
LUCRO DO EXERCÍCIO	130.440,80D	130.440,80D

KARILENY SALES PINTO UCHOA
01586715380
KARILENY SALES PINTO UCHOA
SOCIA ADMINISTRADORA
CPF: 015.867.153-80



Documento assinado digitalmente
JOSE VALDEMAR DE OLIVEIRA NETO
Data: 22/04/2025 19:40:57-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

JOSE VALDEMAR DE OLIVEIRA NETO
Reg. no CRC - CE sob o No. 016705
CPF: 779.454.843-87



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2023

Descrição	Saldo	Total
RECEITA BRUTA		
SERVIÇOS PRESTADOS	264.226,07	<u>264.226,07</u>
CUSTOS		
SIMPLES NACIONAL	(19.485,52)	<u>(19.485,52)</u>
RECEITA LÍQUIDA		<u>244.740,55</u>
LUCRO BRUTO		<u>244.740,55</u>
DESPESAS OPERACIONAIS		<u>(180.395,03)</u>
DESPESAS ADMINISTRATIVAS		
ALUGUÉIS DE IMÓVEIS	(3.329,14)	
TAXAS DIVERSAS	(5.310,98)	
ENERGIA ELÉTRICA	(1.177,64)	
ÁGUA E ESGOTO	(132,46)	
TELEFONE	(389,62)	
MATERIAL DE ESCRITÓRIO	(1.804,88)	
MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA	(3.163,00)	
ASSISTÊNCIA CONTÁBIL	(4.092,66)	
SERVIÇOS PRESTADOS POR TERCEIROS	(115.568,95)	
DESPESAS LEGAIS E JUDICIAIS	(37.044,64)	
COMBUSTÍVEIS	(1.330,63)	
DESP SISTEMAS	(2.628,62)	
DESP INTERNET	(848,94)	
DESP DIVERSAS	(2.790,07)	
DESP ALIMENTACAO	(70,00)	
DESPESAS BANCARIAS	(712,80)	<u>(180.395,03)</u>
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		
OUTRAS RECEITAS	2.847,81	<u>2.847,81</u>
RESULTADO OPERACIONAL		<u>67.193,33</u>
RESULTADO ANTES DO IR E CSL		<u>67.193,33</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>67.193,33</u>

KARILENY SALES PINTO UCHOA: 01586715380
Assinado digitalmente por KARILENY SALES PINTO UCHOA:
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Presencial,
OU=0725747000178, OU=Secretaria da Receita Federal do
Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A3, OU=(em branco),
CN=KARILENY SALES PINTO UCHOA/01586715380
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Data: 2025-05-12 13:47:53
Foxit Reader Versão: 10.0.0

gov.br Documento assinado digitalmente
JOSE VALDEMAR DE OLIVEIRA NETO
Data: 22/04/2025 19:40:57-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

JOSE VALDEMAR DE OLIVEIRA NETO
Reg. no CRC - CE sob o No. 016705
CPF: 779.454.843-87



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS
CNPJ: 11.607.901/0001-62

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 09:00:48 do dia 12/12/2024 <hora e data de Brasília>.

Válida até 10/06/2025.

Código de controle da certidão: **94A5.E13C.6563.0718**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

Página 1



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 11.607.901/0001-62

Certidão nº: 26045995/2025

Expedição: 12/05/2025, às 08:37:43

Validade: 08/11/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **11.607.901/0001-62**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

Certidão Nº 2025/96263

CPF/CNPJ: 11.607.901/0001-62

Nome ou Razão Social: UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS

Endereço: AV SANTOS DUMONT 2789 309 ALDEOTA CEP 60150-165

Certificamos, para fins de comprovação perante terceiros, que a pessoa acima identificada, até a presente data, não possui débitos de natureza tributária para com o Município de Fortaleza, ressalvado, porém, à Secretaria Municipal das Finanças, o direito de cobrar e inscrever, a qualquer tempo, quaisquer dividas em seu nome na forma da legislação vigente.

Fortaleza, 20 de Março de 2025 (15:53:15)

Certidão expedida gratuitamente com base no decreto 13.716, de 22 de dezembro de 2015.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço eletrônico da Secretaria Municipal das Finanças - SEFIN em www.sefin.fortaleza.ce.gov.br.

Válida até 18/06/2025

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 11.607.901/0001-62
Razão Social: UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS
Endereço: R MARVIN 47 / PARQUE MANIBURA / FORTALEZA / CE / 60821-790

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 23/04/2025 a 22/05/2025

Certificação Número: 2025042302271822598145

Informação obtida em 12/05/2025 08:41:17

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:
11.607.901/0001-62

NOME EMPRESARIAL:
UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS

CAPITAL SOCIAL:
R\$5.000,00 (Cinco mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:
KARILENY SALES PINTO UCHOA

Qualificação:
49-Sócio-Administrador

Nome/Nome Empresarial:
ROSSANA CLAUDIA ARAUJO GUERREIRO

Qualificação:
52-Sócio com Capital

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 12/05/2025 às 08:45 (data e hora de Brasília).



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Procuradoria Geral do Estado**

Certidão Negativa de Débitos Estaduais
202506053187

Emitida para os efeitos da Instrução Normativa Nº 13 de 02/03/2001

IDENTIFICAÇÃO DO(A) REQUERENTE
Inscrição Estadual: *****
CNPJ / CPF: 11607901000162
RAZÃO SOCIAL:

Ressalvado o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para fins de direito, que revendo os registros do Cadastro de Inadimplentes da Fazenda Pública Estadual - CADINE, verificou-se nada existir em nome do(a) requerente acima identificado(a) até a presente data e horário, e, para constar, foi emitida esta certidão.

EMITIDA VIA INTERNET EM 12/05/2025 ÀS 08:39:54
VÁLIDA ATÉ 11/07/2025

A autenticidade deste documento deverá ser comprovada via Internet, no endereço
www.sefaz.ce.gov.br



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 11.607.901/0001-62 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 05/01/2010
NOME EMPRESARIAL UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 69.11-7-01 - Serviços advocatícios		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 223-2 - Sociedade Simples Pura		
LOGRADOURO AV SANTOS DUMONT	NÚMERO 2789	COMPLEMENTO SALA 309
CEP 60.150-161	BAIRRO/DISTRITO ALDEOTA	MUNICÍPIO FORTALEZA
UF CE		
ENDEREÇO ELETRÔNICO PIMENTAGIOVANNI99@GMAIL.COM		TELEFONE (85) 3246-2122
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 05/01/2010
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 12/05/2025 às 08:42:39 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



QUINTO TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº 1102.01/2021

MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE
PROCESSO Nº: 1001.01/2022
TIPO DE ALTERAÇÃO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO

QUINTO TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BATURITÉ, ATRAVÉS DA SECRETARIA DA SAÚDE COM A EMPRESA UCHÔA ADVOGADOS ASSOCIADOS, PARA O FIM QUE A SEGUIR SE DECLARA:

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE BATURITÉ**, pessoa jurídica de direito público interno, situada na Praça da Matriz, S/N, Palácio Entre Rios, Centro, Baturité/CE – CEP: 62.760.000, inscrita no CNPJ sob o nº 07.387.343/0001-08, neste ato representada pelo **ORDENADOR DE DESPESAS DA UNIDADE GESTORA DA SECRETARIA DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BATURITÉ/CE**, Sr. Cícero Antônio Sousa Bezerra, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa **UCHÔA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, com endereço à Av. Santos Dumont, 2789 - Aldeota, CEP: 60.150-161 - Fortaleza/CE, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.607.901/0001-62, representada por Karileny Sales Pinto Uchôa (Sócia Administradora), advogada, OAB/CE nº 21.348, portador do CPF nº 015.867.153-80, ao fim assinado, doravante denominada de **CONTRATADA**, resolvem firmar o presente Aditivo ao Contrato decorrente do processo licitatório na modalidade **INEXIGIBILIDADE Nº 1001.01/2022**, cujo objeto foi **CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS JURÍDICOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DE DIREITO PÚBLICO PARA ASSESSORIA E CONSULTORIA, DESTINADO A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BATURITÉ/CE**, em conformidade com as disposições contidas na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1 - O presente Contrato tem como fundamento o art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

2.1 - O presente aditivo tem por finalidade a prorrogação do prazo do contrato resultante do procedimento licitatório acima referido. O prazo contratual anteriormente pactuado será prorrogado pelo período referente ao período de 12 (doze) meses, tendo **01 de janeiro de 2025 até 31 de dezembro de 2025**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA JUSTIFICATIVA

3.1 - A Prorrogação Contratual é uma prerrogativa da Administração Pública, que poderá utilizá-la quando respaldada legalmente, fato este, óbvio, no caso em tela. São dois os motivos preponderantes, entre outros: **O PRIMEIRO** consiste na inconveniência da suspensão das atividades de interesse público, provenientes de serviços prestados de modo contínuo, sendo considerados essenciais de forma permanente e interrupta, conforme caracterização prevista no despacho do Ordenador de Despesas; **O SEGUNDO** é a previsibilidade de recursos orçamentários, em princípio, qualquer que seja a



distribuição de verbas no orçamento anual, certamente irá existir recursos para efetivação destes serviços.

3.2 - Considerando ainda a excelência na qualidade do serviço que vem sendo prestado ao Município, verificado pela fiscalização realizada pela secretaria contratante, bem como a essencialidade dos serviços, no qual tal interrupção caracterizaria prejuízo a administração, pois trata-se de serviços considerado contínuos, reunidos os requisitos da essencialidade do serviço pelo fato de prolongar-se no tempo de forma permanente e interrupta, tal paralisação findaria a comprometer a garantia do interesse público. Combinado com o princípio da economicidade, demonstrado através de ampla pesquisa prévia de preços, ao qual assegura a manutenção da contratação mais vantajosa para a Administração, a **CONTRATANTE**, com aquiescência da **CONTRATADA**, resolvem prorrogar o referido contrato pelo período compreendido na cláusula segunda do presente termo de aditivo.

3.3 - Ressaltamos que tal prorrogação encontra-se legal e materialmente justificada conforme parecer jurídico, elaborado pela Assessoria Jurídica do MUNICÍPIO. O que vai de encontro com a necessidade por parte da Secretaria do Município de continuidade dos serviços prestados.

3.4 - A prorrogação do contrato em apreço, não só está assegurada pelo disposto no inciso II, do art. 57, da Lei de licitações vigente, como pela sua previsibilidade no instrumento convocatório e contratual.


CLAUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 - As demais cláusulas e condições pactuadas anteriormente permanecerão inalteradas e em pleno vigor.

E, estando acertados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias, perante duas testemunhas que também o assinam, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Baturité/CE, 27 de dezembro de 2024.


Cícero Antônio Sousa Bezerra
ORDENADOR DE DESPESAS DA UNIDADE
GESTORA DA SECRETARIA DA SAÚDE
CONTRATANTE


Karileny Sales Pinto Uchôa
OAB/CE N° 21.348
UCHÔA ADVOGADOS ASSOCIADOS
CNPJ N° 11.607.901/000162
CONTRATADA

Testemunhas:

01.

NOME:

CPF: 100 186 143-45

02.

NOME:

CPF: 075 271 623-05

CONTRATO Nº 1102.01/2021
PROCESSO Nº 1002.02/2021

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO O MUNICÍPIO DE BATURITÉ/CE ATRAVÉS DA SECRETARIA DE SAÚDE, E, DO OUTRO, A EMPRESA UCHÔA ADVOGADOS ASSOCIADOS, PARA O FIM QUE NELE INDICA.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE BATURITÉ**, pessoa jurídica de direito público interno, situada na Praça da Matriz, S/N, Palácio Entre Rios, Centro, Baturité/CE – CEP: 62.760.000, inscrita no CNPJ sob o nº 07.387.343/0001-08, neste ato representada pelo Ordenador de Despesas da Unidade Gestora da Secretaria de Saúde, **Hébert Fernandes Félix**, doravante denominada **CONTRATANTE**, e, do outro lado a Pessoa Jurídica de Direito Privado **UCHÔA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, com endereço à Av. Santos Dumont, 2789 - Aldeota, CEP: 60.150-161 - Fortaleza/CE, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.607.901/0001-62, representada por Karileny Sales Pinto Uchôa (Sócia Administradora), advogada, OAB/CE nº 21.348, portador do CPF nº 015.867.153-80, doravante denominada **CONTRATADA**, de acordo com a **Inexigibilidade de Licitação nº 1002.02/2021, Processo nº 1002.02/2021**, em conformidade com o que preceitua a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, sujeitando-se os **CONTRATANTES** às suas normas e às cláusulas e condições a seguir ajustadas:

CLAUSULA PRIMEIRA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

1.1. O presente Contrato tem como fundamento a **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 1002.02/2021**, devidamente ratificada pelo Ordenador de Despesas da Unidade Gestora da Secretaria de Saúde, Sr. **Hébert Fernandes Félix**, ao fim assinado, parte integrante deste Termo Contratual, independente de transcrição, conforme previsto no caput e inciso II, do art. 25, combinado com o parágrafo único do art. 26 e incisos III do art. 13, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores bem como no Artigo 1º da Lei Federal 14.039, de 17 de agosto de 2020.

CLAUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1. O presente contrato tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS JURÍDICOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DE DIREITO PÚBLICO PARA ASSESSORIA E CONSULTORIA, DESTINADO A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BATURITÉ/CE.**

CLAUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

3.1. A **CONTRATANTE** pagará ao **CONTRATADO** pela execução do objeto deste contrato o valor global de R\$ R\$ 109.900,00 (cento e nove mil e novecentos reais), ficando o valor mensal de R\$ 10.990,00 (dez mil novecentos e noventa reais).

CLAUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

4.1. A **Contratada** deverá prestar os serviços de acordo com o que prescreve as especificações deste Projeto Básico, em conformidade ainda com o teor da Minuta do

Instrumento Contratual e em observância aos ditames da Lei Federal nº 8.666/93, independentemente de transcrição.

4.2. Disponibilizar para a prestação dos serviços somente profissionais devidamente qualificados para a prestação dos serviços objeto desta licitação, objetivando lograr êxito e segurança, avocando para si toda a responsabilidade de forma a resguardar o Município de eventuais prejuízos decorrentes de qualquer demanda judicial.

4.3. Manter sob sua guarda e total responsabilidade eventuais documentos disponibilizados pelo Município.

4.4. Prestar os serviços de Assessoria Jurídica em observância à ética profissional instituída pela Ordem dos Advogados do Brasil, avocando para si total responsabilidade quanto ao ajuizamento e eventuais ações bem como acompanhamento do andamento dos processos judiciais em que for constituído como procurador para o fim.

4.5. Prestar de Consultoria Jurídica em suas instalações durante o expediente normal e sem limite de consultas objetivando dirimir dúvidas suscitadas por servidores do Município de Baturité.

4.5.1. As eventuais consultas formuladas por servidores municipais, objetivando elucidar dúvidas, poderá ser efetuada informalmente via telefone ou pessoalmente, ou através emails, ou correspondência durante o expediente normal de funcionamento da Prefeitura, sem limite de quantidade.

4.5.2. O atendimento às eventuais consultas deverão serem elucidadas formalmente (por escrito) e devidamente assinada por profissionais devidamente qualificados para a prestação de serviços jurídicos, devendo a resposta ser dada dentro do prazo de até 48 (quarenta e oito horas) a contar da data e hora do seu recebimento.

4.5.3. Na ocorrência de parecer jurídico, que deverá ser requisitado somente através do Secretário competente, ou da Procuradoria ou Assessoria Jurídica do Município, devendo o parecer ser concluído no prazo de 07 (sete) dias exceto casos excepcionais, devendo o citado instrumento ser devidamente assinado pelo signatário da contratada.

4.6. Repassar em tempo hábil ao Município informações que julgar necessárias dentre elas para providências de pagamento de emolumentos ou taxas em tempo hábil.

4.7. Independentemente da fiscalização feita pela Contratante, a contratada é a única e exclusiva responsável por danos e prejuízos que vier a causar ao Contratante ou a terceiros, em decorrência da execução dos serviços, sem quaisquer ônus para o Município Contratante.

4.8. Aceitar as supressões e acréscimos desta licitação, objeto de contrato, em conformidade com o que prescreve o § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.

4.9. A contratada se submete as obrigações quanto a propriedade, seguranças e sigilo de informações prevista no Projeto Básico.

4.10. Pagar seus empregados no prazo previsto em lei, sendo, também, de sua responsabilidade o pagamento de todos os tributos que, direta ou indiretamente, incidam sobre a prestação dos serviços contratados inclusive as contribuições previdenciárias fiscais e parafiscais, FGTS, PIS, emolumentos, seguros de acidentes de trabalho, etc, ficando excluída qualquer solidariedade da Prefeitura Municipal de Baturité/CE por eventuais autuações administrativas e/ou judiciais uma vez que a inadimplência da CONTRATADA, com referência às suas obrigações, não se transfere a Prefeitura Municipal de Baturité/CE;

4.11. Disponibilizar, a qualquer tempo, toda documentação referente ao pagamento dos tributos, seguros, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários relacionados com o objeto do CONTRATO;

- 4.12. Responder, pecuniariamente, por todos os danos e/ou prejuízos que forem causados à União, Estado, Município ou terceiros, decorrentes da prestação dos serviços;
- 4.13. Respeitar as normas de segurança e medicina do trabalho, previstas na Consolidação das Leis do Trabalho e legislação pertinente.

CLAUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

- 5.1. A Contratante se obriga a proporcionar ao(à) Contratado(a) todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes desse instrumento, consoante estabelece a Lei no 8.666/93 e suas alterações posteriores.
- 5.2. Solicitar a execução do objeto à CONTRATADA através da emissão de Ordem de Serviço.
- 5.3. Constituir servidor devidamente habilitado para acompanhamento da execução do contrato administrativo conforme estabelece o art. 67 da Lei 8.666/93.
- 5.4. Comunicar ao(à) Contratado(a) toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do objeto contratual, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas.
- 5.5. Providenciar os pagamentos ao(à) Contratado(a) à vista das Notas Fiscais/Faturas devidamente atestadas pelo Setor Competente.
- 5.6. Notificar extrajudicialmente a futura Contratada e aplicar as sanções legais em decorrência do declínio na qualidade dos serviços, e/ou em decorrência de fatos supervenientes propensos a gerar prejuízos financeiros à Administração Pública.
- 5.7. Aplicar as penalidades previstas em lei e neste instrumento e nas demais cominações legais.
- 5.8. Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear o fornecimento dos serviços.
- 5.9. Acompanhar, controlar e avaliar os serviços prestados observando os padrões de qualidade, através da unidade responsável pela gestão do contrato.
- 5.10. Prestar à Contratada, em tempo hábil, as informações eventualmente necessárias à prestação dos serviços.
- 5.11. Atestar as faturas e relatórios correspondentes à prestação de serviços, por intermédio do servidor competente.

CLASUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

- 6.1. Disponibilizar tempo integral de "Consultoria Jurídica", em suas instalações, ou seja, na sua sede, sem limite de quantidade para realização de consultas a serem feitas por servidores do Município decorrentes de dúvidas suscitadas em face de fatos supervenientes, devendo toda e qualquer orientação ser dada de forma formal, preferencialmente no formato de "parecer jurídico", somente por profissionais devidamente habilitados, e em observância ao que prescreve o instrumento convocatório/edital e seus anexos.
- 6.2. Disponibilizar na prestação dos serviços de "Assessoria Jurídica", somente profissionais devidamente habilitados, envolvendo área de alta indagação em Direito Público e será objeto de 03 (três) visitas semanal in loco (sede do Município), avocando para si todas as despesas decorrentes tais como (custo com mão de obra, transporte, alimentação e hospedagem), isentando o Município de qualquer despesa adicional.
- 6.3. Na ocorrência de deslocamento para tratar de demandas jurídicas na capital do Estado e na Sede do Governo Federal (Brasília) o Município custeará todas as despesas dentre



elas traslado aéreo e terrestre, bem como todas as despesas com alimentação e hospedagem do Profissional, a título de reembolso, devendo ser disponibilizados todos os comprovantes que comprovam a totalidade das despesas.

6.4. Na ocorrência de continuidade na prestação dos serviços, objeto de termo aditivo, a revisão dos preços, objeto desta contratação só será realizada após decorrido o prazo de prestação de serviços, e o critério de reajuste será em observância no que couber ao que prescreve a lei federal nº 8.880/94, lei federal nº 9069/95 e lei federal nº 10.192/2001.

CLAUSULA SÉTIMA - DA SEGURANÇA E DO SIGILO

7.1. A CONTRATADA será responsável pela segurança, guarda, manutenção e integridade dos dados, programas e procedimentos físicos de armazenamento e transporte das informações existentes ou geradas durante a execução dos serviços, em conformidade com a legislação vigente.

7.2. Guardar o mais absoluto sigilo em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza a que venham tomar conhecimento, respondendo administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e/ou incorreta ou descuidada utilização.

CLAUSULA OITAVA - DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

8.1. Os serviços de consultoria, assessoria e acompanhamento, deverão ser prestados nas instalações da contratante e no escritório da contratada, ou em outro local, de acordo com a necessidade, interesse e conveniência da Contratante, com vistas a assegurar as condições imprescindíveis e específicas da execução dos serviços. Devendo toda e qualquer orientação técnica ser dada somente por profissionais devidamente habilitados.

CLAUSULA DÉCIMA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.1. Os pagamentos serão feitos de acordo com a realização dos serviços, em até 30 (trinta) dias do mês subsequente ao adimplemento da obrigação e encaminhamento da documentação tratada neste subitem, através de crédito na Conta Bancária do fornecedor ou através de cheque nominal, de acordo com os valores contidos na Proposta de Preços do licitante em conformidade com projeto básico.

10.2. Por ocasião da realização dos serviços o contratado deverá apresentar recibo em 02 (duas) vias e a respectiva Nota Fiscal. A Fatura e Nota Fiscal deverão ser emitidas em nome da PREFEITURA MUNICIPAL DE BATURITÉ/CE.

10.3. O pagamento fica condicionado, à satisfação de todas as condições estabelecidas em contrato e da comprovação de regularidade para com os encargos previdenciários, trabalhistas e fiscais;

10.3.1. Deverá vir acompanhada a fatura da nota fiscal os seguintes documentos:

a). Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional será efetuada mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, na forma da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2 de outubro de 2014; **(observado o que dispõe o art. 3º, parágrafo único da EC nº. 106, promulgada em 7 de maio de 2020)**

b). A comprovação de regularidade para com a Fazenda Estadual deverá ser feita através de Certidão Negativa de Débitos inscritos na Dívida Ativa Estadual;

c). A comprovação de regularidade para com a Fazenda Municipal deverá ser feita através de Certidão Negativa de Débitos inscritos na Dívida Ativa Municipal;

- d). Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, através de apresentação do CRF – Certificado de Regularidade do FGTS;
e). Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa.

10.4. Constatando-se, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

10.5. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.6. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

10.7. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto a regularidade fiscal e trabalhista.

10.8. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

10.9. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.10. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E VIGÊNCIA CONTRATUAL

11.1. O prazo de execução do(s) serviço(s) objeto desta contratação se dará a partir da data da assinatura do contrato pelo período de 10 (dez) meses, podendo ser prorrogado na forma da lei.

11.2. O contrato terá um prazo de vigência a partir da data da assinatura, **10 (dez) meses**, podendo ser prorrogado nos casos e formas previstos na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FONTE DE RECURSOS

12.1. As despesas decorrentes da contratação correrão por conta da Dotação Orçamentária:

UNIDADE ADMINISTRATIVA	ORGÃO - PROGRAMA/ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESAS	FONTE DE RECURSO
SECRETARIA DA SAÚDE	09.01-10.122.0100.2.044	3.3.90.39.00	1211000000




d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que a contratante promova a sua reabilitação.

e) Será ainda imputada a contratada multa ou punição no caso que couber por falha da (s) eventual (is) subcontratada(s) na prestação dos serviços.

CLAÚSULA DÉCIMA QUINTA - DAS RESCISÕES CONTRATUAIS

15.1. A rescisão contratual poderá ser:

15.2. Determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVIII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93;

15.3. Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

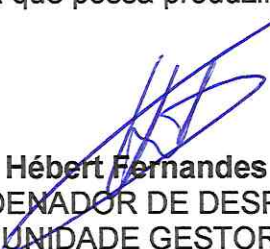
15.4. Em caso de rescisão prevista nos incisos XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, sem que haja culpa do CONTRATADO, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;

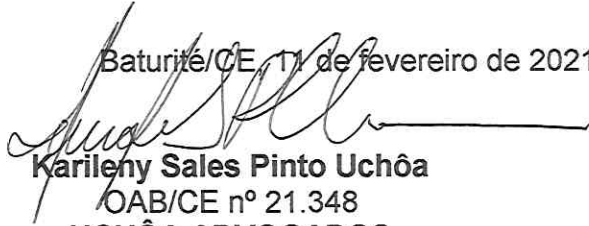
15.5. A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarreta as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei nº 8.666/93.

CLAÚSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

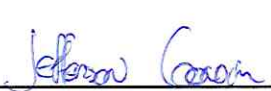
16.1. Fica eleito o foro da Comarca de Baturité, Estado do Ceará, para dirimir toda e qualquer controvérsia oriunda do presente, que não possa ser resolvida pela via administrativa, renunciando-se, desde já, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem acertados as partes, firmam o presente instrumento contratual em 02 (dois) vias para que possa produzir os efeitos legais.

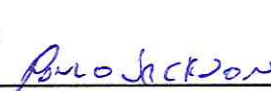

Hébert Fernandes Félix
ORDENADOR DE DESPESAS DA
UNIDADE GESTORA DA
SECRETARIA DE SAÚDE
CONTRATANTE

Baturité/CE, 11 de fevereiro de 2021.

Karileny Sales Pinto Uchôa
OAB/CE nº 21.348
UCHÔA ADVOGADOS
ASSOCIADOS
CNPJ nº 11.607.901/0001-62
CONTRATADA

Testemunhas:

1) 

Nome
CPF 058.477.863-52

2) 

Nome
CPF 063.066.343-20

Estado do Ceará
Governo Municipal de Baturité
Fundo Municipal de Saúde
RELAÇÃO DE ITENS DO CONTRATO



Processo de nº: 1002.02/2021
Modalidade : Inexigibilidade
Contrato : 20210106
Credor : UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS

Item	Descrição/especificações	Quantidade	valor unitário	valor total
070386	SERV.JURIDICOS ESPECIALIZADOS NA AREA DO DIREITO PUBLICO.	10,00	10.990,00	109.900,00
Total Geral				109.900,00



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Secção do Ceará



CERTIDÃO

CERTIFICO, para os devidos fins, que revendo os arquivos desta Secretaria, deles verifiquei que no livro B das Sociedades de Advogados, consta o Registro de nº **626** da Sociedade **UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, composta pelas advogadas ANA KARINY LOUREIRO PONTES e KARILENY SALES PINTO UCHOA. Certifico, ainda, que a referida Sociedade foi registrada em 05/01/2010. Certifico, finalmente, que a referida Sociedade está quite com a Tesouraria. Para constar, eu Jca Renata da Silva Francisca Renata da Silva, Coordenadora da Secretaria, lavrei a presente certidão que vai ser assinada pelo **SECRETÁRIO-GERAL**. 05 de janeiro de 2010.


Antônio Cleto Gomes
Secretário-Geral

Em: 05/01/2010

Tesouraria: 

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO
DE SOCIEDADE DE ADVOGADOS, COMO ABAIXO
SE DECLARA:**

KARILENY SALES PINTO UCHÔA, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/CE sob o nº 21348 no CPF sob o nº 015.867.153-80, residente e domiciliada na Rua Ipanema, nº 91, Antônio Bezerra, CEP 60356-810 Fortaleza, Ceará e ANA KARINY LOUREIRO PONTES, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/CE sob o nº 21335 portadora do CPF nº 015.906.463-55, residente e domiciliada na Rua Conegundes Rodrigues, nº 949, Aeroporto, CEP 60410-290 Fortaleza, Ceará, resolvem de mútuo e comum acordo constituir uma sociedade simples de advogados, a qual se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIEMIRA – DENOMINAÇÃO, SEDE E DURAÇÃO

A SOCIEDADE girará sob o formato de sociedade Simples, sob a razão social UCHÔA ADVOGADOS ASSOCIADOS, com sede social nesta Cidade, na Rua Marvin, nº 47, Água Fria, Cep: 60821-790 fortaleza, Ceará, sendo seu prazo de duração por tempo indeterminado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS FILIAIS E SUCURSAIAS

A sociedade poderá abrir filiais e sucursais em qualquer ponto do território nacional, sempre sob a responsabilidade direta de um dos sócios, respeitada a obrigação de inscrição suplementar do responsável e da própria sociedade, além da devida comunicação à Seccinal do registro original.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS OBJETIVOS SOCIAIS

A sociedade tem por objetivo disciplinar a colaboração recíproca no trabalho profissional bem como o expediente e resultados patrimoniais auferidos na prestação de serviços de advocacia em geral. Os serviços privativos da advocacia, conforme reservado no estatuto dos advogados serão exercidos individualmente ou em conjunto pelos sócios, revertendo sempre ao patrimônio social os respectivos honorários

Parágrafo único. Os sócios integrantes da sociedade não poderão advogar de forma particular.

CLÁUSULA QUARTA – DO CAPITAL SOCIAL

O capital Social subscrito é de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), já totalmente

integralizado, estando assim distribuído entre sócios:

I - À sócia KARILENY SALES PINTO UCHÔA, R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentas) quotas do capital social, no valor nominal de R\$ 1,00 (Hum Real) cada uma perfazendo o valor de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais)

II - À sócia ANA KARINY LOUREIRO PONTES, 500 (quinhentas) quotas do capital social, no valor nominal de R\$1,00(Hum Real)) perfazendo o valor total de R\$ 500,00 (quinhentos reais).

CLÁUSULA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS

No exercício de atos de advocacia com o uso da razão social, todos os sócios respondem pessoal, solidária e ilimitadamente pelos danos eventualmente causados a clientes, por ação ou omissão, assim como a previsão de que, se os bens da sociedade não cobrirem às dívidas, responderão os sócios pelo saldo, na proporção em que participem das perdas sociais, salvo cláusula de Responsabilidade Solidária, sem prejuízo da responsabilidade disciplinar perante a Ordem dos Advogados do Brasil, em que porventura incorrer o responsável direto pelo ato.

CLÁUSULA SEXTA – DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

A gerência e administração dos negócios cabem à sócia KARILENY SALES PINTO UCHÔA, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/CE sob o nº 21348 no CPF sob o nº 015.867.153-80, residente e domiciliada na Rua Ipanema, nº 91 Antônio Bezerra, CEP 60356810, Fortaleza, Ceará, que poderá representar a sociedade, ativa ou passivamente em juízo ou fora dele, sendo vedado o uso da razão social para fins e objetivos estranhos às atividades e interesses sociais, inclusive prestação de avais, fianças e outros atos de favor, mesmo que benefício dos próprios sócios.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RETIRADA DE PRO – LABORE

Os sócios poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal a título de “ pro labore”, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA OITAVA – DO EXERCÍCIO SOCIAL BALANÇO E RESULTADOS

O exercício social corresponde ao ano civil. Ao final de cada exercício levantar-se-á o balanço geral da sociedade, apurando-se os resultados , que serão desde logo distribuídos ou suportados pelos sócios, na proporção de suas quotas de capital, após a dedução dos encargos eventualmente incidentes, na forma da legislação fiscal aplicável.

§ 1º Nenhuma destinação será dada aos resultados sociais até que os sócios deliberem em reunião, lavrando-se a respectiva ata.

Handwritten signature and initials in blue ink.

§ 2º Todos os resultados das atividades profissionais de advocacia dos sócios, ainda que individualmente auferidas, reverterão em benefício do patrimônio social e serão atribuídos conforme a participação de cada sócio titular no capital, exceto os honorários advindo antes da constituição da presente sociedade.

CLÁUSULA NONA – DA DISSOLUÇÃO SOCIEDADE

A morte, incapacidade, insolvência, dissensão ou retirada de qualquer sócio, poderá implicar em dissolução da sociedade, se assim convier aos sócios remanescentes. No caso de dissolução, se procederá a liquidação na forma da lei, salvo se a dissolução ocorrer por hipótese de retirada, dissensão ou renúncia do contrato social, casos em que o liquidante será escolhido pela maioria do capital social.

§ 1º No caso de falecimento do sócio cujo nome constar da razão social, fica facultado a manutenção do nome do extinto na razão social.

§ 3º Os haveres do sócio que se retirar da sociedade, bem como do falecido ou excluído, deverá ser apurado em balanço especial, com data-base na data de recebimento pela Sociedade da comunicação de retirada, e deverá considerar o valor atual dos ativos da Sociedade. O pagamento será realizado em 30 (trinta) prestações mensais, iguais e consecutivas.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA CESSÃO DE QUOTAS

Os sócios não poderão ceder e/ou transferir, total ou parcialmente, suas quotas no capital social, ou direito de preferência na subscrição de novas quotas, a terceiros estranhos à sociedade, sem o consentimento e expresso de todos os demais sócios.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Os administradores, assim como os demais sócios, declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercerem a administração da sociedade, e que não se acham incurso em quaisquer das hipóteses previstas por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

As partes elegem o foro de Fortaleza -CE, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas, devendo ser levadas a registro na Ordem dos Advogados do Brasil-Secção Ceará.

Fortaleza 31 de julho de 2009.

Sócios(a):


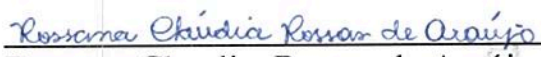



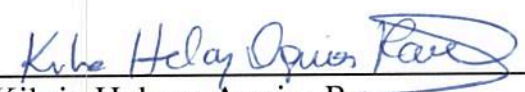
KARILENY SALES PINTO UCHÔA
OAB/CE nº 21348



ANA KARINY LOUREIRO PONTES
OAB/CE nº 21335

Testemunhas:



Rossana Claudia Rossas de Araújo
RG: 97006034759 SSP/CE
CPF: 915.761.053-34



Kilvia Helany Aguiar Ramos
RG: 96013005370 SSP/CE
CPF: 829.023.483-04



UCHÔA ADVOGADOS ASSOCIADOS S/S
CNPJ nº. 11.607.901/0001-62

INSTRUMENTO PARTICULAR DE 01º
ADITIVO AO CONTRATO SOCIAL

KARILENY SALES PINTO UCHÔA, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/CE sob o nº 21348 no CPF sob o nº 015.867.153-80, residente e domiciliada na Rua Ipanema, nº 91, Antônio Bezerra, CEP 60356-810 Fortaleza, Ceará e ANA KARINY LOUREIRO PONTES, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/CE sob o nº 21335 portadora do CPF nº 015.906.463-55, residente e domiciliada na Rua Conegundes Rodrigues, nº 949, Aeroporto, CEP 60410-290 Fortaleza, Ceará, únicas sócias da firma denominada UCHÔA ADVOGADOS ASSOCIADOS S/S, constituída pelo Contrato Social nº 626 por deferimento em 05 de janeiro de 2010 na OAB/CE, e, CNPJ nº 11.607.901/0001-62, com sede nesta Capital à Rua Marvin, nº 47, Água Fria, Cep: 60821-790 fortaleza, Ceará têm entre si, justo e contratado nesta e na melhor forma do direito, a primeira alteração do contrato social, mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

ANA KARINY LOUREIRO PONTES, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/CE sob o nº 21335 portadora do CPF nº 015.906.463-55, residente e domiciliada na Rua Conegundes Rodrigues, nº 949, Aeroporto, CEP 60410-290 Fortaleza, Ceará, transfere a título gratuito, todas as suas quotas no

capital social para ÉRICA FONTENELE DE ALBUQUERQUE, brasileira, solteira, advogada inscrita na OAB-CE sob o nº 21282, portadora do CPF 969.797.633-34, residente e domiciliada na Rua Profº Jacinto Botelho, nº 240, apt. 902, Cocó, Cep 60.810-050, Fortaleza, Ceará., a qual sub roga-se em todos os direitos e deveres inerentes ao Contrato Social da sociedade. Tudo com o consentimento da outra sócia que compõe a sociedade KARILENY SALES PINTO UCHÔA, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/CE sob o nº 21348 no CPF sob o nº 015.867.153-80, residente e domiciliada na Rua Ipanema, nº 91, Antônio Bezerra, CEP 60356-810 Fortaleza, Ceará.

CLÁUSULA SEGUNDA:



Em decorrência da transferência total do Capital da Dra. ANA KARINY LOUREIRO PONTES para a Dra. ÉRICA FONTENELE DE ALBUQUERQUE ficará assim distribuído o capital social da Sociedade de Advogados **UCHÔA ADVOGADOS ASSOCIADOS S/S** já totalmente integralizados em moeda corrente:

I - À sócia KARILENY SALES PINTO UCHÔA, 4.500,00 (quatro mil e quinhentas) quotas do capital social, no valor nominal de R\$ 1,00 (Hum Real) cada uma perfazendo o valor de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), integralizados em moeda corrente.

II - À sócia ÉRICA FONTENELE DE ALBUQUERQUE, 500 (quinhentas) quotas do capital social, no valor nominal de R\$1,00(Hum Real)) perfazendo o valor total de R\$ 500,00 (quinhentos reais), integralizados em moeda corrente.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO:

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato social de constituição da Sociedade de Advogados **UCHÔA ADVOGADOS ASSOCIADOS S/S**,



Karp

registrada sob nº 626 no Livro B, desde que não contrariem o que fico
convencionado no presente Termo Aditivo.

E, por assim se acharem justas e contratadas, as partes
assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor e para os mesmos
efeitos.


Fortaleza (CE), 24 de Janeiro de 2011.



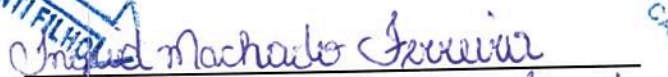
Karileny Sales Pinto Uchôa
OAB/CE nº21348

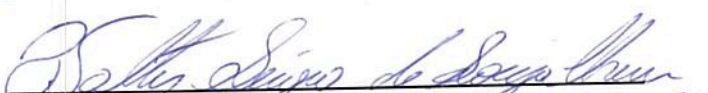


Ana Kariny Loureiro Ponte
OAB/CE nº21335

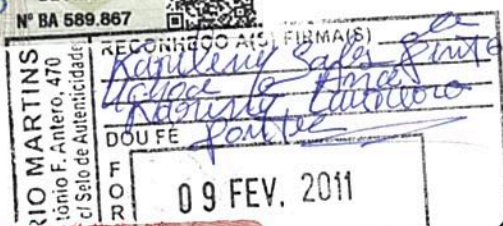

Erica Fontenele de Albuquerque
OAB/CE nº 21282

Testemunhas:


Nome: Ingrid Machado Teixeira
CPF: 021.161.523-01


Nome: Walter Soares de Sousa Moura
CPF: 031.364.223-09

Reconheço por autenticidade a firma de
ERICA FONTELE DE ALBUQUERQUE
lançada em minha presença, Dou fé.
Fortaleza-Parangaba-CE, 24 de fevereiro de 2011
Valor: R\$ 2,49
Aqui, Maria Pereira de Oliveira, Escrevente Autorizada,
em testemunho da verdade.



Testemunha da Verdade
CLAUDIO MARTINS
MYRLES LAURA SOARES DE OLIVEIRA
Escrevente Autorizada



UCHÔA ADVOGADOS ASSOCIADOS S/S
CNPJ nº. 11.607.901/0001-62

INSTRUMENTO PARTICULAR DE N 02º
ADITIVO AO CONTRATO SOCIAL

KARILENY SALES PINTO UCHÔA, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/CE sob o nº 21348 no CPF sob o nº 015.867.153-80, residente e domiciliada na Rua Ipanema, nº 91, Antônio Bezerra, CEP 60356-810 Fortaleza, Ceará e ERICA FONTENELE DE ALBUQUERQUE, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/CE sob o nº 21282, residente e domiciliada na Rua Jacinto Botelho, nº 240, Ap. 902, Cócó, CEP 60.810-050, Fortaleza, Ceará, únicas sócias da firma denominada UCHÔA ADVOGADOS ASSOCIADOS S/S, constituída pelo Contrato Social nº 626 por deferimento em 05 de janeiro de 2010 na OAB/CE, e, CNPJ nº 11.607.901/0001-62, com sede nesta Capital à Rua Marvin, nº 47, Água Fria, Cep: 60821-790 fortaleza, Ceará têm entre si, justo e contratado nesta e na melhor forma do direito, a segunda alteração do contrato social, mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

A sede da sociedade UCHÔA ADVOGADOS ASSOCIADOS passará a ser na Av. Ulisses Bezerra, n º2238, Cidade dos funcionários, CEP 60.822-490, Fortaleza-Ce.



CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO:

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato social de constituição da Sociedade de Advogados UCHÔA ADVOGADOS ASSOCIADOS S/S, registrada sob nº 626 no Livro B, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E, por assim se acharem justas e contratadas, as partes assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor e para os mesmos efeitos.

Fortaleza (CE), 20 de Dezembro de 2011.


Karleny Sales Pinto Uchôa

OAB/CE nº21348

Erica Fontenele de Albuquerque
Erica Fontenele de Albuquerque

OAB/CE nº21282

 Testemunhas:

Rosanna Cláudia R. de Araújo

Nome: Rosanna Cláudia R. de Araújo

CPF: 915 761 053-34

Walter Sérgio de Souza Lima

Nome: Walter Sérgio de Souza Lima

CPF: 031.364.223-09

 **RECONHEÇO A(S) FIRMA(S)** de
KARLENY SALES PINTO
UCHÔA
DOU FE.
21 DEZ. 2011
EM TESTEMUNHO DA VERDADE
CLAUDIO MARTINS
TABELIÃO
PATRICIA LOPES MATIAS DE OLIVEIRA
Escrivente Autorizada

 **RECONHEÇO A(S) FIRMA(S)** de
Rosanna Cláudia R. de Araújo
de Araújo
DOU FE.
22 DEZ. 2011
EM TESTEMUNHO DA VERDADE
CLAUDIO MARTINS
Tabelião
PATRICIA LOPES MATIAS DE OLIVEIRA
Escrivente Autorizada

UCHÔA ADVOGADOS ASSOCIADOS

CNPJ Nº: 11.607.901/0001-62

Instrumento Particular de nº 03

Aditivo de Contrato Social

KARILENY SALES PINTO UCHÔA, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/CE sob o nº 21.348, CPF sob o nº 015.867.153-80, residente e domiciliada na Rua Ipanema, nº91, Antônio Bezerra, CEP: 60.356-810, Fortaleza, Ceará e ÉRICA FONTENELE DE ALBUQUERQUE SOUZA, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/CE sob o nº 21.282, CPF sob o nº 969.797.633-34, residente e domiciliada na Rua Jacinto Botelho, nº 240, Apto. 902, Cocó, CEP: 60.810-50, Fortaleza, Ceará, Únicas Sócias da firma denominada UCHÔA ADVOGADOS ASSOCIADOS S/S, constituída pelo Contrato Social nº 626 por deferimento em 05 de Janeiro de 2010 na OAB/CE, e CNPJ Nº 11.607.901/0001-62, com sede nesta Capital na Avenida Ulisses Bezerra, nº 2238, Cidade dos Funcionários, CEP 60.822-490, nesta urbe, têm entre si, justo e contratado, nesta e na melhor forma do direito, a primeira alteração do contrato social, mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

ÉRICA FONTENELE DE ALBUQUERQUE SOUZA, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/CE sob o nº 21.282, CPF sob o nº 969.797.633-34, residente e domiciliada na Rua Jacinto Botelho, nº 240, Apto. 902, Cocó, CEP: 60.810-50, Fortaleza, Ceará, transfere a título gratuito, todas as suas quotas no capital social para ROSSANA CLÁUDIA ROSSAS DE ARAÚJO LEMOS, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/CE sob o nº 26.353, portadora do CPF sob o nº 915.761.053-34, residente e domiciliada na Rua Marvin, nº 47, Água Fria, CEP:

60.821-790, nesta urbe, a qual sub roga-se em todos os direitos e deveres inerentes ao Contrato Social da sociedade. Tudo em consentimento da outra sócia que compõe a sociedade KARILENY SALES PINTO UCHÔA, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/CE sob o nº 21.348, CPF sob o nº 015.867.153-80, residente e domiciliada na Rua Ipanema, nº91, Antônio Bezerra, CEP: 60.356-810, Fortaleza, Ceará.

CLÁUSULA SEGUNDA

Em decorrência da transferência total do Capital da Dra. ÉRICA FONTENELE DE ALBUQUERQUE SOUZA para a Dra. ROSSANA CLAUDIA ROSSAS DE ARAÚJO LEMOS, ficará assim distribuído o capital social da Sociedade de Advogados UCHÔA ADVOGADOS ASSOCIADOS S/S já totalmente integralizados em moeda corrente:

- À sócia KARILENY SALES PINTO UCHÔA, 4.500,00 (QUATRO MIL E QUINHENTAS) quotas do capital social, no valor nominal de R\$ 1,00 (hum real) cada, perfazendo o valor de R\$ 4.500,00 (QUATRO MIL E QUINHENTOS REAIS), integralizados em moeda corrente.
- À sócia ROSSANA CLAUDIA ROSSAS DE ARAÚJO LEMOS, 500 (QUINHENTAS) quotas do capital no valor nominal de R\$ 1,00 (hum real) perfazendo o valor total de R\$ 500,00 (QUINHENTOS REAIS), integralizados em moeda corrente.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais cláusulas do CONTRATO SOCIAL de constituição da SOCIEDADE DE ADVOGADOS UCHÔA ADVOGADOS ASSOCIADOS S/S registrada sob o nº 626 no LIVRO B, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo de Aditivo.

E, por assim se acharem justas e contratadas, as partes assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor e para os mesmos efeitos.

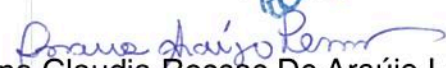
Fortaleza, 14 de janeiro de 2013.


Karileny Sales Pinto Uchôa

OAB/CE 21.348

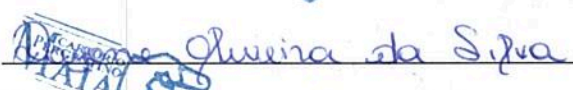

Érica Fontenele De Albuquerque Souza

OAB/CE 21.282



Rossana Claudia Rossas De Araújo Lemos

OAB/CE 26.353

Testemunhas:


Nome: Dayane Oliveira da Silva

CPF: 042.581.903-57


Nome: CLAUDIA MIRIAN ROSSAS DE ARAÚJO
CPF: 163.447.663-87

TABELIONATO PERGENTINO MAIA
3 CPF: 110 de Notas
Av. Pa. Antonio Tomas, 920 - Aldeota
Fortaleza-CE - Tel: (85) 3304-9444

Reconheço POR AUTENTICIDADE a(s) fir-
ma(s) de:
[9AFK9d4]-CLAUDIA MIRIAN ROSSAS DE.....
ARAÚJO.....
[9AFHJV4]-KARILENY SALES PINTO UCHOA.....
[9AFHJV4]-DAYANE OLIVEIRA DA SILVA.....
[9AFHJV4]-ROSSANA CLAUDIA ROSSAS DE.....
ARAÚJO LEMOS.....

Dou fe. Us: 089
Fortaleza-CE, 21 de maio de 2015.

Em testemunho da verdade.

EMANUELL MAGALHAES PINHEIRO - E. Aut.
MARIA HARLY NOTA RIBEIRO - E. Autor.
ANT. ALEXANDRE P. DE OLIVEIRA - E. Aut.
THIAGO FERNANDES ARAÚJO - E. Aut.
FELIPE DA SILVA OLIVEIRA - E. Aut.

SELO DE AUTENTICIDADE EM SELO DE

100% E-MAIL DO ESTADO DO CEARÁ

02

CARTÓRIO DE MONDUBIM
REGISTRO CIVIL
Rua Clemente Silva, nº 251-A
Maraponga
(85) 3296.2821 / 3467.0769

Reconheço a(s) Firma(s) por Autenticidade

Dou fe. Mondubim. Souz

26 JAN, 2015

Em testemunho da Verdade


VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE

12013 Vires Colares de Melo - Oficial ()
12013 Vires Colares de Melo - Substituta ()

02
RECONHECIMENTO
DE FIRMA
Nº BS967.202

UCHÔA ADVOGADOS ASSOCIADOS S/S

CNPJ nº: 11.607.901/0001-62

Instrumento Particular de 04º

Aditivo ao Contrato Social

KARILENY SALES PINTO UCHÔA, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/CE sob o nº:21.348, CPF sob o nº: 015.867.153-80, residente e domiciliada na Rua Ipanema, nº91, Antônio Bezerra, CEP: 60.356-810, Fortaleza, Ceará e ROSSANA CLÁUDIA ROSSAS DE ARAÚJO LEMOS, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/CE sob o nº:26.353, CPF sob o nº: 915.761.053-34, residente e domiciliada na Rua Nossa Senhora Aparecida, 1799-A, Urucunema, Eusébio, Ceará, únicas sócias da firma denominada UCHÔA ADVOGADOS ASSOCIADOS S/S, constituída pelo Contrato Social nº 626 por deferimento em 05 de janeiro de 2010 na OAB/CE, e, CNPJ Nº: 11.607.901/0001-62, têm entre si, justo e contratado, nesta e na melhor forma do direito, a quarta alteração do contrato social, mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

A sede da Sociedade UCHÔA ADVOGADOS ASSOCIADOS que estava situada à Av. Ulisses Bezerra, nº 2238, Cidade do Funcionários, CEP: 60.822-490, nesta urbe, passará a ser na Avenida Santos Dumont, 2789, Sala 309, Torre San Carlo, Aldeota, CEP: 60.150-161.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO:

Ficam ratificadas as demais cláusula do CONTRATO SOCIAL de constituição da SOCIEDADE DE ADVOGADOS UCHÔA ADVOGADOS ASSOCIADOS S/S registrada sob o nº626 no LIVRO B, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E, por assim se acharem justas e contratadas, as partes assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor e para os mesmos efeitos.

Fortaleza, 15 de agosto de 2014.


Karileny Sales Pinto Uchôa

OAB/CE 21.348


Rossana Cláudia Rossas de Araújo Lemos

OAB/CE 26.353



Assinado por: Claudio Martins
Tabelião

Testemunhas:


Dayane Oliveira da Silva

Nome: Dayane Oliveira da Silva

CPF: 12.581.903-57

Nome: CLAUDIA MIRIAN ROSSAS DE ARAÚJO

CPF: 163.447.663-87

TERMO DE CONTRATO Nº 1302.02/2017.01

**TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI
FAZEM O MUNICÍPIO DE TURURU,
ATRAVÉS DA SECRETARIA DE
ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, COM A
EMPRESA UCHOA ADVOGADOS
ASSOCIADOS, NAS CONDIÇÕES
ABAIXO PACTUADAS:**

O **MUNICÍPIO DE TURURU - CE**, pessoa jurídica de direito público, com sede na Av. Joana Pires, nº 21, Centro, CEP 62.655-000, Tururu/CE, através da Secretaria de Administração e Finanças, inscrita no CNPJ Nº. 10.517.878/0001-52, neste ato representado pelo respectivo Secretário, Sr. Carlos Ronney Uchoa Sales Vasconcelos, doravante denominada de CONTRATANTE, e, do outro lado, **UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS** com endereço à Av. Santos Dumont, 2789, Aldeota – Fortaleza - CE, inscrita no CNPJ sob o nº 11.607.901/0001-62, representado por Karileny Sales Pinto Uchôa, Sócia administradora, portadora do CPF nº 015.867.153-80, ao fim assinado, doravante denominada de CONTRATADA, de acordo com o Edital de TOMADA DE PREÇOS nº 1302.02/2017, em conformidade com o que preceitua a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, sujeitando-se os contratantes às suas normas e às cláusulas e condições a seguir ajustadas:

CLAÚSULA PRIMEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1- Fundamenta-se este contrato na Tomada de Preços nº 1302.02/2017, devidamente homologada pela autoridade competente, ao fim assinado e a proposta da Contratada, tudo parte integrante deste Termo Contratual, independente de transcrição, na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLAÚSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1- O presente contrato tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ASSESSORIA E CONSULTORIA JURIDICA, PARA ATENDER AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE TURURU.**

CLAÚSULA TERCEIRA - DO PREÇO

3.1- A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela execução do objeto deste contrato o valor global de R\$ 19.600,00 (Dezenove Mil e Seiscentos Reais), ficando o valor mensal de R\$ 2.800,00 (Dois Mil e Oitocentos Reais), a ser pago de acordo com a necessidade da contratante.

CLAÚSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1- A Contratante se obriga a proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do Termo Contratual, consoante estabelece a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;
4.2- Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto contratual, bem como o pagamento das taxas e impostos, empregados e demais despesas necessárias ao bom andamento dos serviços;



- 4.3- Comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do objeto contratual, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas;
- 4.4- Providenciar os pagamentos à Contratada à vista das Notas Fiscais /Faturas devidamente atestadas pelo Setor Competente

5.0 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 5.1- Executar o objeto do Contrato de conformidade com as condições e prazos estabelecidos nesta Tomada de Preços, no Termo Contratual e na proposta vencedora do certame;
- 5.2- Manter durante toda a execução do objeto contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Lei de Licitações;
- 5.3- Utilizar profissionais devidamente habilitados na execução do objeto contratual;
- 5.4- Substituir os profissionais nos casos de impedimentos fortuitos, de maneira que não se prejudiquem o bom andamento e a boa prestação dos serviços;
- 5.5- Facilitar a ação da FISCALIZAÇÃO na inspeção dos serviços, prestando, prontamente, os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE;
- 5.6- Providenciar a imediata correção das deficiências e/ ou irregularidades apontadas pela Contratante;
- 5.7- Pagar seus empregados no prazo previsto em lei, sendo também de sua responsabilidade o pagamento de todos os tributos que, direta ou indiretamente, incidam sobre a prestação dos serviços contratados inclusive as contribuições previdenciárias fiscais e parafiscais, FGTS, PIS, emolumentos, seguros de acidentes de trabalho, etc, ficando excluída qualquer solidariedade da Prefeitura Municipal de Tururu por eventuais autuações administrativas e/ou judiciais uma vez que a inadimplência da CONTRATADA, com referência às suas obrigações, não se transfere a Prefeitura Municipal de Tururu;
- 5.8- Responder, pecuniariamente, por todos os danos e/ou prejuízos que forem causados à União, Estado, Município ou terceiros, decorrentes da prestação dos serviços.

CLÁUSULA SEXTA - DOS PRAZOS

- 6.1- Os serviços objeto desta licitação deverão ser executados e concluídos pelo período de até 31 (trinta e um) de dezembro de 2017, contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado nos termos da Lei 8.666/93 e suas alterações.
- 6.2- Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que notificados no prazo de 48 (quarenta e oito) horas e aceitos pela Secretaria de competência, não serão considerados como inadimplemento contratual.

CLAÚSULA SETIMA - DA DURAÇÃO DO CONTRATO

- 7.1- O contrato terá um prazo de vigência a partir da data de assinatura até 31 (trinta e um) de dezembro de 2017, podendo ser prorrogado nos casos e formas previstos na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.

CLAÚSULA OITAVA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 8.1- A fatura relativa aos serviços mensalmente prestados deverá ser apresentada à Secretaria de competência, até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente à realização dos serviços, para fins de conferência e atestação da execução dos serviços.



Secretaria de Administração e Finanças

Avenida Joana Pires, 21 – Centro
Tururu-CE – 62560-000
adm@tururu.ce.gov.br
(85) 3358-1073

8.2. A fatura constará dos serviços efetivamente prestados no período de cada mês civil, de acordo com o quantitativo efetivamente realizado no mês, cujo valor será apurado através de medição;

8.3- Caso a medição seja aprovada pela Secretaria competente, o pagamento será efetuado até o 30º (trigésimo) dia após o protocolo da fatura pela CONTRATADA.

CLAÚSULA NONA - DA FONTE DE RECURSOS

9.1- As despesas decorrentes da contratação correrão por conta da dotação orçamentária: 0301.04.122.0007.2.006 – Elemento de Despesas: 3.3.90.39.00

CLAÚSULA DÉCIMA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇO

10.1- Os preços são fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses da apresentação da proposta. Caso o prazo exceda a 12 (doze) meses os preços contratuais poderão ser reajustados com base no índice IGP-M da Fundação Getúlio Vargas;

CLAÚSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

11.1- A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões no quantitativo do objeto contratado, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, conforme o disposto no § 1º, art. 65, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLAÚSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1-Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantidas a prévia defesa, a Administração poderá aplicar à Contratada, as seguintes sanções:

a) Advertência;

b) Multa:

b.1) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor de sua proposta, em caso de recusa da licitante vencedora em assinar o contrato dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da notificação feita pela Contratante;

b.2) Multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso na execução dos serviços, até o limite de 30 (trinta) dias;

b.3) Multa de 2% (dois por cento) cumulativos sobre o valor da parcela não cumprida do Contrato e rescisão do pacto, a critério da Secretaria de competência, em caso de atraso dos serviços superior a 30 (trinta) dias.

b.3) Os valores das multas referidas nestas cláusulas serão descontadas "ex-officio" da Contratada, mediante subtração a ser efetuada em qualquer fatura de crédito em seu favor que mantenha junto a Secretaria de competência, independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

c) Suspensão Temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos.

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que a contratante promova a sua reabilitação.

e) Será ainda imputada a contratada multa ou punição no caso que couber por falha da(s) eventual(is) subcontratada(s) na prestação dos serviços.



CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS RESCISÕES CONTRATUAIS

13.1-A rescisão contratual poderá ser:

13.2-Determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVIII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93;

13.3-Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

13.4-Em caso de rescisão prevista nos incisos XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, sem que haja culpa do CONTRATADO, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;

13.5-A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarreta as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei nº 8.666/93.

CLAUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

14.1-Os recursos cabíveis serão processados de acordo com o que estabelece o art. 109 da Lei nº 8666/93 e suas alterações.

14.2-Os recursos deverão ser interpostos mediante petição devidamente arrazoada e subscrita pelo representante legal da recorrente dirigida à Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Tururu.

14.3-Os recursos serão protocolados na Prefeitura Municipal e encaminhados à Comissão de Licitação.

CLAUSULA QUINTA - DO FORO

15.1- Fica eleito o foro da Comarca de Tururu, Estado do Ceará, para dirimir toda e qualquer controvérsia oriunda do presente, que não possa ser resolvida pela via administrativa, renunciando-se, desde já, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem acertados as partes, firmam o presente instrumento contratual em 03 (três) vias para que possa produzir os efeitos legais.

Tururu (CE), 14 de Junho de 2017.



Carlos Ronney Uchoa Sales Vasconcelos
Secretário de Administração e Finanças
CONTRATANTE



Karileny Sales Pinto Uchôa
UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

01.

Nome: FRANCISCO VALDECI DOS NASIMENTOS
CPF/MF: 841.736.607-72

02.

Nome: FRANCISCO GLAUCIO BRAGA
CPF/MF: 048.535.223-01



TERMO DE CONTRATO Nº 1302.02/2017.02

**TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI
FAZEM O MUNICÍPIO DE TURURU,
ATRAVÉS DA SECRETARIA DE
EDUCAÇÃO, COM A EMPRESA UCHOA
ADVOGADOS ASSOCIADOS, NAS
CONDIÇÕES
ABAIXO PACTUADAS:**

O **MUNICÍPIO DE TURURU - CE**, pessoa jurídica de direito público, com sede na Av. Joana Pires, nº 21, Centro, CEP 62.655-000, Tururu/CE, através da Secretaria de Educação, inscrita no CNPJ Nº. 10.517.878/0001-52, neste ato representado pelo respectivo Secretário, Sr. Raimundo Pires Ferreira, doravante denominada de **CONTRATANTE**, e, do outro lado, **UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS** com endereço à Av. Santos Dumont, 2789, Aldeota - Fortaleza - CE, inscrita no CNPJ sob o nº 11.607.901/0001-62, representado por Karileny Sales Pinto Uchôa, Sócia administradora, portadora do CPF nº 015.867.153-80, ao fim assinado, doravante denominada de **CONTRATADA**, de acordo com o Edital de TOMADA DE PREÇOS nº 1302.02/2017, em conformidade com o que preceitua a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, sujeitando-se os contratantes às suas normas e às cláusulas e condições a seguir ajustadas:

CLAÚSULA PRIMEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1- Fundamenta-se este contrato na Tomada de Preços nº 1302.02/2017, devidamente homologada pela autoridade competente, ao fim assinado e a proposta da Contratada, tudo parte integrante deste Termo Contratual, independente de transcrição, na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLAÚSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1- O presente contrato tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ASSESSORIA E CONSULTORIA JURÍDICA, PARA ATENDER AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE TURURU.**

CLAÚSULA TERCEIRA - DO PREÇO

3.1- A **CONTRATANTE** pagará ao **CONTRATADO** pela execução do objeto deste contrato o valor global de R\$ 14.000,00 (Quatorze Mil Reais), ficando o valor mensal de R\$ 2.000,00 (Dois Mil Reais), a ser pago de acordo com a necessidade da contratante.

CLAÚSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1- A Contratante se obriga a proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do Termo Contratual, consoante estabelece a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;
4.2- Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto contratual, bem como o pagamento das taxas e impostos, empregados e demais despesas necessárias ao bom andamento dos serviços;

- 4.3- Comunicar   Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do objeto contratual, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas;
- 4.4- Providenciar os pagamentos à Contratada   vista das Notas Fiscais /Faturas devidamente atestadas pelo Setor Competente

5.0 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 5.1- Executar o objeto do Contrato de conformidade com as condições e prazos estabelecidos nesta Tomada de Preços, no Termo Contratual e na proposta vencedora do certame;
- 5.2- Manter durante toda a execução do objeto contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Lei de Licitações;
- 5.3- Utilizar profissionais devidamente habilitados na execução do objeto contratual;
- 5.4- Substituir os profissionais nos casos de impedimentos fortuitos, de maneira que não se prejudiquem o bom andamento e a boa prestação dos serviços;
- 5.5- Facilitar a ação da FISCALIZAÇÃO na inspeção dos serviços, prestando, prontamente, os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE;
- 5.6- Providenciar a imediata correção das deficiências e/ ou irregularidades apontadas pela Contratante;
- 5.7- Pagar seus empregados no prazo previsto em lei, sendo t mbe m de sua responsabilidade o pagamento de todos os tributos que, direta ou indiretamente, incidam sobre a prestação dos serviços contratados inclusive as contribuições previdenciárias fiscais e parafiscais, FGTS, PIS, emolumentos, seguros de acidentes de trabalho, etc, ficando excluída qualquer solidariedade da Prefeitura Municipal de Tururu por eventuais autuações administrativas e/ou judiciais uma vez que a inadimplência da CONTRATADA, com referência às suas obrigações, não se transfere a Prefeitura Municipal de Tururu;
- 5.8- Responder, pecuniariamente, por todos os danos e/ou prejuízos que forem causados à União, Estado, Município ou terceiros, decorrentes da prestação dos serviços.

CLÁUSULA SEXTA - DOS PRAZOS

- 6.1- Os serviços objeto desta licitação deverão ser executados e concluídos pelo período de até 31 (trinta e um) de dezembro de 2017, contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado nos termos da Lei 8.666/93 e suas alterações.
- 6.2- Os atrasos ocasionados por motivo de fôrça maior ou caso fortuito, desde que notificados no prazo de 48 (quarenta e oito) horas e aceitos pela Secretaria de competência, não são considerados como inadimplemento contratual.

CLAÚSULA SETIMA - DA DURAÇÃO DO CONTRATO

- 7.1- O contrato terá um prazo de vigência a partir da data de assinatura até 31 (trinta e um) de dezembro de 2017, podendo ser prorrogado nos casos e formas previstos na Lei n  8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.

CLAÚSULA OITAVA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 8.1- A fatura relativa aos serviços mensalmente prestados deverá ser apresentada à Secretaria de competência, até o 10  (décimo) dia útil do mês subsequ nte   realização dos serviços, para fins de conferência e atestação da execução dos serviços.

Rua Maria Glória da Conceição, Centro, CEP 62.655-000, Tururu/CE

Telefone: (85) 3358.1073

CNPJ: 10.517.878/0001-52 – CGF: 06.920293-1



8.2. A fatura constará dos serviços efetivamente prestados no período de cada mês civil, de acordo com o quantitativo efetivamente realizado no mês, cujo valor será apurado através de medição;

8.3- Caso a medição seja aprovada pela Secretaria competente, o pagamento será efetuado até o 30º (trigésimo) dia após o protocolo da fatura pela CONTRATADA.

CLAÚSULA NONA - DA FONTE DE RECURSOS

9.1- As despesas decorrentes da contratação correrão por conta da dotação orçamentária: 0401.12.361.0042.2.012 – Elemento de Despesas: 3.3.90.39.00

CLAÚSULA DÉCIMA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇO

10.1- Os preços são fixos e irredutíveis pelo período de 12 (doze) meses da apresentação da proposta. Caso o prazo exceda a 12 (doze) meses os preços contratuais poderão ser reajustados com base no índice IGP-M da Fundação Getúlio Vargas;

CLAÚSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

11.1- A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões no quantitativo do objeto contratado, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, conforme o disposto no § 1º, art. 65, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLAÚSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1-Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantidas a prévia defesa, a Administração poderá aplicar à Contratada, as seguintes sanções:

a) Advertência;

b) Multa:

b.1) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor de sua proposta, em caso de recusa da licitante vencedora em assinar o contrato dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da notificação feita pela Contratante;

b.2) Multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso na execução dos serviços, até o limite de 30 (trinta) dias;

b.3) Multa de 2% (dois por cento) cumulativos sobre o valor da parcela não cumprida do Contrato e rescisão do pacto, a critério da Secretaria de competência, em caso de atraso dos serviços superior a 30 (trinta) dias.

b.3) Os valores das multas referidas nestas cláusulas serão descontadas “ex- officio” da Contratada, mediante subtração a ser efetuada em qualquer fatura de crédito em seu favor que mantenha junto a Secretaria de competência, independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

c) Suspensão Temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos.

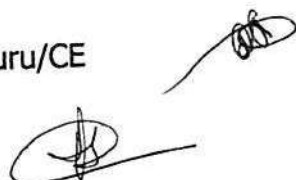
d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que a contratante promova a sua reabilitação.

e) Será ainda imputada a contratada multa ou punição no caso que couber por falha da (s) eventual (is) subcontratada(s) na prestação dos serviços.

CLAÚSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS RESCISÕES CONTRATUAIS

Rua Maria Glória da Conceição, Centro, CEP 62.655-000, Tururu/CE
Telefone: (85) 3358.1073

CNPJ: 10.517.878/0001-52 – CGF: 06.920293-1



- 13.1-A rescisão contratual poderá ser:
13.2-Determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVIII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93;
13.3-Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;
13.4-Em caso de rescisão prevista nos incisos XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, sem que haja culpa do CONTRATADO, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;
13.5-A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarreta as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei nº 8.666/93.

CLAÚSULA DÉCIMA QUARTA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS


- 14.1-Os recursos cabíveis serão processados de acordo com o que estabelece o art. 109 da Lei nº 8666/93 e suas alterações.
14.2-Os recursos deverão ser interpostos mediante petição devidamente arrazoada e subscrita pelo representante legal da recorrente dirigida à Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Tururu.
14.3-Os recursos serão protocolados na Prefeitura Municipal e encaminhados à Comissão de Licitação.

CLAÚSULA QUINTA - DO FORO

- 15.1- Fica eleito o foro da Comarca de Tururu, Estado do Ceará, para dirimir toda e qualquer controvérsia oriunda do presente, que não possa ser resolvida pela via administrativa, renunciando-se, desde já, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

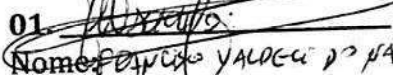
E, por estarem acertados as partes, firmam o presente instrumento contratual em 03 (três) vias para que possa produzir os efeitos legais.


Tururu (CE), 14 de Junho de 2017.


Raimundo Pires Ferreira
Secretário de Educação
CONTRATANTE


Karileny Sales Pinto Uchôa
UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

01. 
Nome: FRANCISCO VALDECI DO NASCIMENTO
CPF/MF: 811.736.603-72

02. 
Nome: FRANCISCO GLÁUCIO BRAGA
CPF/MF: 048.535.223-01



2º ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 1302.02/2017.02

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE TURURU, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E A EMPRESA UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS PARA O FIM QUE A SEGUIR SE DECLARA:

O Município de Tururu, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Francisco Sales, 132 - Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 10.517.878/0001-52, através da Secretaria de Educação, representada pela Secretária Sra. Maria Zilfa Carneiro Hurbano Alves, infra firmada, doravante de CONTRATANTE e, do outro lado à empresa: UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS, com endereço à Avenida Santos Dumont, Nº 2789, Aldeota em Fortaleza, Estado do Ceará, inscrita no CNPJ sob o nº. 11.607.901/0001 - 62, representada por Karileny Sales Pinto Uchoa, inscrito no CPF sob o Nº. 015.867.153 - 80, doravante denominada CONTRATADA, resolvem firmar o presente Aditivo ao Contrato 1302.0/2017.02, decorrente do processo licitatório do TOMADA DE PREÇOS nº 1302.02/2017, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ASSESSORIA E CONSULTORIA JURÍDICA, PARA ATENDER A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TURURU - CE, em conformidade com as disposições contidas na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1 - O presente Contrato tem como fundamento o art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

2.1 - O presente aditivo tem por finalidade a prorrogação do prazo do contrato resultante do procedimento licitatório acima referido. O prazo contratual anteriormente pactuado será prorrogado para o exercício de 2019, portanto terá vigência de 01 de Janeiro de 2019 a 31 de Dezembro de 2019.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

3.1 - O valor do contrato original é de R\$ 2.000,00 (Dois Mil Reais) mensal, totalizando o valor de R\$ 24.000,00 (Vinte e Quatro Mil Reais), valor esse que permanecerá inalterado, salvo na hipótese do item 10.1 do contrato original.

CLÁUSULA QUARTA - DA JUSTIFICATIVA

4.1 - A Prorrogação Contratual é uma prerrogativa da Administração Pública, que poderá utilizá-la quando respaldada legalmente, fato este, óbvio, no caso em tela. São dois os motivos preponderantes, entre outros: O primeiro consiste na inconveniência da suspensão das atividades de interesse público, provenientes de serviços prestados de modo contínuo, devidamente justificado; o segundo é a



previsibilidade de recursos orçamentários; Em princípio, qualquer que seja a distribuição de verbas no orçamento anual, com certeza, irão existir recursos para efetivação destes serviços.

4.2 - A prorrogabilidade do contrato em pauta, não só está assegurada pelo disposto no inciso II, do art. 57, da Lei de licitações vigente, como pela sua previsibilidade no instrumento convocatório e contratual.

4.3 - Considerando a excelência da qualidade do serviço que vem sendo prestado ao Município de Tururu, devidamente atestado pela Secretária de Educação, combinado com o princípio da economicidade, a **CONTRATANTE** resolve prorrogar o referido contrato por mais um exercício financeiro, preservando, desse modo, a supremacia do interesse público.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DA FONTE DE RECURSO

5.1 - As despesas decorrentes deste termo correrão por conta da dotação orçamentária nº 0401.12.361.0042.2.010 - Funcionamento das atividades Administrativas da Secretaria de Educação, elemento de despesa nº 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica. Os recursos serão oriundos do tesouro municipal.

CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 - As demais cláusulas e condições pactuadas anteriormente permanecerão inalteradas e em pleno vigor.

E, estando acertados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias, perante duas testemunhas que também o assinam, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Tururu - CE, 27 de Dezembro de 2018.

Maria Zilfa Carneiro Hurbano Alves
Secretária de Educação
CONTRATANTE

Karleny Sales Pinto Uchoa
UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

01.

NOME: Maria Niliane Rodrigues Inacio

CPF: 051.538.993-57

02.

NOME: Francisco Bruno de Albuquerque

CPF: 066.182.893-00

2º ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 1302.02/2017.01

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE TURURU, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS E A EMPRESA UCHOA ADVOGADOS ASSOSSIADOS PARA O FIM QUE A SEGUIR SE DECLARA:

O Município de Tururu, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Francisco Sales, 132 - Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 10.517.878/0001-52, através da Secretaria de Administração e Finanças, representada pelo Secretário Sr. José Eclesion Teixeira, infra firmada, doravante de CONTRATANTE e, do outro lado à empresa: UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS, com endereço à Avenida Santos Dumont, Nº 2789, Aldeota em Fortaleza, Estado do Ceará, inscrita no CNPJ sob o nº. 11.607.901/0001 - 62, representada por Karileny Sales Pinto Uchoa, inscrito no CPF sob o Nº. 015.867.153 - 80, doravante denominada CONTRATADA, resolvem firmar o presente Aditivo ao Contrato 1302.0/2017.01, decorrente do processo licitatório do TOMADA DE PREÇOS nº 1302.02/2017, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ASSESSORIA E CONSULTORIA JURÍDICA, PARA ATENDER A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE TURURU - CE, em conformidade com as disposições contidas na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1 - O presente Contrato tem como fundamento o art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

2.1 - O presente aditivo tem por finalidade a prorrogação do prazo do contrato resultante do procedimento licitatório acima referido. O prazo contratual anteriormente pactuado será prorrogado para o exercício de 2019, portanto terá vigência de 01 de Janeiro de 2019 a 31 de Dezembro de 2019.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3.1 – O valor do contrato original é de R\$ 2.800,00 (Dois Mil e Oitocentos Reais) mensal, totalizando o valor de R\$ 33.600,00 (Trinta e Três Mil e Seiscentos Reais), valor esse que permanecerá inalterado, salvo na hipótese do item 10.1 do contrato original.

CLÁUSULA QUARTA – DA JUSTIFICATIVA

4.1 - A Prorrogação Contratual é uma prerrogativa da Administração Pública, que poderá utilizá-la quando respaldada legalmente, fato este, óbvio, no caso em tela. São dois os motivos preponderantes, entre outros: O primeiro consiste na inconveniência da suspensão das atividades de interesse público, provenientes de serviços prestados de



modo contínuo, devidamente justificado; o segundo é a previsibilidade de recursos orçamentários; Em princípio, qualquer que seja a distribuição de verbas no orçamento anual, com certeza, irão existir recursos para efetivação destes serviços.

4.2 - A prorrogabilidade do contrato em pauta, não só está assegurada pelo disposto no inciso II, do art. 57, da Lei de licitações vigente, como pela sua previsibilidade no instrumento convocatório e contratual.

4.3 - Considerando a excelência da qualidade do serviço que vem sendo prestado ao Município de Tururu, devidamente atestado pelo Secretário de Administração e Finanças, combinado com o princípio da economicidade, a **CONTRATANTE** resolve prorrogar o referido contrato por mais um exercício financeiro, preservando, desse modo, a supremacia do interesse público.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DA FONTE DE RECURSO

5.1 - As despesas decorrentes deste termo correrão por conta da dotação orçamentária nº 0301.04.122.0007.2.005 - Funcionamento das atividades Administrativas da Secretaria de Administração e Finanças, elemento de despesa nº 3.3.90.39.00. Os recursos serão oriundos do tesouro municipal.

CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 - As demais cláusulas e condições pactuadas anteriormente permanecerão inalteradas e em pleno vigor.


E, estando acertados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias, perante duas testemunhas que também o assinam, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.


Tururu – CE, 27 de Dezembro de 2018.


José Eclesion Teixeira
Secretário de Administração e Finanças
CONTRATANTE


Karileny Sales Pinto Uchoa
UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

01. 
NOME: Maria Rosilane Rodrigues Inácio
CPF: 051.538.993-57

02. 
NOME: Francisco Bruno de Albuquerque
CPF: 066.182.883-00





CONTRATO Nº 20129002

Pelo presente instrumento de Contrato, de um lado o Município de PARACURU, através do(a) CAMARA MUNICIPAL DE PARACURU, CNPJ-MF, Nº 63.368.278/0001-36, denominado daqui por diante de CONTRATANTE, representado neste ato pelo(a) Sr.(a) CARLOS ALBERTO DE CASTRO, PRESIDENTE, portador do CPF nº 060.120.603-78, residente na Rua Capitão José Teles, 181, e do outro lado UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS, CNPJ 11.607.901/0001-62, com sede na AV ULISSES BEZERRA, 2238, CIDADE DOS FUNCIONARIS, CID DOS FUNCION, FORTALEZA-CE, CEP 60822-490, de agora em diante denominada CONTRATADA(O), neste ato representado pelo(a) Sr(a). KARILENY SALES PINTO UCHOA, residente na , PARACURU-CE, portador do(a) CPF 015.867.153-80, têm justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO CONTRATUAL

1.1 - prestação de serviços em assessorias e consultorias jurídicas junto ao Poder Legislativo de Paracuru.

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
007129	CONSULTORIA E ASSESSORIA JURÍDICA DO DIREITO FINANCEIRO E CONSTITUCIONAL. Prestação de serviços técnicos profissionais com consultoria e assessoria na área do direito constitucional e direito financeiro, bem como na elaboração de pareceres que forem solicitados por este Poder Legislativo Municipal. A contratada deverá executar os serviços semanalmente, isto é, uma vez por semana e quando solicitado.	MES	7,00	R\$ 5.143,000	R\$ 36.001,00
				VALOR GLOBAL R\$	36.001,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1 - Este contrato fundamenta-se na Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e suas posteriores alterações, bem como na licitação na modalidade CONVITE, nº 2905001.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS ENCARGOS, OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

- 3.1. Executar o objeto deste contrato de acordo com as condições e prazos estabelecidas no processo licitatório nº 2905001 e neste termo contratual;
- 3.2. Assumir a responsabilidade por quaisquer danos ou prejuízos causados ao patrimônio do CONTRATANTE ou a terceiros, quando no desempenho de suas atividades profissionais, objeto deste contrato;
- 3.3. Encaminhar para o Setor Financeiro da(o) CONTRATANTE as notas de empenhos e respectivas notas fiscais/faturas concernentes ao objeto contratual;
- 3.4. Assumir integralmente a responsabilidade por todo o ônus decorrente da execução deste contrato,

RUA SAO JOAO EVANGELISTA, 459, PARACURU BEACH



95

95

3.4. Assumir integralmente a responsabilidade por todo o ônus decorrente da execução deste contrato, especialmente com relação aos encargos trabalhistas e previdenciários do pessoal utilizado para a consecução do serviço;

3.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que gerou este Contrato, decorrente do(a) CONVITE nº 2905001.

3.6. Providenciar a imediata correção das deficiências e ou irregularidades apontadas pela Contratante;

3.7. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até o limite fixado no § 1º, do art. 65, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA QUARTA - DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

4.1. A Contratante se obriga a proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do Termo Contratual, consoante estabelece a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

4.2. Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto contratual;

4.3. Comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do objeto contratual, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas;

4.4. Providenciar os pagamentos à Contratada à vista das Notas Fiscais/Faturas devidamente atestadas pelo Setor Competente.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

5.1 - A vigência deste instrumento contratual iniciará em 12 de Junho de 2012 extinguindo-se em 31 de Dezembro de 2012, podendo ser prorrogado de acordo com a lei.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

6.1 - Constituem motivo para a rescisão contratual os constantes dos artigos 77, 78 e 79 da Lei nº 8.666/93, e poderá ser solicitada a qualquer tempo pelo CONTRATANTE, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, mediante comunicação por escrito.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

7.1. Em caso de inexecução total ou parcial do contrato, bem como de ocorrência de atraso injustificado na execução do objeto deste contrato, submeter-se-á a CONTRATADA, sendo-lhe garantida plena defesa, as seguintes penalidades:

RUA SAO JOAO EVANGELISTA, 459, PARACURU BEACH



96
4

- Advertência;
- Multa;
- Suspensão temporária de participações em licitações promovidas com o CONTRATANTE, impedimento de contratar com o mesmo, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou penalidade;

7.2. A multa prevista acima será a seguinte:

- Até 10% (dez por cento) do valor total contratado, no caso de sua não realização e/ou descumprimento de alguma das cláusulas contratuais;

7.3. As sanções previstas nos itens acima poderão ser aplicadas cumulativamente, facultada a defesa prévia do interessado no prazo de 05 (cinco) dias úteis;

7.4. O valor da multa aplicada deverá ser recolhida como renda para o Município, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da notificação, podendo o CONTRATANTE, para isso, descontá-la das faturas por ocasião do pagamento, se julgar conveniente;

7.5. O pagamento da multa não eximirá a CONTRATADA de corrigir as irregularidades que deram causa à penalidade;

7.6. O CONTRATANTE deverá notificar a CONTRATADA, por escrito, de qualquer anormalidade constatada durante a prestação dos serviços, para adoção das providências cabíveis;

7.7. As penalidades somente serão relevadas em razão de circunstâncias excepcionais, e as justificadas só serão aceitas por escrito, fundamentadas em fatos reais e facilmente comprováveis, a critério da autoridade competente do CONTRATANTE, e desde que formuladas no prazo máximo de 05 (cinco) dias da data em que foram aplicadas.

CLÁUSULA OITAVA - DO VALOR E REAJUSTE

8.1 - O valor total da presente avença é de R\$ 36.001,00 (trinta e seis mil, um reais), a ser pago no prazo de até trinta dias, contado partir da data final do período de adimplemento da obrigação, na proporção dos bens efetivamente fornecidos no período respectivo, segundo as autorizações expedidas pelo(a) CAMARA MUNICIPAL DE PARACURU e de conformidade com as notas fiscais/faturas e/ou recibos devidamente atestadas pelo setor competente, observadas as condições da proposta adjudicada e da ordem de serviço emitida.

Parágrafo Único - Havendo atraso no pagamento, desde que não decorra de ato ou fato atribuível à Contratada, aplicar-se-á o índice do IPCA, a título de compensação financeira, que será o produto resultante da multiplicação desse índice do dia anterior ao pagamento pelo número de dias em atraso, repetindo-se a operação a cada mês de atraso.

CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RUA SAO JOAO EVANGELISTA, 459, PARACURU BEACH



9.1 - As despesas contratuais correrão por conta da verba do orçamento do(a) CONTRATANTE, na dotação orçamentária Exercício 2012 Atividade 0101.010310001.2.001 Manutenção das Atividades Legislativas, Classificação econômica 3.3.90.39.00 OUTROS SERV. DE TERC. PESSOA JURÍDICA, Subelemento 3.3.90.39.05, no valor de R\$ 36.001,00, ficando o saldo pertinente aos demais exercícios a ser empenhado oportunamente, à conta dos respectivos orçamentos, caso seja necessário.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

10.1 - O presente contrato poderá ser alterado, nos casos previstos no artigo 65 da Lei n.º 8.666/93, desde que haja interesse da Administração do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO, BASE LEGAL E FORMALIDADES

11.1 - Este Contrato encontra-se subordinado a legislação específica, consubstanciada na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, e, em casos omissos, aos preceitos de direito público, teoria geral de contratos e disposições de direito privado.

11.2 - Fica eleito o Foro da cidade de PARACURU, como o único capaz de dirimir as dúvidas oriundas deste Contrato, caso não sejam dirimidas amigavelmente.

11.3 - Para firmeza e como prova de haverem as partes, entre si, ajustado e contratado, é lavrado o presente termo, em 02 (duas) vias de igual teor, o qual, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo.

PARACURU-CE, 12 de Junho de 2012

CAMARA MUNICIPAL DE PARACURU
CNPJ(MF) 63.368.278/0001-36
CONTRATANTE

UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS
CNPJ 11.607.901/0001-62
CONTRATADO(A)

Testemunhas:

1. _____ 2. _____

RUA SAO JOAO EVANGELISTA, 459, PARACURU BEACH



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIÚNA

Av. São Cristóvão, N° 215, Centro - Itapiúna-Ce / CEP: 62740-000
FONE/FAX: (88)3431.1306 - 3431.1210 - CNPJ: 07.387.509/0001-88



CONTRATO N° 2505.01/2015 - 01

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ITAPIÚNA E A EMPRESA UCHOA ADVOGADAS ASSOCIADOS PARA O FIM QUE A SEGUIR SE DECLARA:

O MUNICÍPIO DE ITAPIÚNA, através **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**, com sede na Av. São Cristóvão, inscrito no CNPJ sob o n° 07.387.509/0001-88, neste ato representado por **MARCIA MARIA FARIAS COSTA**, Secretária de Educação, denominado simplesmente **CONTRATANTE** e **UCHOA ADVOGADAS ASSOCIADOS**, com sede na Fortaleza/CE, à Av. Ulisses Bezerra, 2238, Cidade dos Funcionários, inscrita no CNPJ sob o n° 11.607.907/0001-62, representada por **Karileny Sales Pinto Uchôa**, com CPF n° 015.867.153-80, doravante denominado **CONTRATADO**, resolvem firmar o presente Contrato, decorrente de processo licitatório, na modalidade Tomada de Preços, regime de execução indireta, empreitada por preço unitário, e em conformidade com as disposições contidas na Lei n° 8.666/93 e alterações posteriores, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1 - O presente Contrato tem como fundamento a Tomada de Preço n° 2505.01/2015 - PMI, devidamente homologado e em conformidade com a Lei n° 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO CONTRATUAL

2.1 - O presente contrato tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM SERVIÇOS JURÍDICOS PARA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, LOTE I, CONFORME ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.**

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

3.1 - O valor global do Contrato importa a quantia de **RS 13.993,00** (Treze mil, novecentos e noventa e três reais), referente ao item 01 do lote I.

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO DO PREÇO

4.1 - O valor contratual será reajustado em conformidade com a Lei N° 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA E DO PRAZO DE EXECUÇÃO

5.1 - O presente contrato vigorará a partir da data de sua assinatura até 31 de Dezembro de 2015, podendo ser prorrogado nos casos e formas previstos na Lei n° 8.666/93 e suas alterações posteriores.

5.2- O prazo da execução dos serviços é 06 (seis) meses a contar da emissão da ordem de serviço.

CLÁUSULA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

6.1- A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões dos serviços contratados, até o limite de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, conforme o disposto no § 1º, art. 65, da Lei nº 8.666/93, atualizada pela Lei nº 9.648/98.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FORMA DE PAGAMENTO

7.1- O pagamento será efetuado mensalmente, através de cheque nominal à Contratada mediante a apresentação das Notas Fiscais/Recibos, devidamente atestadas pelo Setor Competente, de acordo com as exigências administrativas em vigor;

7.2 - Serão descontados sobre o valor da fatura, os valores decorrentes de indenizações ou de multas eventualmente registrados.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1- Manter profissional que responderá pela assinatura dos serviços objeto deste contrato;

8.2- Prestar os serviços conforme exigência da Tomada de Preço nº 2505.01/2015 - PMI, deste Termo Contratual e da proposta Contratada.

8.3- Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Lei de Licitações;

8.4- Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões dos serviços contratados até o limite fixado no parágrafo 1º, do art. 65, da Lei nº 8.666/93.

8.5 - A contratada ficará a disposição da Prefeitura Municipal de ITAPIÚNA de Segunda à Sexta.

8.6. A Contratada é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução.

8.7. A Contratada é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, sua ou de preposto, na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

8.8. A Contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

8.9. A CONTRATADA utilizará, na execução dos serviços, profissionais capacitados e qualificados para tal fim, exceto nas atividades compartilhadas que podem ser desempenhadas por profissionais de outras áreas.

8.9.1 – A CONTRATADA deverá prestar serviço na sede da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, mantendo um profissional da área jurídica pelo menos 3 (três) dias úteis da semana.

8.10. A CONTRATADA executará os serviços, na sede da Contratante em local a ser previamente designado por esta, dentro dos padrões e normas.

8.11. A CONTRATADA, não assinará documentos ou peças elaboradas por outrem, alheias à sua

Assinatura

orientação, supervisão e fiscalização.

8.12. A CONTRATADA, deverá manter a Contratante informada sobre o andamento dos serviços, informando-a sempre que se registrarem ocorrências extraordinárias.

8.13. A CONTRATADA, guardará sigilo sobre informações e documentos fornecidos pela Contratante, em decorrência dos serviços objeto do presente contrato, adotando medidas internas de segurança.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1- A Contratante se obriga a proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes da presente licitação, consoante estabelece a Lei nº 8.666/93.

9.2- Fiscalizar e verificar se os serviços estão atendendo satisfatoriamente a necessidade pública para a qual foram requeridos.

9.3- Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com os serviços prestados, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas.

9.4- Providenciar os pagamentos à CONTRATADA mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura e recibo.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1- As despesas decorrentes desta licitação correrão à conta da Unidade Gestora Secretaria de Educação, na Dotação Orçamentária 0701.12.368.0061.2.018, Elementos de Despesas: 3.3.90.39.00

10.2 - Os recursos para custear as despesas com a contratação são oriundos do erário municipal (próprio).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1- Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantidas a prévia defesa, a Administração poderá aplicar à Contratada, as seguintes sanções.

11.1.1- Advertência.

11.1.2- Multa:

a) De 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor a ser pago à Contratada, pelo atraso injustificado na execução do objeto contratual;

b) De 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato pela inexecução total ou parcial do objeto contratual; e

c) Os valores das multas referidas neste item serão descontadas "ex-officio" da contratada, mediante subtração a ser efetuada em qualquer fatura de crédito em seu favor que mantenha junto à Prefeitura de ITAPIÚNA, independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

11.1.3- Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 anos.

11.1.4- Declaração de Idoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, de no mínimo 2 (dois) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIÚNA

Av. São Cristóvão, N° 215, Centro - Itapiúna-Ce / CEP: 62740-000
FONE/FAX: (88)3431.1306 - 3431.1210 - CNPJ: 07.387.509/0001-88



seja promovida a sua reabilitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

12.1 - O presente instrumento contratual poderá ser rescindido de conformidade com o disposto nos arts. 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

12.2 - Na hipótese de ocorrer a rescisão administrativa prevista no art. 79, inciso I, da Lei nº 8.666/93, à Contratante são assegurados os direitos previstos no art. 80, incisos I a IV, §§ 1º a 4º, da Lei citada.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

13.1- Os recursos cabíveis serão processados de acordo com o que estabelece o art. 109 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

13.2- Os recursos deverão ser interpostos mediante petição devidamente arrazoada e subscrita pelo representante legal da recorrente.


13.3- Os recursos deverão ser protocolados e encaminhados à Comissão de Licitação.


CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DO FORO

14.1 - Fica eleito o foro da cidade de ITAPIÚNA, para dirimir as questões relacionadas com a execução deste contrato não resolvida pelos meios administrativos.


E, estando acertados, assinam o presente Instrumento, em 02 (duas) vias perante duas testemunhas que também o assinam, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

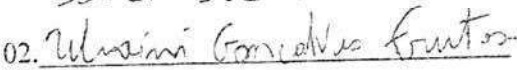
ITAPIÚNA(CE), 13 de Julho de 2015


MUNICÍPIO DE ITAPIÚNA
MARCIA MARIA FARIAS COSTA
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO
CONTRATANTE


UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS
CONTRATADO

Testemunhas:

01. 
NOME:
CPF: 356270933-15

02. 
NOME:
CPF: 958.288.183,68

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIÚNA

Av. São Cristóvão, Nº 215, Centro – Itapiúna-Ce / CEP: 62740-000
FONE/FAX: (88)3431.1306 – 3431.1210 - CNPJ: 07.387.509/0001-88

2º ADITIVO

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE ITAPIÚNA E A EMPRESA UCHOA ADVOGADAS ASSOCIADOS PARA CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM SERVIÇOS JURÍDICOS PARA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, que faz o **MUNICÍPIO DE ITAPIÚNA**, pessoa jurídica de direito público interno, estabelecido à Av. São Cristóvão, nº 215 – Centro, Itapiúna/CE, inscrita no CNPJ sob o nº 07.387.509/0001-88, neste ato representado pela Ordenadora e Gestora da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, Sra. **MÁRCIA MARIA FARIAS COSTA**, denominado simplesmente CONTRATANTE e a empresa **UCHOA ADVOGADAS ASSOCIADOS**, com endereço na Av. Ulisses Bezerra, Nº 2238, Cidade dos Funcionários, Fortaleza/CE, inscrita no CNPJ sob o nº 11.607.901/0001-62, representada por Karileny Sales Pinto Uchoa, com CPF nº 015.867.153-80, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem firmar o presente termo aditivo ao contrato original.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL:

1.1 - O presente termo de aditivo tem como fundamento legal a **TOMADA DE PREÇO Nº 2505.01/2015**, combinado com o art. 57, inciso II da Lei Nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA PRORROGAÇÃO CONTRATUAL:

2.1 - O Aditivo Contratual tem por finalidade a prorrogação do prazo do termo contratual a Tomada de Preço Nº 2505.01/2015, por mais **06 (seis) meses**, ficando renovado o presente contrato até o dia **21/12/2016**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS JUSTIFICATIVAS

3.1 - A Prorrogação Contratual é uma prerrogativa da Administração Pública, que poderá utilizá-la quando respaldado legalmente, fato este, óbvio, segundo o dispositivo retromencionado.

3.2 - A prorrogabilidade do contrato em pauta, não só esta assegurada pelo disposto no art. 57, § 1º, inciso II, da Lei de licitações vigente, como pela sua previsibilidade no instrumento convocatório.

3.3 - Com fundamento no Princípio da Continuidade do Serviço Público fez-se necessário o presente aditivo contratual com o intuito de assegurar a perfeita execução dos serviços, de modo





PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIÚNA
Av. São Cristóvão, Nº 215, Centro – Itapiúna-Ce / CEP: 62740-000
FONE/FAX: (88)3431.1306 – 3431.1210 - CNPJ: 07.387.509/0001-88

que não ocorra a paralisação do objeto do contrato, destarte que o presente aditivo é faculdade prevista em lei.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 – As despesas decorrentes deste aditivo celebrado com a CONTRATADA correrão por conta da dotação orçamentária: 0701.12.368.0061.2.018 e Elemento de Despesa nº 3.3.90.35.00 - na unidade da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, com recursos do erário Municipal.

CLÁUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1 – As demais cláusulas e condições pactuadas anteriormente permanecem inalteradas e em pleno vigor.

E por estarem assim justas e CONTRATADA assinam o presente termo aditivo, na presença das testemunhas abaixo.

Itapiúna/CE, 24 de Junho de 2016.



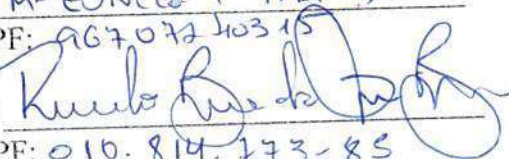
MUNICÍPIO DE ITAPIUNA
MÁRCIA MARIA FARIAS COSTA
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO
CONTRATANTE



UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS
CONTRATADA

Testemunhas:

1ª M^{te} Eunice L. Soares
CPF: 967.072.403-15

2ª 
CPF: 010.814.773-85



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPISTRANO

Praça Mj. José Estelita de Aguiar s/n – Centro – 62748-000

CNPJ 07.063.589/0001-16 CGF 06.920.212-5

E-MAIL: pmccapis@ig.com.br



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO



A presente cópia compare com o original
exibida nestas notas. Dou fe

23 JUL 2013

Capistrano(CE)

Em Testemunho

Edna Maria de Mendonça - Advogada

Rua Vitorino de Mendonça - 100 - 1º andar
Capistrano - CE - 62748-000

**TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CAPISTRANO, E
UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS, PARA O
FIM QUE A SEGUIR SE DECLARA:**

O Município de Capistrano, através da Secretaria da Educação Básica, com sede à Praça Major Jose Estelita de Aguiar s/n, Centro, Estado do Ceará, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 07.063.589/0001-16, neste ato representado pelo Secretário Municipal, Sr. Francisco Warney Barros, denominado simplesmente **CONTRATANTE** e **UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, com endereço na Avenida Ulisses Bezerra, Nº 2238, Cidade dos Funcionários - Fortaleza/ CE, inscrita no CNPJ Nº 11.607.901/0001-62 e OAB nº 626, representada por Karileny Sales Pinto Uchoa, CPF Nº 015.867.153-80 e OAB nº 21.348, doravante denominado, **CONTRATADA**, resolvem firmar o presente Contrato, decorrente de processo licitatório, na modalidade Carta - Convite, e em conformidade com as disposições contidas na lei nº 8.666/93 atualizada pela lei nº 9.648/98, e mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL.

1.1 - O presente Contrato tem como fundamento a Carta- Convite nº 2012.08.03.02, devidamente homologado e em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO CONTRATUAL

2.1 O presente contrato tem pôr objeto a **Contratação de prestação de serviços de Consultoria e Assessoria Jurídica** consistindo no acompanhamento da elaboração dos atos administrativos como portarias, exame e adequação de minutas de Editais e contratos diversos e acompanhamento de causas trabalhistas, vinculados à Secretaria da Educação Básica.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1 - O valor global do Contrato importa a quantia de **R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)** e o valor mensal de **R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)**.

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO DO PREÇO

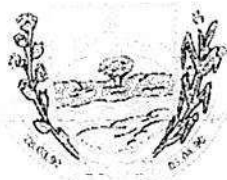
4.1- O valor contratual será reajustado em conformidade com a Lei Nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA E DO PRAZO DE EXECUÇÃO.

5.1- O presente contrato vigorará a partir da data de sua assinatura ate **31 de Dezembro de 2.012**, podendo ser prorrogado nos casos e formas previstos na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

5.2- O prazo da execução dos serviços é 04 (quatro) meses a contar da emissão da ordem de serviço

CLÁUSULA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPISTRANO

Praça Mj. José Estelita de Ag

CNPJ 07.063.589/0001-16

E-MAIL: pmccapis@ig.com.br



748-000



6.1- A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões dos serviços contratados até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, conforme o disposto no § 1º, art. 65, da Lei nº 8.666/93, atualizada pela Lei nº 9.648/98.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FORMA DE PAGAMENTO

7.1-O pagamento será efetuado mensalmente, através de cheque nominal à Contratada mediante a apresentação das Notas Fiscais/Recibos, devidamente atestadas pelo Setor Competente, de acordo com as exigências administrativas em vigor;

7.2 - Serão descontados sobre o valor da fatura, os valores decorrentes de indenizações ou de multas eventualmente registrados.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1- Manter profissional que responderá pela assinatura dos serviços objeto deste contrato;

8.2-Prestar os serviços conforme exigência da carta convite nº 2012.08.03.02, deste Termo Contratual e da proposta Contratada.

8.3-Responsabilizar-se pôr quaisquer danos pessoais ou materiais causados à Contratante;

8.4-Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Lei de Licitações;

8.5-Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões dos serviços contratados até o limite fixado no parágrafo 1º, do art. 65, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1- A Contratante se obriga a proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes da presente licitação, consoante estabelece a Lei nº 8.666/93.

9.2- Fiscalizar e verificar se os serviços estão atendendo satisfatoriamente a necessidade pública para a qual foram requeridos.

9.3- Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com os serviços prestados, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas.

9.4- Providenciar os pagamentos à CONTRATADA mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura e recibo.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1- As despesas decorrentes do contrato a ser celebrado com o licitante vencedor, serão consignadas na dotação orçamentária nº 0401 12 122 0003 2.021 - 3.3.90.39.00 - **Secretaria de Educação** com recursos provenientes do erário municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1- Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantidas a prévia defesa, a Administração poderá aplicar à Contratada, as seguintes sanções.

11.1.1-Advertência.

11.1.2-Multa:

a) De 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor a ser pago à Contratada, pelo atraso injustificado na execução do objeto contratual;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPISTRANO

Praça Mj. José Estelita de Aguiar s/n – Centro – 62748-000

CNPJ 07.063.589/0001-16 CGF 06.920.212-5

E-MAIL: pmccapis@ig.com.br



b) De 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato pela inexecução total ou parcial do objeto contratual; e

c) Os valores das multas referidas neste item serão descontadas "ex-officio" da contratada, mediante subtração a ser efetuada em qualquer fatura de crédito em seu favor que mantenha junto à Prefeitura de Capistrano, independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

11.1.3-Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pôr prazo não superior a 02 anos.

11.1.4-Declaração de Idoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, de no mínimo 2 (dois) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a sua reabilitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

12.1 – O presente instrumento contratual poderá ser rescindido de conformidade com o disposto nos arts. 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

12.2 – Na hipótese de ocorrer à rescisão administrativa prevista no art. 79, inciso I, da Lei nº 8.666/93, à Contratante são assegurados os direitos previstos no art. 80, incisos I a IV, §§ 1º a 4º, da Lei citada.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

13.1- Os recursos cabíveis serão processados de acordo com o que estabelece o art. 109 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

13.2- Os recursos deverão ser interpostos mediante petição devidamente arrazoada e subscrita pelo representante legal da recorrente.

13.3- Os recursos deverão ser protocolados e encaminhados à Comissão de Licitação.

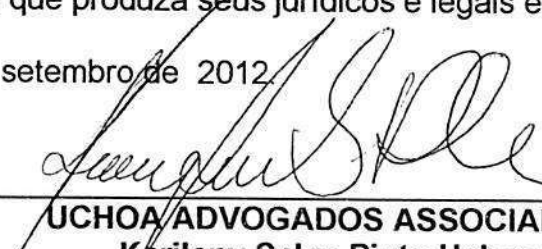
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DO FORO

14.1 - Fica eleito o foro da cidade de Capistrano, para dirimir as questões relacionadas com a execução deste contrato não resolvida pelos meios administrativos.

E, estando acertados, assinam o presente Instrumento, em 02 (duas) vias perante duas testemunhas que também o assinam, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Capistrano (Ce), 03 de setembro de 2012.


MUNICÍPIO DE CAPISTRANO
Francisco Warney Barros
Secretário Municipal
CONTRATANTE


UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS
Karileny Sales Pinto Uchoa
CONTRATADA

Testemunhas:

01. Manoel de Lima Brilhante
NOME:

CPF: 010.125.933-63

02. Genildo da Silva Pracia
NOME:

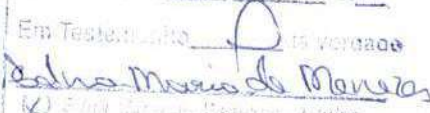
CPF: 754.714.263-04



A presente cópia confere com o original
exibida nos autos do processo.

Capistrano/CE, 23 JUL 2013.

Em Testemunha de Verdade


Manoel de Lima Brilhante - Testemunha
Genildo da Silva Pracia - Testemunha



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPISTRANO

Praça Mj. José Estelita de Aguiar s/n – Centro – 62748-000

CNPJ 07.063.589/0001-16 CGF 06.920.212-5

E-MAIL: pmccapis@ig.com.br



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO



A presente cópia confere com o original

exibida nestas notas. Deu fe

23 JUL 2013

Capistrano(CE)

Em Testemunho

Edna Maria de Moraes - Titular
Edna Maria de Moraes - Titular

Edna Maria de Moraes - Titular
Edna Maria de Moraes - Titular

**TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CAPISTRANO, E
A EMPRESA UCHOA ADVOGADOS
ASSOCIADOS, PARA O FIM QUE A SEGUIR
SE DECLARA:**

O Município de Capistrano, através da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, com sede à Praça Major Jose Estelita de Aguiar s/n, Centro, Estado do Ceará, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 07.063.589/0001-16, neste ato representado pelo Secretário do Trabalho e Desenvolvimento Social, Sr. Antônio Gilberto Queiroz Martins, denominado simplesmente CONTRATANTE e **UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, com endereço na Avenida Ulisses Bezerra, 2238, Cidade dos Funcionários – Fortaleza/Ce, inscrita no CNPJ Nº 11.607.901/0001-62 e OAB/CE Nº 626, representada por Karileny Sales Pinto Uchoa, CPF: 015.867.153-80 e OAB nº. 21348, doravante denominado, CONTRATADA, resolvem firmar o presente Contrato, decorrente de processo licitatório, na modalidade Carta - Convite, e em conformidade com as disposições contidas na lei nº. 8.666/93 atualizada pela lei nº. 9.648/98, e mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1 - O presente Contrato tem como fundamento a Carta – Convite nº. 2012.08.15.02, devidamente homologado e em conformidade com a lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO CONTRATUAL

2.1 O presente contrato tem pôr objeto a **CONTRATAÇÃO DE 01 (UM) ADVOGADO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA JURÍDICA POPULAR JUNTO À COMUNIDADE DO MUNICÍPIO DE CAPISTRANO, PROPONDO AÇÕES COMPETENTES, ACOMPANHANDO E DEFENDENDO OS INTERESSES DOS CIDADÃOS CARENTES, COMO FORMA DE AUXILIAR OS SERVIÇOS DESENVOLVIDOS PELA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO.**

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1 - O valor global do Contrato importa a quantia de **R\$ 13.200,00 (treze mil e duzentos reais)** e o valor mensal de **R\$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais)**.

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO DO PREÇO

4.1- Irreajustável.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA E DO PRAZO DE EXECUÇÃO

5.1- O presente contrato vigorará a partir da data de sua assinatura ate **31 de Dezembro de 2012**, podendo ser prorrogado nos casos e formas previstos na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

5.2- O prazo da execução dos serviços é 04 (quatro) meses a contar da emissão da ordem de serviço

CLÁUSULA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

[Handwritten signatures]



PREFEITURA MUNICIPAL DE

Praça Mj. José Est.

CNPJ 07.063.589/0001-91

E-MAIL: pmccapis@capistrano.ce.gov.br



RANO

entro - 62748-000

212-5

23 JUL 2013

Edna Maria de Menezes



6.1- A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões no quantitativo do objeto contratado, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, conforme o disposto no § 1º, art. 65, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FORMA DE PAGAMENTO

7.1-O pagamento será efetuado mensalmente, através de cheque nominal à Contratada mediante a apresentação das Notas Fiscais/Recibos, devidamente atestadas pelo Setor Competente, de acordo com as exigências administrativas em vigor;

7.2 - Serão descontados sobre o valor da fatura, os valores decorrentes de indenizações ou de multas eventualmente registrados.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1- Manter profissional legalmente habilitado pela entidade profissional competente, que responderá pela assinatura dos serviços objeto deste contrato

8.2-Prestar os serviços conforme exigência da carta convite nº 2012.08.15.02, deste Termo Contratual e da proposta Contratada.

8.3-Responsabilizar-se por quaisquer danos pessoais ou materiais causados à Contratante;

8.4-Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Lei de Licitações;

8.5-Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões no quantitativo do objeto até o limite fixado no parágrafo 1º, do art. 65, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1- A Contratante se obriga a proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes da presente licitação, consoante estabelece a Lei nº 8.666/93.

9.2- Fiscalizar e verificar se os serviços estão atendendo satisfatoriamente a necessidade pública para a qual foram requeridos.

9.3- Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com os serviços prestados, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas.

9.4- Providenciar os pagamentos à CONTRATADA mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura e recibo.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1- As despesas decorrentes do contrato a ser celebrado com o licitante vencedor, serão consignadas na dotação orçamentária nº 0503 08 122 0003 2.051 - Elemento de Despesa nº 3.3.90.39.00 - Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social com recursos provenientes do erário municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1- Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantidas a prévia defesa, a Administração poderá aplicar à Contratada, as seguintes sanções.

11.1.1- Advertência.

11.1.2-Multa:

a) De 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor a ser pago à Contratada, pelo atraso injustificado na execução do objeto contratual;

b) De 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato pela inexecução total ou parcial do objeto contratual; e



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPISTRANO

Praça Mj. José Estelita de Aguiar s/n – Centro – 62748-000

CNPJ 07.063.589/0001-16 CGF 06.920.212-5

E-MAIL: pmccapis@ig.com.br



b) De 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato pela inexecução total ou parcial do objeto contratual; e

c) Os valores das multas referidas neste item serão descontadas "ex-officio" da contratada, mediante subtração a ser efetuada em qualquer fatura de crédito em seu favor que mantenha junto à Prefeitura de Capistrano, independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

11.1.3-Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 anos.

11.1.4-Declaração de Idoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, de no mínimo 2 (dois) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a sua reabilitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

12.1 – O presente instrumento contratual poderá ser rescindido de conformidade com o disposto nos arts. 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

12.2 – Na hipótese de ocorrer a rescisão administrativa prevista no art. 79, inciso I, da Lei nº 8.666/93, à Contratante são assegurados os direitos previstos no art. 80, incisos I a IV, §§ 1º a 4º, da Lei citada.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

13.1- Os recursos cabíveis serão processados de acordo com o que estabelece o art. 109 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

13.2- Os recursos deverão ser interpostos mediante petição devidamente arrazoada e subscrita pelo representante legal da recorrente.

13.3- Os recursos deverão ser protocolados e encaminhados à Comissão de Licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DO FORO

14.1 - Fica eleito o foro da cidade de Capistrano, para dirimir as questões relacionadas com a execução deste contrato não resolvida pelos meios administrativos.

E, estando acertados, assinam o presente Instrumento, em 02 (duas) vias perante duas testemunhas que também o assinam, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Capistrano (Ce), 03 de setembro de 2012.



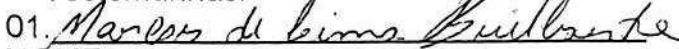
MUNICÍPIO DE CAPISTRANO
ANTONIO GILBERTO QUEIROZ
MARTINS

Secretário Municipal
CONTRATANTE



UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS
Karileny Sales Pinto Uchoa
CONTRATADA

Testemunhas:

01. 

NOME: Marcos de Lima Bulbante

CPF: 010.125.933-63

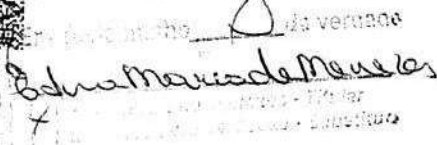
02. 

NOME:

CPF: 754.714.263-04



23 JUL 2013


Edna Maria de Menezes



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPISTRANO

Praça Major. José Estelita de Aguiar s/n – Centro – 62748-000

CNPJ 07.063.589/0001-16 CGF 06.920.212-5

E-MAIL: pmccapis@ig.com.br



DÉCIMO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CAPISTRANO E UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS PARA CONTRATAÇÃO DE 01 (UM) ADVOGADO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA JURÍDICA POPULAR JUNTO À COMUNIDADE DO MUNICÍPIO DE CAPISTRANO, PROPONDO AÇÕES COMPETENTES, ACOMPANHANDO E DEFENDENDO OS INTERESSES DOS CIDADÃOS CARENTES, COMO FORMA DE AUXILIAR OS SERVIÇOS DESENVOLVIDOS PELA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO.

DÉCIMO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, que faz o **MUNICÍPIO DE CAPISTRANO**, instituição de direito público interno, através da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, com sede à Praça Major José Estelita de Aguiar s/n - Centro, Estado do Ceará, inscrito no CNPJ sob o nº 14.285.950/0001-14, neste ato representado pela Secretária Municipal, Sra. Elizabete Rocha de Souza, denominada simplesmente **CONTRATANTE** e **UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, com endereço na Avenida Ulisses Bezerra, 2238, Cidade dos Funcionários – Fortaleza/Ce, inscrita no CNPJ Nº 11.607.901/0001-62 e OAB/CE Nº 626, representada por Karileny Sales Pinto Uchoa, CPF: 015.867.153-80 e OAB nº. 21348, doravante denominado, **CONTRATADA**, resolvem firmar o presente termo aditivo ao contrato original.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL:

1.1 - O presente termo de aditivo tem como fundamento legal a Carta Convite Nº. 2012.08.15.02, combinado com o art. 57, inciso II da Lei Nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA PRORROGAÇÃO CONTRATUAL:

2.1 - O Aditivo Contratual tem por finalidade a prorrogação do prazo do termo contratual da Carta Convite Nº 2012.08.15.02, ficando renovado o presente contrato até o dia 30/12/2016.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS JUSTIFICATIVAS

3.1 – A prorrogação contratual é uma prerrogativa da Administração Pública, que poderá utilizá-la quando respaldada legalmente, fato este, óbvio no caso em tela. São dois os motivos preponderantes, entre outros. O primeiro consiste na inconveniência da suspensão das atividades de interesse público, proveniente de serviços prestados de modo contínuo; o segundo é a previsibilidade de verbas no orçamento anual.

3.2 – A prorrogabilidade do contrato em pauta, não só está assegurada pelo disposto no inciso II, do art. 57, da Lei de licitação vigente, como pela sua previsibilidade no instrumento convocatório.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPISTRANO

Praça Major. José Estelita de Aguiar s/n – Centro – 62748-000

CNPJ 07.063.589/0001-16 CGF 06.920.212-5

E-MAIL: pmccapis@ig.com.br



3.3 – Considerando a excelência da qualidade do serviço que vem sendo prestado ao Município a Contratante resolve prorrogar o referido contrato por igual período, preservando, de modo, a Supremacia do Interesse Público

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 – As despesas decorrentes deste aditivo celebrado com a CONTRATADA correrão por conta da dotação orçamentária Nº 0503 08 122 0003 2.064 - 3.3.90.39.00, Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, com recursos provenientes do erário municipal.

CLÁUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1 – A demais cláusulas e condições pactuadas anteriormente permanecem inalteradas e em pleno vigor.

E por estarem assim justas e CONTRATADAS assinam o presente termo aditivo, na presença das testemunhas abaixo.

Capistrano, 31 de Agosto de 2016.

Elizabete Rocha de Souza
MUNICÍPIO DE CAPISTRANO
Elizabete Rocha de Souza
Secretária Municipal
Contratante

Karileny Sales Pinto Uchoa
UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS
Karileny Sales Pinto Uchoa
CONTRATADA

Testemunhas:

1ª Dona Flávia Pereira Andrade

2ª Bernardo da Silva



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPISTRANO

Praça Mj. José Estelita de Aguiar s/n – Centro – 62748-000

CNPJ 07.063.589/0001-16 CGF 06.920.212-5

E-MAIL: pmccapis@ig.com.br



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

A presente...

23 JUL 2013

Consulência

Edna Maria de M...

Edna Maria de M...

Edna Maria de M...

Edna Maria de M...

Edna Maria de M...

Edna Maria de M...

Edna Maria de M...

Edna Maria de M...

Edna Maria de M...

Edna Maria de M...

Edna Maria de M...

Edna Maria de M...

Edna Maria de M...

Edna Maria de M...

Edna Maria de M...

Edna Maria de M...

Edna Maria de M...

Edna Maria de M...

Edna Maria de M...

Edna Maria de M...

Edna Maria de M...

Edna Maria de M...

Edna Maria de M...

Edna Maria de M...

Edna Maria de M...

Edna Maria de M...

Edna Maria de M...

Edna Maria de M...

Edna Maria de M...

Edna Maria de M...

Edna Maria de M...

Edna Maria de M...

Edna Maria de M...

Edna Maria de M...

Edna Maria de M...

Edna Maria de M...

Edna Maria de M...

**TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CAPISTRANO, E
UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS, PARA O
FIM QUE A SEGUIR SE DECLARA:**

O Município de Capistrano, através da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, com sede à Praça Major Jose Estelita de Aguiar s/n, Centro, Estado do Ceará, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 07.063.589/0001-16, neste ato representado pelo Secretário Municipal, Sr. Antônio Gilberto Queiroz Martins, denominado simplesmente **CONTRATANTE** e **UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, com endereço na Avenida Ulisses Bezerra, 2238, Cidade dos Funcionários - Fortaleza/ CE inscrita no CNPJ Nº 11.607.901/0001-62 e OAB nº. 626, representada por Karileny Sales Pinto Uchoa CPF Nº 015.867.153-80 e OAB nº. 21.348, doravante denominado, **CONTRATADA**, resolvem firmar o presente Contrato, decorrente de processo licitatório, na modalidade Carta - Convite, e em conformidade com as disposições contidas na lei nº 8.666/93 atualizada pela lei nº 9.648/98, e mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL.

1.1 - O presente Contrato tem como fundamento a Carta- Convite nº 2012.08.15.01, devidamente homologado e em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO CONTRATUAL

2.1 O presente contrato tem pôr objeto a **Contratação de prestação de serviços de Consultoria e Assessoria Jurídica** consistindo no acompanhamento da elaboração dos atos administrativos como portarias, exame e adequação de minutas de Editais e contratos diversos, parecer de minutas de Editais, parecer para recursos e acompanhamento de causas trabalhistas, vinculados à Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1 - O valor global do Contrato importa a quantia de **R\$ 15.600,00 (quinze mil e seiscentos reais)** e o valor mensal de **R\$ 3.900,00 (três mil e novecentos reais)**.

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO DO PREÇO

4.1- O valor contratual será reajustado em conformidade com a Lei Nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA E DO PRAZO DE EXECUÇÃO.

5.1- O presente contrato vigorará a partir da data de sua assinatura ate **31 de Dezembro de 2012**, podendo ser prorrogado nos casos e formas previstos na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

5.2- O prazo da execução dos serviços é 04 (quatro) meses a contar da emissão da ordem de serviço

CLÁUSULA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPISTRANO

Praça Mj. José Estelita de Aguiar s/n – Centro – 62748-000

CNPJ 07.063.589/0001-16 CGF 06.920.212-5

E-MAIL: pmccapis@ig.com.br



junto à Prefeitura de Capistrano, independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

11.1.3-Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 anos.

11.1.4-Declaração de Idoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, de no mínimo 2 (dois) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a sua reabilitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

12.1 – O presente instrumento contratual poderá ser rescindido de conformidade com o disposto nos arts. 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

12.2 – Na hipótese de ocorrer a rescisão administrativa prevista no art. 79, inciso I, da Lei nº 8.666/93, à Contratante são assegurados os direitos previstos no art. 80, incisos I a IV, §§ 1º a 4º, da Lei citada.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

13.1- Os recursos cabíveis serão processados de acordo com o que estabelece o art. 109 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

13.2- Os recursos deverão ser interpostos mediante petição devidamente arrazoadada e subscrita pelo representante legal da recorrente.

13.3- Os recursos deverão ser protocolados e encaminhados à Comissão de Licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DO FORO

14.1 - Fica eleito o foro da cidade de Capistrano, para dirimir as questões relacionadas com a execução deste contrato não resolvida pelos meios administrativos.

E, estando acertados, assinam o presente Instrumento, em 02 (duas) vias perante duas testemunhas que também o assinam, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

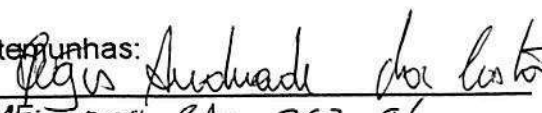
Capistrano (Ce), 02 de Agosto de 2010.



MUNICÍPIO DE CAPISTRANO
Antônio Soares Saraiva Junior
Diretor Executivo do FMSS
CONTRATANTE


KARILENY SALES PINTO UCHOA
CONTRATADA

Karileny Sales P. Uchoa
OAB/CE Nº 21348

Testemunhas:

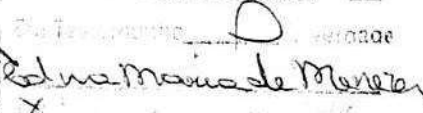
01. 
NOME: 009.810.353-96
CPF:

02. 
NOME: 234.613.573-91
CPF:



A presente cópia confere com o original:
assida nestas notas. Dou fe

23 JUL 2013


Karileny Sales P. Uchoa



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPISTRANO

Praça Major José Estelita de Aguiar s/n – Centro – 62748-000

CNPJ 07.063.589/0001-16 CGF 06.920.212-5

E-MAIL: pmccapis@ig.com.br



DÉCIMO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CAPISTRANO E A EMPRESA UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS PARA Prestação de serviços de Consultoria e Assessoria Jurídica consistindo no acompanhamento da elaboração dos atos administrativos como portarias, exame e adequação de minutas de Editais e contratos diversos, parecer de minutas de Editais, parecer para recursos e acompanhamento de causas trabalhistas, vinculados à Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social.

DÉCIMO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, que faz o MUNICÍPIO DE CAPISTRANO, instituição de direito público interno, através da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, com sede à Praça Major José Estelita de Aguiar s/n - Centro, Estado do Ceará, inscrito no CNPJ sob o nº 14.285.950/0001-14, neste ato representado pela Secretária Municipal, Sra. Elizabete Rocha de Souza, denominado simplesmente **CONTRATANTE** e a empresa **UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, com endereço na Avenida Ulisses Bezerra, 2238, Cidade dos Funcionários - Fortaleza/ CE, inscrita no CNPJ Nº 11.607.901/0001-62 e OAB nº. 626, representada por Karileny Sales Pinto Uchoa, CPF Nº 015.867.153-80 e OAB nº.21348, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem firmar o presente termo aditivo ao contrato original.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL:

1.1 - O presente termo de aditivo tem como fundamento legal a Carta Convite Nº 2012.08.15.01, combinado com o art. 57, inciso II da Lei Nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA PRORROGAÇÃO CONTRATUAL:

2.1 - O Aditivo Contratual tem por finalidade a prorrogação do prazo do termo contratual da Carta Convite Nº. 2012.08.15.01, ficando renovado o presente contrato até 30/12/2016.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS JUSTIFICATIVAS

3.1 – A prorrogação contratual é uma prerrogativa da Administração Pública, que poderá utilizá-la quando respaldada legalmente, fato este, óbvio no caso em tela. São dois os motivos preponderantes, entre outros. O primeiro consiste na inconveniência da suspensão das atividades indispensáveis a administração pública, proveniente de



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPISTRANO

Praça Major José Estelita de Aguiar s/n – Centro – 62748-000

CNPJ 07.063.589/0001-16 CGF 06.920.212-5

E-MAIL: pmccapis@ig.com.br



serviços prestados de modo contínuo; o segundo é a previsibilidade de verbas no orçamento anual.

3.2 – A prorrogabilidade do contrato em pauta, não só está assegurada pelo disposto no inciso II, do art. 57, da Lei de licitação vigente, como pela sua previsibilidade no instrumento convocatório.

3.3 – Considerando a excelência da qualidade do serviço que vem sendo prestado ao Município, a Contratante resolve prorrogar o referido contrato por igual período, preservando, de modo, o princípio da continuidade das atividades públicas e da economicidade

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 – As despesas decorrentes deste aditivo celebrado com a CONTRATADA correrão por conta da dotação orçamentária Nº 0503 08 122 0003 2.064 – 3.3.90.39.00, na unidade da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social.

CLÁUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1 – As demais cláusulas e condições pactuadas anteriormente permanecem inalteradas e em pleno vigor.

E por estarem assim justas e CONTRATADAS assinam o presente termo aditivo, na presença das testemunhas abaixo.

Capistrano, 31 de Agosto de 2016.

Elizabete Rocha de Souza

MUNICÍPIO DE CAPISTRANO

Elizabete Rocha de Souza
Secretária do Trabalho e
Desenvolvimento Social
Contratante

Karileny Sales Pinto Uchoa

UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS

Karileny Sales Pinto Uchoa
Contratada

Testemunhas:

1ª *Uma Flávia Pereira Andrade*

2ª *Bernardo Lopo Clarindo*



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPISTRANO

Praça Mj. José Estelita de Aguiar s/n – Centro – 62748-000
CNPJ 07.063.589/0001-16 CGF 06.920.212-5
E-MAIL: pmccapis@ig.com.br



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

A presente cópia do Contrato
exibida nestas notas. Dou fé

Capistrano(CE), 20 FEV 2017

Em Testemunho da verdade

() Edna Maria de Menezes - Titular
Eugenês Saraiva Souza - Substitua

**TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CAPISTRANO, E
A EMPRESA UCHOA ADVOGADOS
ASSOCIADOS, PARA O FIM QUE A SEGUIR SE
DECLARA:**

O Município de Capistrano, através da Secretaria de Administração e Finanças, com sede à Praça Major Jose Estelita de Aguiar s/n, Centro, Estado do Ceará, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 07.063.589/0001-16, neste ato representado pelo Secretário Municipal, Sr. Marcos da Silva Saraiva, denominado simplesmente **CONTRATANTE** e a empresa **UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, com endereço na Avenida Ulisses Bezerra, 2238, Cidade dos Funcionários - Fortaleza/ CE, inscrita no CNPJ Nº 11.607.901/0001-62 e OAB nº. 626, representada por Karileny Sales Pinto Uchoa, CPF Nº 015.867.153-80 e OAB nº. 21348, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem firmar o presente Contrato, decorrente de processo licitatório, na modalidade Carta - Convite, e em conformidade com as disposições contidas na lei nº 8.666/93 atualizada pela lei nº 9.648/98, e mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL.

1.1 - O presente Contrato tem como fundamento a Carta- Convite nº 2012.07.31.01, devidamente homologado e em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO CONTRATUAL

2.1 O presente contrato tem por objeto a **Contratação de prestação de serviços de Consultoria e Assessoria Jurídica** consistindo no acompanhamento da elaboração dos atos administrativos como portarias, decretos, projetos de lei de iniciativa do executivo, bem como, no exame e adequação dos documentos e procedimentos administrativos do contratante, causas trabalhistas, parecer de minutas de Editais, parecer para recursos, vinculados à Secretaria de Administração e Finanças.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1 - O valor global do Contrato importa a quantia de **R\$ 29.500,00 (vinte e nove mil e quinhentos reais)** e o valor mensal de **R\$ 5.900,00 (cinco mil e novecentos reais)**.

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO DO PREÇO

4.1- O valor contratual será reajustado em conformidade com a Lei Nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA E DO PRAZO DE EXECUÇÃO.

5.1- O presente contrato vigorará a partir da data de sua assinatura até **31 de Dezembro de 2012**, podendo ser prorrogado nos casos e formas previstos na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

5.2- O prazo da execução dos serviços é **05 (cinco) meses** a contar da emissão da ordem de serviço

CLÁUSULA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPISTRANO

Praça Mj. José Estelita de Aguiar s/n – Centro – 62748-000

CNPJ 07.063.589/0001-16 CGF 06.920.212-5

E-MAIL: pmccapis@ig.com.br



6.1- A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões dos serviços contratados até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, conforme o disposto no § 1º, art. 65, da Lei nº 8.666/93, atualizada pela Lei nº 9.648/98.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FORMA DE PAGAMENTO

7.1-O pagamento será efetuado mensalmente, através de cheque nominal à Contratada mediante a apresentação das Notas Fiscais/Recibos, devidamente atestadas pelo Setor Competente, de acordo com as exigências administrativas em vigor;

7.2 - Serão descontados sobre o valor da fatura, os valores decorrentes de indenizações ou de multas eventualmente registrados.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1- Manter profissional que responderá pela assinatura dos serviços objeto deste contrato;

8.2-Prestar os serviços conforme exigência da carta convite nº 2012.07.31.01, deste Termo Contratual e da proposta Contratada.

8.3-Responsabilizar-se pôr quaisquer danos pessoais ou materiais causados à Contratante;

8.4-Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Lei de Licitações;

8.5-Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões dos serviços contratados até o limite fixado no parágrafo 1º, do art. 65, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1- A Contratante se obriga a proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes da presente licitação, consoante estabelece a Lei nº 8.666/93.

9.2- Fiscalizar e verificar se os serviços estão atendendo satisfatoriamente a necessidade pública para a qual foram requeridos.

9.3- Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com os serviços prestados, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas.

9.4- Providenciar os pagamentos à CONTRATADA mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura e recibo.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1- As despesas decorrentes do contrato a ser celebrado com o licitante vencedor, serão consignadas na dotação orçamentária nº 0201 04 122 0003 2.003 - **3.3.90.39.00 - Secretaria de Administração e Finanças** com recursos provenientes do erário municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1- Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantidas a prévia defesa, a Administração poderá aplicar à Contratada, as seguintes sanções.

11.1.1-Advertência.

11.1.2-Multa:

a) De 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor a ser pago à Contratada, pelo atraso injustificado na execução do objeto contratual;



Capistrano(CE), 20 FEV 2017
Em Testemunho da verdade
Edna Maria de Menezes - Titular



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPISTRANO

Praça Mj. José Estelita de Aguiar s/n – Centro – 62748-000

CNPJ 07.063.589/0001-16 CGF 06.920.212-5

E-MAIL: pmccapis@ig.com.br



b) De 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato pela inexecução total ou parcial do objeto contratual; e

c) Os valores das multas referidas neste item serão descontadas "ex-officio" da contratada, mediante subtração a ser efetuada em qualquer fatura de crédito em seu favor que mantenha junto à Prefeitura de Capistrano, independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

11.1.3-Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 anos.

11.1.4-Declaração de Idoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, de no mínimo 2 (dois) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a sua reabilitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

12.1 – O presente instrumento contratual poderá ser rescindido de conformidade com o disposto nos arts. 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

12.2 – Na hipótese de ocorrer a rescisão administrativa prevista no art. 79, inciso I, da Lei nº 8.666/93, à Contratante são assegurados os direitos previstos no art. 80, incisos I a IV, §§ 1º a 4º, da Lei citada.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

13.1- Os recursos cabíveis serão processados de acordo com o que estabelece o art. 109 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

13.2- Os recursos deverão ser interpostos mediante petição devidamente arrazoada e subscrita pelo representante legal da recorrente.

13.3- Os recursos deverão ser protocolados e encaminhados à Comissão de Licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DO FORO

14.1 - Fica eleito o foro da cidade de Capistrano, para dirimir as questões relacionadas com a execução deste contrato não resolvida pelos meios administrativos.

E, estando acertados, assinam o presente Instrumento, em 02 (duas) vias perante duas testemunhas que também o assinam, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Capistrano (Ce), 10 de agosto de 2012.


MUNICÍPIO DE CAPISTRANO
Marcos da Silva Saraiva
Secretário Municipal
CONTRATANTE


UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS
Karileny Sales Pinto Uchoa
CONTRATADA

Testemunhas:-

01. Edna Maria de Menezes - Titular

NOME: 727.937.323-20

CPF:

02. Genaldo da Silva Pinheiro

NOME:

CPF: 754.754.263-04



A presente cópia confere com o original exibida nestas notas. Dow 6

Capistrano(CE), 20 FEB 2012

Em Testemunha da verdade

() Edna Maria de Menezes - Titular
Fidélis Saraiva Souza - Substituta



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPISTRANO

Praça Major José Estelita de Aguiar s/n – Centro – 62748-000

CNPJ 07.063.589/0001-16 CGF 06.920.212-5

E-MAIL: pmccapis@ig.com.br

DÉCIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CAPISTRANO E A UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS PARA Prestação de serviços de Consultoria e Assessoria Jurídica consistindo no acompanhamento da elaboração dos atos administrativos como portarias, decretos, projetos de lei de iniciativa do executivo, bem como, no exame e adequação dos documentos e procedimentos administrativos do contratante, causas trabalhistas, parecer de minutas de Editais, parecer para recursos, vinculados à Secretaria de Administração e Finanças.

DÉCIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, que faz o MUNICÍPIO DE CAPISTRANO, instituição de direito público interno, através da Secretaria de Administração e Finanças, com sede à Praça Major José Estelita de Aguiar, s/n - Centro- Capistrano - Ceará, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 07.063.589/0001-16, neste ato representado pela Secretária Municipal, Sra. Maria das Graças da Silva, denominado simplesmente **CONTRATANTE** e a empresa **UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, com endereço na Avenida Ulisses Bezerra, 2238, Cidade dos Funcionários - Fortaleza/ CE, inscrita no CNPJ Nº 11.607.901/0001-62 e OAB nº. 626, representada por Karileny Sales Pinto Uchoa, CPF Nº 015.867.153-80 e OAB nº.21348, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem firmar o presente termo aditivo ao contrato original.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL:

1.1 - O presente termo de aditivo tem como fundamento legal a Carta Convite Nº 2012.07.31.01 combinado com o art. 57, inciso II da Lei Nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA PRORROGAÇÃO CONTRATUAL:

2.1 - O Aditivo Contratual tem por finalidade a prorrogação do prazo do termo contratual da Carta Convite Nº 2012.07.31.01, ficando renovado o presente contrato até 30/12/2016.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS JUSTIFICATIVAS

3.1 – A prorrogação contratual é uma prerrogativa da Administração Pública, que poderá utilizá-la quando respaldada legalmente, fato este, óbvio no caso em tela. São dois os motivos preponderantes, entre outros. O primeiro consiste na inconveniência da suspensão das atividades indispensáveis a administração pública, proveniente de

[Handwritten signatures]



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPISTRANO

Praça Major José Estelita de Aguiar s/n – Centro – 62748-000

CNPJ 07.063.589/0001-16 CGF 06.920.212-5

E-MAIL: pmccapis@ig.com.br

serviços prestados de modo contínuo; o segundo é a previsibilidade de verbas no orçamento anual.

3.2 – A prorrogabilidade do contrato em pauta, não só está assegurada pelo disposto no inciso II, do art. 57, da Lei de licitação vigente, como pela sua previsibilidade no instrumento convocatório.

3.3 – Considerando a excelência da qualidade do serviço que vem sendo prestado ao Município, a Contratante resolve prorrogar o referido contrato por igual período, preservando, de modo, o princípio da continuidade das atividades públicas e da economicidade

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 – As despesas decorrentes deste aditivo celebrado com a CONTRATADA correrão por conta da dotação orçamentária Nº 0201 04 122 0003 2.002 – 3.3.90.39.00, na unidade da Secretaria de Administração e Finanças.

CLÁUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1 – As demais cláusulas e condições pactuadas anteriormente permanecem inalteradas e em pleno vigor.

E por estarem assim justas e CONTRATADAS assinam o presente termo aditivo, na presença das testemunhas abaixo.

Capistrano, 30 de setembro de 2016.



MUNICÍPIO DE CAPISTRANO
Maria das Graças da Silva
Secretária de Administração e Finanças
Contratante



UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS
Karleny Sales Pinto Uchoa
Contratada

Testemunhas:

1ª Geraldo da Silva Pereira

2ª Bernardo da Silva



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPISTRANO

Secretaria de Administração e Finanças



FUNDO MUNICIPAL DE SEGURIDADE SOCIAL

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, por este, que a empresa UCHOA ADVOGADOS E ASSOCIADOS, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 11.607.901/0001-62, com sede na Rua Av. Santos Dumont, nº 2789, Sala 309, Edifício Torre San Carlo, Aldeota, Fortaleza, Ceará, executou satisfatoriamente os **serviços técnicos profissionais especializados na área de advocacia, para prestar serviços de assessoria e consultoria jurídica junto ao Fundo de Seguridade Social, do Município de Capistrano, Ceará** de acordo com o contrato nº 2017.04.07-0003.

Ressaltamos ainda, que os compromissos assumidos pela empresa acima citada, foram cumpridos de forma satisfatória, nada constando em nossos arquivos que a desabone, concluindo-se como excelente em sua capacidade técnica.

Pelo que, por ser expressão, firmamos o presente atestado para todos os fins de direito que se fizerem necessários.

Capistrano, Ceará, 21 de dezembro de 2020.

 
Regis Andrade da Costa
Diretor Executivo do Fundo Municipal de Seguridade Social

Praça Major José Estelita de Aguiar, S/Nº, Centro, CEP: 62.748-000 – Capistrano-CE
FONE: (85) 3326-1327 – CNPJ: 07.063.589/0001-16 – CGF: 06.920.212-5
E-mail: pmccapistrano@gmail.com

Reconheço a firma(s) de Regis Andrade da Costa em 21 de dezembro de 2020.

Em test. da verdade.

☐ POR AUTENTICIDADE ☒ POR SEMELHANÇA

Edna Maria de Menezes

(X) Edna Maria de Menezes - Titular
() Eudenes Saraiva Souza - Substituta

VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE

Capistrano-CE Fone (85) 3326-1203

Rua Ver. Fdo. Luiz do Nascimento, s/n

SEGUNDO NOTARIADO

CARTÓRIO EDNA MENEZES

02

RECONHECIMENTO DE FIRMA

CT 644250





PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPISTRANO

Secretaria de Administração e Finanças

FUNDO MUNICIPAL DE SEGURIDADE SOCIAL



CONTRATO Nº 2020.02.07.01

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPISTRANO, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SEGURIDADE SOCIAL, DO OUTRO LADO, A EMPRESA **UCHOA ADVOGADOS E ASSOCIADOS**, PARA O FIM QUE NELE SE DECLARA.

A Prefeitura Municipal de Capistrano, através do **Fundo Municipal de Seguridade Social**, com sede à Praça Major José Estelita de Aguiar s/n - Centro, Estado do Ceará, inscrito no CNPJ/MF sob o nº **04.418.053/0001-88**, neste ato representado pelo Diretor Executivo, Sr. **Regis Andrade da Costa**, portador do CPF nº. 009.810.353-96, doravante denominado de **CONTRATANTE**, e do outro lado a Empresa. **UCHOA ADOVOGADOS E ASSOCIADOS**, situada na rua Av. Santos Dumont, Nº 2789, sala 309, Edifício Torre San Carlo, Aldeota, Fortaleza, Ceará, inscrito no CNPJ sob o nº 11.607.901/0001-62, doravante denominada de **CONTRATADA**, respectivamente, resolvem firmar o presente Contrato de Prestação de Serviços, decorrente do processo licitatório de Pregão Presencial, regulado pelos preceitos de Direito Público e especialmente pela a Lei Federal nº 10.520 de 17.07.2002, com aplicação subsidiária da lei 8.666/93, supletivamente pelos princípios da Teoria Geral dos Contratos e disposições de Direito Privado, bem como mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1 - O presente Contrato tem como fundamento o Processo Licitatório, modalidade Dispensa de Licitação Nº. 2020.02.05.01, devidamente homologado pelo Diretor Executivo do Fundo Municipal de Seguridade Social e a proposta da **CONTRATADA**, tudo parte integrante deste Termo, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1 - Constitui objeto deste Contrato a CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA JURIDICA NAS DEMANDAS ADMINISTRATIVAS, TRABALHISTA E PREVIDENCIARIAS JUNTO AO FUNDO MUNICIPAL DE SEGURIDADE SOCIAL DE CAPISTRANO.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO CONTRATO

3.1. Será lavrado contrato com a licitante adjudicatária ou instrumento equivalente - ordem de serviços, nota de empenho, conforme faculta o art. 62 da Lei no 8.666/93.

3.2. A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor da Prefeitura Municipal de Capistrano, designado como representante da Contratante, que anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato,

Praça Major José Estelita de Aguiar, S/Nº, Centro, CEP: 62.748-000 – Capistrano-CE

FONE: (85) 3326-1327 - CNPJ: 07.063.589/0001-16 – CGF: 06.920.212-5

E-MAIL: pmccapistrano@gmail.com

Handwritten signature and initials in blue ink.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPISTRANO

Secretaria de Administração e Finanças

FUNDO MUNICIPAL DE SEGURIDADE SOCIAL



determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e atestará as notas fiscais da prestação dos serviços, para fins de pagamento.

3.3. Como condição para celebração do Contrato, o licitante vencedor deverá manter as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação.

CLÁUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO

4.1 - Na execução do objeto deste Contrato a **CONTRATADA** obriga-se a observar rigorosamente os termos nele estipulados, as especificações dos serviços contidas no Anexo I do Edital e as observações constantes de sua proposta, comprometendo-se a adotar todas as providências necessárias a perfeita execução dos serviços.

CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR

5.1 - Pela prestação dos serviços objeto deste Contrato, a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o Valor Mensal de R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais), perfazendo o Valor Global de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), sujeito às incidências tributárias normais.

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DOS RECURSOS

6.1 - As despesas decorrentes do contrato a ser celebrado com a licitante vencedora, correrão por conta da dotação orçamentária nº.: 10 01 09 122 0003 2.093 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO FMSS. Elemento de Despesas: 3.3.90.39.00, com recursos do Erário Municipal, consignado no Orçamento Municipal de 2020.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DURAÇÃO DO CONTRATO E DO REGIME DE EXECUÇÃO

7.1- O presente Contrato terá vigência até 31 de Dezembro de 2020, a partir da data de sua assinatura.

PARÁGRAFO ÚNICO: Este Instrumento poderá, ainda, ser rescindido de pleno direito, a qualquer tempo, sem ônus para o **CONTRATANTE**, em caso de inadimplemento de qualquer cláusula ou condição assumida pela **CONTRATADA**, ou por acordo das partes, desde que haja conveniência para a Administração, mediante aviso, por escrito, com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA OITAVA -DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

8.1. A prestação dos serviços será acompanhada e fiscalizada por representante designado para este fim pela Prefeitura Municipal de CAPISTRANO.

8.2. O representante anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com os serviços, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

8.3. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

Praça Major José Estelita de Aguiar, S/Nº, Centro, CEP: 62.748-000 – Capistrano-CE

FONE: (85) 3326-1327 - CNPJ: 07.063.589/0001-16 – CGF: 06.920.212-5

E-MAIL: pmccapistrano@gmail.com



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPISTRANO

Secretaria de Administração e Finanças

FUNDO MUNICIPAL DE SEGURIDADE SOCIAL



8.4 - A fiscalização do contrato dar-se-á nos termos do art. 67 da Lei Federal 8.666 de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a execução serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

8.5 - A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resulte de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

8.6 - O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários à regularização eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

CLÁUSULA NONA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1. O pagamento será feito por meio de cheque ou ordem bancária, no prazo de até 30 (trinta) dias, após a apresentação de Nota Fiscal/Fatura à Prefeitura Municipal de CAPISTRANO contendo a descrição dos serviços prestados, preços unitários e o valor total, e comprovante de recolhimento de multas aplicadas, se houver.

9.2. No caso de eventual atraso de pagamento, o valor devido deverá ser acrescido de juros moratórios de 0,5 % (cinco décimos por cento) ao mês, apurados desde a data acima referida até a data do efetivo pagamento, calculados "pro rata die", sobre o valor da nota fiscal/fatura.

9.3. No ato do pagamento será comprovada a manutenção das condições iniciais de habilitação quanto à situação de regularidade da contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

10.1. REAJUSTE: Os valores constantes das propostas não sofrerão reajuste antes de decorridos 12 (doze) meses da contratação, hipótese na qual poderá ser utilizado o índice IGP-M da Fundação Getúlio Vargas.

10.2. REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO: Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, poderá, mediante procedimento administrativo onde reste demonstrada tal situação e termo aditivo, ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do serviço, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na forma do artigo 65, II, "d" da Lei Federal n.º 8.666/93, alterada e consolidada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Praça Major José Estelita de Aguiar, S/Nº, Centro, CEP: 62.748-000 – Capistrano-CE

FONE: (85) 3326-1327 - CNPJ: 07.063.589/0001-16 – CGF: 06.920.212-5

E-MAIL: pmccapistrano@gmail.com



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPISTRANO
Secretaria de Administração e Finanças
FUNDO MUNICIPAL DE SEGURIDADE SOCIAL



11.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Pregão, a Prefeitura Municipal poderá garantir a prévia defesa, aplicar às licitantes vencedoras as seguintes sanções, quando for o caso:

I. advertência; quando descumprir qualquer cláusula do contrato, inclusive prazo de prestação dos serviços.

II. multa de 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor da parcela mensal, por dia de atraso ou não execução da prestação dos serviços;

III. multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor por lote do contrato, no caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos, porventura causados a Prefeitura Municipal de CAPISTRANO, pela não execução parcial ou total do contrato.

11.2. Ficará impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e de ampla defesa, enquanto perdurar os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a licitante que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar a documentação exigida para o contrato ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do objeto pactuado, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

11.3. As sanções previstas na alínea I do subitem 11.1 e subitem 11.2 deste item poderão ser aplicadas juntamente com as das alíneas II e III do subitem 11.1, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

11.4. Se a multa for de valor superior ao valor da Nota de Empenho, além da perda deste, responderá a contratada pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos devidos pela Prefeitura Municipal ou, quando for o caso cobrado judicialmente.

11.5. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedor ou Prestador de Serviços da Prefeitura Municipal de CAPISTRANO, da respectiva empresa contratada, e no caso de suspensão de licitar, a contratada deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas no edital e das demais cominações legais.

11.6. Não serão aceitas justificativas posteriores a adjudicação aos vencedores, por parte da licitante que não poderá manter a proposta seja escrita ou por meio de lance, com a justificativa que houve erro na formulação, engano nos preços ou erro de digitação da proposta, não será admitida a desistência da proposta para estes casos, sendo a licitante penalizada com a aplicação de multa, conforme prevista neste cláusula, declaração de inidoneidade e impedida de licitar com a Administração pelo período de 05 (cinco) anos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPISTRANO

Secretaria de Administração e Finanças

FUNDO MUNICIPAL DE SEGURIDADE SOCIAL



CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

12.1- A Contratante se obriga a proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do Termo Contratual, consoante estabelece a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

12.2- Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto contratual;

12.3- Comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do objeto contratual, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas;

12.4- Providenciar os pagamentos à Contratada à vista das Notas Fiscais /Faturas devidamente atestadas pelo Setor Competente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1- Executar os serviços de conformidade com as condições estabelecidas neste Termo Contratual;

13.2- Manter durante toda a duração do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação direta;

13.3- Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela Contratante;

13.4- Arcar com eventuais prejuízos causados à Contratante e/ou terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados e/ou prepostos envolvidos na execução do objeto contratual;

13.5- Executar os serviços através de pessoas idôneas, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou falta que venham a cometer no desempenho de suas funções, podendo o Fundo Municipal de Seguridade Social do Município de Capistrano solicitar a substituição daqueles cuja conduta seja julgada inconveniente;

13.6- Substituir os profissionais nos casos de impedimentos fortuitos, de maneira que não se prejudiquem o bom andamento e a boa prestação dos serviços;

13.7- Facilitar a ação da FISCALIZAÇÃO na inspeção dos serviços, prestando, prontamente, os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE;

13.8- Responder perante ao Fundo Municipal de Seguridade Social do Município de Capistrano, mesmo no caso de ausência ou omissão da FISCALIZAÇÃO, indenizando-a devidamente por quaisquer atos ou fatos lesivos aos seus interesses, que possam interferir na execução do Contrato, quer sejam eles praticados por empregados, prepostos ou mandatários seus. A responsabilidade se estenderá à danos causados a terceiros, devendo a CONTRATADA adotar medidas preventivas contra esses danos, com fiel observância das normas emanadas das autoridades competentes e das disposições legais vigentes;

13.9- Responder, perante as leis vigentes, pelo sigilo dos documentos manuseados, sendo que a CONTRATADA não deverá, mesmo após o término do CONTRATO, sem consentimento prévio por escrito da CONTRATANTE, fazer uso de quaisquer documentos ou informações especificadas no parágrafo anterior, a não ser para fins de execução do CONTRATO;

13.10- Pagar seus empregados no prazo previsto em lei, sendo também de sua responsabilidade o pagamento de todos os tributos que, direta ou indiretamente, incidam sobre a prestação dos serviços contratados inclusive as contribuições previdenciárias fiscais e parafiscais, FGTS, PIS, emolumentos, seguros de acidentes de trabalho etc, ficando excluída qualquer solidariedade do Fundo Municipal de Seguridade Social do Município de Capistrano por eventuais autuações administrativas e/ou judiciais uma vez que a



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPISTRANO
Secretaria de Administração e Finanças
FUNDO MUNICIPAL DE SEGURIDADE SOCIAL



inadimplência da CONTRATADA, com referência às suas obrigações, não se transfere ao Fundo Municipal de Seguridade Social do Município de Capistrano;

13.11-Disponibilizar, a qualquer tempo, toda documentação referente ao pagamento dos tributos, seguros, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários relacionados com o objeto do CONTRATO;

13.12-Responder, pecuniariamente, por todos os danos e/ou prejuízos que forem causados à União, Estado, Município ou terceiros, decorrentes da prestação dos serviços;

13.13 - A contratada deverá cumprir a carga horária de 6hs semanais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

14.1. As licitantes deverão observar os mais altos padrões éticos durante o processo licitatório e a execução do contrato, estando sujeitas às sanções previstas na legislação brasileira.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO

15.1. A Prefeitura Municipal de CAPISTRANO poderá rescindir o contrato, independentemente de qualquer interpelação judicial ou extrajudicial se a contratada:

- a) Deixar de iniciar os serviços por período superior a 15 (quinze) dias, contados a partir do recebimento da ordem de início dos serviços.
- b) Executar os serviços em desacordo com as especificações exigidas;
- c) Não cumprir ou cumprir irregularmente as cláusulas contratuais ou a legislação vigente;
- d) Cometer reiterados erros na execução dos serviços;
- e) Ceder ou transferir, no todo ou em parte, a prestação de serviços sem a expressa autorização da Contratante;
- f) Entrar em concordata, falência ou dissolução, ou recair no processo de insolvência sobre qualquer de seus dirigentes.
- g) Deixar de fazer visitas periódicas por mais de 02 (duas) semanas na sede da Prefeitura Municipal de CAPISTRANO.

15.2. Declarada a rescisão contratual em decorrência de qualquer um dos fundamentos do item anterior, a contratada receberá exclusivamente o pagamento dos serviços executados e recebido, deduzido o valor correspondente às multas porventura existentes.

15.3. Não caberá a contratada indenização de qualquer espécie seja a que título for, se o contrato vier a ser rescindido em decorrência de descumprimento das normas nele estabelecidas.

15.4. Independentemente do disposto nesta cláusula, o contrato poderá ser rescindido por livre decisão da Prefeitura Municipal de CAPISTRANO, a qualquer época, sem que caiba a contratada o direito de reclamação ou indenização a qualquer título, garantindo-lhe apenas, o pagamento dos serviços executados e devidamente recebidos.

15.5. Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPISTRANO
Secretaria de Administração e Finanças
FUNDO MUNICIPAL DE SEGURIDADE SOCIAL



15.6. Em caso de rescisão prevista nos incisos XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, sem que haja culpa do CONTRATADO, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1 - Fica eleito o Foro da Comarca do Município de CAPISTRANO - Ce, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato não passíveis de solução pela via administrativa, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E assim, por estarem justos e acordes, após lido e julgado conforme, as partes assinam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual forma e teor, perante 02 (duas) testemunhas idôneas que também o assinam, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

CAPISTRANO (CE), 07 de Fevereiro de 2020

Regis Andrade da Costa

Diretor Executivo do Fundo Municipal de Seguridade
Social / FMSS

Prefeitura Municipal de Capistrano

CONTRATANTE

KARILENE SALES PINTO UCHOA

UCHOA ADVOGADOS E ASSOCIADOS

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____
CPF N.º _____

2. _____
CPF N.º _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE
CAPISTRANO
Transporte e Cidades com Bom Futuro

Fundo Municipal de
Seguridade Social

03º TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO

PROC. ADM Nº. 02.09.01/2021
MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
CONTRATO Nº 02.11.02/2021
TIPO DE ADITIVO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO

TERCEIRO TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CAPISTRANO, ATRAVÉS DA FUNDO MUNICIPAL DE SEGURIDADE SOCIAL A EMPRESA UCHÔA ADVOGADOS ASSOCIADOS, PARA O FIM QUE A SEGUIR SE DECLARA:

A Prefeitura Municipal de Capistrano, pessoa jurídica de direito público interno, através do **FUNDO MUNICIPAL DE SEGURIDADE SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CAPISTRANO/CE**, inscrito no CNPJ sob nº 04.418.053/0001-88, com sede administrativa localizada na Praça Major José Estelita Aguiar, s/n, Centro, Capistrano/CE, neste ato representado por seu Diretor Executivo Claudio Roberto Costa Marcelino, brasileiro, portador do CPF/MF sob o nº 024.016.623-08, residente e domiciliado na Cidade de Capistrano/CE, doravante denominada de CONTRATANTE, e, do outro lado, a empresa: **UCHÔA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 11.607.901/0001-62, sediada na Av. Santos Dumont, nº 2789, Aldeota, CEP 60.150-161, na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, neste ato representada pela sócia, a Sra. Karileny Sales Pinto Uchôa, portadora do CPF nº 015.867.153-80 e da OAB/CE nº 21.348, residentes e domiciliados na Cidade de Fortaleza/CE, **CONTRATADO**, resolvem firmar o presente Aditivo ao Contrato decorrente do processo de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 02.09.01/2021, cujo objeto foi **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO FUNDO MUNICIPAL DE SEGURIDADE SOCIAL, CONSISTINDO NO ACOMPANHAMENTO DA ELABORAÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS, EMISSÃO DE PARECER, REPRESENTATIVIDADE NAS AÇÕES EM QUE O FMSS FIGURAR COMO PARTE**, em conformidade com as disposições contidas na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1 - O presente Contrato tem como fundamento o art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

2.1 - O presente aditivo tem por finalidade a prorrogação do prazo do contrato resultante do procedimento licitatório acima referido. O prazo contratual anteriormente pactuado será prorrogado pelo período referente ao **Exercício de 2023**, tendo **vigência de 13 de novembro de 2023 até 13 de outubro de 2024.**

CLÁUSULA TERCEIRA - DA JUSTIFICATIVA

3.1. - A Prorrogação Contratual é uma prerrogativa da Administração Pública, que poderá utilizá-la quando respaldada legalmente, fato este, óbvio, no caso em tela. São dois os motivos



PREFEITURA MUNICIPAL DE
CAPISTRANO
Transparência e Gestão com Responsabilidade

Fundo Municipal de
Seguridade Social

preponderantes, entre outros: **O PRIMEIRO** consiste na inconveniência da suspensão das atividades de interesse público, provenientes de serviços prestados de modo contínuo, sendo considerados essenciais de forma permanente e interrupta, conforme caracterização prevista no despacho do secretário(a); **O SEGUNDO** é a previsibilidade de recursos orçamentários, em princípio, qualquer que seja a distribuição de verbas no orçamento anual, certamente irá existir recursos para efetivação destes serviços.

3.2. - Considerando ainda a excelência na qualidade do serviço que vem sendo prestado ao Município, verificado pela fiscalização realizada pela contratante, bem como a essencialidade dos serviços, no qual tal interrupção caracterizaria prejuízo a administração, pois trata-se de serviços considerado contínuos, reunidos os requisitos da essencialidade do serviço pelo fato de prolongar-se no tempo de forma permanente e interrupta, tal paralisação findaria a comprometer a garantia do interesse público. Combinado com o princípio da economicidade, demonstrado através de ampla pesquisa prévia de preços, ao qual assegura a manutenção da contratação mais vantajosa para a Administração, a **CONTRATANTE**, com aquiescência da **CONTRATADA**, resolvem prorrogar o referido contrato pelo período compreendido na cláusula segunda do presente termo de aditivo.

3.3. - Ressaltamos que tal prorrogação encontra-se legal e materialmente justificada conforme parecer jurídico, elaborado pela Assessoria Jurídica do MUNICÍPIO. O que vai de encontro com a necessidade por parte do Fundo de Seguridade Social do Município de continuidade dos serviços prestados.

3.4. - A prorrogação do contrato em apreço, não só está assegurada pelo disposto no inciso II, do art. 57, da Lei de licitações vigente, como pela sua previsibilidade no instrumento convocatório e contratual.

3.5. - As demais cláusulas do contrato originário permanecem inalteradas.

CLAUSULA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1 - As demais cláusulas e condições pactuadas anteriormente permanecerão inalteradas e em pleno vigor.

E, estando acertados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias, perante duas testemunhas que também o assinam, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

CAPISTRANO-CE, 09 de novembro de 2023.

Claudio Roberto Costa Marcelino
FUNDO MUNICIPAL DE SEGURIDADE
SOCIAL DE CAPISTRANO
CONTRATANTE

Karileny Sales Pinto Uchôa
UCHÔA ADVOGADOS ASSOCIADOS
CONTRATADO





PREFEITURA MUNICIPAL DE
CAPISTRANO
Transparência e Cuidado com Nosso Brasil

Fundo Municipal de
Seguridade Social

**EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL
INEXIGIBILIDADE
Nº 02.09.01/2021**

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO Nº 02.11.02/2021. Partes: O Município de Capistrano, Ceará, por intermédio da **FUNDO MUNICIPAL DE SEGURIDADE SOCIAL** e a empresa **UCHÔA ADVOGADOS ASSOCIADOS**. Objeto: **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO FUNDO MUNICIPAL DE SEGURIDADE SOCIAL, CONSISTINDO NO ACOMPANHAMENTO DA ELABORAÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS, EMISSÃO DE PARECER, REPRESENTATIVIDADE NAS AÇÕES EM QUE O FMSS FIGURAR COMO PARTE.** Valor: **R\$ 43.989,00 (quarenta e três mil, novecentos e oitenta e nove reais)**, INEXIGIBILIDADE Nº 02.09.01/2021. Prazo de Vigência do Contrato: vigência de 13 de novembro de 2023 até 13 de outubro de 2024. Signatários: Claudio Roberto Costa Marcelino e Karileny Sales Pinto Uchôa.

Publicado por afixação, dia **09 de novembro de 2023** no átrio da Prefeitura Municipal de Capistrano, Ceará, nos termos recomendados pelo Superior Tribunal de Justiça-STJ, na decisão proferida no recurso especial nº. 105.232(96/0056484-5) CE-1ª Turma.


Claudio Roberto Costa Marcelino

FUNDO MUNICIPAL DE SEGURIDADE SOCIAL DE CAPISTRANO

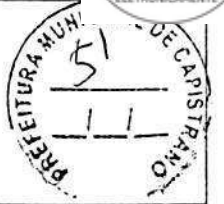


PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPISTRANO

Praça Mj. José Estelita de Aguiar s/n – Centro – 62748-000

CNPJ 07.063.589/0001-16 CGF 06.920.212-5

E-MAIL: pmccapis@ig.com.br



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

A presente é celebrado entre o Município de Capistrano, por meio do Fundo Municipal de Seguridade Social, e Karileny Sales Pinto Uchoa, para a prestação de serviços de assessoria e consultoria jurídica.

Em 23 de Julho de 2010, no Município de Capistrano, Ceará.

Assinada por: *[Assinatura]* do Município de Capistrano, e *[Assinatura]* da Karileny Sales Pinto Uchoa.

Assinada por: *[Assinatura]* do Município de Capistrano, e *[Assinatura]* da Karileny Sales Pinto Uchoa.

**TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CAPISTRANO, E
KARILENY SALES PINTO UCHOA, PARA O
FIM QUE A SEGUIR SE DECLARA:**

O Município de Capistrano, através do Fundo Municipal de Seguridade Social-FMSS, com sede à Praça Major Jose Estelita de Aguiar s/n, Centro, Estado do Ceará, inscrito no CNPJ/MF sob o nº **04.418.053/0001-88**, neste ato representado pelo Diretor Executivo do Fundo Municipal de Seguridade Social, Sr. Antonio Soares Saraiva Junior denominado simplesmente CONTRATANTE e **KARILENY SALES PINTO UCHOA**, com endereço à **RUA IPANEMA Nº 91- ANTONIO BEZERRA - FORTALEZA/CEARÁ**, inscrito no CPF Nº 015.867.153-80 e OAB Nº 21348, doravante denominado, CONTRATADA, resolvem firmar o presente Contrato, decorrente de processo licitatório, na modalidade Carta - Convite, e em conformidade com as disposições contidas na lei nº 8.666/93 atualizada pela lei nº 9.648/98, e mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1 - O presente Contrato tem como fundamento a Carta- Convite nº 2010.07.16.01, devidamente homologado e em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores..

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO CONTRATUAL

2.1 O presente contrato tem pör objeto a **CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA JURIDICA A SEREM PRESTADOS AO FUNDO MUNICIPAL DE SEGURIDADE SOCIAL, EM ESPECIAL, NAS DEMANDAS ADMINISTRATIVAS, TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS EM QUE O FUNDO FOR PARTE**

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1 - O valor global do Contrato importa a quantia de **R\$ 11.500,00 (onze mil e quinhentos reais)** e o valor mensal de **R\$ 2.300,00 (dois mil, e trezentos reais)**.

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO DO PREÇO

4.1- Irreajustável.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA E DO PRAZO DE EXECUÇÃO

5.1- O presente contrato vigorará a partir da data de sua assinatura ate **31 de Dezembro de 2.010**, podendo ser prorrogado nos casos e formas previstos na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

5.2- O prazo da execução dos serviços é **05 (cinco) meses** a contar da emissão da ordem de serviço

CLÁUSULA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

[Assinatura]



PREFEITURA

Praça Mj. José Estelita de Aguiar s/n - Centro - 62748-000

CNPJ 07.063.589/0001-16 CGF 06.920.212-5

E-MAIL: pmccapis@ig.com.br



APIPIRANO

A presente cópia contém com o original, excluindo nestas cópias. Dou fe

23 JUL 2013



6.1- A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões no quantitativo do objeto contratado, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, conforme o disposto no § 1º, art. 65, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FORMA DE PAGAMENTO

7.1-O pagamento será efetuado mensalmente, através de cheque nominal à Contratada mediante a apresentação das Notas Fiscais/Recibos, devidamente atestadas pelo Setor Competente, de acordo com as exigências administrativas em vigor;

7.2 - Serão descontados sobre o valor da fatura, os valores decorrentes de indenizações ou de multas eventualmente registrados.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1-Prestar os serviços conforme exigência da carta convite nº 2010.07.16.01, deste Termo Contratual e da proposta Contratada.

8.2-Responsabilizar-se por quaisquer danos pessoais ou materiais causados à Contratante;

8.3-Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Lei de Licitações;

8.4-Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões no quantitativo do objeto até o limite fixado no parágrafo 1º, do art. 65, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1- A Contratante se obriga a proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes da presente licitação, consoante estabelece a Lei nº 8.666/93.

9.2- Fiscalizar e verificar se os serviços estão atendendo satisfatoriamente a necessidade pública para a qual foram requeridos.

9.3- Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com os serviços prestados, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas.

9.4- Providenciar os pagamentos à CONTRATADA mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura e recibo.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1- As despesas decorrentes do contrato a ser celebrado com o licitante vencedor, serão consignadas na dotação orçamentária nº 1001 - 09 122 0003 2.077 - 3.3.90.36.00 - Fundo Municipal de Seguridade Social com recursos provenientes do erário municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1- Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantidas a prévia defesa, a Administração poderá aplicar à Contratada, as seguintes sanções.

11.1.1- Advertência.

11.1.2-Multa:

a) De 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor a ser pago à Contratada, pelo atraso injustificado na execução do objeto contratual;

b) De 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato pela inexecução total ou parcial do objeto contratual; e

c) Os valores das multas referidas neste item serão descontadas "ex-officio" da contratada, mediante subtração a ser efetuada em qualquer fatura de crédito em seu favor que mantenha



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPISTRANO

Praça Mj. José Estelita de Aguiar s/n – Centro – 62748-000

CNPJ 07.063.589/0001-16 CGF 06.920.212-5

E-MAIL: pmccapis@ig.com.br



c) Os valores das multas referidas neste item serão descontadas "ex-officio" da contratada, mediante subtração a ser efetuada em qualquer fatura de crédito em seu favor que mantenha junto à Prefeitura de Capistrano, independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

11.1.3-Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 anos.

11.1.4-Declaração de Idoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, de no mínimo 2 (dois) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a sua reabilitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

12.1 – O presente instrumento contratual poderá ser rescindido de conformidade com o disposto nos arts. 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

12.2 – Na hipótese de ocorrer a rescisão administrativa prevista no art. 79, inciso I, da Lei nº 8.666/93, à Contratante são assegurados os direitos previstos no art. 80, incisos I a IV, §§ 1º a 4º, da Lei citada.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

13.1- Os recursos cabíveis serão processados de acordo com o que estabelece o art. 109 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

13.2- Os recursos deverão ser interpostos mediante petição devidamente arrazoada e subscrita pelo representante legal da recorrente.

13.3- Os recursos deverão ser protocolados e encaminhados à Comissão de Licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DO FORO

14.1 - Fica eleito o foro da cidade de Capistrano, para dirimir as questões relacionadas com a execução deste contrato não resolvida pelos meios administrativos.

E, estando acertados, assinam o presente Instrumento, em 02 (duas) vias perante duas testemunhas que também o assinam, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Capistrano (Ce), 03 de setembro de 2012.

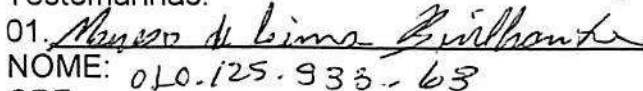


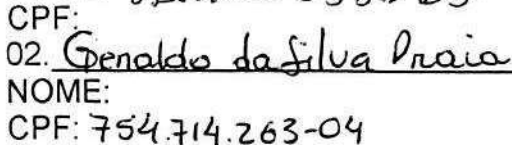
MUNICIPIO DE CAPISTRANO
Antônio Gilberto Queiroz Martins
Secretário do Trabalho e
Desenvolvimento Social
CONTRATANTE



UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS
Karileny Sales Pinto Uchoa
CONTRATADA

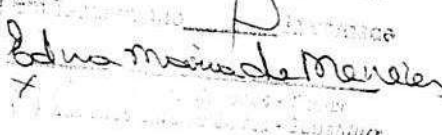
Testemunhas:

01. 
NOME: Manoel de Lima Brilhante
CPF: 010.125.933-63

02. 
NOME: Genaldo da Silva Praia
CPF: 754.714.263-04



23 JUL 2013



Karileny Sales Pinto Uchôa

ADVOGADA

Ceará-Brasil - Telefone 85 986883832 - E-mail uchoadvogadosassociados@gmail.com



EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

10/2025 a presente data	Assessora Jurídica do Núcleo Judicial DETRAN/CE
03/2024 a 12/2024	Procuradora Jurídica Consórcio Público de Saúde do Maciço de Baturité Autarquia Interfederativa
04/2021 a 10/2024	Coordenadora do Núcleo Judicial DETRAN/CE
01/2019 a 12/2019	Procuradora-Geral do Município Município de Capistrano
04/2010 a 10/2018	Procuradora Jurídica Consórcio Público de Saúde do Maciço de Baturité Autarquia Interfederativa
01/2010 a presente data	Sócia Administradora de Escritório Jurídico Uchôa Advogados Associados CNPJ nº11.607.901/0001-62 Prestação de Assessoria Jurídica aos Poderes Executivo e Legislativo. Prefeituras atualmente assessoradas: Capistrano e Baturité. Câmara Municipal atualmente assessorada: Marco. Prefeituras que foram assessoradas: Itapiúna, Guaramiranga, Tururu. Câmaras Municipais que foram assessoradas: Paracuru. Prestação de Assessoria Jurídica a empresas privadas.
03/2010 a 05/2013	Assessora Jurídica Município de Capistrano
06/2010 a 11/2010	Professora Instituto Superior de Educação do Brasil-IESB

EDUCAÇÃO

2008.2	Graduação em Direito <i>Universidade de Fortaleza - UNIFOR</i>
2010	Pós-Graduação em Ciências Criminais <i>Universidade Candido Mendes</i>

HABILIDADES

Atuação na área Jurídica com elaboração de petições, contestação de ações, recursos, manifestações processuais em geral, avaliação de provas, realização de audiências e acompanhamento procesual.

Promoção de defesa e elaboração de ações assegurando o interesse do cliente, com formação do conjunto probatório e com instrução dos atuantes no processo.

Elaboração de pareceres, notificações judiciais, extrajudiciais, contratos, atos normativos, projetos de Lei, dentre outros instrumentos.

Experiência no zelo pelos objetivos do cliente, preservando interesses individuais e coletivos, conforme princípios éticos.

Didática em liderar equipe jurídica.

Didática de ensino.

IDIOMAS

- Português - Avançado
- Inglês - Básico
- Espanhol – Básico



CÂMARA MUNICIPAL DE MARCO – CEARÁ
CNPJ: 03.855.618/0001-21
Endereço: Rua Rios, S/N - Centro, 62.560-000

ATESTADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Para os devidos fins, declara-se que UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS, inscrito no CNPJ sob o nº 11.607.901/0001-62, prestou serviços à Câmara Municipal de Marco, tendo como objeto a contratação de serviços advocatícios especializados de apoio administrativo para o assessoramento jurídico, destinados ao atendimento das demandas da referida Câmara Municipal, conforme os seguintes contratos e respectivos aditivos, listados em ordem cronológica:

- **Contrato nº 20159017 – de 01 de abril de 2015 a 31 de dezembro de 2015.**
- **1º Aditivo – de 04 de janeiro de 2016 a 03 de outubro de 2016.**
- **2º Aditivo – de 30 de setembro de 2016 a 30 de junho de 2017.**
- **3º Aditivo – de 29 de junho de 2017 a 23 de fevereiro de 2018.**
- **4º Aditivo – de 21 de fevereiro de 2018 a 23 de novembro de 2018.**
- **Contrato nº 20199025 – de 10 de maio de 2019 a 31 de dezembro de 2019.**
- **4º Aditivo (referente ao contrato anterior) – de maio de 2019 a fevereiro de 2021.**
- **1º Aditivo (novo ciclo contratual) – de 01 de janeiro de 2020 a 27 de agosto de 2020.**
- **2º Aditivo – de 26 de agosto de 2020 a 31 de dezembro de 2020.**
- **3º Aditivo – de 30 de dezembro de 2020 a 30 de agosto de 2021.**
- **5º Aditivo – de 30 de agosto de 2021 a 29 de abril de 2022.**
- **6º Aditivo – de 28 de abril de 2022 a 31 de dezembro de 2022.**
- **7º Aditivo – de 30 de dezembro de 2022 a 31 de dezembro de 2023.**
- **9º Aditivo – de 29 de dezembro de 2023 a 30 de abril de 2024.**
- **Contrato nº 001/2024.01.01 – de 14 de maio de 2024 a 31 de dezembro de 2024.**
- **1º Aditivo – de 01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025.**

Declaro que durante os períodos acima citados, o(a) profissional desempenhou suas funções com responsabilidade, assiduidade e competência, contribuindo significativamente para o bom andamento das atividades administrativas desta Casa Legislativa.

Marco – CE, 12 de maio de 2025.

SOCORRO OSTERNO
NEVES:54787718304

Assinado de forma digital
por SOCORRO OSTERNO
NEVES:54787718304

Socorro Osterno Neves
Presidente da Câmara Municipal de Marco



CONTRATO Nº 001/2024.01.01

**INSTRUMENTO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO DE
PRESTAÇÃO DE ADVOCACIA E CONSULTORIA
JURÍDICA**

Pelo presente Instrumento de Contrato Administrativo de Prestação de Serviços de Advocacia e Consultoria Jurídica que entre si celebram de um lado a **Câmara Municipal de Marco**, com sede na Rua Rios s/nº, bairro Centro, nesta cidade de Marco-CE, inscrita no CNPJ sob o nº 03.855.618/0001-21, denominado daqui por diante de **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Presidente da Câmara Municipal e Ordenador de Despesas, Sr. **João Batista Viana**, brasileiro, casado, empresário, portador da Carteira de Identidade nº 97004004500 expedida pela SSP/CE e CPF nº 818.003.203-53, domiciliado nesta cidade de Marco/CE, onde reside na Rua Dep. Murilo Aguiar nº 286, Coqueirinho, e do outro lado a empresa **UCHÔA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, pessoa jurídica de direito privado, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ(MF) nº 11.607.901/0001-62, regularmente inscrita junto ao Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/CE) sob o nº 626, estabelecida na cidade de Fortaleza/CE, à Av. Santos Dumont nº 2789 Sala 309, bairro Aldeota, neste ato representada pela sócia administradora, Srta. **Karileny Sales Pinto Uchôa**, brasileira, solteira, advogada, inscrita no CPF(MF) nº 015.867.153-80, regularmente inscrita junto a OAB-CE sob o nº 21.348, residente e domiciliada na cidade de Fortaleza/CE, resolvem celebrar o presente instrumento conforme as cláusulas e condições a seguir elencadas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – FUNDAMENTO LEGAL

1.1. O presente contrato tem como fundamento o Art. 74, inciso III, alíneas “b”, “c” e “e” e §3º da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, combinado com o Art. 3º-A da Lei Federal nº 8.906, de 04 de julho de 1994 e Artigo 1º da Lei Federal nº 14.039, de 17 de agosto de 2020, e pelo processo de **Inexigibilidade de Licitação nº 001/2024.01**.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. O objeto do presente instrumento é a **prestação dos serviços especializados de apoio administrativo para a assessoria e consultoria jurídica junto a Câmara Municipal de Marco**.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E DO REAJUSTE

3.1. O valor total da presente avença é de **R\$ 56.000,00 (cinquenta e seis mil reais)** a ser pago em **08 (oito) parcelas mensais** no valor de **R\$ 7.000,00 (sete mil reais)**, no prazo de até trinta dias, contado a partir da data final do período de adimplemento da obrigação, na proporção dos serviços efetivamente prestados no período respectivo, segundo as autorizações expedidas pela CÂMARA MUNICIPAL DE MARCO e de conformidade com as notas fiscais/faturas e/ou recibos devidamente atestadas pelo setor competente, observadas a condições da proposta adjudicada e da ordem de serviço emitida.

3.2. Os preços são firmes e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses da apresentação da proposta. Caso o prazo exceda a 12 (doze) meses os preços contratuais poderão ser reajustados, tomando-se por base a data da apresentação da proposta, pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado (IGPM) da Fundação Getúlio Vargas, ou, caso esse venha a ser excluído, por outro equivalente, podendo, a critério da Autoridade Superior, ser feito por simples apostila, em conformidade com o inciso I, do Art. 136, da Lei nº 14.133/21.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA VALIDADE, DA VIGÊNCIA E DA EXECUÇÃO

4.1. O presente instrumento de contrato terá validade a partir da data de sua assinatura e vigorará até o dia **31 de dezembro de 2024**, podendo ser prorrogado, nos termos do Art. 107 da Lei Federal nº 14.133/21, combinado com o §4º do Art. 91 do mesmo Diploma Legal.

4.2. O presente contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei de Licitações, e cada parte responderá pelas consequências de sua



inexecução total ou parcial.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA ORIGEM DOS RECURSOS

5.1. As despesas deste contrato correrão por conta da Dotação Orçamentária: Exercício 2024 Atividade: 0101.010310001.2.001 - Gerenciamento Administrativo do Legislativo Municipal, Classificação econômica 3.3.90.39.00 Outros Serviços Terceiros de Pessoa Jurídica, Subelemento 3.3.90.35.00 Serviços de consultoria. 1500000000 - Recursos não vinculados de impostos.

6. CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1. Os preços pactuados poderão ser restabelecidos, para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, desde que o eventual aumento dos custos venha a ser devidamente comprovado, por meio de planilha analítica e documentação hábil.

6.2. O objeto será atestado e pago, pela Câmara Municipal de Marco, nos prazos e na forma estabelecidos no Contrato.

6.3. O pagamento será efetuado, em até o 30 (trigésimo) dia, contados da data do recebimento da Nota Fiscal, diretamente pela Câmara Municipal de Marco.

6.4. Os pagamentos somente poderão ser realizados com a devida apresentação das certidões de regularidade fiscal e trabalhista.

6.5. O pagamento poderá ser realizado mediante expedição de precatório, nos termos do item

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, DA FISCALIZAÇÃO E DO RECEBIMENTO.

7.1. Os serviços deverão ser executados pela Contratada, em conformidade com a proposta apresentada e com as cláusulas contratuais, devendo atender todas as necessidades da Contratante, quanto ao objeto contratado, desde que obedecidas todas as normas e prazos contidos no instrumento convocatório, estando a Contratante obrigada a prestar todas e quaisquer informações, se necessário, quanto ao bom cumprimento da obrigação pela Contratada.

7.2. Os serviços deverão abranger toda e qualquer necessidade que assim o departamento demandar quanto à execução dos serviços,

7.3. A fiscalização do Contrato será exercida por servidor designado pela Contratante.

7.4. O recebimento se dará após a verificação das formalidades legais exigidas no presente objeto contratual, assim por servidor designado pela Administração, no prazo máximo de até 05 (cinco) dias.

7.5. Considerando a rejeição do objeto, a Administração deverá expor suas razões, devendo a Contratada fazê-la em conformidade com a indicação da Contratante, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES

8.1. A Contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, em caso de inexecução total ou parcial do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, garantida a prévia defesa:

I - Advertência, sanção de que trata o inciso I do art. 156, da Lei nº 14.133/21, que poderá ser aplicada nos seguintes casos:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços da Contratante, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

II - Multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas, por meio de Documento de Arrecadação Municipal, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante);

- a) de 1% (um por cento) sobre o valor contratual total do exercício, por dia de atraso e/ou interrupção na execução do objeto, limitada a 10% do mesmo valor;
- b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor contratual total do exercício, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada nas demais alíneas deste inciso, aplicada em dobro na reincidência;



III – impedimento de licitar e contratar, nos termos do art. 156, inciso III e § 4º da Lei nº 14.133/21.

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, nos termos do art. 156, inciso IV e § 5º da Lei nº 14.133/21.

8.2. Na aplicação da sanção prevista no item 8.1.I, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.3. A aplicação das sanções previstas nos itens 8.1.III e 8.1.IV requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

8.4. O valor da multa aplicada deverá ser recolhido ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias a contar da notificação ou decisão do recurso. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer *jus*. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado mediante processo de execução fiscal, com os encargos correspondentes.

8.5. As sanções previstas nos itens supra, poderão ser aplicadas às licitantes que praticarem as seguintes infrações:

- I – der causa à inexecução parcial do contrato;
- II – der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III – der causa à inexecução total do contrato;
- IV – não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- V – ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- VI – apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação ou prestar declaração falsa durante o processo de contratação ou a execução do contrato;
- VII – fraudar a licitação/contratação direta ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- VIII – comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; IX – praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

9. CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

9.1. O Contrato poderá ser rescindido pelos motivos e formas especificados nos artigos 137, 138 e 139 da Lei nº 14.133/21.

9.2. A inadimplência das cláusulas e condições estabelecidas no instrumento convocatório, pela Contratada, assegurará à Contratante o direito de dá-lo por rescindido mediante notificação entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento.

9.3. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

9.3.1. Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

- a) devolução da garantia;
- b) pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção; e
- c) pagamento do custo da desmobilização.

9.4. É dever da Contratada reconhecer os direitos da Administração em caso de rescisão administrativa prevista no art. 139 da Lei de Licitações nº 14.133/2021.

9.5. É vedada a subcontratação de empresas ou a atuação de profissionais distintos daqueles que tenham justificado a inexistência, sob pena de rescisão contratual.



10. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 10.1. A Contratante se obriga a proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes da presente licitação, consoante estabelece a Lei nº 14.133/21.
- 10.2. Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto contratual.
- 10.3. Providenciar os pagamentos à Contratada, à vista das Notas Fiscais/Faturas devidamente atestadas, pelo setor competente.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 11.1. Executar o objeto contratual em conformidade com as condições e prazos estabelecidos na proposta.
- 11.2. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.
- 11.3. Arcar com eventuais prejuízos causados à Contratante e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados ou prepostos envolvidos na execução do contrato.
- 11.4. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme previsão do artigo 125 da Lei nº 14.133/21.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO CONTRATUAL

- 12.1. Este contrato está vinculado de forma total e plena ao **PROCESSO ADMINISTRATIVO DE INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2024.01** do Art. 74, inciso III, alíneas "b", "c" e "e" e §3º da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, combinado com o Art. 3º-A da Lei Federal nº 8.906, de 04 de julho de 1994 e Artigo 1º da Lei Federal nº 14.039, de 17 de agosto de 2020, e a proposta de preços da Contratada, parte integrante do presente instrumento contratual.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

- 13.1. Fica eleito o foro da Comarca de Marco, Estado do Ceará, para conhecimento das questões relacionadas com o presente Contrato que não forem resolvidos pelos meios administrativos.

E, assim, inteiramente acordados nas cláusulas e condições retro - estipuladas, as partes contratantes assinam o presente instrumento, em duas vias, perante 02 (duas) testemunhas maiores, capazes, que também o subscrevem.

Marco/CE, 14 de maio de 2024.


CÂMARA MUNICIPAL DE MARCO

João Batista Viana
Presidente da Câmara
CONTRATANTE

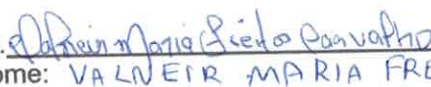

UCHÔA ADVOGADOS ASSOCIADOS

Karileny Sales Pinto Uchôa
Sócia Administradora
CONTRATADA

Testemunhas:

01. 

Nome: MARIA FABIANA ESTEVES
CPF: 907.221.163 - 49

02. 

Nome: VALNEIR MARIA FREITAS CARVALHO
CPF: 733.302.053 - 34



CÂMARA MUNICIPAL DE
MARCO



ANEXO - CONTRATO Nº 001/2024.01.01

Item	Descrição dos Serviços	Und.	Quant.	Vr. Unitário	Valor Total
01	Prestação dos serviços especializados de apoio administrativo para a assessoria e consultoria jurídica junto a Câmara Municipal de Marco	Mês	08	R\$ 7.000,00	R\$ 56.000,00
VALOR GLOBAL DO CONTRATO R\$					R\$ 56.000,00


CÂMARA MUNICIPAL DE MARCO
João Batista Viana
Presidente da Câmara
CONTRATANTE


UCHÔA ADVOGADOS ASSOCIADOS
Karileny Sales Pinto Uchôa
Sócia Administradora
CONTRATADA



1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 001/2024.01.01

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 001/2024.01.01, QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE MARCO E UCHÔA ADVOGADOS ASSOCIADOS, PARA OS FINS QUE A SEGUIR SE DECLARA.

A CÂMARA MUNICIPAL DE MARCO, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.855.618/0001-21, com sede na Rua Rios, s/nº, Centro, Marco-CE, neste ato representada pelo Presidente João Batista Viana, doravante denominada **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a empresa UCHÔA ADVOGADOS ASSOCIADOS, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.607.901/0001-62, com sede na Av. Santos Dumont, nº 2789, Sala 309, Fortaleza-CE, representada por sua administradora, a Sra. Karileny Sales Pinto Uchôa, inscrita no CPF/MF sob o nº 015.867.153-80, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 001/2024.01.01, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1. Este Termo Aditivo encontra fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente em seus artigos 107 e 124, e demais legislações pertinentes aplicáveis ao caso.

1.2. O presente aditivo visa garantir a continuidade dos serviços de assessoria e consultoria jurídica contratados originalmente, em observância ao princípio da continuidade do serviço público e ao interesse público.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. O objeto do presente Termo Aditivo é a prorrogação do prazo de execução do Contrato nº 001/2024.01.01, originalmente firmado em 14 de maio de 2024. O prazo contratual será prorrogado pelo período de 12(doze) meses. Portanto, terá vigência do dia 01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA JUSTIFICATIVA

3.1. A prorrogação contratual é uma prerrogativa da Administração Pública, desde que fundamentada na necessidade de continuidade dos serviços, no interesse público e no princípio da economicidade.

3.2. Os serviços de assessoria e consultoria jurídica possuem natureza continuada, sendo imprescindíveis para a boa gestão administrativa e para o cumprimento das funções institucionais da CONTRATANTE.

3.3. Considerando a excelência dos serviços prestados e a relevância das atividades desempenhadas pela CONTRATADA, a CONTRATANTE reconhece a necessidade da prorrogação do prazo contratual.





CLÁUSULA QUARTA – DA FONTE DE RECURSOS

4.1. As despesas decorrentes deste termo correrão por conta dos recursos oriundos do Tesouro Municipal, sob a dotação orçamentária nº 0101-010310001.2.001, elemento de despesa nº 3.3.90.39.00, consignada no orçamento do Poder Legislativo Municipal para o exercício financeiro de 2025.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1. As demais cláusulas e condições pactuadas anteriormente permanecerão inalteradas e em pleno vigor.

E, estando acertados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias, perante duas testemunhas que também o assinam, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Marco-CE, ____ de ____ de 2024.

João Bodita U...

Câmara Municipal de Marco

CONTRATANTE

[Assinatura]

Uchôa Advogados Associados

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1.

NOME: Maria Jolene Enzun CPF: 907.221.163-49

2.

NOME: Alma Maria Freitas Carvalho CPF: 733.302-053-34



CÂMARA MUNICIPAL DE
MARCO



CONTRATO Nº 20199025

**TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM A
CÂMARA MUNICIPAL DE MARCO COM A UCHÔA
ADVOGADOS ASSOCIADOS, NAS CONDIÇÕES
ABAIXO PACTUADAS:**

A **CÂMARA MUNICIPAL DE MARCO**, com sede à Rua Rios, s/nº Centro, Marco, Estado do Ceará, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.855.618/0001-21, neste ato representado pelo Vereador Presidente, Sr. **Francisco Robério Vasconcelos**, brasileiro, casado, portador do RG nº 200726317-88 expedida pela SSP/CE e CPF/MF nº 439.772.513-68, domiciliado neste Município de Marco/CE, onde reside na localidade de Panacuí - Zona Rural, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e a empresa **UCHÔA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, pessoa jurídica de direito privado, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ(MF) nº 13.042.644/0001-94, regularmente inscrita junto ao Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/CE) sob o nº 626, estabelecida na cidade de Fortaleza/CE, à Av. Santos Dumont nº 2789 Sala 309, bairro Aldeota, neste ato representada pela sócia administradora, Srta. **Karileny Sales Pinto Uchôa**, brasileira, solteira, advogada, inscrita no CPF(MF) nº 015.867.153-80, regularmente inscrita junto a OAB-CE sob o nº 21.348, residente e domiciliada na cidade de Fortaleza/CE, ao fim assinado, doravante denominada de **CONTRATADA**, de acordo com o Edital de Tomada de Preços nº 002/2019, Processo nº 002/2019-2503, o que fazem mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLAÚSULA PRIMEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1. Fundamenta-se este contrato na **Tomada de Preços nº 002/2019**, devidamente homologada pela autoridade competente, ao fim assinado e a proposta da Contratada, tudo parte integrante deste Termo Contratual, independente de transcrição, na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLAÚSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1. O presente contrato tem por objeto **PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE APOIO ADMINISTRATIVO PARA A ASSESSORIA E CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO A CÂMARA MUNICIPAL DE MARCO**.

CLAÚSULA TERCEIRA - DO PREÇO

3.1. A **CONTRATANTE** pagará ao **CONTRATADO** pela execução do objeto deste contrato o valor global de **R\$ 49.600,00 (quarenta e nove mil e seiscentos reais)**.

CLAÚSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 4.1. A Contratante se obriga a proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do Termo Contratual, consoante estabelece a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;
- 4.2. Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto contratual, bem como o pagamento das taxas e impostos, empregados e demais despesas necessárias ao bom andamento dos serviços;
- 4.3. Comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do objeto contratual, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas;
- 4.4. Providenciar os pagamentos à Contratada à vista das Notas Fiscais /Faturas devidamente atestadas pelo Setor Competente.



CÂMARA MUNICIPAL DE
MARCO



CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 5.1. Executar o objeto do Contrato de conformidade com as condições e prazos estabelecidos na **Tomada de Preços nº 002/2019**, neste Termo Contratual e na proposta vencedora do certame;
- 5.2. Manter durante toda a execução do objeto contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Lei de Licitações;
- 5.3. Utilizar profissionais devidamente habilitados na execução do objeto contratual;
- 12.4. Substituir os profissionais nos casos de impedimentos fortuitos, de maneira que não se prejudiquem o bom andamento e a boa prestação dos serviços;
- 5.5. Facilitar a ação da FISCALIZAÇÃO na inspeção dos serviços, prestando, prontamente, os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE;
- 5.6. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ ou irregularidades apontadas pela Contratante;
- 5.7. Pagar seus empregados no prazo previsto em lei, sendo também de sua responsabilidade o pagamento de todos os tributos que, direta ou indiretamente, incidam sobre a prestação dos serviços contratados inclusive as contribuições previdenciárias fiscais e parafiscais, FGTS, PIS, emolumentos, seguros de acidentes de trabalho, etc, ficando excluída qualquer solidariedade da Câmara Municipal de Marco por eventuais autuações administrativas e/ou judiciais uma vez que a inadimplência da CONTRATADA, com referência às suas obrigações, não se transfere a Câmara Municipal de Marco;
- 5.8. Responder, pecuniariamente, por todos os danos e/ou prejuízos que forem causados à União, Estado, Município ou terceiros, decorrentes da prestação dos serviços;

CLÁUSULA SEXTA - DOS PRAZOS

- 6.1. Os serviços objeto desta licitação deverão ser executados e concluídos até **31 de dezembro de 2019**, contados a partir do recebimento da ordem de serviço, podendo ser prorrogado nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.
- 6.2. Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que notificados no prazo de 48 (quarenta e oito) horas e aceitos pela Câmara de MARCO.

CLAUSULA SÉTIMA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 7.1. A fatura relativa aos serviços mensalmente prestados deverá ser apresentada à Câmara de Marco, até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente à realização dos serviços, para fins de conferência e atestação da execução dos serviços.
- 7.2. A fatura constará dos serviços efetivamente prestados no período de cada mês civil, de acordo com o quantitativo efetivamente realizado no mês.
- 7.3. Caso a serviço seja aprovada pela Câmara de Marco, o pagamento será efetuado até o 30º (trigésimo) dia após o protocolo da fatura pela CONTRATADA.

CLAUSULA OITAVA - DA FONTE DE RECURSOS

- 8.1. As despesas decorrentes da contratação correrão por conta, dos recursos oriundos dos repasses duodecimais, sob a Dotação Orçamentária nº 0101.010310001.2.001 e Elemento de Despesa nº 3.3.90.39.00, a serem custeadas com recursos próprios dos repasses duodecimais.

CLAUSULA NONA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇO

- 9.1. Os preços são fixos e irreajustáveis pelo período de 12 (doze) meses da apresentação da proposta. Caso o prazo exceda a 12 (doze) meses os preços contratuais poderão ser reajustados com base no índice IGP-M da Fundação Getúlio Vargas.

CLAUSULA DÉCIMA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

- 10.1. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões no quantitativo do objeto contratado, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, conforme o disposto no § 1º, art. 65, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.



CÂMARA MUNICIPAL DE
MARCO



CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

11.1. O contrato terá um prazo de vigência a partir da data da sua assinatura até 31 de dezembro de 2019, podendo ser prorrogado nos casos e formas previstos na Lei nº 8.666, de 21 de março de 1993 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantidas a prévia defesa, a Administração poderá aplicar à Contratada, as seguintes sanções:

a) Advertência;

b) Multa:

b.1) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor de sua proposta, em caso de recusa da licitante vencedora em assinar o contrato dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da notificação feita pela Contratante;

b.2) Multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso na execução dos serviços, até o limite de 30 (trinta) dias;

b.3) Multa de 2% (dois por cento) cumulativos sobre o valor da parcela não cumprida do Contrato e rescisão do pacto, a critério da Câmara de Marco, em caso de atraso dos serviços superior a 30 (trinta) dias.

b.4) Os valores das multas referidas nestas cláusulas serão descontadas “ex-officio” da Contratada, mediante subtração a ser efetuada em qualquer fatura de crédito em seu favor que mantenha junto a Câmara de Marco, independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

c) Suspensão Temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos.

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que a contratante promova a sua reabilitação.

e) Será ainda imputada a contratada multa ou punição no caso que couber por falha da (s) eventual (is) subcontratada(s) na prestação dos serviços;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS RESCISÕES CONTRATUAIS

13.1. A rescisão contratual poderá ser:

13.2. Determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e VXIII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93;

13.3. Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

13.4. Em caso de rescisão prevista nos incisos XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, sem que haja culpa do CONTRATADO, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;

13.5. A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarreta as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

14.1. Os recursos cabíveis serão processados de acordo com o que estabelece o art. 109 da Lei nº 8666/93 e suas alterações.

14.2. Os recursos deverão ser interpostos mediante petição devidamente arrazoada e subscrita pelo representante legal da recorrente dirigida à Comissão de Licitação da Câmara Municipal.

14.3. Os recursos serão protocolados na Câmara Municipal e encaminhados à Comissão de Licitação.

CLAÚSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO


15.1. Fica eleito o foro da Comarca de MARCO, Estado do Ceará, para dirimir toda e qualquer controvérsia oriunda do presente, que não possa ser resolvida pela via administrativa, renunciando-se, desde já, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem acertados as partes, firmam o presente instrumento contratual em 03 (três) vias para que possa produzir os efeitos legais.

Marco/CE, 10 de maio de 2019.

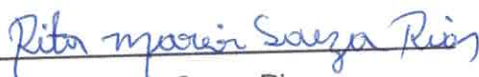


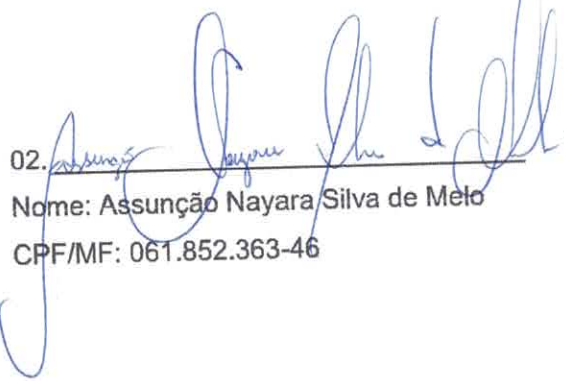
CÂMARA MUNICIPAL DE MARCO
Francisco Robério Vasconcelos
Presidente da Câmara
CONTRATANTE



UCHÔA ADVOGADOS ASSOCIADOS
Karileny Sales Pinto Uchôa
Sócia Administradora
CONTRATADA

Testemunhas:

01. 
Nome: Rita Maria Souza Rios
CPF/MF: 907.524.063-53

02. 
Nome: Assunção Nayara Silva de Melo
CPF/MF: 061.852.363-46



OBJETO: Prestação dos serviços especializados de apoio administrativo para a assessoria e consultoria jurídica junto a Câmara Municipal de Marco.

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UND	QUANT.	VR. UNIT.	VR. TOTAL
01	Prestação dos serviços especializados de apoio administrativo para a assessoria e consultoria jurídica junto a Câmara Municipal de Marco	Mês	08	R\$ 6.200,00	R\$ 49.600,00
VALOR TOTAL >>>>>>>>>>>>>>>>					R\$ 49.600,00

UCHÔA ADVOGADOS ASSOCIADOS
Karileny Sales Pinto Uchôa
Sócia Administradora
CONTRATADA



CÂMARA MUNICIPAL DE
MARCO



9º ADITIVO CONTRATO Nº 20199025

**NONO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 20199025
QUE FAZEM ENTRE SI A CÂMARA MUNICIPAL DE
MARCO COM A UCHÔA ADVOGADOS ASSOCIADOS,
PARA O FIM QUE A SEGUIR SE DECLARA.**

A **CÂMARA MUNICIPAL DE MARCO**, inscrita no CNPJ sob o nº 03.855.618/0001-21, com sede à Rua Rios, s/nº, bairro Centro, na cidade de Marco, Estado do Ceará, neste ato pelo Vereador Presidente, Sr. **João Batista Viana**, portador do RG nº 97004004500 expedida pela SSP/CE e CPF nº 818.003.203-53, domiciliado nesta cidade de Marco/CE, onde reside na Rua Dep. Murilo Aguiar, nº 286, Coqueirinho, doravante denominado de **CONTRATANTE**, e, do outro lado a empresa **UCHÔA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, pessoa jurídica de direito privado, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ(MF) nº 11.607.901/0001-62, regularmente inscrita junto ao Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/CE) sob o nº 626, estabelecida na cidade de Fortaleza/CE, à Av. Santos Dumont nº 2789 Sala 309, bairro Aldeota, neste ato representada pela sócia administradora, Srta. **Karileny Sales Pinto Uchôa**, brasileira, solteira, advogada, inscrita no CPF(MF) nº 015.867.153-80, regularmente inscrita junto a OAB-CE sob o nº 21.348, residente e domiciliada na cidade de Fortaleza/CE, ao fim assinado, doravante denominada de **CONTRATADA**, resolvem firmar o presente Aditivo ao Contrato, decorrente do processo licitatório, na modalidade **Tomada de Preços nº 002/2019**, cujo objeto é a **prestação dos serviços especializados de apoio administrativo para a assessoria e consultoria jurídica junto a Câmara Municipal de Marco**, e em conformidade com as disposições contidas na Lei nº 8.666/93 atualizada pela Lei nº 9.648/98, e mediante as Cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1 - O presente Aditivo Contratual tem como fundamento o **artigo 57, inciso II** da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

2.1 - O Aditivo Contratual tem por finalidade a prorrogação do termo contratual resultante do procedimento licitatório supramencionado. O prazo contratual anteriormente pactuado será prorrogado pelo período correspondente ao dia **29 de dezembro de 2023** até o dia **30 de abril de 2024**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR CONTRATUAL

3.1 - O valor do presente Aditivo Contratual, importa no valor global de **R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais)**, a ser pago à Contratada de forma parcelada em **04 (quatro) parcelas mensais iguais de R\$ 7.000,00 (sete mil reais)**, em favor da Contratada após a confirmação da execução do objeto contratual e apresentação da Nota Fiscal/Fatura à Contratante, conforme demonstrado na tabela abaixo:

CLÁUSULA QUARTA - DA JUSTIFICATIVA

4.1 - A Prorrogação Contratual é uma prerrogativa da Administração Pública, que poderá utilizá-la quando respaldado legalmente, fato este, óbvio, no caso em tela. São dois os motivos preponderantes, entre outros: O primeiro consiste na inconveniência da suspensão das atividades de interesse público, provenientes de serviços prestados de modo contínuo; o segundo é a previsibilidade de recursos orçamentários. Em princípio, qualquer que seja a distribuição de verbas no orçamento anual, com certeza, irão existir recursos para efetivação destes serviços.

4.2- A prorrogação se revela mais vantajosa para administração Pública visto que para a Câmara de Marco em face da Contratada continuando com os mesmos preços e as mesmas condições contratuais será mais vantagem para esta Casa Legislativa, visto que não haverá majoração no valor da prestação do serviço, inobstante a perda inflacionária que a moeda sofreu de um exercício financeiro para o seguinte.

4.3 - A prorrogabilidade do contrato em pauta, não só está assegurada pelo disposto no **inciso II**, do **art. 57** da Lei de licitações vigente, como pela sua previsibilidade no instrumento convocatório.



4.4 - Considerando a excelência da qualidade do serviço que vem sendo prestado a esta Câmara Municipal, verificado pela fiscalização realizada pela Câmara, combinado com o princípio da economicidade, a Contratante resolve prorrogar o referido contrato por mais **03 (três) meses**, preservando, desse modo, a Supremacia do Interesse Público.

4.5 - Tendo em vista a essencialidade dos serviços, no qual tal interrupção caracterizaria prejuízo a administração, pois trata-se de serviços considerados contínuos, reunidos os requisitos da essencialidade do serviço pelo fato de prolongar-se no tempo de forma permanente e interrupta, cuja falta paralisaria ou retardaria as atividades rotineiras da Câmara Municipal findando a comprometer a garantia do interesse público. Combinado com o princípio da economicidade, demonstrado através de ampla pesquisa prévia de preços, a CONTRATANTE, com aquiescência da CONTRATADA, resolvem prorrogar o referido contrato pelo período compreendido acima.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 - As despesas decorrentes do presente aditivo contratual correrão por conta de recursos financeiros oriundos dos repasses duodecimais, através da dotação orçamentária nº **01 01 031 0031 2.001** Gerenciamento Administrativo do Legislativo Municipal e Elemento de despesas: **3.3.90.39.00** - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica consignada no Orçamento do Poder Legislativo Municipal para o exercício financeiro de 2024.

CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 - As demais cláusulas e condições pactuadas anteriormente permanecerão inalteradas e em pleno vigor.

E, estando acertados, assinam o presente Instrumento, em 02 (duas) vias, perante duas testemunhas, que também o assinam, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Marco/CE, 29 de dezembro de 2023.

João Batista Viana
CÂMARA MUNICIPAL DE MARCO

João Batista Viana
Presidente da Câmara
CONTRATANTE

Karleny Sales Pinto Uchôa
UCHÔA ADVOGADOS ASSOCIADOS

Karleny Sales Pinto Uchôa
Sócia Administradora
CONTRATADA

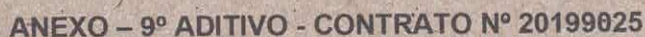
Testemunhas:

01. Alexandra Maria Rocha Carneiro

Nome: ALEXANDRA MARIA ROCHA CARNEIRO
CPF/MF: 606.186.583 - 00

02. Maria Zilda Teófilo Neto

Nome: MARIA ZILDA TEÓFILO NETA
CPF/MF: 005.979.203 - 54



Item	Descrição dos Serviços	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
01	Prestação dos serviços especializados de apoio administrativo para a assessoria e consultoria jurídica junto a Câmara Municipal de Marco	Mês	04	R\$ 7.000,00	R\$ 28.000,00
VALOR TOTAL >>>>>>>>>>>>>>					R\$ 28.000,00

João Batista Viana
Presidente da Câmara
CONTRATANTE

Karileny Sales Pinto Uchôa
Sócia Administradora
CONTRATADA



CÂMARA MUNICIPAL DE MARCO

ESTADO DO CEARÁ

CONTRATO Nº 20159017

**TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A
CÂMARA MUNICIPAL DE MARCO E A EMPRESA
UCHÔA ADVOGADOS ASSOCIADOS PARA O FIM
QUE A SEGUIR SE DECLARA:**

A **CÂMARA MUNICIPAL DE MARCO**, com sede à Rua Rios, s/nº - Centro - Marco/CE, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 03.855.618/0001-21, representada por seu Presidente, **Francisco José Cordeiro**, portador da Carteira de Identidade nº 2799506-94 expedida pela SSP/CE e CPF(MF) nº 717.880.343-68, residente e domiciliado na cidade de Marco/CE, denominado simplesmente **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa **UCHÔA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita no CNPJ(MF) nº 13.042.644/0001-94, regularmente inscrita junto ao Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/CE) sob o nº 626, estabelecida na cidade de Itapipoca/CE, à Av. Ulisses Bezerra nº 2238, bairro Cidade dos Funcionários, neste ato representada pela sócia, Srta. **Karileny Sales Pinto Uchôa**, brasileira, solteira, advogada, inscrita no CPF(MF) nº 015.867.153-80, regularmente inscrita junto a OAB-CE sob o nº 21.348, residente e domiciliada na cidade de Fortaleza/CE, doravante denominado, **CONTRATADA**, resolvem firmar o presente Contrato, decorrente do processo licitatório, na modalidade Tomada de Preços, regime de execução indireta, empreitada por preço global e em conformidade com as disposições contidas na lei nº 8.666/93 atualizada pela lei nº 9.648/98, e mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1 - O presente Contrato fundamenta-se na **Tomada de Preços nº 001/2015**, e na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e na Proposta de Preço da Contratada, tudo parte integrante deste termo, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO DO CONTRATO

2.1 O presente contrato tem por objeto a **prestação dos serviços de assessorias e consultorias diversas junto a Câmara Municipal de Marco**, conforme especificações no Anexo I do Edital e abaixo detalhado:

LOTE	ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS	UND.	QUANT.	V. UNT.	V. TOTAL R\$
05	Prestação dos serviços advocatícios para assessoria e consultoria jurídica junto ao Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Marco, com profissional (advogado) a disposição da câmara com carga horária de 20 (vinte) horas por semana.	MÊS	09	4.994,00	44.946,00

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1 - A CONTRATADA se obriga a executar, no regime de execução indireta.

CLÁUSULA QUARTA- DO PREÇO

4.1 - O valor contratual importa na quantia de **R\$ 44.946,00 (quarenta e quatro mil, novecentos e quarenta e seis reais)**, a ser pago à CONTRATADA de forma parcelada em **09 (nove) parcelas mensais iguais de R\$ 4.994,00 (quatro mil, novecentos e noventa e quatro reais)** estando nele incluídas todas as despesas necessárias para a sua perfeita execução, após a confirmação da execução do objeto contratual e apresentação da Nota Fiscal/ Fatura à Contratante.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES: Obrigam-se Contratante e Contratada a cumprirem fielmente o determinado no Edital, no Contrato e as normas estabelecidas na Lei nº 4.320 e 8.666/93 e suas demais alterações, obrigando-se ainda:

5.1- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Rua Rios, s/nº - Centro Marco - Ceará CEP: 62.560-000
CNPJ(MF) nº 03.855.618/0001-21 Fone/Fax: (88) 3664-1950
www.cmm.ce.gov.br E-mail: ouvidoria@cmm.ce.gov.br



CÂMARA MUNICIPAL DE MARCO

ESTADO DO CEARÁ

5.1.1- A Contratante se obriga a proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes da presente licitação, consoante estabelece a Lei nº 8.666/93.

5.1.2- Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto contratual.

5.1.3- Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do objeto, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas.

5.1.4- Providenciar os pagamentos à CONTRATADA, à vista das Notas Fiscais e Recibos devidamente atestadas, pelo setor competente.

5.1.5- Colocar à disposição da contratada toda documentação necessária para a Perfeita execução dos serviços solicitados.

5.2- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.2.1- São obrigações da Contratada:

- Executar o objeto do Contrato de conformidade com as condições e prazos estabelecidos neste edital, no Termo Contratual e na proposta vencedora do certame;
- Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela CONTRATANTE;
- Arcar com eventuais prejuízos causados à CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados ou prepostos envolvidos na execução do contrato;
- Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme art. 65, § 1º da Lei nº 8666/93.
- Assumir inteira responsabilidade com todas as despesas diretas e indiretas com as pessoas envolvidas na execução do objeto contratual, que não terão nenhum vínculo empregatício com a Contratante;
- Guardar sigilo sobre informações e documentos fornecidos pela contratante, em decorrência dos serviços objeto do presente contrato.
- Responder por todos os ônus referente aos serviços ora contratados, desde os salários de pessoal neles empregados, como também os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais que vem incidir sobre o presente contrato.
- Utilizar profissionais devidamente habilitados na execução do objeto contratual;
- Substituir o profissional nos casos de impedimentos fortuitos, de maneira que não se prejudiquem o bom andamento e a boa prestação dos serviços

CLÁUSULA SEXTA - DOS PRAZOS E VIGÊNCIA:

6.1- Os serviços objeto desta licitação, deverão ser executados até o **dia 31 de Dezembro de 2015** a contar da emissão da respectiva Ordem de Serviço, que será expedida pelo Presidente Contratante.

6.2- O presente Contrato terá vigência até **31 de dezembro de 2015**, a contar da data de sua assinatura, a partir da data de sua assinatura, podendo ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, mediante Termos Aditivos, até o limite de 60 (sessenta) meses, nos casos previstos de acordo com o inciso II, do artigo 57, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, após a verificação da real necessidade e com vantagens junto a Câmara Municipal de Marco, na continuidade do Contrato, podendo ser alterado, exceto no tocante ao seu objeto.

CLAUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES E SANÇÕES

7.1. O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas no edital e no termo de contrato e das demais cominações legais.

7.2. A Contratada ficará, ainda, sujeita às seguintes penalidades, em caso de inexecução total ou parcial do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, garantida a prévia defesa:

I – advertência, sanção de que trata o inciso I do art. 87, da Lei nº 8.666/93, poderá ser aplicada nos



CÂMARA MUNICIPAL DE MARCO

ESTADO DO CEARÁ

seguintes casos:

a) Descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas na licitação;
b) Outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços da Contratante, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

II – multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Municipais de Marco, por meio de Documento de Arrecadação Municipal – DAM, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

a) de 1% (um por cento) sobre o valor contratual total, por dia de atraso na execução do objeto ou indisponibilidade do mesmo, limitada a 10% do mesmo valor;
b) de 2% (dois por cento) sobre o valor contratual total do exercício, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada nas demais alíneas deste inciso, aplicada em dobro na reincidência;
c) de 5% (cinco por cento) do valor contratual total do exercício, pela recusa em corrigir qualquer serviço rejeitado, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 5 (cinco) dias que se seguem à data da comunicação formal da rejeição;

III – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Câmara Municipal de Marco, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, depois do ressarcimento à Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

7.3. No processo de aplicação de penalidades é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, garantida nos prazos de 5 (cinco) dias úteis para as sanções previstas nos incisos I, II e III do item 10.2 supra e 10 (dez) dias corridos para a sanção prevista no inciso IV do mesmo item.

7.4. O valor da multa aplicada deverá ser recolhido aos cofres da Câmara Municipal de Marco no prazo de 5 (cinco) dias a contar da notificação ou decisão do recurso. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e judicial.

7.5. As sanções previstas nos incisos III e IV do item 10.2 supra, poderão ser aplicadas às empresas/entidades que, em razão do contrato objeto desta licitação:

I – praticarem atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

II – demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública, em virtude de atos ilícitos praticados;

III – sofrerem condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.

7.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 10.2 supra poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II do mesmo item, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

7.7. A licitante adjudicatária que se recusar, injustificadamente, em firmar o Contrato dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da notificação que lhe será encaminhada, estará sujeita à multa de 5,00% (cinco por cento) do valor total adjudicado, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis, por caracterizar descumprimento total da obrigação assumida.

7.8. As sanções previstas no item anterior não se aplicam às demais licitantes que, apesar de não vencedoras, venham a ser convocadas para celebrarem o Termo de Contrato, de acordo com este edital, e no prazo de 48 (quarenta e oito) horas comunicarem seu desinteresse.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DA ORIGEM DOS RECURSOS:

8.1. As despesas deste contrato correrão por conta de recursos dos repasses duodecimais diretamente transferidos à Câmara Municipal de Marco, estando na seguinte dotação orçamentária nº: 0101.01 031 0001 2.001, elemento de despesa é 3.3.90.39.00.

Rua Rios, s/nº - Centro Marco - Ceará CEP: 62.560-000
CNPJ(MF) nº 03.855.618/0001-21 Fone/Fax: (88) 3664-1950
www.cmm.ce.gov.br E-mail: ouvidoria@cmm.ce.gov.br



CÂMARA MUNICIPAL DE MARCO

ESTADO DO CEARÁ

CLÁUSULA NONA - DO PAGAMENTO:

9.1- Os pagamentos serão realizados mensalmente até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente à realização dos serviços mediante apresentação da Nota Fiscal e Recibo do serviço correspondente. A fatura relativa aos serviços executados, deverá ser aprovada, obrigatoriamente, pela Diretora Geral da Câmara Municipal de Marco, que atestará a execução do objeto licitado, juntamente com a CND Unificada de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional (RFB, PGFN e do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS), CNDT e CRF do FGTS.

CLÁUSULA DÉCIMA- DO REAJUSTE DE PREÇOS:

10.1 - Os preços cotados deverão obedecer ao preço de mercado, o reajuste deverá ser de acordo com a Lei Nº 8.666/93, com base no índice geral de preços de mercado (IGPM) ou outro índice que vier a substituí-lo, ou a repactuação de preço do contrato, desde que observado o interregno de um ano a contar da data de sua assinatura ou da data de sua última repactuação ou reajuste.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO E DAS SANÇÕES:

11.1 - Este contrato poderá ser rescindido unilateralmente pela Contratante por conveniência administrativa ou por infringência de qualquer das condições pactuadas, no caso da Contratada não cumprir as condições aqui pactuadas, sofrerá as sanções impostas no art. 77 da Lei Nº 8.666/93 e suas demais alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO

12.1 - Este contrato deverá ser publicado na imprensa Oficial ou por afixação em local de costume, até o 5º dia útil do mês subsequente a data de sua assinatura.

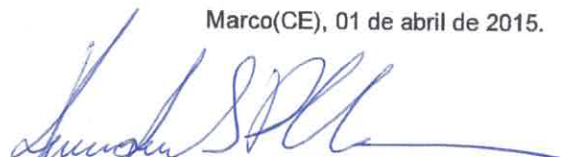
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1- O Foro competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato é o da Comarca de MARCO, Estado do Ceará.

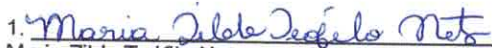
E, estando acertados, assinam o presente Instrumento, em 02 (duas) vias perante duas testemunhas que também o assinam, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.


Marco(CE), 01 de abril de 2015.


Câmara Municipal de Marco
Francisco José Cordeiro – Presidente
CONTRATANTE


Uchôa Advogados Associados
Karileny Sales Pinto Uchôa - Sócia Gerente
CONTRATADA

Testemunhas:

1. 
Maria Zilda Teófila Neta
RG: 2001015062014 SSP/CE
CPF: 005.979.203-54

2. 
Maria Jose Vasconcelos
RG: 2004098104113 - SSP/CE
CPF: 228.335.283-53



CÂMARA MUNICIPAL DE MARCO

ESTADO DO CEARÁ

4º ADITIVO

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO QUE FAZEM ENTRE SI A CÂMARA MUNICIPAL DE MARCO COM A EMPRESA UCHÔA ADVOGADOS ASSOCIADOS, PARA O FIM QUE A SEGUIR SE DECLARA.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE MARCO**, com sede à Rua Rios, s/nº - Centro - Marco/CE, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 03.855.618/0001-21, representada por seu Presidente, **Antônio Ademar Alencar Neto**, brasileiro, empresário, portador da Carteira de Identidade nº 99010355285 expedida pela SSP/CE e CPF(MF) nº 999.308.463-87, domiciliado na cidade de Marco/CE, onde reside à Rua da Igreja, nº 03, Triângulo do Marco, doravante denominado de **CONTRATANTE**, no final assinado, e do outro lado, a empresa **UCHÔA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ(MF) nº 13.042.644/0001-94, regularmente inscrita junto ao Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/CE) sob o nº 626, estabelecida na cidade de Fortaleza/CE, à Av. Ulisses Bezerra nº 2238, bairro Cidade dos Funcionários, neste ato representada pela sócia administradora, Srta. **Karileny Sales Pinto Uchôa**, brasileira, solteira, advogada, inscrita no CPF(MF) nº 015.867.153-80, regularmente inscrita junto a OAB-CE sob o nº 21.348, residente e domiciliada na cidade de Fortaleza/CE, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem firmar o presente **ADITIVO** ao **CONTRATO**, decorrente do processo licitatório, na modalidade **Tomada de Preços nº 001/2015**, cujo objeto é a **PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSESSORIAS E CONSULTORIAS DIVERSAS JUNTO A CÂMARA MUNICIPAL DE MARCO**, e em conformidade com as disposições contidas na Lei nº 8.666/93 atualizada pela Lei nº 9.648/98, e mediante as Cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1 - O presente Contrato tem como fundamento o **artigo 57, inciso II** da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

2.1 - O Aditivo Contratual tem por finalidade a prorrogação do termo contratual resultante do procedimento licitatório supramencionado. O prazo contratual anteriormente pactuado será prorrogado pelo período correspondente a **09 (nove) meses**, portanto, terá vigência de **21 de fevereiro de 2018 até 23 de novembro de 2018**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR CONTRATUAL

3.1 - O valor do presente Aditivo Contratual, importa no valor global de **R\$ 49.440,60 (quarenta e nove mil quatrocentos e quarenta reais e sessenta centavos)**, a ser pago em **09 (nove) parcelas iguais mensais de R\$ 5.493,40 (cinco mil quatrocentos e noventa e três reais e quarenta centavos)**, em favor da Contratada após a confirmação da execução do objeto contratual e apresentação da Nota Fiscal /Fatura à Contratante, conforme demonstrado na tabela abaixo:

LOTE	ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS	UND.	QUANT.	VR. MENSAL	VR. GLOBAL
05	Prestação dos serviços advocatícios para assessoria e consultoria jurídica junto ao Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Marco, com profissional (advogado) a disposição da câmara com carga horária de 20 (vinte) horas por semana.	MES	09	5.493,40	49.440,60
VALOR GLOBAL R\$					49.440,60



CÂMARA MUNICIPAL DE MARCO

ESTADO DO CEARÁ

CLÁUSULA QUARTA - DA JUSTIFICATIVA

4.1 - A Prorrogação Contratual é uma prerrogativa da Administração Pública, que poderá utilizá-la quando respaldado legalmente, fato este, óbvio, no caso em tela. São dois os motivos preponderantes, entre outros: O primeiro consiste na inconveniência da suspensão das atividades de interesse público, provenientes de serviços prestados de modo contínuo; o segundo é a previsibilidade de recursos orçamentários. Em princípio, qualquer que seja a distribuição de verbas no orçamento anual, com certeza, irão existir recursos para efetivação destes serviços.

4.2- A prorrogação se revela mais vantajosa para administração Pública visto que para a CÂMARA DE MARCO em face da Contratada continuando com os mesmos preços e as mesmas condições contratuais será mais vantagem para esta Casa Legislativa, visto que não haverá majoração no valor da prestação do serviço, inobstante a perda inflacionária que a moeda sofreu de um exercício financeiro para o seguinte.

4.3 - A prorrogabilidade do contrato em pauta, não só está assegurada pelo disposto no **inciso II, do art. 57** da Lei de licitações vigente, como pela sua previsibilidade no instrumento convocatório.

4.4 - Considerando a excelência da qualidade do serviço que vem sendo prestado a esta Câmara Municipal, combinado com o princípio da economicidade, a Contratante resolve prorrogar o referido contrato por mais **09 (nove) meses**, preservando, desse modo, a Supremacia do Interesse Público.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 - As despesas decorrentes do presente aditivo contratual correrão por conta de recursos financeiros oriundos dos repasses duodecimais, através da dotação orçamentária nº **0101.01 031 0001 2.001**, elemento de despesa **3.3.90.39.00**, consignada no Orçamento do Poder Legislativo Municipal, do exercício de 2018.

CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 - As demais cláusulas e condições pactuadas anteriormente permanecerão inalteradas e em pleno vigor.

E, estando acertados, assinam o presente Instrumento, em 02 (duas) vias, perante duas testemunhas, que também o assinam, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

CÂMARA MUNICIPAL DE MARCO
Antônio Ademar Alencar Neto
Presidente da Câmara Municipal
CONTRATANTE

Marco/CE, 21 de fevereiro de 2018.
UCHÔA ADVOGADOS ASSOCIADOS
Karileny Sales Pinto Uchôa - Sócia Gerente
CONTRATADA

Testemunhas:

01. Maria José Vasconcelos

Nome: Maria José Vasconcelos

CPF(MF): 228.335.283-53

02. Alexandra Maria Rocha Carneiro

Nome: Alexandra Maria Rocha Carneiro

CPF(MF): 606.186.583-00



CÂMARA MUNICIPAL DE MARCO – CEARÁ
CNPJ: 03.855.618/0001-21
Endereço: Rua Rios, S/N - Centro, 62.560-000

ATESTADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Para os devidos fins, declara-se que UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS, inscrito no CNPJ sob o nº 11.607.901/0001-62, prestou serviços à Câmara Municipal de Marco, tendo como objeto a contratação de serviços advocatícios especializados de apoio administrativo para o assessoramento jurídico, destinados ao atendimento das demandas da referida Câmara Municipal, conforme os seguintes contratos e respectivos aditivos, listados em ordem cronológica:

- **Contrato nº 20159017 – de 01 de abril de 2015 a 31 de dezembro de 2015.**
- **1º Aditivo – de 04 de janeiro de 2016 a 03 de outubro de 2016.**
- **2º Aditivo – de 30 de setembro de 2016 a 30 de junho de 2017.**
- **3º Aditivo – de 29 de junho de 2017 a 23 de fevereiro de 2018.**
- **4º Aditivo – de 21 de fevereiro de 2018 a 23 de novembro de 2018.**
- **Contrato nº 20199025 – de 10 de maio de 2019 a 31 de dezembro de 2019.**
- **4º Aditivo (referente ao contrato anterior) – de maio de 2019 a fevereiro de 2021.**
- **1º Aditivo (novo ciclo contratual) – de 01 de janeiro de 2020 a 27 de agosto de 2020.**
- **2º Aditivo – de 26 de agosto de 2020 a 31 de dezembro de 2020.**
- **3º Aditivo – de 30 de dezembro de 2020 a 30 de agosto de 2021.**
- **5º Aditivo – de 30 de agosto de 2021 a 29 de abril de 2022.**
- **6º Aditivo – de 28 de abril de 2022 a 31 de dezembro de 2022.**
- **7º Aditivo – de 30 de dezembro de 2022 a 31 de dezembro de 2023.**
- **9º Aditivo – de 29 de dezembro de 2023 a 30 de abril de 2024.**
- **Contrato nº 001/2024.01.01 – de 14 de maio de 2024 a 31 de dezembro de 2024.**
- **1º Aditivo – de 01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025.**

Declaro que durante os períodos acima citados, o(a) profissional desempenhou suas funções com responsabilidade, assiduidade e competência, contribuindo significativamente para o bom andamento das atividades administrativas desta Casa Legislativa.

Marco – CE, 12 de maio de 2025.

SOCORRO OSTERNO
NEVES:54787718304

Assinado de forma digital
por SOCORRO OSTERNO
NEVES:54787718304

Socorro Osterno Neves
Presidente da Câmara Municipal de Marco



CONTRATO Nº 001/2024.01.01

**INSTRUMENTO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO DE
PRESTAÇÃO DE ADVOCACIA E CONSULTORIA
JURÍDICA**

Pelo presente Instrumento de Contrato Administrativo de Prestação de Serviços de Advocacia e Consultoria Jurídica que entre si celebram de um lado a **Câmara Municipal de Marco**, com sede na Rua Rios s/nº, bairro Centro, nesta cidade de Marco-CE, inscrita no CNPJ sob o nº 03.855.618/0001-21, denominado daqui por diante de **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Presidente da Câmara Municipal e Ordenador de Despesas, Sr. **João Batista Viana**, brasileiro, casado, empresário, portador da Carteira de Identidade nº 97004004500 expedida pela SSP/CE e CPF nº 818.003.203-53, domiciliado nesta cidade de Marco/CE, onde reside na Rua Dep. Murilo Aguiar nº 286, Coqueirinho, e do outro lado a empresa **UCHÔA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, pessoa jurídica de direito privado, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ(MF) nº 11.607.901/0001-62, regularmente inscrita junto ao Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/CE) sob o nº 626, estabelecida na cidade de Fortaleza/CE, à Av. Santos Dumont nº 2789 Sala 309, bairro Aldeota, neste ato representada pela sócia administradora, Srta. **Karileny Sales Pinto Uchôa**, brasileira, solteira, advogada, inscrita no CPF(MF) nº 015.867.153-80, regularmente inscrita junto a OAB-CE sob o nº 21.348, residente e domiciliada na cidade de Fortaleza/CE, resolvem celebrar o presente instrumento conforme as cláusulas e condições a seguir elencadas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – FUNDAMENTO LEGAL

1.1. O presente contrato tem como fundamento o Art. 74, inciso III, alíneas “b”, “c” e “e” e §3º da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, combinado com o Art. 3º-A da Lei Federal nº 8.906, de 04 de julho de 1994 e Artigo 1º da Lei Federal nº 14.039, de 17 de agosto de 2020, e pelo processo de **Inexigibilidade de Licitação nº 001/2024.01**.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. O objeto do presente instrumento é a **prestação dos serviços especializados de apoio administrativo para a assessoria e consultoria jurídica junto a Câmara Municipal de Marco**.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E DO REAJUSTE

3.1. O valor total da presente avença é de **R\$ 56.000,00 (cinquenta e seis mil reais)** a ser pago em **08 (oito) parcelas mensais** no valor de **R\$ 7.000,00 (sete mil reais)**, no prazo de até trinta dias, contado a partir da data final do período de adimplemento da obrigação, na proporção dos serviços efetivamente prestados no período respectivo, segundo as autorizações expedidas pela CÂMARA MUNICIPAL DE MARCO e de conformidade com as notas fiscais/faturas e/ou recibos devidamente atestadas pelo setor competente, observadas a condições da proposta adjudicada e da ordem de serviço emitida.

3.2. Os preços são firmes e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses da apresentação da proposta. Caso o prazo exceda a 12 (doze) meses os preços contratuais poderão ser reajustados, tomando-se por base a data da apresentação da proposta, pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado (IGPM) da Fundação Getúlio Vargas, ou, caso esse venha a ser excluído, por outro equivalente, podendo, a critério da Autoridade Superior, ser feito por simples apostila, em conformidade com o inciso I, do Art. 136, da Lei nº 14.133/21.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA VALIDADE, DA VIGÊNCIA E DA EXECUÇÃO

4.1. O presente instrumento de contrato terá validade a partir da data de sua assinatura e vigorará até o dia **31 de dezembro de 2024**, podendo ser prorrogado, nos termos do Art. 107 da Lei Federal nº 14.133/21, combinado com o §4º do Art. 91 do mesmo Diploma Legal.

4.2. O presente contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei de Licitações, e cada parte responderá pelas consequências de sua



inexecução total ou parcial.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA ORIGEM DOS RECURSOS

5.1. As despesas deste contrato correrão por conta da Dotação Orçamentária: Exercício 2024 Atividade: 0101.010310001.2.001 - Gerenciamento Administrativo do Legislativo Municipal, Classificação econômica 3.3.90.39.00 Outros Serviços Terceiros de Pessoa Jurídica, Subelemento 3.3.90.35.00 Serviços de consultoria. 1500000000 - Recursos não vinculados de impostos.

6. CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1. Os preços pactuados poderão ser restabelecidos, para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, desde que o eventual aumento dos custos venha a ser devidamente comprovado, por meio de planilha analítica e documentação hábil.

6.2. O objeto será atestado e pago, pela Câmara Municipal de Marco, nos prazos e na forma estabelecidos no Contrato.

6.3. O pagamento será efetuado, em até o 30 (trigésimo) dia, contados da data do recebimento da Nota Fiscal, diretamente pela Câmara Municipal de Marco.

6.4. Os pagamentos somente poderão ser realizados com a devida apresentação das certidões de regularidade fiscal e trabalhista.

6.5. O pagamento poderá ser realizado mediante expedição de precatório, nos termos do item

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, DA FISCALIZAÇÃO E DO RECEBIMENTO.

7.1. Os serviços deverão ser executados pela Contratada, em conformidade com a proposta apresentada e com as cláusulas contratuais, devendo atender todas as necessidades da Contratante, quanto ao objeto contratado, desde que obedecidas todas as normas e prazos contidos no instrumento convocatório, estando a Contratante obrigada a prestar todas e quaisquer informações, se necessário, quanto ao bom cumprimento da obrigação pela Contratada.

7.2. Os serviços deverão abranger toda e qualquer necessidade que assim o departamento demandar quanto à execução dos serviços,

7.3. A fiscalização do Contrato será exercida por servidor designado pela Contratante.

7.4. O recebimento se dará após a verificação das formalidades legais exigidas no presente objeto contratual, assim por servidor designado pela Administração, no prazo máximo de até 05 (cinco) dias.

7.5. Considerando a rejeição do objeto, a Administração deverá expor suas razões, devendo a Contratada fazê-la em conformidade com a indicação da Contratante, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES

8.1. A Contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, em caso de inexecução total ou parcial do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, garantida a prévia defesa:

I - Advertência, sanção de que trata o inciso I do art. 156, da Lei nº 14.133/21, que poderá ser aplicada nos seguintes casos:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato;

b) outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços da Contratante, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

II - Multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas, por meio de Documento de Arrecadação Municipal, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante);

a) de 1% (um por cento) sobre o valor contratual total do exercício, por dia de atraso e/ou interrupção na execução do objeto, limitada a 10% do mesmo valor;

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor contratual total do exercício, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada nas demais alíneas deste inciso, aplicada em dobro na reincidência;



III – impedimento de licitar e contratar, nos termos do art. 156, inciso III e § 4º da Lei nº 14.133/21.

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, nos termos do art. 156, inciso IV e § 5º da Lei nº 14.133/21.

8.2. Na aplicação da sanção prevista no item 8.1.I, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.3. A aplicação das sanções previstas nos itens 8.1.III e 8.1.IV requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

8.4. O valor da multa aplicada deverá ser recolhido ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias a contar da notificação ou decisão do recurso. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer *jus*. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado mediante processo de execução fiscal, com os encargos correspondentes.

8.5. As sanções previstas nos itens supra, poderão ser aplicadas às licitantes que praticarem as seguintes infrações:

- I – der causa à inexecução parcial do contrato;
- II – der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III – der causa à inexecução total do contrato;
- IV – não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- V – ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- VI – apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação ou prestar declaração falsa durante o processo de contratação ou a execução do contrato;
- VII – fraudar a licitação/contratação direta ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- VIII – comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; IX – praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

9. CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

9.1. O Contrato poderá ser rescindido pelos motivos e formas especificados nos artigos 137, 138 e 139 da Lei nº 14.133/21.

9.2. A inadimplência das cláusulas e condições estabelecidas no instrumento convocatório, pela Contratada, assegurará à Contratante o direito de dá-lo por rescindido mediante notificação entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento.

9.3. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

9.3.1. Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

- a) devolução da garantia;
- b) pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção; e
- c) pagamento do custo da desmobilização.

9.4. É dever da Contratada reconhecer os direitos da Administração em caso de rescisão administrativa prevista no art. 139 da Lei de Licitações nº 14.133/2021.

9.5. É vedada a subcontratação de empresas ou a atuação de profissionais distintos daqueles que tenham justificado a inexistência, sob pena de rescisão contratual.



10. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 10.1. A Contratante se obriga a proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes da presente licitação, consoante estabelece a Lei nº 14.133/21.
- 10.2. Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto contratual.
- 10.3. Providenciar os pagamentos à Contratada, à vista das Notas Fiscais/Faturas devidamente atestadas, pelo setor competente.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 11.1. Executar o objeto contratual em conformidade com as condições e prazos estabelecidos na proposta.
- 11.2. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.
- 11.3. Arcar com eventuais prejuízos causados à Contratante e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados ou prepostos envolvidos na execução do contrato.
- 11.4. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme previsão do artigo 125 da Lei nº 14.133/21.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO CONTRATUAL

- 12.1. Este contrato está vinculado de forma total e plena ao **PROCESSO ADMINISTRATIVO DE INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2024.01** do Art. 74, inciso III, alíneas "b", "c" e "e" e §3º da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, combinado com o Art. 3º-A da Lei Federal nº 8.906, de 04 de julho de 1994 e Artigo 1º da Lei Federal nº 14.039, de 17 de agosto de 2020, e a proposta de preços da Contratada, parte integrante do presente instrumento contratual.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

- 13.1. Fica eleito o foro da Comarca de Marco, Estado do Ceará, para conhecimento das questões relacionadas com o presente Contrato que não forem resolvidos pelos meios administrativos.

E, assim, inteiramente acordados nas cláusulas e condições retro - estipuladas, as partes contratantes assinam o presente instrumento, em duas vias, perante 02 (duas) testemunhas maiores, capazes, que também o subscrevem.

Marco/CE, 14 de maio de 2024.


CÂMARA MUNICIPAL DE MARCO

João Batista Viana
Presidente da Câmara
CONTRATANTE

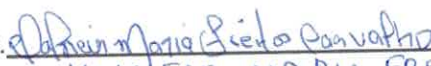

UCHÔA ADVOGADOS ASSOCIADOS

Karileny Sales Pinto Uchôa
Sócia Administradora
CONTRATADA

Testemunhas:

01. 

Nome: MARIA FABIANA ESTEVES
CPF: 907.221.163 - 49

02. 

Nome: VALNEIR MARIA FREITAS CARVALHO
CPF: 733.302.053 - 34



CÂMARA MUNICIPAL DE
MARCO



ANEXO - CONTRATO Nº 001/2024.01.01

Item	Descrição dos Serviços	Und.	Quant.	Vr. Unitário	Valor Total
01	Prestação dos serviços especializados de apoio administrativo para a assessoria e consultoria jurídica junto a Câmara Municipal de Marco	Mês	08	R\$ 7.000,00	R\$ 56.000,00
VALOR GLOBAL DO CONTRATO R\$					R\$ 56.000,00


CÂMARA MUNICIPAL DE MARCO
João Batista Viana
Presidente da Câmara
CONTRATANTE


UCHÔA ADVOGADOS ASSOCIADOS
Karileny Sales Pinto Uchôa
Sócia Administradora
CONTRATADA



1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 001/2024.01.01

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 001/2024.01.01, QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE MARCO E UCHÔA ADVOGADOS ASSOCIADOS, PARA OS FINS QUE A SEGUIR SE DECLARA.

A CÂMARA MUNICIPAL DE MARCO, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.855.618/0001-21, com sede na Rua Rios, s/nº, Centro, Marco-CE, neste ato representada pelo Presidente João Batista Viana, doravante denominada **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a empresa UCHÔA ADVOGADOS ASSOCIADOS, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.607.901/0001-62, com sede na Av. Santos Dumont, nº 2789, Sala 309, Fortaleza-CE, representada por sua administradora, a Sra. Karileny Sales Pinto Uchôa, inscrita no CPF/MF sob o nº 015.867.153-80, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 001/2024.01.01, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1. Este Termo Aditivo encontra fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente em seus artigos 107 e 124, e demais legislações pertinentes aplicáveis ao caso.

1.2. O presente aditivo visa garantir a continuidade dos serviços de assessoria e consultoria jurídica contratados originalmente, em observância ao princípio da continuidade do serviço público e ao interesse público.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. O objeto do presente Termo Aditivo é a prorrogação do prazo de execução do Contrato nº 001/2024.01.01, originalmente firmado em 14 de maio de 2024. O prazo contratual será prorrogado pelo período de 12(doze) meses. Portanto, terá vigência do dia 01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA JUSTIFICATIVA

3.1. A prorrogação contratual é uma prerrogativa da Administração Pública, desde que fundamentada na necessidade de continuidade dos serviços, no interesse público e no princípio da economicidade.

3.2. Os serviços de assessoria e consultoria jurídica possuem natureza continuada, sendo imprescindíveis para a boa gestão administrativa e para o cumprimento das funções institucionais da CONTRATANTE.

3.3. Considerando a excelência dos serviços prestados e a relevância das atividades desempenhadas pela CONTRATADA, a CONTRATANTE reconhece a necessidade da prorrogação do prazo contratual.



CLÁUSULA QUARTA – DA FONTE DE RECURSOS

4.1. As despesas decorrentes deste termo correrão por conta dos recursos oriundos do Tesouro Municipal, sob a dotação orçamentária nº 0101-010310001.2.001, elemento de despesa nº 3.3.90.39.00, consignada no orçamento do Poder Legislativo Municipal para o exercício financeiro de 2025.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1. As demais cláusulas e condições pactuadas anteriormente permanecerão inalteradas e em pleno vigor.

E, estando acertados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias, perante duas testemunhas que também o assinam, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Marco-CE, ____ de ____ de 2024.

João Bodita U...

Câmara Municipal de Marco

CONTRATANTE

[Assinatura]

Uchôa Advogados Associados

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1.

NOME: maria Jolene Enzun CPF: 907.221.163-49

2.

NOME: Alma Maria Freitas Carvalho CPF: 733.302-053-34



CÂMARA MUNICIPAL DE
MARCO



CONTRATO Nº 20199025

**TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM A
CÂMARA MUNICIPAL DE MARCO COM A UCHÔA
ADVOGADOS ASSOCIADOS, NAS CONDIÇÕES
ABAIXO PACTUADAS:**

A **CÂMARA MUNICIPAL DE MARCO**, com sede à Rua Rios, s/nº Centro, Marco, Estado do Ceará, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.855.618/0001-21, neste ato representado pelo Vereador Presidente, Sr. **Francisco Robério Vasconcelos**, brasileiro, casado, portador do RG nº 200726317-88 expedida pela SSP/CE e CPF/MF nº 439.772.513-68, domiciliado neste Município de Marco/CE, onde reside na localidade de Panacuí - Zona Rural, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e a empresa **UCHÔA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, pessoa jurídica de direito privado, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ(MF) nº 13.042.644/0001-94, regularmente inscrita junto ao Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/CE) sob o nº 626, estabelecida na cidade de Fortaleza/CE, à Av. Santos Dumont nº 2789 Sala 309, bairro Aldeota, neste ato representada pela sócia administradora, Srta. **Karileny Sales Pinto Uchôa**, brasileira, solteira, advogada, inscrita no CPF(MF) nº 015.867.153-80, regularmente inscrita junto a OAB-CE sob o nº 21.348, residente e domiciliada na cidade de Fortaleza/CE, ao fim assinado, doravante denominada de **CONTRATADA**, de acordo com o Edital de Tomada de Preços nº 002/2019, Processo nº 002/2019-2503, o que fazem mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLAÚSULA PRIMEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1. Fundamenta-se este contrato na **Tomada de Preços nº 002/2019**, devidamente homologada pela autoridade competente, ao fim assinado e a proposta da Contratada, tudo parte integrante deste Termo Contratual, independente de transcrição, na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLAÚSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1. O presente contrato tem por objeto **PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE APOIO ADMINISTRATIVO PARA A ASSESSORIA E CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO A CÂMARA MUNICIPAL DE MARCO**.

CLAÚSULA TERCEIRA - DO PREÇO

3.1. A **CONTRATANTE** pagará ao **CONTRATADO** pela execução do objeto deste contrato o valor global de **R\$ 49.600,00 (quarenta e nove mil e seiscentos reais)**.

CLAÚSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 4.1. A Contratante se obriga a proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do Termo Contratual, consoante estabelece a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;
- 4.2. Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto contratual, bem como o pagamento das taxas e impostos, empregados e demais despesas necessárias ao bom andamento dos serviços;
- 4.3. Comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do objeto contratual, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas;
- 4.4. Providenciar os pagamentos à Contratada à vista das Notas Fiscais /Faturas devidamente atestadas pelo Setor Competente.



CÂMARA MUNICIPAL DE
MARCO



CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 5.1. Executar o objeto do Contrato de conformidade com as condições e prazos estabelecidos na **Tomada de Preços nº 002/2019**, neste Termo Contratual e na proposta vencedora do certame;
- 5.2. Manter durante toda a execução do objeto contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Lei de Licitações;
- 5.3. Utilizar profissionais devidamente habilitados na execução do objeto contratual;
- 12.4. Substituir os profissionais nos casos de impedimentos fortuitos, de maneira que não se prejudiquem o bom andamento e a boa prestação dos serviços;
- 5.5. Facilitar a ação da FISCALIZAÇÃO na inspeção dos serviços, prestando, prontamente, os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE;
- 5.6. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ ou irregularidades apontadas pela Contratante;
- 5.7. Pagar seus empregados no prazo previsto em lei, sendo também de sua responsabilidade o pagamento de todos os tributos que, direta ou indiretamente, incidam sobre a prestação dos serviços contratados inclusive as contribuições previdenciárias fiscais e parafiscais, FGTS, PIS, emolumentos, seguros de acidentes de trabalho, etc, ficando excluída qualquer solidariedade da Câmara Municipal de Marco por eventuais autuações administrativas e/ou judiciais uma vez que a inadimplência da CONTRATADA, com referência às suas obrigações, não se transfere a Câmara Municipal de Marco;
- 5.8. Responder, pecuniariamente, por todos os danos e/ou prejuízos que forem causados à União, Estado, Município ou terceiros, decorrentes da prestação dos serviços;

CLÁUSULA SEXTA - DOS PRAZOS

- 6.1. Os serviços objeto desta licitação deverão ser executados e concluídos até **31 de dezembro de 2019**, contados a partir do recebimento da ordem de serviço, podendo ser prorrogado nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.
- 6.2. Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que notificados no prazo de 48 (quarenta e oito) horas e aceitos pela Câmara de MARCO.

CLAÚSULA SÉTIMA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 7.1. A fatura relativa aos serviços mensalmente prestados deverá ser apresentada à Câmara de Marco, até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente à realização dos serviços, para fins de conferência e atestação da execução dos serviços.
- 7.2. A fatura constará dos serviços efetivamente prestados no período de cada mês civil, de acordo com o quantitativo efetivamente realizado no mês.
- 7.3. Caso a serviço seja aprovada pela Câmara de Marco, o pagamento será efetuado até o 30º (trigésimo) dia após o protocolo da fatura pela CONTRATADA.

CLAÚSULA OITAVA - DA FONTE DE RECURSOS

- 8.1. As despesas decorrentes da contratação correrão por conta, dos recursos oriundos dos repasses duodecimais, sob a Dotação Orçamentária nº 0101.010310001.2.001 e Elemento de Despesa nº 3.3.90.39.00, a serem custeadas com recursos próprios dos repasses duodecimais.

CLAÚSULA NONA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇO

- 9.1. Os preços são fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses da apresentação da proposta. Caso o prazo exceda a 12 (doze) meses os preços contratuais poderão ser reajustados com base no índice IGP-M da Fundação Getúlio Vargas.

CLAÚSULA DÉCIMA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

- 10.1. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões no quantitativo do objeto contratado, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, conforme o disposto no § 1º, art. 65, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.



CÂMARA MUNICIPAL DE
MARCO



CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

11.1. O contrato terá um prazo de vigência a partir da data da sua assinatura até 31 de dezembro de 2019, podendo ser prorrogado nos casos e formas previstos na Lei nº 8.666, de 21 de março de 1993 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantidas a prévia defesa, a Administração poderá aplicar à Contratada, as seguintes sanções:

a) Advertência;

b) Multa:

b.1) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor de sua proposta, em caso de recusa da licitante vencedora em assinar o contrato dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da notificação feita pela Contratante;

b.2) Multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso na execução dos serviços, até o limite de 30 (trinta) dias;

b.3) Multa de 2% (dois por cento) cumulativos sobre o valor da parcela não cumprida do Contrato e rescisão do pacto, a critério da Câmara de Marco, em caso de atraso dos serviços superior a 30 (trinta) dias.

b.4) Os valores das multas referidas nestas cláusulas serão descontadas “**ex-officio**” da Contratada, mediante subtração a ser efetuada em qualquer fatura de crédito em seu favor que mantenha junto a Câmara de Marco, independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

c) Suspensão Temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos.

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que a contratante promova a sua reabilitação.

e) Será ainda imputada a contratada multa ou punição no caso que couber por falha da (s) eventual (is) subcontratada(s) na prestação dos serviços;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS RESCISÕES CONTRATUAIS

13.1. A rescisão contratual poderá ser:

13.2. Determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e VXIII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93;

13.3. Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

13.4. Em caso de rescisão prevista nos incisos XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, sem que haja culpa do CONTRATADO, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;

13.5. A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarreta as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

14.1. Os recursos cabíveis serão processados de acordo com o que estabelece o art. 109 da Lei nº 8666/93 e suas alterações.

14.2. Os recursos deverão ser interpostos mediante petição devidamente arrazoada e subscrita pelo representante legal da recorrente dirigida à Comissão de Licitação da Câmara Municipal.

14.3. Os recursos serão protocolados na Câmara Municipal e encaminhados à Comissão de Licitação.



CÂMARA MUNICIPAL DE
MARCO





CLAÚSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1. Fica eleito o foro da Comarca de MARCO, Estado do Ceará, para dirimir toda e qualquer controvérsia oriunda do presente, que não possa ser resolvida pela via administrativa, renunciando-se, desde já, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

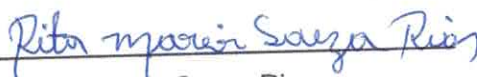
E, por estarem acertados as partes, firmam o presente instrumento contratual em 03 (três) vias para que possa produzir os efeitos legais.


Marco/CE, 10 de maio de 2019.


CÂMARA MUNICIPAL DE MARCO
Francisco Robério Vasconcelos
Presidente da Câmara
CONTRATANTE


UCHÔA ADVOGADOS ASSOCIADOS
Karileny Sales Pinto Uchôa
Sócia Administradora
CONTRATADA

Testemunhas:

01. 
Nome: Rita Maria Souza Rios
CPF/MF: 907.524.063-53

02. 
Nome: Assunção Nayara Silva de Melo
CPF/MF: 061.852.363-46



OBJETO: Prestação dos serviços especializados de apoio administrativo para a assessoria e consultoria jurídica junto a Câmara Municipal de Marco.

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UND	QUANT.	VR. UNIT.	VR. TOTAL
01	Prestação dos serviços especializados de apoio administrativo para a assessoria e consultoria jurídica junto a Câmara Municipal de Marco	Mês	08	R\$ 6.200,00	R\$ 49.600,00
VALOR TOTAL >>>>>>>>>>>>>>>>					R\$ 49.600,00

UCHÔA ADVOGADOS ASSOCIADOS
Karileny Sales Pinto Uchôa
Sócia Administradora
CONTRATADA



CÂMARA MUNICIPAL DE
MARCO



9º ADITIVO CONTRATO Nº 20199025

NONO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 20199025 QUE FAZEM ENTRE SI A CÂMARA MUNICIPAL DE MARCO COM A UCHÔA ADVOGADOS ASSOCIADOS, PARA O FIM QUE A SEGUIR SE DECLARA.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE MARCO**, inscrita no CNPJ sob o nº 03.855.618/0001-21, com sede à Rua Rios, s/nº, bairro Centro, na cidade de Marco, Estado do Ceará, neste ato pelo Vereador Presidente, Sr. **João Batista Viana**, portador do RG nº 97004004500 expedida pela SSP/CE e CPF nº 818.003.203-53, domiciliado nesta cidade de Marco/CE, onde reside na Rua Dep. Murilo Aguiar, nº 286, Coqueirinho, doravante denominado de **CONTRATANTE**, e, do outro lado a empresa **UCHÔA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, pessoa jurídica de direito privado, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ(MF) nº 11.607.901/0001-62, regularmente inscrita junto ao Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/CE) sob o nº 626, estabelecida na cidade de Fortaleza/CE, à Av. Santos Dumont nº 2789 Sala 309, bairro Aldeota, neste ato representada pela sócia administradora, Srta. **Karileny Sales Pinto Uchôa**, brasileira, solteira, advogada, inscrita no CPF(MF) nº 015.867.153-80, regularmente inscrita junto a OAB-CE sob o nº 21.348, residente e domiciliada na cidade de Fortaleza/CE, ao fim assinado, doravante denominada de **CONTRATADA**, resolvem firmar o presente Aditivo ao Contrato, decorrente do processo licitatório, na modalidade **Tomada de Preços nº 002/2019**, cujo objeto é a **prestação dos serviços especializados de apoio administrativo para a assessoria e consultoria jurídica junto a Câmara Municipal de Marco**, e em conformidade com as disposições contidas na Lei nº 8.666/93 atualizada pela Lei nº 9.648/98, e mediante as Cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1 - O presente Aditivo Contratual tem como fundamento o **artigo 57, inciso II** da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

2.1 - O Aditivo Contratual tem por finalidade a prorrogação do termo contratual resultante do procedimento licitatório supramencionado. O prazo contratual anteriormente pactuado será prorrogado pelo período correspondente ao dia **29 de dezembro de 2023** até o dia **30 de abril de 2024**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR CONTRATUAL

3.1 - O valor do presente Aditivo Contratual, importa no valor global de **R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais)**, a ser pago à Contratada de forma parcelada em **04 (quatro) parcelas mensais iguais de R\$ 7.000,00 (sete mil reais)**, em favor da Contratada após a confirmação da execução do objeto contratual e apresentação da Nota Fiscal/Fatura à Contratante, conforme demonstrado na tabela abaixo:

CLÁUSULA QUARTA - DA JUSTIFICATIVA

4.1 - A Prorrogação Contratual é uma prerrogativa da Administração Pública, que poderá utilizá-la quando respaldado legalmente, fato este, óbvio, no caso em tela. São dois os motivos preponderantes, entre outros: O primeiro consiste na inconveniência da suspensão das atividades de interesse público, provenientes de serviços prestados de modo contínuo; o segundo é a previsibilidade de recursos orçamentários. Em princípio, qualquer que seja a distribuição de verbas no orçamento anual, com certeza, irão existir recursos para efetivação destes serviços.

4.2- A prorrogação se revela mais vantajosa para administração Pública visto que para a Câmara de Marco em face da Contratada continuando com os mesmos preços e as mesmas condições contratuais será mais vantagem para esta Casa Legislativa, visto que não haverá majoração no valor da prestação do serviço, inobstante a perda inflacionária que a moeda sofreu de um exercício financeiro para o seguinte.

4.3 - A prorrogabilidade do contrato em pauta, não só está assegurada pelo disposto no **inciso II**, do **art. 57** da Lei de licitações vigente, como pela sua previsibilidade no instrumento convocatório.



4.4 - Considerando a excelência da qualidade do serviço que vem sendo prestado a esta Câmara Municipal, verificado pela fiscalização realizada pela Câmara, combinado com o princípio da economicidade, a Contratante resolve prorrogar o referido contrato por mais **03 (três) meses**, preservando, desse modo, a Supremacia do Interesse Público.

4.5 - Tendo em vista a essencialidade dos serviços, no qual tal interrupção caracterizaria prejuízo a administração, pois trata-se de serviços considerados contínuos, reunidos os requisitos da essencialidade do serviço pelo fato de prolongar-se no tempo de forma permanente e interrupta, cuja falta paralisaria ou retardaria as atividades rotineiras da Câmara Municipal findando a comprometer a garantia do interesse público. Combinado com o princípio da economicidade, demonstrado através de ampla pesquisa prévia de preços, a CONTRATANTE, com aquiescência da CONTRATADA, resolvem prorrogar o referido contrato pelo período compreendido acima.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 - As despesas decorrentes do presente aditivo contratual correrão por conta de recursos financeiros oriundos dos repasses duodecimais, através da dotação orçamentária nº **01 01 031 0031 2.001** Gerenciamento Administrativo do Legislativo Municipal e Elemento de despesas: **3.3.90.39.00** - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica consignada no Orçamento do Poder Legislativo Municipal para o exercício financeiro de 2024.

CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 - As demais cláusulas e condições pactuadas anteriormente permanecerão inalteradas e em pleno vigor.

E, estando acertados, assinam o presente Instrumento, em 02 (duas) vias, perante duas testemunhas, que também o assinam, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Marco/CE, 29 de dezembro de 2023.

João Batista Viana
CÂMARA MUNICIPAL DE MARCO

João Batista Viana
Presidente da Câmara
CONTRATANTE

Karleny Sales Pinto Uchôa
UCHÔA ADVOGADOS ASSOCIADOS

Karleny Sales Pinto Uchôa
Sócia Administradora
CONTRATADA

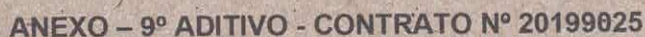
Testemunhas:

01. Alexandra Maria Rocha Carneiro

Nome: ALEXANDRA MARIA ROCHA CARNEIRO
CPF/MF: 606.186.583 - 00

02. Maria Zilda Teófilo Neto

Nome: MARIA ZILDA TEÓFILO NETA
CPF/MF: 005.979.203 - 54



Item	Descrição dos Serviços	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
01	Prestação dos serviços especializados de apoio administrativo para a assessoria e consultoria jurídica junto a Câmara Municipal de Marco	Mês	04	R\$ 7.000,00	R\$ 28.000,00
VALOR TOTAL >>>>>>>>>>>>>>					R\$ 28.000,00

João Batista Viana
Presidente da Câmara
CONTRATANTE

Karileny Sales Pinto Uchôa
Sócia Administradora
CONTRATADA



CÂMARA MUNICIPAL DE MARCO

ESTADO DO CEARÁ

CONTRATO Nº 20159017

**TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A
CÂMARA MUNICIPAL DE MARCO E A EMPRESA
UCHÔA ADVOGADOS ASSOCIADOS PARA O FIM
QUE A SEGUIR SE DECLARA:**

A **CÂMARA MUNICIPAL DE MARCO**, com sede à Rua Rios, s/nº - Centro - Marco/CE, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 03.855.618/0001-21, representada por seu Presidente, **Francisco José Cordeiro**, portador da Carteira de Identidade nº 2799506-94 expedida pela SSP/CE e CPF(MF) nº 717.880.343-68, residente e domiciliado na cidade de Marco/CE, denominado simplesmente **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa **UCHÔA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita no CNPJ(MF) nº 13.042.644/0001-94, regularmente inscrita junto ao Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/CE) sob o nº 626, estabelecida na cidade de Itapipoca/CE, à Av. Ulisses Bezerra nº 2238, bairro Cidade dos Funcionários, neste ato representada pela sócia, Srta. **Karileny Sales Pinto Uchôa**, brasileira, solteira, advogada, inscrita no CPF(MF) nº 015.867.153-80, regularmente inscrita junto a OAB-CE sob o nº 21.348, residente e domiciliada na cidade de Fortaleza/CE, doravante denominado, **CONTRATADA**, resolvem firmar o presente Contrato, decorrente do processo licitatório, na modalidade Tomada de Preços, regime de execução indireta, empreitada por preço global e em conformidade com as disposições contidas na lei nº 8.666/93 atualizada pela lei nº 9.648/98, e mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1 - O presente Contrato fundamenta-se na **Tomada de Preços nº 001/2015**, e na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e na Proposta de Preço da Contratada, tudo parte integrante deste termo, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO DO CONTRATO

2.1 O presente contrato tem por objeto a **prestação dos serviços de assessorias e consultorias diversas junto a Câmara Municipal de Marco**, conforme especificações no Anexo I do Edital e abaixo detalhado:

LOTE	ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS	UND.	QUANT.	V. UNT.	V. TOTAL R\$
05	Prestação dos serviços advocatícios para assessoria e consultoria jurídica junto ao Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Marco, com profissional (advogado) a disposição da câmara com carga horária de 20 (vinte) horas por semana.	MÊS	09	4.994,00	44.946,00

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1 - A CONTRATADA se obriga a executar, no regime de execução indireta.

CLÁUSULA QUARTA- DO PREÇO

4.1 - O valor contratual importa na quantia de **R\$ 44.946,00 (quarenta e quatro mil, novecentos e quarenta e seis reais)**, a ser pago à CONTRATADA de forma parcelada em **09 (nove) parcelas mensais iguais de R\$ 4.994,00 (quatro mil, novecentos e noventa e quatro reais)** estando nele incluídas todas as despesas necessárias para a sua perfeita execução, após a confirmação da execução do objeto contratual e apresentação da Nota Fiscal/ Fatura à Contratante.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES: Obrigam-se Contratante e Contratada a cumprirem fielmente o determinado no Edital, no Contrato e as normas estabelecidas na Lei nº 4.320 e 8.666/93 e suas demais alterações, obrigando se ainda:

5.1- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Rua Rios, s/nº - Centro Marco - Ceará CEP: 62.560-000
CNPJ(MF) nº 03.855.618/0001-21 Fone/Fax: (88) 3664-1950
www.cmm.ce.gov.br E-mail: ouvidoria@cmm.ce.gov.br



CÂMARA MUNICIPAL DE MARCO

ESTADO DO CEARÁ

5.1.1- A Contratante se obriga a proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes da presente licitação, consoante estabelece a Lei nº 8.666/93.

5.1.2- Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto contratual.

5.1.3- Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do objeto, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas.

5.1.4- Providenciar os pagamentos à CONTRATADA, à vista das Notas Fiscais e Recibos devidamente atestadas, pelo setor competente.

5.1.5- Colocar à disposição da contratada toda documentação necessária para a Perfeita execução dos serviços solicitados.

5.2- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.2.1- São obrigações da Contratada:

- Executar o objeto do Contrato de conformidade com as condições e prazos estabelecidos neste edital, no Termo Contratual e na proposta vencedora do certame;
- Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela CONTRATANTE;
- Arcar com eventuais prejuízos causados à CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados ou prepostos envolvidos na execução do contrato;
- Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme art. 65, § 1º da Lei nº 8666/93.
- Assumir inteira responsabilidade com todas as despesas diretas e indiretas com as pessoas envolvidas na execução do objeto contratual, que não terão nenhum vínculo empregatício com a Contratante;
- Guardar sigilo sobre informações e documentos fornecidos pela contratante, em decorrência dos serviços objeto do presente contrato.
- Responder por todos os ônus referente aos serviços ora contratados, desde os salários de pessoal neles empregados, como também os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais que vem incidir sobre o presente contrato.
- Utilizar profissionais devidamente habilitados na execução do objeto contratual;
- Substituir o profissional nos casos de impedimentos fortuitos, de maneira que não se prejudiquem o bom andamento e a boa prestação dos serviços

CLÁUSULA SEXTA - DOS PRAZOS E VIGÊNCIA:

6.1- Os serviços objeto desta licitação, deverão ser executados até o **dia 31 de Dezembro de 2015** a contar da emissão da respectiva Ordem de Serviço, que será expedida pelo Presidente Contratante.

6.2- O presente Contrato terá vigência até **31 de dezembro de 2015**, a contar da data de sua assinatura, a partir da data de sua assinatura, podendo ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, mediante Termos Aditivos, até o limite de 60 (sessenta) meses, nos casos previstos de acordo com o inciso II, do artigo 57, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, após a verificação da real necessidade e com vantagens junto a Câmara Municipal de Marco, na continuidade do Contrato, podendo ser alterado, exceto no tocante ao seu objeto.

CLAUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES E SANÇÕES

7.1. O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas no edital e no termo de contrato e das demais cominações legais.

7.2. A Contratada ficará, ainda, sujeita às seguintes penalidades, em caso de inexecução total ou parcial do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, garantida a prévia defesa:

I – advertência, sanção de que trata o inciso I do art. 87, da Lei nº 8.666/93, poderá ser aplicada nos



CÂMARA MUNICIPAL DE MARCO

ESTADO DO CEARÁ

seguintes casos:

a) Descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas na licitação;
b) Outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços da Contratante, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

II – multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Municipais de Marco, por meio de Documento de Arrecadação Municipal – DAM, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

a) de 1% (um por cento) sobre o valor contratual total, por dia de atraso na execução do objeto ou indisponibilidade do mesmo, limitada a 10% do mesmo valor;
b) de 2% (dois por cento) sobre o valor contratual total do exercício, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada nas demais alíneas deste inciso, aplicada em dobro na reincidência;
c) de 5% (cinco por cento) do valor contratual total do exercício, pela recusa em corrigir qualquer serviço rejeitado, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 5 (cinco) dias que se seguem à data da comunicação formal da rejeição;

III – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Câmara Municipal de Marco, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, depois do ressarcimento à Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

7.3. No processo de aplicação de penalidades é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, garantida nos prazos de 5 (cinco) dias úteis para as sanções previstas nos incisos I, II e III do item 10.2 supra e 10 (dez) dias corridos para a sanção prevista no inciso IV do mesmo item.

7.4. O valor da multa aplicada deverá ser recolhido aos cofres da Câmara Municipal de Marco no prazo de 5 (cinco) dias a contar da notificação ou decisão do recurso. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e judicial.

7.5. As sanções previstas nos incisos III e IV do item 10.2 supra, poderão ser aplicadas às empresas/entidades que, em razão do contrato objeto desta licitação:

I – praticarem atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

II – demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública, em virtude de atos ilícitos praticados;

III – sofrerem condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.

7.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 10.2 supra poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II do mesmo item, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

7.7. A licitante adjudicatária que se recusar, injustificadamente, em firmar o Contrato dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da notificação que lhe será encaminhada, estará sujeita à multa de 5,00% (cinco por cento) do valor total adjudicado, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis, por caracterizar descumprimento total da obrigação assumida.

7.8. As sanções previstas no item anterior não se aplicam às demais licitantes que, apesar de não vencedoras, venham a ser convocadas para celebrarem o Termo de Contrato, de acordo com este edital, e no prazo de 48 (quarenta e oito) horas comunicarem seu desinteresse.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DA ORIGEM DOS RECURSOS:

8.1. As despesas deste contrato correrão por conta de recursos dos repasses duodecimais diretamente transferidos à Câmara Municipal de Marco, estando na seguinte dotação orçamentária nº: 0101.01 031 0001 2.001, elemento de despesa é 3.3.90.39.00.

Rua Rios, s/nº - Centro Marco - Ceará CEP: 62.560-000
CNPJ(MF) nº 03.855.618/0001-21 Fone/Fax: (88) 3664-1950
www.cmm.ce.gov.br E-mail: ouvidoria@cmm.ce.gov.br



CÂMARA MUNICIPAL DE MARCO

ESTADO DO CEARÁ

CLÁUSULA NONA - DO PAGAMENTO:

9.1- Os pagamentos serão realizados mensalmente até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente à realização dos serviços mediante apresentação da Nota Fiscal e Recibo do serviço correspondente. A fatura relativa aos serviços executados, deverá ser aprovada, obrigatoriamente, pela Diretora Geral da Câmara Municipal de Marco, que atestará a execução do objeto licitado, juntamente com a CND Unificada de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional (RFB, PGFN e do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS), CNDT e CRF do FGTS.

CLÁUSULA DÉCIMA- DO REAJUSTE DE PREÇOS:

10.1 - Os preços cotados deverão obedecer ao preço de mercado, o reajuste deverá ser de acordo com a Lei Nº 8.666/93, com base no índice geral de preços de mercado (IGPM) ou outro índice que vier a substituí-lo, ou a repactuação de preço do contrato, desde que observado o interregno de um ano a contar da data de sua assinatura ou da data de sua última repactuação ou reajuste.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO E DAS SANÇÕES:

11.1 - Este contrato poderá ser rescindido unilateralmente pela Contratante por conveniência administrativa ou por infringência de qualquer das condições pactuadas, no caso da Contratada não cumprir as condições aqui pactuadas, sofrerá as sanções impostas no art. 77 da Lei Nº 8.666/93 e suas demais alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO

12.1 - Este contrato deverá ser publicado na imprensa Oficial ou por afixação em local de costume, até o 5º dia útil do mês subsequente a data de sua assinatura.

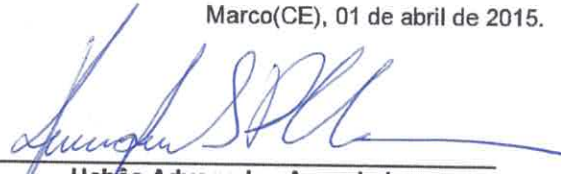
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1- O Foro competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato é o da Comarca de MARCO, Estado do Ceará.

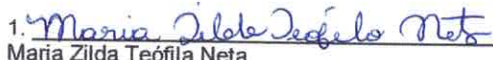
E, estando acertados, assinam o presente Instrumento, em 02 (duas) vias perante duas testemunhas que também o assinam, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

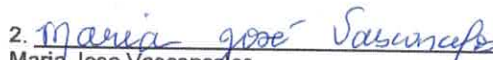
Marco(CE), 01 de abril de 2015.


Câmara Municipal de Marco
Francisco José Cordeiro – Presidente
CONTRATANTE


Uchôa Advogados Associados
Karileny Sales Pinto Uchôa - Sócia Gerente
CONTRATADA

Testemunhas:

1. 
Maria Zilda Teófila Neta
RG: 2001015062014 SSP/CE
CPF: 005.979.203-54

2. 
Maria Jose Vasconcelos
RG: 2004098104113 - SSP/CE
CPF: 228.335.283-53



CÂMARA MUNICIPAL DE MARCO

ESTADO DO CEARÁ

4º ADITIVO

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO QUE FAZEM ENTRE SI A CÂMARA MUNICIPAL DE MARCO COM A EMPRESA UCHÔA ADVOGADOS ASSOCIADOS, PARA O FIM QUE A SEGUIR SE DECLARA.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE MARCO**, com sede à Rua Rios, s/nº - Centro - Marco/CE, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 03.855.618/0001-21, representada por seu Presidente, **Antônio Ademar Alencar Neto**, brasileiro, empresário, portador da Carteira de Identidade nº 99010355285 expedida pela SSP/CE e CPF(MF) nº 999.308.463-87, domiciliado na cidade de Marco/CE, onde reside à Rua da Igreja, nº 03, Triângulo do Marco, doravante denominado de **CONTRATANTE**, no final assinado, e do outro lado, a empresa **UCHÔA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ(MF) nº 13.042.644/0001-94, regularmente inscrita junto ao Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/CE) sob o nº 626, estabelecida na cidade de Fortaleza/CE, à Av. Ulisses Bezerra nº 2238, bairro Cidade dos Funcionários, neste ato representada pela sócia administradora, Srta. **Karileny Sales Pinto Uchôa**, brasileira, solteira, advogada, inscrita no CPF(MF) nº 015.867.153-80, regularmente inscrita junto a OAB-CE sob o nº 21.348, residente e domiciliada na cidade de Fortaleza/CE, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem firmar o presente **ADITIVO** ao **CONTRATO**, decorrente do processo licitatório, na modalidade **Tomada de Preços nº 001/2015**, cujo objeto é a **PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSESSORIAS E CONSULTORIAS DIVERSAS JUNTO A CÂMARA MUNICIPAL DE MARCO**, e em conformidade com as disposições contidas na Lei nº 8.666/93 atualizada pela Lei nº 9.648/98, e mediante as Cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1 - O presente Contrato tem como fundamento o **artigo 57, inciso II** da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

2.1 - O Aditivo Contratual tem por finalidade a prorrogação do termo contratual resultante do procedimento licitatório supramencionado. O prazo contratual anteriormente pactuado será prorrogado pelo período correspondente a **09 (nove) meses**, portanto, terá vigência de **21 de fevereiro de 2018 até 23 de novembro de 2018**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR CONTRATUAL

3.1 - O valor do presente Aditivo Contratual, importa no valor global de **R\$ 49.440,60 (quarenta e nove mil quatrocentos e quarenta reais e sessenta centavos)**, a ser pago em **09 (nove) parcelas iguais mensais de R\$ 5.493,40 (cinco mil quatrocentos e noventa e três reais e quarenta centavos)**, em favor da Contratada após a confirmação da execução do objeto contratual e apresentação da Nota Fiscal /Fatura à Contratante, conforme demonstrado na tabela abaixo:

LOTE	ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS	UND.	QUANT.	VR. MENSAL	VR. GLOBAL
05	Prestação dos serviços advocatícios para assessoria e consultoria jurídica junto ao Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Marco, com profissional (advogado) a disposição da câmara com carga horária de 20 (vinte) horas por semana.	MES	09	5.493,40	49.440,60
VALOR GLOBAL R\$					49.440,60



CÂMARA MUNICIPAL DE MARCO

ESTADO DO CEARÁ

CLÁUSULA QUARTA - DA JUSTIFICATIVA

4.1 - A Prorrogação Contratual é uma prerrogativa da Administração Pública, que poderá utilizá-la quando respaldado legalmente, fato este, óbvio, no caso em tela. São dois os motivos preponderantes, entre outros: O primeiro consiste na inconveniência da suspensão das atividades de interesse público, provenientes de serviços prestados de modo contínuo; o segundo é a previsibilidade de recursos orçamentários. Em princípio, qualquer que seja a distribuição de verbas no orçamento anual, com certeza, irão existir recursos para efetivação destes serviços.

4.2- A prorrogação se revela mais vantajosa para administração Pública visto que para a CÂMARA DE MARCO em face da Contratada continuando com os mesmos preços e as mesmas condições contratuais será mais vantagem para esta Casa Legislativa, visto que não haverá majoração no valor da prestação do serviço, inobstante a perda inflacionária que a moeda sofreu de um exercício financeiro para o seguinte.

4.3 - A prorrogabilidade do contrato em pauta, não só está assegurada pelo disposto no **inciso II, do art. 57** da Lei de licitações vigente, como pela sua previsibilidade no instrumento convocatório.

4.4 - Considerando a excelência da qualidade do serviço que vem sendo prestado a esta Câmara Municipal, combinado com o princípio da economicidade, a Contratante resolve prorrogar o referido contrato por mais **09 (nove) meses**, preservando, desse modo, a Supremacia do Interesse Público.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 - As despesas decorrentes do presente aditivo contratual correrão por conta de recursos financeiros oriundos dos repasses duodecimais, através da dotação orçamentária nº **0101.01 031 0001 2.001**, elemento de despesa **3.3.90.39.00**, consignada no Orçamento do Poder Legislativo Municipal, do exercício de 2018.

CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 - As demais cláusulas e condições pactuadas anteriormente permanecerão inalteradas e em pleno vigor.

E, estando acertados, assinam o presente Instrumento, em 02 (duas) vias, perante duas testemunhas, que também o assinam, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

CÂMARA MUNICIPAL DE MARCO
Antônio Ademar Alencar Neto
Presidente da Câmara Municipal
CONTRATANTE

Marco/CE, 21 de fevereiro de 2018.

UCHÔA ADVOGADOS ASSOCIADOS
Karileny Sales Pinto Uchôa - Sócia Gerente
CONTRATADA

Testemunhas:

01. maria jose Vasconcelos



Nome: Maria José Vasconcelos

CPF(MF): 228.335.283-53

02. Alexandra Maria Rocha Carneiro

Nome: Alexandra Maria Rocha Carneiro

CPF(MF): 606.186.583-00

		PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA SECRETARIA MUNICIPAL DAS FINANÇAS NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE SERVIÇO - NFS-e				Núm NF 5													
Data e Hora da Emissão		21/02/2025 13:46:10		Competência		02/2025		Código de Verificação		594633857									
Número do RPS				No. NFS-e substituída				Local da Prestação		FORTALEZA - CE									
DADOS DO PRESTADOR DE SERVIÇOS																			
		Razão Social/Nome		UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS															
		Nome Fantasia		UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS															
		CPF/CNPJ		11.607.901/0001-62		Insc Municipal		0268729-1		Município		FORTALEZA - CE							
		Endereço e CEP		AV SANTOS DUMONT,2789 - ALDEOTA CEP:60.150-165															
		Complemento		309		Telefone		(85)98688-3832		E-mail		karilenys@hotmail.com							
DADOS DO TOMADOR DE SERVIÇOS																			
Razão Social/Nome		PREFEITURA DE MARCO/ CAMARA MUNICIPAL																	
CPF/CNPJ		03.855.618/0001-21		Inscrição Municipal				Município		FORTALEZA - CE									
Endereço e CEP		RUA RIOS, S/N - CENTRO CEP: 62.560-000																	
Complemento				Telefone		(88)3664-1951		E-mail		ouvidoria@cmm.ce.gov.br									
DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS																			
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS PARA ASSESSORIA E CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL.																			
CÓDIGO DE ATIVIDADE CNAE																			
17.13 / 691170101 - SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS																			
DETALHAMENTO ESPECÍFICO DA CONSTRUÇÃO CIVIL																			
Código da Obra				Código ART															
TRIBUTOS FEDERAIS																			
PIS				COFINS				IR(R\$)				INSS(R\$)				CSLL(R\$)			
Detalhamento de Valores - Prestador dos Serviços								Cálculo do ISSQN devido no Município											
Valor dos Serviços R\$		7.000,00		Natureza Operação		Valor dos Serviços R\$		7.000,00											
(-) Desconto Incondicionado				1-Tributação no Município		(-) Deduções Permitidas em Lei													
(-) Desconto Condicionado				Regime especial Tributação		(-) Desconto Incondicionado													
(-) Retenções Federais		0,00		6-Microempresário e Empresa de		Base de Cálculo		7.000,00											
Outras Retenções				Opção Simples Nacional		(X) Alíquota %		2,65											
(-) ISS Retido		0,00		1 - Sim		ISS a reter		() Sim (X) Não											
(=) Valor Líquido R\$		7.000,00		Incentivador Cultural		(=) Valor do ISS R\$		185,50											
				2 - Não															
Avisos		1- Uma via desta Nota Fiscal será enviada através do e-mail fornecido pelo Tomador dos Serviços, no sítio http://iss.fortaleza.ce.gov.br 2- A autenticidade desta Nota Fiscal poderá ser validada no site http://iss.fortaleza.ce.gov.br/ , com a utilização do Código de Verificação. 3- Documento emitido por ME ou EPP optante pelo Simples Nacional. Não gera direito a crédito fiscal de ISS e IPI. 4- Serviço sujeito ao ANEXO 4. 5- Serviços sujeitos ao Anexo IV, exceto para o exterior, sem retenção, com ISS devido ao próprio Município.																	



CPSMB
CONSORCIO PÚBLICO DE SAÚDE
DO MACIÇO DE BATURITÉ

CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DO MACIÇO DE BATURITÉ
RUA: Cel. Pedro Castelo, S/N - Centro- Baturité - CE CEP: 62.760.000
CNPJ: 11.490.043/0001-19. TEL: 085- 3347.10.44



PORTARIA Nº 21/2024 - CPSMB

**NOMEIA A PROCURADORA JURÍDICA DO
CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DO
MACIÇO DE BATURITÉ.**

O Presidente do Consórcio Público de Saúde do Maciço de Baturité-CE (CPSMB), no uso de suas atribuições estatutárias, legais e regimentais e **CONSIDERANDO** se tratar de cargo demissível *ad nutum*

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear KARILENY SALES PINTO UCHÔA, para ocupar o cargo de Procuradora Jurídica do Consórcio Público de Saúde do Maciço de Baturité - CPSMB-CE, a partir de **26 de fevereiro de 2024**, delegando-lhe todas as competências e atribuições inerentes ao cargo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Baturité, 26 de fevereiro de 2024.

HÉRBERLH FREITAS REIS CAVALCANTE MOTA
PRESIDENTE DO CPSMB-CE



RESOLUÇÃO CPSMB Nº 03/2010, DE 12 de abril de 2010.

Assunto: Nomeação da Procuradora Jurídica integrante do Corpo Diretivo do CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DO MACIÇO DE BATURITÉ - CPSMB e dá outras providências.

O Presidente do CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DO MACIÇO DE BATURITÉ - CPSMB, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando a deliberação e decisão da Assembléia Geral Consorcial, tendo em vista o que dispõe o Estatuto da Entidade,

RESOLVE

Art. 1º – Nomear, com exercício a partir desta data, a Procuradora Jurídica integrante do Corpo Diretivo do CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DO MACIÇO DE BATURITÉ - CPSMB.

Art. 2º – Referido Cargo será ocupado, em comissão, pela seguinte colaboradora:

I - KARILENY SALES PINTO UCHÔA, inscrita na OAB/CE nº 21348, Procuradora Jurídica Autárquica;

Art. 3º – As atribuições dos membros do Corpo Diretivo do Consórcio encontram-se definidas no Estatuto e no Regimento Interno da Entidade, sem prejuízo do exercício de outras definidas pela Assembléia Geral.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, nos órgãos de imprensa oficial e/ou equivalentes, dos órgãos consorciados.

SILVANA FURTADO DE FIGUEIREDO VASCONCELOS
Presidente do CPMSB

tudo conforme os elementos contidos no processo nº10255011-5, cadastrado na Intenção de Gasto nº517703000, com fulcro no art.116, da Lei Federal Nº8.666/93 e suas alterações posteriores. Pelo que firma a presente prorrogação de ofício, devendo ser publicada no Diário Oficial do Estado do Ceará, para que produza seus jurídicos e legais efeitos. Fortaleza- CE, 30 de abril de 2010.

Maria de Fátima Nepomuceno Nogueira
CHEFE DA ASSESSORIA JURÍDICA

*** **

RESOLUÇÃO CPSMB Nº03/2010, DE 12 DE ABRIL DE 2010.

Assunto: Nomeação da Procuradora Jurídica integrante do Corpo Diretivo do CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DO MACIÇO DE BATURITÉ - CPSMB e dá outras providências. O Presidente do CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DO MACIÇO DE BATURITÉ - CPSMB, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando a deliberação e decisão da Assembleia Geral Consorciada tendo em vista o que dispõe o Estatuto da Entidade, RESOLVE: Art.1º - Nomear, com exercício a partir desta data, a Procuradora Jurídica integrante do Corpo Diretivo do CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DO MACIÇO DE BATURITÉ - CPSMB. Art.2º - Referido Cargo será ocupado, em comissão, pela seguinte colaboradora: I - KARILENY SALES PINTO UCHÔA, inscrita na OAB/CE nº21348, Procuradora Jurídica Autárquica; Art.3º - As atribuições dos membros do Corpo Diretivo do Consórcio encontram-se definidas no Estatuto e no Regimento Interno da Entidade, sem prejuízo do exercício de outras definidas pela Assembleia Geral. Art.4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, nos órgãos de imprensa oficial e/ou equivalentes, dos órgãos consorciados. SILVANA FURTADO DE FIGUEIREDO VASCONCELOS Presidente do CPMSB.

Maria de Fátima Nepomuceno Nogueira
CHEFE DA ASSESSORIA JURÍDICA

*** **

CORRIGENDA

No Diário Oficial nº162, de 31/08/2009, que publicou o EXTRATO DE CONVÊNIO Nº095/2009 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS. Onde se lê: VIGÊNCIA: 08/05/2009 À 30/04/2009. Leia-se: VIGÊNCIA: 08/05/2009 À 30/04/2010, Fortaleza-CE, 31 de maio de 2010.

Maria de Fátima Nepomuceno Nogueira
CHEFE DA ASSESSORIA JURÍDICA

*** **

CORRIGENDA

No Diário Oficial nº064, de 08/04/2010, que publicou o EXTRATO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº1120/2009 - MARIA INÊS BRUNO DE OLIVEIRA. Onde se lê: DOC. Nº249/2010. Leia-se: DOC. Nº248/2010. Fortaleza, 01 de junho de 2010.

Maria de Fátima Nepomuceno Nogueira
CHEFE DA ASSESSORIA JURÍDICA

*** **

ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA

PORTARIA Nº041/2010-SUP. - O SUPERINTENDENTE DA ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo inciso do art.20, do Decreto nº29.704, de 08 de Abril de 2009, resolve DESLIGAR o estagiário GUSTAVO FELYPE DOS SANTOS TEIXEIRA, a partir de 10 de maio de 2010. ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DO CEARÁ - ESP. em Fortaleza, 31 de maio de 2010.

Haroldo Jorge de Carvalho Pontes
SUPERINTENDENTE

Registre-se e publique-se.

*** **

PORTARIA Nº044/2010-SUP. - O SUPERINTENDENTE DA ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais RESOLVE CONCEDER, nos termos do art.16 e seu Parágrafo Único do Decreto nº29.704, de 08 de Abril de 2009, AUXÍLIO TRANSPORTE aos ESTAGIÁRIOS relacionados no Anexo único desta Portaria, durante o mês de JULHO/2010. ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DO CEARÁ - ESP-CE, em Fortaleza, 31 de maio de 2010.

Haroldo Jorge de Carvalho Pontes
SUPERINTENDENTE

Registre-se e publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA N SUP, 31 DE MAIO DE 2010

Nº	NOME	VALOR	MÊS/ANO
01	ADRIANO SOUSA SOARES	19,80	JULHO/2010
02	HIAGO RAFAEL NUNES BEZERRA	19,80	JULHO/2010
03	JEAN CARLOS PAIVA DE HOLANDA	39,60	JULHO/2010
04	NATASHA DO NASCIMENTO ALVES	39,60	JULHO/2010
05	SAND DEBORA ALVES SANTIAGO	39,60	JULHO/2010

*** **

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

PORTARIA Nº825/2010-GAB/SSPDS - O SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, no uso das suas atribuições legais, CONSIDERANDO determinação judicial nos autos da Ação Declaratória de Nulidade nº15561-73.2010.8.06.0001/0, a qual deferiu parcialmente a antecipação dos efeitos da tutela pleiteada pelo servidor JOSÉ WALTER PEREIRA, inspetor de polícia civil, matrícula nº102.581-1-1-1, para que o mesmo seja reintegrado às suas funções, sem prejuízo do que lhe é de direito, RESOLVE REVOGAR DE IMEDIATO o afastamento determinado pela Portaria nº1991/2009 - GS, devendo o Senhor Superintendente da Polícia Civil adotar as medidas legais pertinentes; PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRE-SE. GABINETE DO SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, em Fortaleza, 25 de maio de 2010.

Roberto das Chagas Monteiro

SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

*** **

EXTRATO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº135/2010

I - ESPÉCIE: Celebração do Termo Aditivo nº03/2010, ao Contrato nº291615/2009; II - CONTRATANTE: SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL; III - ENDEREÇO: Av. Bezerra de Menezes nº581, São Gerardo, em Fortaleza - CE; IV - CONTRATADA: TECNOCON TECNOLOGIA EM CONSTRUÇÕES LTDA; V - ENDEREÇO: Rua São Cipriano, 150, bairro Passaré, em Fortaleza-CE; VI - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente aditamento tem seu respectivo fundamento legal na Autorização da Assessoria de Acompanhamento de Projetos Especiais/SSPDS, conforme FOLHA DE INFORMAÇÃO E DESPACHO, tudo de acordo com o Processo nº10242622-8; VII - FORO: Fortaleza - CE; VIII - OBJETO: Prorrogar, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo de execução do Contrato nº291615/2009 para construção de uma Delegacia de Polícia Civil - padrão II, com nova fachada, no Município de Amontada - CE, ficando a data do seu término prevista para 27/07/2010; IX - VALOR GLOBAL: Permanece inalterado; X - DA VIGÊNCIA: A partir do dia 28/05/2010; XI - DA RATIFICAÇÃO: Permanece inalterada; XII - DATA: 25 de maio de 2010; XIII - SIGNATÁRIOS: José Nival Freire da Silva - Secretário Adjunto/Ordenador de Despesa da SSPDS e o Sr. José Irineu Frota Júnior, Representante Legal da Contratada.

José Herman Normando Almeida
COORDENADOR DA ASJUR

*** **

EXTRATO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº136/2010

I - ESPÉCIE: Celebração do Termo Aditivo nº01/2010, ao Contrato nº476736/2009; II - CONTRATANTE: SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL; III - ENDEREÇO: Av. Bezerra de Menezes nº581, São Gerardo, em Fortaleza - CE; IV - CONTRATADA: STRUCTURA PROJETOS CONSULTORIA E OBRAS DE ENGENHARIA LTDA; V - ENDEREÇO: Rua Joaquim Magalhães, nº1207-A, Bairro Benfica, em Fortaleza-CE; VI - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente aditamento tem seu respectivo fundamento legal na Autorização da Coordenadoria de Engenharia do DER, conforme FOLHA DE INFORMAÇÃO E DESPACHO, tudo de acordo com o Processo nº10236916-0; VII - FORO: Fortaleza - CE; VIII - OBJETO: Prorrogar, por mais 120 (cento e vinte) dias, o prazo de execução do Contrato nº476736/2009, para reforma da 15ª Delegacia de Polícia Civil, no bairro Cidade 2000, em Fortaleza-CE, ficando a data do seu término prevista para 20/09/2010; IX - VALOR GLOBAL: Permanece inalterado; X - DA VIGÊNCIA: A partir do dia 23/05/2010; XI - DA RATIFICAÇÃO: Permanece inalterada; XII - DATA: 22 de maio de 2010; XIII - SIGNATÁRIOS: José Nival Freire da Silva - Secretário Adjunto/Ordenador de Despesa da SSPDS e a Srª. Cassandra Lima Soares, Representante Legal da Contratada.

José Herman Normando Almeida
COORDENADOR DA ASJUR

*** **

EXTRATO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº137/2010

I - ESPÉCIE: Celebração do Termo Aditivo nº06/2010, ao Contrato nº176842/2008; II - CONTRATANTE: SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL; III - ENDEREÇO: Av.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPISTRANO
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 036/2019

Capistrano-CE, 12 de janeiro de 2019.

O **PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE CAPISTRANO**, Antonio Soares Saraiva Junior, Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - **NOMEAR** a Sra. **KARILENY SALES PINTO UCHOA**, inscrita no CPF de nº 015.867.153-80, para o Cargo em Comissão de **PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO**, conforme Lei Complementar Municipal de Nº 002/2016 de 23 de setembro de 2016.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.


REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE

E

CUMPRA-SE.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPISTRANO, aos 12 (doze) dias do mês de janeiro do ano de 2019.


Antonio Soares Saraiva Junior
Prefeito Municipal em Exercício

ANTONIO SOARES SARAIVA JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

CPF: 614.913.733-34



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPISTRANO
Praça Major Estelita de Aguiar s/n – Centro – 62.748-000
CNPJ 07.063.589/0001-16 CGF 06.920.212-5
E-Mail: pmccapis@iq.com.br



PORTARIA P.M.C. Nº 120 DE 18 FEVEREIRO DE 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPISTRANO, Estado do Ceará, no uso de suas atribuições Legais,

RESOLVE:

At. 1º - Nomear KARILENY SALES PINTO UCHOA, inscrita na OAB/CE Nº. 21348, Procuradora Trabalhista do Município de Capistrano, sendo outorgado a esta, poderes com a cláusula *ad judicium et extra*, para que possa patrocinar e defender os direitos do outorgante, podendo para tanto propor ações, delas desistir, contestar, acordar, firmar compromisso, transigir, fazer e juntar requerimentos e documentos, justificar, embargar, recorrer, praticar todos os atos perante a Justiça Trabalhista Estadual e Federal, nomear preposto, assinando a respectiva carta, requerer o benefício da justiça gratuita, prestar as primeiras e últimas declarações, enfim tudo mais usar e praticar para o fiel e completo desempenho deste mandato.

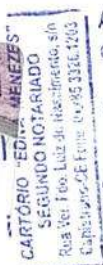
REGISTRE-SE;

PUBLIQUE-SE;

CUMPRA-SE

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPISTRANO, em 18 de Fevereiro de 2010.

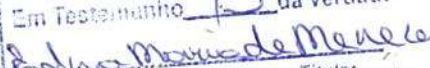

CLAUDIO BEZERRA SARAIVA
Prefeito Municipal



A presente copia confere com o original
exibida nestas notas. Dou fe
23 JUL 2013

Capistrano(CE) _____ / 20

Em Testemunho _____ da verdade


(7) Edna Maria de Menezes - Titular
Eudenes Saraiva Souza - Substitua

TEM FÉ PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 07978122	
USO OBRIGATÓRIO IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS (Art. 13 da Lei nº 8.906/94)	  
ASSINATURA DO PORTADOR	
	
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL CONSELHO SECCIONAL DO CEARÁ IDENTIDADE DE ADVOGADA	
	NOME KARILENY SALES PINTO UCHOA
	FILIAÇÃO FRANCISCO VALNEDIR CORDEIRO UCHOA TEREZINHA SALES UCHOA
INSCRIÇÃO 21348	NATURALIDADE FORTALEZA - CE
	RG 2002002151313 - SSPCE
	DATA DE NASCIMENTO 09/05/1986
	CPF 015.867.153-80
	EXPEDIDO EM 01/12/2021
	 JOSÉ ERINALDO DANTAS FILHO PRESIDENTE



PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DOS MUNICÍPIOS

Início | TCE | Fornecedores | Localizar | Ouvidoria

Você está em: portal » uchoa advogados associados » municípios » despesas » detalhes da despesa

UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS

Nome Completo: UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS
CPF/CNPJ: 11.607.901/0001-62

2025

Escolher outro ano »
2007

DESPESA: OUTROS SERV. DE TERC. PESSOA JURIDICA

Foram encontrados 3 pagamentos - Total: R\$21.000,00

Data	Descrição	Valor Recebido(R\$)
31/01/2025	CONTRATAÇAO DE SERVICOS ADVOCATICIOS ESPECIALIZADOS DE APOIO ADMINISTRATIVO PARA O ASSESSORAMENTO JURIDICO DESTINADO A ATENDER AS DEMANDAS DA CAMARA MUNICIPAL DE MARCO CONFORME PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE N° 001/2024.01 E DE ACORDO COM O 1º TERMO ADITIVO Nome enviado pelo Município: UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS Despesa: OUTROS SERV. DE TERC. PESSOA JURIDICA Empenho: 01020346 (mais detalhes)	7.000,00
25/02/2025	CONTRATAÇAO DE SERVICOS ADVOCATICIOS ESPECIALIZADOS DE APOIO ADMINISTRATIVO PARA O ASSESSORAMENTO JURIDICO DESTINADO A ATENDER AS DEMANDAS DA CAMARA MUNICIPAL DE MARCO CONFORME PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE N° 001/2024.01 E DE ACORDO COM O 1º TERMO ADITIVO Nome enviado pelo Município: UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS Despesa: OUTROS SERV. DE TERC. PESSOA JURIDICA Empenho: 01020346 (mais detalhes)	7.000,00
24/03/2025	CONTRATAÇAO DE SERVICOS ADVOCATICIOS ESPECIALIZADOS DE APOIO ADMINISTRATIVO PARA O ASSESSORAMENTO JURIDICO DESTINADO A ATENDER AS DEMANDAS DA CAMARA MUNICIPAL DE MARCO CONFORME PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE N° 001/2024.01 E DE ACORDO COM O 1º TERMO ADITIVO Nome enviado pelo Município: UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS Despesa: OUTROS SERV. DE TERC. PESSOA JURIDICA Empenho: 01020346 (mais detalhes)	7.000,00

Voltar

Última atualização em: 29/04/2025
Fonte: Dados enviados pelo Município através do SIM.



PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DOS MUNICÍPIOS

Início | TCE | Fornecedores | Localizar | Ouvidoria

Você está em: portal » uchoa advogados associados » municípios

UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS

Nome Completo: UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS
CPF/CNPJ: 11.607.901/0001-62

2020

Escolher outro ano »
2007

Municípios

Foram encontrados 3 municípios - Total: R\$149.145,84

Município	Valor Recebido(R\$)	
1 MARCO	74.400,00	2013
2 TURURU	59.745,84	2015
3 CAPISTRANO	15.000,00	2017
		2018
		2019
		2020
		2021
		2022
		2023
		2024
		2025

Fonte: Dados enviados pelo Município através do SIM.

Voltar



PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DOS MUNICÍPIOS

Início | TCE | Fornecedores | Localizar | Ouvidoria

Você está em: portal » uchoa advogados associados » municípios

UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS

Nome Completo: UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS
CPF/CNPJ: 11.607.901/0001-62

2021

Escolher outro ano »
2007

Municípios

Foram encontrados 4 municípios - Total: R\$275.396,00

Município	Valor Recebido(R\$)	
1 <u>BATURITE</u>	103.306,00	2013
2 <u>MARCO</u>	87.400,00	2015
3 <u>CAPISTRANO</u>	69.090,00	2016
4 <u>BARREIRA</u>	15.600,00	2017
		2018
		2019
		2020
		2021
		2022
		2023
		2024
		2025

Fonte: Dados enviados pelo Município através do SIM.

Voltar



PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DOS MUNICÍPIOS

Início | TCE | Fornecedores | Localizar | Ouvidoria

Você está em: portal » uchoa advogados associados » municípios

UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS

Nome Completo: UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS
CPF/CNPJ: 11.607.901/0001-62

2022

Escolher outro ano »
2007

Municípios

Foram encontrados 3 municípios - Total: R\$248.285,00

Município	Valor Recebido(R\$)	
1 <u>BATURITE</u>	114.296,00	2013
2 <u>MARCO</u>	90.000,00	2015
3 <u>CAPISTRANO</u>	43.989,00	2017
		2018
		2019
		2020
		2021
		2022
		2023
		2024
		2025

Fonte: Dados enviados pelo Município através do SIM.

Voltar



PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DOS MUNICÍPIOS

Início | TCE | Fornecedores | Localizar | Ouvidoria

Você está em: portal » uchoa advogados associados » municípios

UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS

Nome Completo: UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS
CPF/CNPJ: 11.607.901/0001-62

2023

Escolher outro ano »
2007

Municípios

Foram encontrados 3 municípios - Total: R\$202.324,00

Município	Valor Recebido(R\$)	
1 MARCO	84.000,00	2013
2 BATURITE	70.336,00	2015
3 CAPISTRANO	47.988,00	2017
		2018
		2019
		2020
		2021
		2022
		2023
		2024
		2025

Fonte: Dados enviados pelo Município através do SIM.

Voltar



PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DOS MUNICÍPIOS

Início | TCE | Fornecedores | Localizar | Ouvidoria

Você está em: portal » uchoa advogados associados » municípios

UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS

Nome Completo: UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS
CPF/CNPJ: 11.607.901/0001-62

2024

Escolher outro ano »
2007

Municípios

Foram encontrados 3 municípios - Total: R\$243.384,00

Município	Valor Recebido(R\$)	
1 <u>BATURITE</u>	115.395,00	2013
2 <u>MARCO</u>	84.000,00	2015
3 <u>CAPISTRANO</u>	43.989,00	2017
		2018
		2019
		2020
		2021
		2022
		2023
		2024
		2025

Fonte: Dados enviados pelo Município através do SIM.

Voltar



PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DOS MUNICÍPIOS

Início | TCE | Fornecedores | Localizar | Ouvidoria

Você está em: portal » uchoa advogados associados » municípios

UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS

Nome Completo: UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS
CPF/CNPJ: 11.607.901/0001-62

2025

Escolher outro ano »
2007

Municípios

Foram encontrados 3 municípios - Total: R\$45.483,00

Município	Valor Recebido(R\$)	
1 MARCO	21.000,00	2008
2 BATURITE	16.485,00	2009
3 CAPISTRANO	7.998,00	2010
		2011
		2012
		2013
		2014
		2015
		2016
		2017
		2018
		2019
		2020
		2021
		2022
		2023
		2024
		2025

Fonte: Dados enviados pelo Município através do SIM.

Voltar

Início | TCE | Fornecedores | Localizar | Ouvidoria

Você está em: portal » karileny sales pinto uchoa » municípios » despesas » detalhes da despesa

KARILENY SALES PINTO UCHOA

Nome Completo: KARILENY SALES PINTO UCHOA
CPF/CNPJ: ***.867.153-**

DESPESA: OUTROS SERV. DE TERCEIROS PESSOA FISICA

Foram encontrados 11 pagamentos - Total: R\$27.600,00

Data		Descrição	Valor Recebido(R\$)
20/07/2012 VALOR QUE SE EMPENHA PARA FAZER FACE AS DESPESAS COM SERVICOS JURIDICOS CONFOREM CONVITE N° 2010.07.16.01, CONTRATO ORIGINAL E ADITIVOS.			2007 2008 2009 2010 2011 2012
Nome enviado pelo Município: KARILENY SALES PINTO UCHOA Despesa: OUTROS SERV. DE TERCEIROS PESSOA FISICA Empenho: 01020003 (mais detalhes)			2013 4.600,00
20/08/2012 VALOR QUE SE EMPENHA PARA FAZER FACE AS DESPESAS COM SERVICOS JURIDICOS CONFOREM CONVITE N° 2010.07.16.01, CONTRATO ORIGINAL E ADITIVOS.			2014 2015 2016 2017 2018 2019 2020 2.300,00 2021
Nome enviado pelo Município: KARILENY SALES PINTO UCHOA Despesa: OUTROS SERV. DE TERCEIROS PESSOA FISICA Empenho: 01020003 (mais detalhes)			
28/09/2012 VALOR QUE SE EMPENHA PARA FAZER FACE AS DESPESAS COM SERVICOS JURIDICOS CONFOREM CONVITE N° 2010.07.16.01, CONTRATO ORIGINAL E ADITIVOS.			2.300,00
Nome enviado pelo Município: KARILENY SALES PINTO UCHOA Despesa: OUTROS SERV. DE TERCEIROS PESSOA FISICA Empenho: 01020003 (mais detalhes)			
22/10/2012 VALOR QUE SE EMPENHA PARA FAZER FACE AS DESPESAS COM SERVICOS JURIDICOS CONFOREM CONVITE N° 2010.07.16.01, CONTRATO ORIGINAL E ADITIVOS.			2.300,00
Nome enviado pelo Município: KARILENY SALES PINTO UCHOA Despesa: OUTROS SERV. DE TERCEIROS PESSOA FISICA Empenho: 01020003 (mais detalhes)			
21/11/2012 VALOR QUE SE EMPENHA PARA FAZER FACE AS DESPESAS COM SERVICOS JURIDICOS CONFOREM CONVITE N° 2010.07.16.01, CONTRATO ORIGINAL E ADITIVOS.			2.300,00
Nome enviado pelo Município: KARILENY SALES PINTO UCHOA Despesa: OUTROS SERV. DE TERCEIROS PESSOA FISICA Empenho: 01020003 (mais detalhes)			
19/12/2012 VALOR QUE SE EMPENHA PARA FAZER FACE AS DESPESAS COM SERVICOS JURIDICOS CONFOREM CONVITE N° 2010.07.16.01, CONTRATO ORIGINAL E ADITIVOS.			2.300,00
Nome enviado pelo Município: KARILENY SALES PINTO UCHOA Despesa: OUTROS SERV. DE TERCEIROS PESSOA FISICA Empenho: 01020003 (mais detalhes)			
26/01/2012 VALOR QUE SE EMPENHA PARA FAZER FACE AS DESPESAS COM SERVICOS JURIDICOS CONFOREM CONVITE N° 2010.07.16.01, CONTRATO ORIGINAL E ADITIVOS.			2.300,00
Nome enviado pelo Município: KARILENY SALES PINTO UCHOA Despesa: OUTROS SERV. DE TERCEIROS PESSOA FISICA Empenho: 01020003 (mais detalhes)			
05/03/2012 VALOR QUE SE EMPENHA PARA FAZER FACE AS DESPESAS COM SERVICOS JURIDICOS CONFOREM CONVITE N° 2010.07.16.01, CONTRATO ORIGINAL E ADITIVOS.			2.300,00
Nome enviado pelo Município: KARILENY SALES PINTO UCHOA Despesa: OUTROS SERV. DE TERCEIROS PESSOA FISICA Empenho: 01020003 (mais detalhes)			
29/03/2012 VALOR QUE SE EMPENHA PARA FAZER FACE AS DESPESAS COM SERVICOS JURIDICOS CONFOREM CONVITE N° 2010.07.16.01, CONTRATO ORIGINAL E ADITIVOS.			2.300,00
Nome enviado pelo Município: KARILENY SALES PINTO UCHOA Despesa: OUTROS SERV. DE TERCEIROS PESSOA FISICA Empenho: 01020003 (mais detalhes)			
03/05/2012 VALOR QUE SE EMPENHA PARA FAZER FACE AS DESPESAS COM SERVICOS JURIDICOS CONFOREM CONVITE N° 2010.07.16.01, CONTRATO ORIGINAL E ADITIVOS.			2.300,00
Nome enviado pelo Município: KARILENY SALES PINTO UCHOA Despesa: OUTROS SERV. DE TERCEIROS PESSOA FISICA Empenho: 01020003 (mais detalhes)			
21/05/2012 VALOR QUE SE EMPENHA PARA FAZER FACE AS DESPESAS COM SERVICOS JURIDICOS CONFOREM CONVITE N° 2010.07.16.01, CONTRATO ORIGINAL E ADITIVOS.			2.300,00
Nome enviado pelo Município: KARILENY SALES PINTO UCHOA Despesa: OUTROS SERV. DE TERCEIROS PESSOA FISICA Empenho: 01020003 (mais detalhes)			

Última atualização em: 26/01/2021
Fonte: Dados enviados pelo Município através do SIM.



PORTAL DA TRANSPARENCIA DOS MUNICIPIOS

[Início](#) | [TCE](#) | [Fornecedores](#) | [Localizar](#) | [Ouvidoria](#)Você está em: [portal](#) » [karileny sales pinto uchoa](#) » [municipios](#)

KARILENY SALES PINTO UCHOA

Nome Completo: KARILENY SALES PINTO UCHOA

CPF/CNPJ: ***.867.153-**

Municípios

Foi encontrado 1 município - Total: R\$ 11.500,00

Município	Valor Recebido(R\$)
1 <u>CAPISTRANO</u>	11.500,00

2013

Escolher outro ano »

2007

2008

2009

2010

2011

2012

2013

2014

2015

2016

2017

2018

2019

2020

2021

Fonte: Dados enviados pelo Município através do SIM.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DOS MUNICÍPIOS



[Início](#) | [TCE](#) | [Fornecedores](#) | [Localizar](#) | [Ouvidoria](#)

Você está em: portal » karileny sales pinto uchoa » municípios » despesas

KARILENY SALES PINTO UCHOA

Nome Completo: KARILENY SALES PINTO UCHOA

CPF/CNPJ: ***.867.153-**

MUNICÍPIO: CAPISTRANO

Foi encontrado 1 item de despesa. Total: R\$ 11.500,00

Cód. Despesa

Despesa

33903600

OUTROS SERV. DE TERCEIROS PESSOA FISICA

[Voltar](#)

2013

Escolher outro ano -

2007

2008

2009

2010

2011

2012 Recebido(R\$)

2013 11.500,00

2014

2015

2016

2017

2018

2019

2020

2021

Última atualização em: 26/01/2021

Fonte: Dados enviados pelo Município através do SIM.

PORTAL DA TRANSPARENCIA DOS MUNICIPIOS



Início | TCE | Fornecedores | Localizar | Ouvidoria

Você está em: portal » karileny sales pinto uchoa » municípios » despesas » detalhes da despesa

KARILENY SALES PINTO UCHOA

Nome Completo: KARILENY SALES PINTO UCHOA

CPF/CNPJ: ***.867.153-**

DESPESA: Outros Serv. de Terceiros Pessoa Física

Foram encontrados 5 pagamentos - Total: R\$11.500,00

Data	Descrição	2013	
		Escolher outro ano -	Valor Recebido(R\$)
22/01/2013	VALOR QUE SE EMPENHA PARA FAZER FACE AS DESPESAS COM SERVICOS DE ASSESSORIA JURIDICA A SEREM PRESTADOS AO FUNDO CFE CONTRATO Nome enviado pelo Município: KARILENY SALES PINTO UCHOA Despesa: OUTROS SERV. DE TERCEIROS PESSOA FISICA Empenho: 01020004 (mais detalhes)	2007 2008 2009 2010 2011 2012 2013 2014 2015 2016 2017 2018 2019 2020 2021	2.300,00
25/02/2013	VALOR QUE SE EMPENHA PARA FAZER FACE AS DESPESAS COM SERVICOS DE ASSESSORIA JURIDICA A SEREM PRESTADOS AO FUNDO CFE CONTRATO Nome enviado pelo Município: KARILENY SALES PINTO UCHOA Despesa: OUTROS SERV. DE TERCEIROS PESSOA FISICA Empenho: 01020004 (mais detalhes)		2.300,00
20/03/2013	VALOR QUE SE EMPENHA PARA FAZER FACE AS DESPESAS COM SERVICOS DE ASSESSORIA JURIDICA A SEREM PRESTADOS AO FUNDO CFE CONTRATO Nome enviado pelo Município: KARILENY SALES PINTO UCHOA Despesa: OUTROS SERV. DE TERCEIROS PESSOA FISICA Empenho: 01020004 (mais detalhes)		2.300,00
23/04/2013	VALOR QUE SE EMPENHA PARA FAZER FACE AS DESPESAS COM SERVICOS DE ASSESSORIA JURIDICA A SEREM PRESTADOS AO FUNDO CFE CONTRATO Nome enviado pelo Município: KARILENY SALES PINTO UCHOA Despesa: OUTROS SERV. DE TERCEIROS PESSOA FISICA Empenho: 01020004 (mais detalhes)		2.300,00
22/05/2013	VALOR QUE SE EMPENHA PARA FAZER FACE AS DESPESAS COM SERVICOS DE ASSESSORIA JURIDICA A SEREM PRESTADOS AO FUNDO CFE CONTRATO Nome enviado pelo Município: KARILENY SALES PINTO UCHOA Despesa: OUTROS SERV. DE TERCEIROS PESSOA FISICA Empenho: 01020004 (mais detalhes)		2.300,00

Última atualização em: 26/01/2021
 Fonte: Dados enviados pelo Município através do SIM.



UCHÔA ADVOGADOS ASSOCIADOS

ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA



PROPOSTA DE PREÇOS

Ao

Departamento de Licitação da Câmara Municipal de Limoeiro do Norte

Pela presente, apresentamos a Vossas Senhorias a proposta de preços, no importe de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), conforme planilha abaixo, referente a CONTRATAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ANÁLISE E ORIENTAÇÃO JURÍDICA, ANÁLISE DE CONCESSÃO DE REQUERIMENTOS ADMINISTRATIVOS, REVISÃO E APRIMORAMENTO DAS NORMAS INTERNAS, IMPLEMENTAÇÃO DE BOAS PRÁTICAS DE COMPLIANCE, JUNTO À CÂMARA MUNICIPAL DE LIMOEIRO DO NORTE – CE.

Item	Especificação dos Serviços	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
01	CONTRATAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ANÁLISE E ORIENTAÇÃO JURÍDICA, ANÁLISE DE CONCESSÃO DE REQUERIMENTOS ADMINISTRATIVOS, REVISÃO E APRIMORAMENTO DAS NORMAS INTERNAS, IMPLEMENTAÇÃO DE BOAS PRÁTICAS DE COMPLIANCE, JUNTO À CÂMARA MUNICIPAL DE LIMOEIRO DO NORTE – CE.	MÊS	12	R\$10.000,00	R\$120.000,00

Registra-se que seguem anexados os documentos de habilitação.

- VALOR MENSAL - **R\$ 10.000,00 (dez mil reais).**
- VALOR GLOBAL - R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais)
- Período de contratação: 12(doze) meses
- Prazo de validade: 60 (sessenta) dias.





UCHÔA ADVOGADOS ASSOCIADOS

ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA

Razão Social: Uchôa Advogados Associados

CNPJ: 11.607.901/0001-62

Endereço: Av. Santos Dumon, nº 2789, Sala 309, Aldeota, Fortaleza-Ce.

CEP: 60.150-165

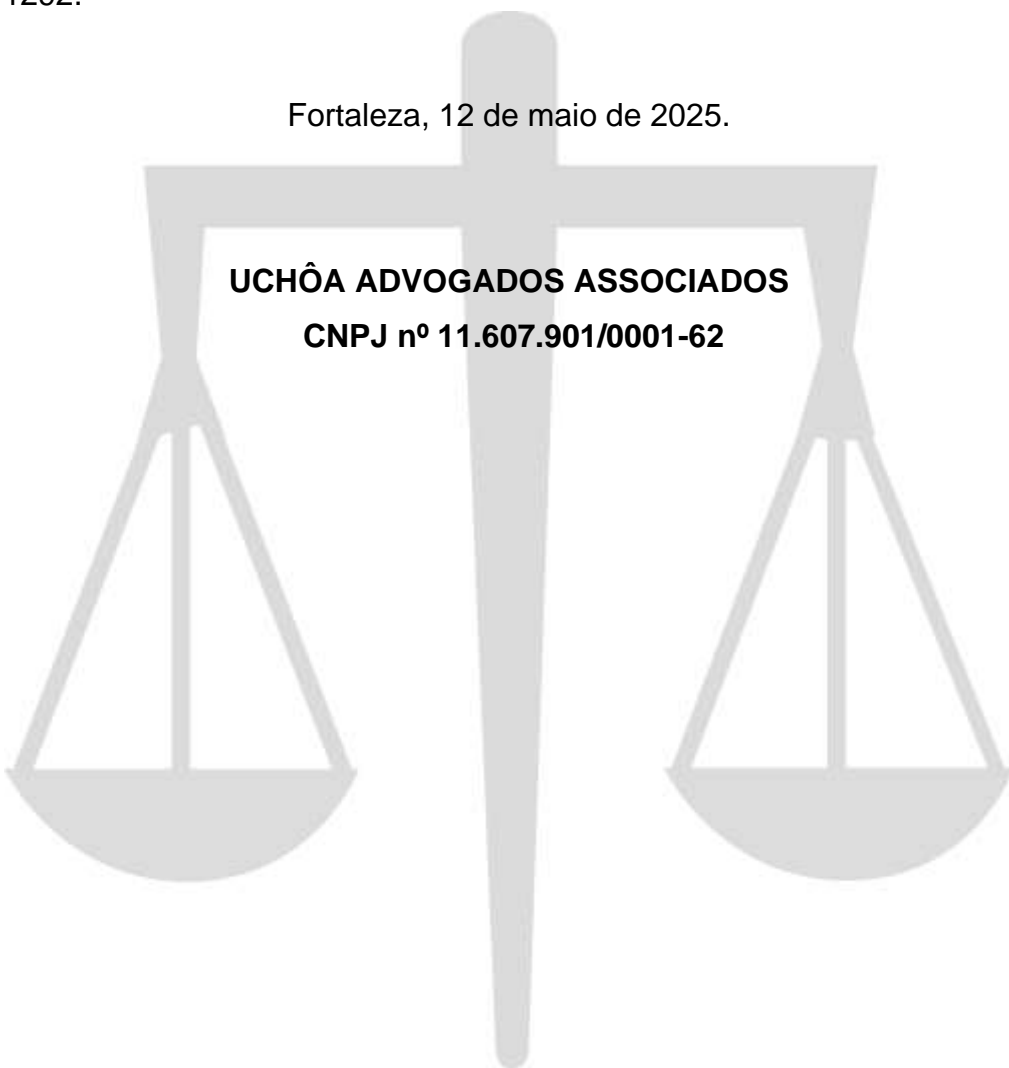
Fone: (85) 986883832

Banco: Caixa Econômica Agência nº 1111, Conta Corrente nº 578287331-7, Op. 1292.

Fortaleza, 12 de maio de 2025.

UCHÔA ADVOGADOS ASSOCIADOS

CNPJ nº 11.607.901/0001-62





FUNDAÇÃO EDSON QUEIROZ UNIVERSIDADE DE FORTALEZA

Reconhecida pela Portaria Nº 350 de 12.08.83 - D.O.U de 18.08.83

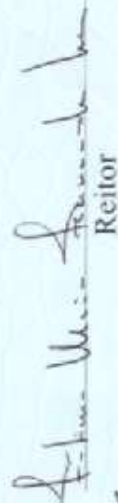
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

A Reitora da UNIVERSIDADE DE FORTALEZA, no uso de suas atribuições
e tendo em vista a conclusão de Curso de Graduação, confere o título de
BACHAREL EM DIREITO a

Karileny Sales Pinto Uchôa

e outorga-lhe o presente Diploma, a fim de que possa gozar
de todos os direitos e prerrogativas legais.

Fortaleza, 22 de março de 2010

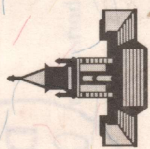

Reitor


Diretor do Centro


Diplomado

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DE FORTALEZA

Direito		PORT 427 DOU 18/7/80 C/C PORT 2413 DOU 07/7/05	
Nome do Diplomado Karileny Sales Pinto Uchoa			
Pai Francisco Valnedit Cordeiro Uchoa			
Mãe Terezinha Sales Uchoa			
Nacionalidade Brasileira		Estado Ceará	
Nascimento 09/05/1986	Identidade 2002002151313	Órgão expedidor SSP-CE	
Data da Colação 07 de janeiro de 2009			
Nº do Registro 38273	Livro 58	Folha 216A	Processo 1012421624
Data do Registro 17/03/2010			
DIVISÃO DE ASSUNTOS ESTUDANTIS - DAE			
<p><i>Julia da S. Pereneo</i> JÚLIA DA SILVA FLORENCIO RESPONSÁVEL PELO SETOR DE REGISTRO DE DIPLOMAS</p> <p><i>Nise Sanford Fraga</i> PROFA. NISE SANFORD FRAGA CHEFE DA DAE</p>			
AUTORIDADES DO ANVERSO		<p>PROFA FÁTIMA MARIA FERNANDES VERAS REITORA</p> <p>PROFA. Gina Vidal Marcilio Pompeu Diretora do CCJ</p>	



UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

UCAM



DACEX

Diretoria Acadêmica dos Campi Externos

A Pró-Reitoria da Universidade Candido Mendes, no uso de suas atribuições, confere o presente Certificado de Pós Graduação Lato Sensu

a KARILENY SALES PINTO UCHÔA

, nascido (a) em

09 de maio de 1986

natural da Cidade

de Fortaleza-CE, cédula de identidade nº. 2002002151313, emitida por

SSP/CE

, que concluiu o Curso de Especialização

intitulado

CIÊNCIAS CRIMINAIS

, com carga horária de 475,5 horas realizado

período de

2/2/2009

a

2/2/2010

, estando autorizado (a) a gozar de todos os direitos e prerrogativas legais,

na forma da Resolução CNE/CES nº. 1, de 03 de Abril de 2001 e Resolução CNE/CES nº. 1, de 8 de junho de 2007.

Rio de Janeiro, 19 de agosto de 2010

Maria Isabel Mendes de Almeida
Pró-Reitora de Pós-Graduação e Pesquisa

Aurélio Wander Bastos
Diretor dos Campi Externos - DACEX

HISTÓRICO ESCOLAR

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO "LATO SENSU" EM CONVÊNIO COM O INSTITUTO PRAETORIUM

Período de realização: 02 de fevereiro de 2009 a 02 de fevereiro de 2010

Carga Horária: 475,5 horas/aula

De acordo com a Resolução nº 01 de 3/04/2001 - CNE (Conselho Nacional de Educação).

Nome: KARILENY SALES PINTO UCHOA

CPE: 15867153-80

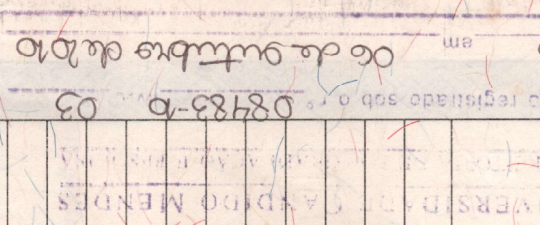
Graduação: Direito conclusão 22/3/2010

Nacionalidade: Brasileira

Filiação: Francisco Valnedir Cordeiro Uchoa e Terezinha Sales Uchoa

Disciplinas Obrigatórias	Carga/h	Média Final	Situação Final	Nome e Titulação do Corpo Docente
Interdisciplinariedade I: Constitucional, P. Civil e Administrativo	110,8 h/aula	A	APROVADO	Prof(a): Dr. Bernardo Fernandes
Interdisciplinariedade II:	112,3 h/aula	A	APROVADO	Prof(a): Me. Luciana Batista
Processo Penal	28 h/aula	A	APROVADO	Prof(a): Me. Nestor Távora
Atribuições Constitucionais da Polícia Federal	34,5 h/aula	A	APROVADO	Prof(a): Esp. Bruno Zampier
Parte Especial e Legislação Especial Penal	31 h/aula	A	APROVADO	Prof(a): Esp. Gabriel Habib
Teoria do Crime	31 h/aula	A	APROVADO	Prof(a): Me. Franklin Higino
Interpretação e Aplicação da Lei e Crimes Contra os Costumes	10,8 h/aula	A	APROVADO	Prof(a): Esp. Carlos Henrique Braga
Teoria do Delito: Tipicidade I e II	10,8 h/aula	A	APROVADO	Prof(a): Me. Gamil Föppel
Princípios Constitucionais Aplicados ao Processo Penal	5,4 h/aula	A	APROVADO	Prof(a): Me. Fábio Perianandro
Culpabilidade I e II	10,8 h/aula	A	APROVADO	Prof(a): Dr. Sebastian Melo
Teoria da Pena	5,4 h/aula	A	APROVADO	Prof(a): Esp. Gedet Luiz
Crimes Contra o Patrimônio e Provas em Espécies	21,5 h/aula	A	APROVADO	Prof(a): Esp. Fábio Roque
Teoria Constitucionalista do Delito e Criminologia	16,2 h/aula	A	APROVADO	Prof(a): Esp. Alexandre Salim
A Ilícitude e Seus Elementos	10,8 h/aula	A	APROVADO	Prof(a): Me. Cristiano Rodrigues
Crimes Tributários, Lavagem de Dinheiro e Crime Organizado	5,4 h/aula	A	APROVADO	Prof(a): Me. Gamil Föppel
Concursos Públicos e Punibilidade	10,8 h/aula	A	APROVADO	Prof(a): Me. Franklin Higino
Metodologia da Pesquisa e Didática do Ensino Superior	20 h/aula	A	APROVADO	Prof(a): Me. Rogério Monteiro Barbosa
Monografia: Os Aspectos Controvertidos da Ação Penal do Crime de Esiupro.			Concelto: Aprovado	Frequência Total: 100%
Princípio da Correlação				
Orientador(a): Prof. Juarez Monteiro de Oliveira Júnior.				

Universidade Candido Mendes, Decreto de Credenciamento s/nº de 24 de novembro de 1997 (DOU nº 228 - Seção 1 - pag 27484 de 25 de novembro de 1997).

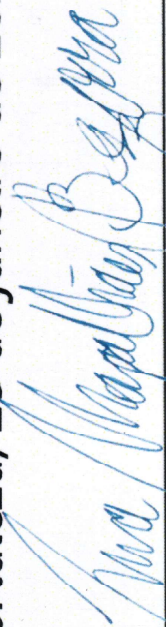


Certificamos que

KARILENY SALES PINTO UCHOA

*participou do curso in company **NOVA LEI DE LICITAÇÕES: DO PLANEJAMENTO AO CONTROLE DAS CONTRATAÇÕES** no formato presencial realizado em Fortaleza/CE no período de 09/01/2024 a 25/01/2024 com carga horária de 24 horas.*

Fortaleza, 25 de janeiro de 2024



Ivna Magalhães Bezerra
Instituto Brasileiro de Contratações Públicas - IBCP

NOVA LEI DE LICITAÇÕES: DO PLANEJAMENTO AO CONTROLE DAS CONTRATAÇÕES

24 h/a

EMENTA

01. Âmbito de Aplicação da Lei;
02. Princípios (segregações de funções);
03. Agentes Públicos;
04. Processo Licitatório;
05. Fase Preparatória;
06. Divulgação do Edital de Licitação;
07. Julgamento;
08. Habilitação;
09. Do Encerramento da Licitação;
10. Instrumentos Auxiliares:
 - 10.1. Credenciamento;
 - 10.2. Pré-Qualificação e
 - 10.3. Registro de Preço
11. Da Contratação Direta;
12. Formalização dos contratos;
13. Prerrogativas da Administração;
14. Duração dos Contratos;
15. Execução dos Contratos;
16. Alteração dos Contratos e dos Preços;
17. Hipóteses de Extinção dos Contratos;
18. Recebimento do Objeto do Contrato;
19. Pagamentos;
20. Infrações e Sanções Administrativas;
21. Impugnações dos Pedidos de Esclarecimento e dos Recursos;
22. Controle das Contratações Públicas.



*A Assembleia Legislativa do Estado do Ceará
por requerimento do Deputado Estadual Audic Mota
homenageia a advogada*

***D**ra. Karileny Sales Pinto Uchoa*

em comemoração do Dia da Mulher Advogada.

Deputado Estadual Evandro Leitão

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

Fortaleza, 15 de dezembro de 2021.

Voltar

Imprimir



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 11.607.901/0001-62
Razão Social: UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS
Endereço: R MARVIN 47 / PARQUE MANIBURA / FORTALEZA / CE / 60821-790

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 12/05/2025 a 10/06/2025

Certificação Número: 2025051208521822598189

Informação obtida em 26/05/2025 13:30:59

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



ESTADO DO CEARÁ

Câmara Municipal de Limoeiro do Norte
UNIÃO, CONSTRUÇÃO E INOVAÇÃO**PROPOSTA(S) RECEBIDA(S)**

CNPJ/CPF	FORNECEDOR	ME/EPP	VALOR (R\$)	DATA/HORA
11.607.901/0001-62	UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS	NÃO	120.000,00	26/05/2025 11:35:55

Abriu-se em seguida a fase de lances para classificação dos participantes relativamente aos lances ofertados.

item 1 - CONTRATAÇÃO DE SOCIEDADE DE ADVOGADOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ANÁLISE E ORIENTACXAO JURÍDICA, ANÁLISE DE CONCESSAO DE REQUERIMENTOS ADMINISTRATIVOS, REVISÃO E APRIMORAMENTO DAS NORMAS INTERNAS, IMPLEMENTAÇÃO DE BOAS PRÁTICAS DE COMPLIAN

Propostas: Participaram deste item as empresas abaixo relacionadas, com suas respectivas propostas.

CNPJ/CPF	FORNECEDOR	PORTE ME/EPP	DECLARAÇÃO ME/EPP/COOP	QTD	V. UNIT (R\$)	V. TOTAL (R\$)	DATA/HORA
11.607.901/0001-62	UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS	NÃO	NÃO	12,0	10.000,00	120.000,00	26/05/2025 11:35:55
Marca: SERVIÇO PROPRIO Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: --							

EVENTO(S)

EVENTO	OBSERVAÇÕES	CNPJ/CPF	VALOR	DATA/HORA
Proposta aceita	Proposta aceita para a participante UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS inscrito no CNPJ/MF Nº 11.607.901/0001-62, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais)			26/05/2025 12:47:09
Habilitado	Habilitada a participante UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS inscrito no CNPJ/MF Nº 11.607.901/0001-62			26/05/2025 13:32:52
Declarado vencedor	Declarado vencedor a participante UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS inscrito no CNPJ/MF Nº 11.607.901/0001-62, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais)			26/05/2025 13:33:11

DO(S) PARTICIPANTE(S) DECLARADO(S) VENCEDOR(ES)

CNPJ/CPF	PARTICIPANTE
11.607.901/0001-62	UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS

DEMAIS MENSAGENS - CHAT



ESTADO DO CEARÁ

Câmara Municipal de Limoeiro do Norte
UNIÃO, CONSTRUÇÃO E INOVAÇÃO

RESPONSÁVEL	MENSAGEM	DATA/HORA
Agente	PREZADOS PARTICIPANTES, estamos iniciando nosso certame referente a Inexigibilidade Eletrônica nº. INEX. 004-2025. Gostaria de agradecer a todos pela participação.	26/05/2025 12:46:44
Agente	O(A) Agente de contratação solicita a participante UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS inscrita no CNPJ/MF Nº 11.607.901/0001-62, os documentos habilitatórios até a data: 26/05/2025 às 14:49.	26/05/2025 12:47:48
Agente	Participante UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS inscrita no CNPJ/MF Nº 11.607.901/0001-62 foi declarada vencedora do(s) item 1 - CONTRATAÇÃO DE SOCIEDADE DE ADVOGADOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ANÁLISE E ORIENTACXAO JURÍDICA, ANÁLISE DE CONCESSAO DE REQUERIMENTOS ADMINISTRATIVOS, REVISÃO E APRIMORAMENTO DAS NORMAS INTERNAS, IMPLEMENTAÇÃO DE BOAS PRÁTICAS DE COMPLIAN.	26/05/2025 13:33:11

MEMBRO(S)

FUNÇÃO	MEMBRO	ASSINATURA
Agente de contratação	ELIZANGELA SANTOS DOS REIS	
Equipe de apoio	TARCITO MENDES DOS SANTOS	
Equipe de apoio	JOAO GLEDSON BARRETO DOS SANTOS	

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
APONTE SUA CÂMARA PARA O QR CODE AO LADO
PARA VERIFICAR AUTENTICIDADE DA ASSINATURA
INFORMANDO O CÓDIGO: 146-807-0826
PÁGINA: 2 DE 2 - CÂMARA MUNICIPAL DE LIMOEIRO DO NORTE - 0183691300010





ESTADO DO CEARÁ

Câmara Municipal de Limoeiro do Norte
UNIÃO, CONSTRUÇÃO E INOVAÇÃO**TERMO DE ADJUDICAÇÃO**

Após analisado o resultado da Inexigibilidade de Licitação nº INEX. 004-2025, referente ao Processo Administrativo nº 00016.20250320/0001-80, o(a) Sr(a). MARCIO MICHAEL DO NASCIMENTO FARIAS, ORDENADOR(A) DE DESPESAS) da(o) CAMARA MUNICIPAL DE LIMOEIRO, nos termos do inciso IV do Art. 71 da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, ADJUDICA ao(s) licitante(s) vencedor(es) do(s) respectivo(s) item(ns), conforme indicado no quadro abaixo, resultado da adjudicação.

RESULTADO DA ADJUDICAÇÃO**11.607.901/0001-62 - UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS**

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QTD.	UND.	V. REF.	V. UNIT.	V. TOTAL
1	CONTRATAÇÃO DE SOCIEDADE DE ADVOGADOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ANÁLISE E ORIENTACXAO JURÍDICA, ANÁLISE DE CONCESSAO DE REQUERIMENTOS ADMINISTRATIVOS, REVISÃO E APRIMORAMENTO DAS NORMAS INTERNAS, IMPLEMENTAÇÃO DE BOAS PRÁTICAS DE COMPLIAN	SERVIÇO PRÓPRIO	12,00	Mês	10.000,00	10.000,00	120.000,00
VALOR TOTAL							120.000,00

Adjudicado para UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS inscrita no CNPJ/MF: 11.607.901/0001-62, pelo melhor valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), em 27/05/2025.

*assinado eletronicamente***Marcio Michael Do Nascimento Farias**
ORDENADOR(A) DE DESPESAS

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
APONTE SUA CÂMARA PARA O QR CODE AO LADO
PARA VERIFICAR AUTENTICIDADE DA ASSINATURA
INFORMANDO O CÓDIGO: 312-905-826
PÁGINA: 1 DE 2 - CÂMARA MUNICIPAL DE LIMOEIRO DO NORTE - 0183691300010





ESTADO DO CEARÁ

Câmara Municipal de Limoeiro do Norte

UNIÃO, CONSTRUÇÃO E INOVAÇÃO



DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
APONTE SUA CÂMARA PARA O QR CODE AO LADO
PARA VERIFICAR AUTENTICIDADE DA ASSINATURA
INFORMANDO O CÓDIGO: 312-905-826
PÁGINA: 2 DE 2 - CÂMARA MUNICIPAL DE LIMOEIRO DO NORTE - 0183691300010





ESTADO DO CEARÁ

Câmara Municipal de Limoeiro do Norte
UNIÃO, CONSTRUÇÃO E INOVAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE Nº INEX. 004-2025

Aos vinte e sete dias do mês de maio de dois mil e vinte e cinco, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, o(a) Sr(a). MARCIO MICHAEL DO NASCIMENTO FARIAS, nos termos do inciso IV do Art. 71 da lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, HOMOLOGA a adjudicação da inexigibilidade de licitação nº INEX. 004-2025, referente ao Processo Administrativo nº 00016.20250320/0001-80.

RESULTADO DA HOMOLOGAÇÃO**11.607.901/0001-62 - UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS**

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QTD.	UND.	V. REF.	V. UNIT.	V. TOTAL
1	CONTRATAÇÃO DE SOCIEDADE DE ADVOGADOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ANÁLISE E ORIENTACXAO JURÍDICA, ANÁLISE DE CONCESSAO DE REQUERIMENTOS ADMINISTRATIVOS, REVISÃO E APRIMORAMENTO DAS NORMAS INTERNAS, IMPLEMENTAÇÃO DE BOAS PRÁTICAS DE COMPLIAN	SERVIÇO PRÓPRIO	12,00	Mês	10.000,00	10.000,00	120.000,00
VALOR TOTAL							120.000,00

Homologado para UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS inscrita no CNPJ/MF: 11.607.901/0001-62, pelo melhor valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), em 27/05/2025.

*assinado eletronicamente***Marcio Michael Do Nascimento Farias**
ORDENADOR(A) DE DESPESAS

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
APONTE SUA CÂMARA PARA O QR CODE AO LADO
PARA VERIFICAR AUTENTICIDADE DA ASSINATURA
INFORMANDO O CÓDIGO: 294-742-04
PÁGINA: 1 DE 1 - CÂMARA MUNICIPAL DE LIMOEIRO DO NORTE - 0183691300010





AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE ELETRÔNICA Nº INEX. 004-2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00016.20250320/0001-80

CONSIDERANDO os elementos contidos no presente processo de contratação direta de licitação, que foi devidamente justificado, tanto pela razão da escolha do fornecedor/prestador de serviços, quanto pela justificativa dos preços, vez que a proponente apresentou a proposta mais vantajosa;

CONSIDERANDO que o processo foi instruído com os documentos e requisitos que comprovam que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária para celebrar o contrato, conforme preconizado no inciso V do artigo 72 da Lei Federal 14.133/2021;

CONSIDERANDO que a JUSTIFICATIVA apresentada pela Comissão de Contratação que prevê que a Inexigibilidade Eletrônica de Licitação está em conformidade com o Art. 74, III, c da Lei Federal 14.133 de 1 de abril de 2021, III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação: [...] c) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;

CONSIDERANDO que o processo de contratação direta foi conduzido em estrita conformidade com o Art. 75, § 3º da Lei nº 14.133/2021, o qual enfatiza a importância de transparência e competitividade através da publicação de avisos em sítio eletrônico oficial do órgão, visando atrair propostas competitivas mesmo em cenários de limitada competição;

CONSIDERANDO que a seleção do fornecedor foi realizada com base numa análise detalhada que confirmou a proposta mais vantajosa para a administração pública, cumprindo os princípios de economicidade, eficiência e adequação às necessidades do órgão, conforme demonstrado pelas justificações robustas e documentação completa apresentadas no processo;

CONSIDERANDO que, apesar da presença de um único proponente, o processo não foi comprometido em sua integridade ou objetividade, assegurando que todas as etapas foram transparentes e que a oferta selecionada estava alinhada com os preços de mercado e os interesses públicos;

CONSIDERANDO que a adjudicação e homologação do contrato estão de acordo com os requisitos legais estabelecidos no inciso VIII do Art. 72 da Lei nº





ESTADO DO CEARÁ

Câmara Municipal de Limoeiro do Norte
UNIÃO, CONSTRUÇÃO E INOVAÇÃO



14.133/2021, que exige a autorização da autoridade competente para a conclusão do processo de contratação;

AUTORIZO a Inexigibilidade Eletrônica de Licitação nº INEX. 004-2025, nos termos descritos abaixo:

OBJETO A SER CONTRATADO: CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO DE SOCIEDADE DE ADVOGADOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ANÁLISE E ORIENTAÇÃO JURÍDICA, ANÁLISE DE CONCESSÃO DE REQUERIMENTOS ADMINISTRATIVOS, REVISÃO E APRIMORAMENTO DAS NORMAS INTERNAS, IMPLEMENTAÇÃO DE BOAS PRÁTICAS DE COMPLIANCE, JUNTO À CÂMARA MUNICIPAL DE LIMOEIRO DO NORTE - CE

PROPONENTE:UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 meses.

VALOR TOTAL: R\$ R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais)

Diante do exposto, o(a) ORDENADOR(A) DE DESPESAS, RATIFICA a INEXIGIBILIDADE ELETRÔNICA DE LICITAÇÃO, com fulcro no Art. 74, III, c da Lei nº 14.133/2021, .

DETERMINO, ainda, que seja divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial, este ato e o extrato decorrente do contrato, em atendimento aos preceitos estabelecidos no artigo 72, parágrafo único da Lei 14.133 de 1 de abril de 2021.

Limoeiro do Norte/CE, 27 de maio de 2025

assinado eletronicamente

Marcio Michael Do Nascimento Farias
ORDENADOR(A) DE DESPESAS

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
APONTE SUA CÂMARA PARA O QR CODE AO LADO
PARA VERIFICAR AUTENTICIDADE DA ASSINATURA
INFORMANDO O CÓDIGO: 118-907-7934
PÁGINA: 2 DE 2 - CÂMARA MUNICIPAL DE LIMOEIRO DO NORTE - 0183691300010





ESTADO DO CEARÁ

Câmara Municipal de Limoeiro do Norte
UNIÃO, CONSTRUÇÃO E INOVAÇÃO



EXTRATO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

Processo nº 00016.20250320/0001-80 - Objeto: CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO DE SOCIEDADE DE ADVOGADOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ANÁLISE E ORIENTAÇÃO JURÍDICA, ANÁLISE DE CONCESSÃO DE REQUERIMENTOS ADMINISTRATIVOS, REVISÃO E APRIMORAMENTO DAS NORMAS INTERNAS, IMPLEMENTAÇÃO DE BOAS PRÁTICAS DE COMPLIANCE, JUNTO À CÂMARA MUNICIPAL DE LIMOEIRO DO NORTE - CE. Fundamento Legal: Art. 74, III, c da Lei nº 14.133 de 01/04/2021. Declaração de Inexigibilidade Eletrônica em 27 de maio de 2025. MARCIO MICHAEL DO NASCIMENTO FARIAS. ORDENADOR(A) DE DESPESAS. Proponente: UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS. CNPJ/MF Nº 11.607.901/0001-62. Valor Global: R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais).

DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMOEIRO DO NORTE/CE LEGISLATIVO

Ano: 9 - Número: 204 de 6 de Junho de 2025

DATA: 06/06/2025

APRESENTAÇÃO

O Diário Oficial do Município de Limoeiro do Norte foi criado pela Emenda número 001/2017 ao art. 100 da Lei Orgânica do Município e regulamentado pelo Decreto n.º 11, de 21 de março de 2017. Produzido em forma eletrônica e de existência prevista na própria Lei Orgânica Municipal, torna-se obrigatório para a divulgação das Leis, Decretos, Resoluções e de todos os atos oficiais dos Poderes Executivo e Legislativo do Município.

ACERVO

PERIODICIDADE

CONTATOS

Tel: 8821421900

E-mail: diario.official@limoeiroduonorte.ce.gov.br

ENDEREÇO COMPLETO

End.: Rua Cel. Antonio Joaquim, 2121 - Centro - Limoeiro do Norte - Ceará

RESPONSÁVEL

Prefeitura Municipal de Limoeiro do Norte



Assinado eletronicamente por:

Pamela Paula Cruz Bezerra Torquato

CPF: ***.352.843-**

IP com n.º: 192.168.1.230

[www.limoeiroduonorte.ce.gov.br/diariooficial.p
hp?id=2355](http://www.limoeiroduonorte.ce.gov.br/diariooficial.php?id=2355)





SUMÁRIO

LICITAÇÃO

- EXTRATO DE CONTRATAÇÃO DIRETA: 00016.20250320/0001-80/ - OBJETO: CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO DE SOCIEDADE DE ADVOGADOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ANÁLISE E ORIENTAÇÃO JURÍDICA
- EXTRATO DE CONTRATO: 202505280001/ - CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO DE SOCIEDADE DE ADVOGADOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ANÁLISE E ORIENTAÇÃO JURÍDICA



**CÂMARA MUNICIPAL DE LIMOEIRO DO NORTE - LICITAÇÃO - EXTRATO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
00016.20250320/0001-80/****EXTRATO DE CONTRATAÇÃO DIRETA**

Processo nº 00016.20250320/0001-80 - Objeto: CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO DE SOCIEDADE DE ADVOGADOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ANÁLISE E ORIENTAÇÃO JURÍDICA, ANÁLISE DE CONCESSÃO DE REQUERIMENTOS ADMINISTRATIVOS, REVISÃO E APRIMORAMENTO DAS NORMAS INTERNAS, IMPLEMENTAÇÃO DE BOAS PRÁTICAS DE COMPLIANCE, JUNTO À CÂMARA MUNICIPAL DE LIMOEIRO DO NORTE – CE. Fundamento Legal: Art. 74, III, c da Lei nº 14.133 de 01/04/2021. Declaração de Inexigibilidade Eletrônica em 27 de maio de 2025. MARCIO MICHAEL DO NASCIMENTO FARIAS. ORDENADOR(A) DE DESPESAS. Proponente: UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS. CNPJ/MF Nº 11.607.901/0001-62. Valor Global: R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais).

CÂMARA MUNICIPAL DE LIMOEIRO DO NORTE - LICITAÇÃO - EXTRATO DE CONTRATO: 202505280001/**EXTRATO DE CONTRATO**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00016.20250320/0001-80 - CONTRATO Nº202505280001 - ORIGEM: Inexigibilidade Eletrônica Nº INEX. 004-2025- CONTRATANTE: CAMARA MUNICIPAL DE LIMOEIRO - CONTRATADA(O).....: UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS OBJETO: CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO DE SOCIEDADE DE ADVOGADOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ANÁLISE E ORIENTAÇÃO JURÍDICA, ANÁLISE DE CONCESSÃO DE REQUERIMENTOS ADMINISTRATIVOS, REVISÃO E APRIMORAMENTO DAS NORMAS INTERNAS, IMPLEMENTAÇÃO DE BOAS PRÁTICAS DE COMPLIANCE, JUNTO À CÂMARA MUNICIPAL DE LIMOEIRO DO NORTE – CE - VALOR TOTAL: R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) - PROGRAMA DE TRABALHO: 1601.01.031.0001.2.086 - Funcionamento do Poder Legislativo Municipal, R\$ 120.000,00 no elemento de despesa 33903905: Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS; - VIGÊNCIA: de 12 meses - DATA DA ASSINATURA: 28 de maio de 2025





MESA DIRETORA

Marcio Michael do Nascimento Farias
Presidente da Câmara - CMLN

George Eric Coelho Vieira e Silva
1º Vice Presidente - CMLN

Flauber Lima Honorato
2º Vice Presidente - CMLN

Samira Elen Barroso Chaves
1º Secretário - CMLN

Jose Torres de Moura Neto
2º Secretario - CMLN





ESTADO DO CEARÁ

Câmara Municipal de Limoeiro do Norte
UNIÃO, CONSTRUÇÃO E INOVAÇÃO



CONVOCAÇÃO

Limoeiro do Norte/CE, 28 de maio de 2025

Ao

Representante legal da UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS

Prezado(a) senhor(a),

Fica convocado o representante legal da UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS inscrito(a) no CNPJ/MF Nº 11.607.901/0001-62, para comparecer à sede do(a) Câmara Municipal de Limoeiro, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado da data do recebimento dessa comunicação, para assinatura do contrato decorrente da inexigibilidade de licitação nº INEX. 004-2025, parte integrante do Processo Administrativo nº 00016.20250320/0001-80, o que poderá ser realizada da seguinte forma:

a. Por meio da plataforma eletrônica que aconteceu o certamente, onde já consta o contrato para assinatura, devendo o mesmo ser assinado nos termos do § 2º do art. 12 da Lei nº 14.133 de 2021, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil); ou

b. Comparecendo à sede do(a) Câmara Municipal de Limoeiro, no prazo estipulado.

Cumpre-nos informar que a convocação foi remetida por por meio do(s) endereço(s) eletrônico(s) indicado(s) pelo(a) proponente na plataforma de realização da contratação, nos termos do **art. 246 da Lei nº 13.105 de 16 de Março de 2015 - (CPC)**, e que sua desatenção injustificada acarretará as sanções prevista em lei.

Sendo o que de momento se nos apresenta, subscrevemo-nos com apreço.

MARCIO MICHAEL DO NASCIMENTO FARIAS
RESPONSÁVEL

KARILENY SALES
PINTO
UCHOA:01586715380

Assinado de forma digital por
KARILENY SALES PINTO
UCHOA:01586715380
Dados: 2025.06.02 10:19:16 -03'00'



CONTRATO Nº 202505280001

INEXIGIBILIDADE ELETRÔNICA Nº INEX. 004-2025**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00016.20250320/0001-80**

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS,
QUE FAZEM ENTRE SI O(A) CAMARA MUNICIPAL DE
LIMOEIRO E UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS.

O(A) CAMARA MUNICIPAL DE LIMOEIRO, com sede no(a) Rua Cel. Malveira, 2266, Centro, Limoeiro do Norte / CE, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o 01.836.913/0001-05, neste ato representado(a) pelo(a) Sr(a) MARCIO MICHAEL DO NASCIMENTO FARIAS, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS, inscrito(a) no CNPJ/MF Nº 11.607.901/0001-62, sediado(a) na AVENIDA SANTOS DUMONT, 2789, SALA 309, ALDEOTA, Fortaleza / CE - CEP: 60.150-161, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) KARILENY SALES PINTO UCHOA, portador(a) do CPF/MF Nº 015.867.153-80, tendo em vista o que consta no Processo nº 00016.20250320/0001-80 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO DE SOCIEDADE DE ADVOGADOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ANÁLISE E ORIENTAÇÃO JURÍDICA, ANÁLISE DE CONCESSÃO DE REQUERIMENTOS ADMINISTRATIVOS, REVISÃO E APRIMORAMENTO DAS NORMAS INTERNAS, IMPLEMENTAÇÃO DE BOAS PRÁTICAS DE COMPLIANCE, JUNTO À CÂMARA MUNICIPAL DE LIMOEIRO DO NORTE - CE, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

SEQ	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD	V. UNIT	V. TOTAL
1	CONTRATAÇÃO DE SOCIEDADE DE ADVOGADOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ANÁLISE E ORIENTAÇÃO JURÍDICA, ANÁLISE DE CONCESSÃO DE REQUERIMENTOS ADMINISTRATIVOS, REVISÃO E APRIMORAMENTO DAS NORMAS INTERNAS, IMPLEMENTAÇÃO DE BOAS PRÁTICAS DE COMPLIANCE	SERVIÇO PRÓPRIO	Mês	12.0	10.000,00	120.000,00
	CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO DE SOCIEDADE DE ADVOGADOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ANÁLISE E ORIENTAÇÃO JURÍDICA, ANÁLISE DE CONCESSÃO DE REQUERIMENTOS ADMINISTRATIVOS, REVISÃO E APRIMORAMENTO DAS NORMAS INTERNAS, IMPLEMENTAÇÃO DE BOAS PRÁTICAS DE COMPLIANCE, JUNTO À CÂMARA MUNICIPAL DE LIMOEIRO DO NORTE - CE. CONTEMPLANDO: 1.Análise jurídica de contratos, convênios, termos de ajuste de cooperação e instrumentos congêneres celebrados pela Câmara Municipal com órgãos e entidades da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal e Organizações da Sociedade Civil; 2.Orientação jurídica na área de gestão de pessoas, direitos e deveres de servidores e agentes públicos; 3.Análises de					



concessão de requerimentos de licenças, gratificações, férias, abonos, aposentadorias e etc, em conformidade jurídica com o estatuto do servidor e demais leis vigentes; 4.Revisão e aprimoramento das normas internas para assegurar a conformidade com legislações de transparência e acesso à informação; 5.Implementação de boas práticas de compliance na administração da Câmara; 6.Elaboração de relatórios e pareceres.

Valor total: 120.000,00

1.3.Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de .de 12 meses, podendo ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;

e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.



3. CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice do IGPM, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.



7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10.1. A Administração terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 1 (um) mês.

8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.



9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.3. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.5. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Cadastro de Fornecedores, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

9.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais,



previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na contratação direta;

9.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

9.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

9.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;



9.24. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;

10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.



10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV) Multa:



1) Moratória de 1% (um. por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

2) Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

a. O atraso superior a 30 (TRINTA) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

3) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 10 % a 30.% do valor do Contrato.

4) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 20% a 30% do valor do Contrato.

5) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 20.% a 30% do valor do Contrato.

6) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 5% a 20% do valor do Contrato.

7) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 8% a 25% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;



d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e



b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual

13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.5.1.. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.5.2.. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.5.3.. Indenizações e multas.

13.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Câmara Municipal de Limoeiro, na dotação: 1601.01.031.0001.2.086 - Funcionamento do Poder Legislativo Municipal, R\$ 120.000,00 no elemento de despesa 33903905: Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS;

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.



16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA- FORO (art. 92, §1º)

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Limoeiro do Norte para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

LIMOEIRO DO NORTE/CE, 28 de maio de 2025.

Camara Municipal de Limoeiro
CNPJ Nº 01.836.913/0001-05
MARCIO MICHAEL DO NASCIMENTO FARIAS
Responsável legal da CONTRATANTE

UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS



ESTADO DO CEARÁ

Câmara Municipal de Limoeiro do Norte

UNIÃO, CONSTRUÇÃO E INOVAÇÃO



CNPJ/MF Nº 11.607.901/0001-62
KARILENY SALES PINTO UCHOA
Responsável legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____



Ato que autoriza a Contratação Direta nº INEX.004-2025/2025



Acessar Contratação

Última atualização 11/06/2025

Local: Limoeiro do Norte/CE **Órgão:** MUNICIPIO DE LIMOEIRO DO NORTE - CAMARA MUNICIPAL

Unidade compradora: 202599 - CAMARA MUNICIPAL DE LIMOEIRO

Modalidade da contratação: Inexigibilidade **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 74, III, c

Tipo: Ato que autoriza a Contratação Direta **Modo de disputa:** Não se aplica **Registro de preço:** Não

Fonte orçamentária: Não informada

Data de divulgação no PNCP: 11/06/2025 **Situação:** Divulgada no PNCP

Id contratação PNCP: 01836913000105-1-000020/2025 **Fonte:** M2A tecnologia

Objeto:

CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO DE SOCIEDADE DE ADVOGADOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ANÁLISE E ORIENTAÇÃO JURÍDICA, ANÁLISE DE CONCESSAO DE REQUERIMENTOS ADMINISTRATIVOS, REVISÃO E APRIMORAMENTO DAS NORMAS INTERNAS, IMPLEMENTAÇÃO DE BOAS PRÁTICAS DE COMPLIANCE, JUNTO À CÂMARA MUNICIPAL DE LIMOEIRO DO NORTE – CE

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA	VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA
R\$ 120.000,00	R\$ 120.000,00

Itens

Arquivos

Histórico

Número	Descrição	Quantidade	Valor unitário estimado	Valor total estimado
1	CONTRATAÇÃO DE SOCIEDADE DE ADVOGADOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ANÁLISE E ORIENTACXAO JURÍDICA, ANÁLISE DE CONCESSAO DE REQUERIMENTOS ADMINISTRATIVOS, REVISÃO E APRIMORAMENTO DAS NORMAS INTERNAS, IMPLEMENTAÇÃO DE BOAS PRÁTICAS DE COMPLIAN	12	R\$ 10.000,00	R\$ 120.000,00

< Voltar



É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e correção das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

 0800 978 9001

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS



Contrato nº 202505280001/2025

Última atualização 11/06/2025

Local: Limoeiro do Norte/CE **Órgão:** MUNICIPIO DE LIMOEIRO DO NORTE - CAMARA MUNICIPAL

Unidade executora: 202599 - CAMARA MUNICIPAL DE LIMOEIRO

Tipo: Contrato (termo inicial) **Receita ou Despesa:** Despesa **Processo:** 0001620250320000180

Categoria do processo: Serviços

Data de divulgação no PNCP: 11/06/2025 **Data de assinatura:** 28/05/2025 **Vigência:** de 28/05/2025 a 28/05/2026

Id contrato PNCP: 01836913000105-2-000019/2025 **Fonte:** M2A tecnologia

Id contratação PNCP: [01836913000105-1-000020/2025](#)

Objeto:

CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO DE SOCIEDADE DE ADVOGADOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ANÁLISE E ORIENTAÇÃO JURÍDICA, ANÁLISE DE CONCESSAO DE REQUERIMENTOS ADMINISTRATIVOS, REVISÃO E APRIMORAMENTO DAS NORMAS INTERNAS, IMPLEMENTAÇÃO DE BOAS PRÁTICAS DE COMPLIANCE, JUNTO À CÂMARA MUNICIPAL DE LIMOEIRO DO NORTE – CE

VALOR CONTRATADO

R\$ 120.000,00

FORNECEDOR:

Tipo: Pessoa jurídica **CNPJ/CPF:** 11.607.901/0001-62 [Consultar sanções e penalidades do fornecedor](#)

Nome/Razão social: UCHOA ADVOGADOS ASSOCIADOS

Arquivos

Histórico

Nome ↕	Data ↕	Tipo ↕
Termo de convocação	11/06/2025	Outros Documentos
Contrato	11/06/2025	Contrato
Extrato	11/06/2025	Outros Documentos

Exibir: 1-3 de 3 itens

Página:  

 Voltar



Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764 de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e correitude das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

✉ <https://portaldeservicos.gestao.gov.br>

☎ [0800 978 9001](tel:08009789001)

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS

